ESCOLA DE COMUNICAÇÃO, ARTES E DESIGN
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL
DOUTORADO EM REGIME DE COTUTELA COM DUPLA TITULAÇÃO

OTÁVIO DAROS

HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA DA IMPRENSA E DO JORNALISMO NO BRASIL:
DO SÉCULO XIX AO XXI

Porto Alegre
2023

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO, ARTES E DESIGN
DOUTORADO EM REGIME DE COTUTELA COM DUPLA TITULAÇÃO

NOTTINGHAM TRENT UNIVERSITY
SCHOOL OF ARTS AND HUMANITIES
DOCTOR OF PHILOSOPHY DUAL DEGREE PROGRAMME

OTÁVIO DAROS

HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA DA IMPRENSA E DO JORNALISMO NO BRASIL: DO SÉCULO XIX AO XXI

HISTORY OF THE HISTORIOGRAPHY OF THE PRESS AND JOURNALISM IN BRAZIL: FROM THE 19TH TO THE 21ST CENTURY

Porto Alegre, Brasil
Nottingham, United Kingdom
2023

OTÁVIO DAROS

HISTORY OF THE HISTORIOGRAPHY OF THE PRESS AND JOURNALISM IN BRAZIL: FROM THE 19TH TO THE 21ST CENTURY

A thesis submitted in partial fulfillment of the requirements for the dual degree of Doctor of Philosophy (Ph.D.), in a joint collaborative agreement between the Escola de Comunicação, Artes e Design – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul and the School of Arts and Humanities – Nottingham Trent University.

SUPERVISORY TEAM

Prof. Dr. Antonio Carlos Hohlfeldt
Chairman of the examination board and substitute thesis advisor from August 2022 to March 2023 as a professor at PUCRS

Prof. Dr. Francisco Rüdiger
Director of studies and thesis advisor from March 2019 to July 2022 as a professor at PUCRS, and onwards as a volunteer and external professor at UFRGS

Prof. Dr. Olga Guedes Bailey
Supervisor of the international dual degree programme from August 2019 to March 2023 as a professor at NTU

Ficha Catalográfica

D224h Daros, Otávio

História da historiografia da imprensa e do jornalismo no Brasil : do século XIX ao XXI / Otávio Daros. – 2023.
316.
Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Rüdiger.
Coorientador: Prof. Dr. Antonio Carlos Hohlfeldt.
Coorientadora: Profa. Dra. Olga Guedes Bailey.

1. História da imprensa e do jornalismo no Brasil. 2. Jornalismo: revisão, análise e crítica historiográfica. 3. Pensamento jornalístico brasileiro: história. 4. Brasil: teoria e metodologia de pesquisa em jornalismo. I. Rüdiger, Francisco. II. Hohlfeldt, Antonio Carlos. III. Bailey, Olga Guedes. IV. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Bibliotecária responsável: Clarissa Jesinska Selbach CRB-10/2051

OTÁVIO DAROS

HISTORY OF THE HISTORIOGRAPHY OF THE PRESS AND JOURNALISM IN BRAZIL: FROM THE 19TH TO THE 21ST CENTURY

The *viva-voce* examination was held on March 21, 2023.

EXAMINATION BOARD

Prof. Dr. Jorge Pedro Sousa
Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Juremir Machado da Silva
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Luciano Aronne de Abreu
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Tania Regina de Luca
Universidade Estadual Paulista

Prof. Dr. Lúcia Bastos Pereira das Neves
Universidade do Estado do Rio de Janeiro — Deputy

VERSÃO EM PORTUGUÊS DA TESE

Dedico esta tese ao meu economista do coração,
meu irmão Guilherme Daros,
eternamente em minhas memórias,
que sempre muito disciplinado e exigente consigo mesmo,
mas também para comigo,
não admitiria que eu não buscasse dar o meu melhor,
apesar das circunstâncias da vida.

AGRADECIMENTOS

A Francisco Rüdiger, quem me formou pesquisador e, como exige a tarefa, investiu em mim o que há de mais valioso: tempo. Orgulha-me muito ter como orientador aquele que considero, não só entre nós, o estudioso crítico maior da história do pensamento da área de comunicação e jornalismo. Esta tese é materialização de anos que se foram de construção e desconstrução de ideias, de artesanato intelectual e de comprometimento mútuo, entre aluno e professor, orientando e orientador, ao fim, dois pesquisadores, em prol da produção de conhecimento.

A Antonio Hohlfeldt, pelo abraço acadêmico na ausência institucional daquele durante o último semestre de estudos. Intelectual público, gestor cultural, liderança institucional, representante político, figura enciclopédica, eis méritos que reconheço na pessoa deste, cuja convivência inspira a enfrentar desafios que vão muito além dos muros da universidade. Uma honra a minha concluir o doutorado sob a orientação não de um, mas de dois professores agraciados com o reconhecimento máximo da sociedade da nossa área, o Prêmio Luiz Beltrão de Maturidade Acadêmica.

A Olga Guedes Bailey, por ter assumido a responsabilidade de conduzir o projeto de cooperação internacional entre as universidades, o que abriu a possibilidade da dupla titulação. Mais que isso, por viabilizar minha viagem e estadia no Reino Unido, onde pude, além de residir em Nottingham, visitar outros tantos centros históricos e culturais — de Oxford a Edimburgo —, conhecer as respectivas universidades e entrar em contato com professores da área na qual minha pesquisa se insere. Enfim, conciliar qualificação acadêmica e experiência de vida.

A Stefanie Averbeck-Lietz, incentivadora dos meus primeiros passos no exterior, que, em um momento de incertezas de financiamento por parte do governo brasileiro, para iniciar o curso de doutorado por aqui, me convidou para trabalhar o projeto original de minha pesquisa em Bremen, na Alemanha. Depois, por ter me integrado ao laboratório de história da comunicação do Zentrum für Medien-, Kommunikations- und Informationsforschung (ZeMKI), do qual me tornei membro, e onde tive a minha primeira oportunidade de experiência docente fora do país.

A Maria Löblich, pela acolhida na divisão de história da comunicação da Freie Universität Berlin nos meses seguintes à defesa da tese. Durante a temporada como pesquisador convidado no Institut für Publizistik- und Kommunikationswissenschaft (IfPuK), recebi autonomia para organizar minha agenda de trabalho, o que me permitiu

realizar a tradução integral da tese para o inglês e, assim, cumprir o requisito faltante para a conclusão da dupla titulação. Isso somado à experiência, sempre bem-vinda, de poder compartilhar os resultados de pesquisa com colegas de outros contextos.

A meus pais, Léo Daros e Maria Terezinha Waskievicz, e a meu companheiro, Daniel Grings Cedeño, que, perto ou longe, se fizeram presentes e sempre me incentivaram a seguir, sem perder de vista a perspectiva do que pode estar por vir. Especialmente aqueles, por terem permanecido fortes, em um momento tão difícil da vida, que é o enfrentamento do luto, e durante o qual me coube erguer esta tese, aceitando o desafio de aos poucos reaprender a produzir sentidos, mas também a experiência que a reflexão acompanhada da escrita proporciona.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pela concessão das bolsas de mestrado e doutorado, as quais permitiram que este ainda jovem rapaz, oriundo da escola pública do interior, pudesse até aqui chegar.

RESUMO

Quer-se nesta tese recapitular a trajetória e examinar criticamente as transformações do conhecimento histórico sobre imprensa e jornalismo produzido no Brasil. Vai-se da análise dos primeiros relatos, oriundos das atividades do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e seus congêneres provinciais/estaduais, no século XIX e início do XX, até a da produção acadêmica especializada, surgida com a institucionalização da área e posterior expansão da pós-graduação, na virada para o século XXI. Quanto ao protagonismo, verifica-se que houve transição de uma intelectualidade diletante — cujo destaque coube à elite nordestina, e era representada por médicos, juristas e engenheiros que escreviam ocasionalmente sobre o assunto —, até chegar à atual geração universitária, em meio à qual se salienta a atuação das mulheres. Acerca da exposição, a primeira parte ordena e analisa a pesquisa em história da imprensa e do jornalismo, enquanto a segunda focaliza estudos de caso contemporâneos. O que se procura saber e mostrar durante a investigação é: 1) como os historiadores e historiadoras do campo organizam seus conhecimentos sobre o tema? 2) como os achados históricos são apresentados e em que evidências estão fundamentados? 3) a narrativa histórica é construída argumentativamente, de modo a articular os dados coletados e os referenciais teóricos enunciados? 4) as conclusões têm amparo nos resultados extraídos da análise documental? A avaliação disso indica que houve mudanças significativas de abordagem e enfoques de estudo, relacionados tanto ao contexto histórico-social mais amplo, quanto a fatores específicos, relativos ao âmbito institucional da pesquisa. A história das ideias revela que o jornalismo passou por diferentes conceituações no transcurso de um século e meio. Durante o Império e na República Velha, foi visto como meio de instrução pública e espelho dos acontecimentos. Após o Estado Novo, surgiu a tendência a encará-lo como instrumento de manipulação da opinião e uma fonte suspeita. Findo o Regime Militar, passou, enfim, a ser examinado como elemento mediador do debate público e espaço de sociabilidades. A respeito deste último momento, a tese argumenta, em conclusão, que, apesar das atuais pretensões em subordinar a história da imprensa e do jornalismo à da comunicação, o campo ainda carece de empreendimentos historiográficos mais significativos, fora do setor representado pela mídia impressa.

Palavras-chave: História da imprensa e do jornalismo no Brasil; Jornalismo brasileiro: revisão, análise e crítica historiográfica; Pensamento jornalístico brasileiro: história; Brasil: teoria e metodologia de pesquisa em jornalismo.

ABSTRACT

The aim of this thesis is to recapitulate the trajectory and critically examine the transformations of historical knowledge about the press and journalism produced in Brazil. It goes from the analysis of the first accounts, originating from the activities of the Brazilian Historical and Geographical Institute and its provincial/state counterparts, in the 19th and early 20th centuries, to the specialized academic production, which emerged with the institutionalization of the area and subsequent expansion of postgraduate studies at the turn of the 21st century. With regard to protagonism, it is observed that there was a transition from a dilettante intelligentsia — whose prominence fell to the northeastern elite, and was represented by doctors, jurists and engineers who occasionally wrote on the subject —, until reaching the current university generation, in which stands out women's work. Regarding the exposition, the first part organizes and analyzes research in the history of the press and journalism, while the second focuses on contemporary case studies. What is sought to know and show during the investigation is: 1) how do historians in this field organize their knowledge on the subject? 2) how are historical findings presented and what evidence are they based on? 3) is the historical narrative constructed argumentatively, articulating the collected data and the theoretical references? 4) are the conclusions supported by the results extracted from the documental analysis? The evaluation of this indicates that there were significant changes in the approach and focus of the study, related both to the broader historical-social context and to specific factors, linked to the institutional environment of the research. The history of ideas reveals that journalism has gone through different conceptualizations over a century and a half. During the Empire and the Old Republic, it was seen as a means of public instruction and a mirror of events. After the Estado Novo, there was a tendency to treat it as an instrument for manipulating opinion and a suspect source. With the end of the Military Regime, it finally came to be examined as a mediating element of public debate and a space for sociability. Regarding this last moment, the thesis argues, in conclusion, that, despite the current pretensions to subordinate the history of the press and journalism to that of communication, the field still lacks more significant historiographical undertakings, outside the sector represented by the print media.

Keywords: History of the press and journalism in Brazil; Brazilian journalism: review, analysis and historiographical critique; Brazilian journalistic thinking: history; Brazil: theory and methodology of research in journalism.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 8
1.1 Propostas da investigação 11
1.2 Identificação do problema de estudo 16
1.3 Orientação teórico-metodológica 24
1.4 Sumário dos resultados 28
PARTE I — PANORAMA DOS ESTUDOS DE HISTÓRIA SOBRE IMPRENSA E JORNALISMO NO BRASIL 31
2 O IHGB E OS PRIMÓRDIOS DA HISTORIOGRAFIA NACIONAL (1846-1945) 32
2.1 O debate sobre a introdução da tipografia no Brasil Colônia 34
2.2 O reconhecimento da atuação de Hipólito da Costa a favor da Independência 42
2.3 O enaltecimento do progresso da imprensa no Segundo Reinado 49
2.4 Conclusões: intelectualidade diletante e a imprensa como farol da nação 60
3 A TRANSIÇÃO PARA A HISTORIOGRAFIA UNIVERSITÁRIA (1945-1970) 63
3.1 Carlos Rizzini e a virada nos estudos históricos sobre imprensa e informação 66
3.2 Juarez Bahia e a historiografia oriunda dos jornalistas profissionais 73
3.3 Nelson Werneck Sodré e o nascimento de um clássico 77
3.4 José Marques de Melo e a história da imprensa à luz da sociologia da comunicação 81
3.5 Matías Molina e o retorno à história geral dos jornais brasileiros? 86
3.6 Conclusões: os historiadores de ofício e a informação como direito público 89
4 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO CAMPO DE CONHECIMENTO (1970-1995) 93
4.1 O diálogo com as ciências sociais e a diversificação de abordagens 98
4.2 A preocupação com o poder político 105
4.3 O foco no cunho empresarial 113
4.4 Conclusões: a geração universitária e o estudo do jornalismo como ideologia e negócio 119
5 A EXPANSÃO DOS HORIZONTES DE PESQUISA (1995-) 124
5.1 As novas sínteses e a multiplicação de enfoques 128
5.2 Reportagem, literatura e fotografia na Belle Époque 136
5.3 Censura e modernização sob o signo do autoritarismo 144
5.4 Identidade, raça e gênero na mídia militante 152
5.5 Conclusões: entre continuadores e renovadoras, o jornalismo reelaborado como mediador do debate público e espaço de sociabilidades 159
PARTE II — ESTUDOS DE CASO CONTEMPORÂNEOS 166
6 OS PRIMEIROS JORNALISTAS — ISABEL LUSTOSA 167
6.1 Intersecção entre história política e cultural 170
6.2 Os primeiros passos da imprensa 174

6.3 Biografia dos precursores do jornalismo 181
6.4 Conclusões 188
7 A MODERNIZAÇÃO DA IMPRENSA — ALZIRA ALVES DE ABREU 191
7.1 História oral como metodologia 195
7.2 As transformações do jornalismo pós-1950 203
7.3 Conclusões 213
8 DO JORNALISMO À COMUNICAÇÃO — MARIALVA BARBOSA 216
8.1.1 Esboço biográfico 217
8.1.2 Trajetória na pesquisa acadêmica 219
8.2 Explorações teórico-metodológicas 230
8.3 A “história cultural da imprensa” 236
8.4 Fenomenologia do jornalismo 248
8.5 Conclusões 254
9 CONSIDERAÇÕES FINAIS 259
REFERÊNCIAS 274
APÊNDICE — Publicações derivadas da tese e/ou relacionadas ao doutorado 315

1 INTRODUÇÃO

A presente tese de doutorado insere-se no campo da história da historiografia, e tem como objetivo examinar criticamente a evolução e as transformações do conhecimento histórico produzido, em âmbito acadêmico, sobre a imprensa e o jornalismo no Brasil. Trata-se, por outras palavras, de contribuir para a história da historiografia da imprensa e do jornalismo brasileiro, considerando seus autores, abordagens e temas, desde as origens da atividade no país, até os nossos dias.

Pretende-se com esse trabalho de sistematização e análise apresentar contribuição original simultaneamente às tradições do pensamento histórico e jornalístico brasileiro, mediante interpretação e discussão de um conjunto de obras referenciais, mas que só excepcionalmente e de forma individualizada foram elas mesmas objeto de estudo anterior. Em vez de meramente informar as perspectivas teóricas e reproduzir os padrões explicativos que nelas se encontram, propõe-se trabalhar no sentido de interrogar os conteúdos e expor seu significado intelectual.

Para tal empreitada, cabe definir em primeiro lugar o que se compreende por *jornalismo*, demarcando sua diferença com relação à *imprensa*, enquanto conjunto de publicações periódicas impressas, notadamente jornais e revistas. Como observa Francisco Rüdiger (1959*)[1], nosso país "conheceu diversos tipos de imprensa (política, literária, operária, religiosa, humorística, noticiosa), mas nem todas possibilitaram a formação do correspondente jornalismo" (1993, p. 7). O que também pode ser dito a respeito da *mídia*, entendida como todo suporte tecnológico de difusão de mensagem, inclusive jornalística, não só todavia.

O jornalismo é designado ao longo da presente tese, tal como é para o estudioso que a orienta, enquanto

> uma prática social componente do processo de formação da chamada opinião pública; prática que, dotada de *conceito histórico variável* conforme o período, pode se estruturar de modo regular nos mais diversos meios de comunicação, da imprensa à televisão (RÜDIGER, 1993, p. 7, grifo nosso).

Assim, encontram-se, aqui, contemplados estudos jornalísticos independentemente do suporte em que ocorre o exercício da atividade. Apesar dessa

[1] Enquanto trabalho de história intelectual, preocupado com a reconstrução das diferentes gerações acadêmicas, buscou-se informar entre parênteses o ano de nascimento de cada autor estudado, com a indicação de um asterisco quando esse seguir em atividade.

postura inclusiva, o leitor atento logo perceberá que a pesquisa se estrutura a partir de um conjunto extenso de obras históricas que, quase em sua totalidade, priorizam o *jornalismo impresso*. A concentração do foco na imprensa é, em vista disso, uma das características primeiras da produção historiográfica especializada, o que merece atenção, pois perdura como tendência mesmo após o surgimento e a expansão do rádio, da televisão e da internet, como plataformas de informação.

Com tal particularidade, a investigação que se desenvolve está preocupada com os aspectos epistemológicos da produção nacional. Quer dizer, a intenção, com a tese, não é reescrever nem trazer versão alternativa da história do jornalismo ou da mídia no Brasil, mas avaliar o conhecimento histórico produzido de maneira sistemática pelos nomes inscritos na área. Daí a análise operar em nível propriamente historiográfico, que é o de reflexão crítica do saber elaborado sobre o fenômeno.

Como ensina Francisco Falcon (2011), "a história da historiografia é o reconhecimento do caráter histórico do próprio historiar, da própria escrita da história", de modo a pensar a sua natureza; enquanto "a história trata de uma realidade que não existe mais", cabendo ao historiador interpretar vestígios do passado a fim de "transformá-los em uma exposição inteligível" (p. 371-377). Portanto, por *história* entende-se o saber acerca do acontecimento (plano da realidade), enquanto por *historiografia* a história de sua narração e análise (plano do conhecimento).

Isso, posto no estudo do jornalismo, significa que o aparecimento da historiografia não decorre da atuação dos primeiros homens de imprensa, mas daqueles que vieram a se interessar pela narração da história dessa prática social. No caso brasileiro, embora se possa reconhecer o pioneirismo de Hipólito da Costa (1774-1823) à frente do *Correio Braziliense* (1808-1922), convém não confundir a atividade deste com o trabalho historiográfico — visto que sua escrita, ainda que dotada de apreciação, "não configura um processo de observação sistemática, nem tampouco de acumulação de conhecimento sobre a *praxis* noticiosa", como assinalado por José Marques de Melo (2012, p. 12).

Por aqui iniciativas heroicas de pesquisa sobre jornais e revistas, similarmente a de outros elementos da vida política e social, remetem ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), cuja fundação data de 1838. É verdade, no entanto, que não estava a imprensa entre os temas prioritários do projeto originalmente mantido pelo estabelecimento, em meio ao processo de consolidação do Estado nacional (ver

GUIMARÃES, 1988). Pelo menos até a Primeira República, o assunto permaneceu restrito a poucos trabalhos, majoritariamente limitados ao ordenamento cronológico e à descrição sumária dos periódicos. No que se segue, vai-se argumentar que a construção do fenômeno, enquanto objeto de investigação, se efetivaria apenas século depois, na transição para a fase *universitária* da historiografia.

A presente tese desenvolve o argumento de que, a despeito das limitações da produção tradicional oitocentista, os eruditos do IHGB e seus congêneres lograram cultivar ideia segundo a qual os jornais são *espelhos fiéis da nação* e, por isso mesmo, testemunhos autênticos da história de seu tempo. Tal concepção é explicada, a começar, pelo fato de que o periodismo era comum ao grupo de desbravadores da história da imprensa, sendo no mínimo contraditório se não atribuíssem valor documental aos impressos nos quais eles próprios atuavam como articulistas.

Essa posição se alteraria no decorrer do século XX, ao passo que se verifica a profissionalização e, consequentemente, a separação dos ofícios de historiador e jornalista, entre outros. Ao mesmo tempo que permanece bloqueada a emergência da imprensa como objeto acadêmico, esta passa a ser encarada como fonte suspeita por não dispor das qualidades requeridas pelo paradigma cientificista, que passaria a se projetar no âmbito universitário. Tal falta de crédito pode ser atribuída, ainda, à visão emergente, entre a intelectualidade política mais radical, de que, em vez de meios de esclarecimento, os jornais — transformados em empresas de informação — se tornam *instrumento de manipulação da opinião*.

O processo de legitimação do jornalismo enquanto objeto de estudo acompanha, vai-se sustentar, a formação da respectiva área acadêmica, tendo início com as escolas de jornalismo, criadas em meados do século e, a partir dos anos 1970, com os programas de pós-graduação. Começam a aparecer teses e dissertações dedicadas à imprensa periódica, ao passo que esta como categoria é inserida no campo de estudos da comunicação. Evidencia-se à vista disso interferência de ordem institucional no desenvolvimento do plano epistemológico.

Em última análise, o que passaria a importar não é tanto o fenômeno jornalístico, mas o *comunicacional*. No que se denomina *história da comunicação*, o foco de atenção deixa de estar na instituição imprensa e nos sujeitos identificados como jornalistas, e se alterna entre os receptores, sob a convicção de que assim se estaria conduzindo um estudo propriamente *comunicacional*. Na prática, ocorre que o

jornalismo é desconfigurado enquanto categoria de análise, à medida que a imprensa retorna à situação na qual serve basicamente como fonte; agora, todavia, para fins de estudo dos modos de comunicação entre os sujeitos históricos.

Essa seria *a tese da tese*, isto é, o conjunto de argumentos que forma a proposição a ser defendida. Antes de avançar na fundamentação desse raciocínio, ou mesmo de entrar no detalhamento da matriz teórica que orientará a análise crítica da matéria em pauta, procede-se ao relato do percurso da investigação, levando em conta os três primeiros anos de doutoramento e o amadurecimento do projeto.

1.1 Propostas da investigação

A proposta original da pesquisa, submetida para seleção do curso de doutorado em comunicação social na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), e desenvolvida em regime de cotutela e dupla titulação com a Nottingham Trent University (NTU), na Inglaterra, objetivava produzir uma história crítica e analítica das ideias dos estudos sobre jornalismo no Brasil. Após a aprovação do projeto, ao iniciar a pós-graduação, em março de 2019, a primeira atitude na posição de pesquisador foi a de buscar exemplo bem-acabado de quem empreendeu proposta semelhante, fosse em nível nacional ou internacional.

Foi visualizado, pelo menos a realização parcial deste empreendimento de síntese, em *Taking journalism seriously* (2004), livro de autoria de Barbie Zelizer (1954*). Fundamentada na sociologia do conhecimento, a acadêmica da Annenberg School for Communication (ASC), na Pensilvânia, ao revisar a literatura especializada, notadamente aquela produzida nos países anglo-saxões, identificou cinco campos de conhecimento por meio dos quais o jornalismo fora tradicionalmente estudado, a saber: sociologia, história, linguagem, ciência política e análise cultural.

Tomar a investigação de Zelizer como modelo, desde o princípio, não significou reproduzir mecanicamente seus pressupostos epistemológicos, mas ajuizá-los. Também para o autor dessa tese a diversidade de temas e abordagens é um dos elementos identificadores dos estudos de jornalismo; no entanto, nem por isso se compartilha de seu ponto de partida, de acordo com o qual “nenhuma voz no estudo do jornalismo é melhor ou mais autoritária que as outras” (2004, p. 3).

Assumir tal entendimento implicaria em negligenciar as relações de poder que envolvem a produção de conhecimento e, assim, contrapor-se-ia ao propósito de

analisar criticamente como essa dinâmica se dá no caso nacional. Ou seja, avaliar a participação dos atores acadêmicos e intelectuais no processo de formação da área no Brasil, a fim de compreender, por exemplo: quais concepções e abordagens se impuseram em certo período, bem como os méritos e problemas encontrados nas contribuições que compõem o "cânone" da disciplina.

Outro ponto de divergência diz respeito à tentativa de adequação entre o fazer do jornalista e o do pesquisador. No decorrer de seu trabalho, Zelizer demonstra tendência de ignorar que, a despeito das correspondências existentes entre ambos, o campo profissional da prática jornalística e o campo acadêmico de estudo sobre o jornalismo não se equivalem, visto que operam com relativa autonomia. Prova disso é que o enfrentamento de uma questão situada no primeiro não resolve necessariamente aquela que se localiza no segundo, e vice-versa.

Sem atentar para tal dinâmica, acaba a autora propondo análise da matéria acadêmica para intervir no campo da prática jornalística. Ou seja, a tentativa de intervenção na esfera profissional se dá por vias teóricas, quando o mais coerente seria enfrentar os problemas teóricos do campo acadêmico por vias *próprias*. Do contrário, a conclusão fica prejudicada, sem a elaboração de reflexão sobre o significado intelectual dos trabalhos analisados, tendo o foco desviado para a prática profissional, a qual não possui gerência direta sobre o fazer científico.

Já em âmbito nacional, foi José Marques de Melo (1943-2018) o precursor de projeto dedicado ao estudo da história do pensamento jornalístico. A respeito da trajetória do acadêmico brasileiro, cabe pontuar que a origem do seu interesse pelo tema remonta a meados dos anos 1960, quando, ao realizar curso de especialização no Centro Internacional de Estudios Superiores de Comunicación para América Latina (Ciespal), esteve em contato com Raymond B. Nixon (1903-1997), liderança da International Association for Media and Communication Research (IAMCR).

Ainda que não tenha sido objeto de trabalho monográfico, a matéria se encontra fragmentada em vários dos livros de Marques de Melo, entre eles: *Comunicação social: teoria e pesquisa* (1970), *Estudos de jornalismo comparado* (1972), *História do pensamento comunicacional brasileiro* (2003), e *História do jornalismo* (2012). Neste último, o professor emérito da Universidade de São Paulo (USP) esboça periodização daquelas que seriam as fases paradigmáticas da tradição brasileira. O primeiro período descrito é o de *emancipação*, no século XIX, caracterizado pelo afastamento

gradual das matrizes remanescentes da colonização. Entre *embrionários* e *precursores*, figuras heroicas como Frei Caneca (1779-1825), Evaristo da Veiga (1799-1837) e Joaquim Serra (1838-1888).

A geração seguinte seria composta por políticos e jornalistas como Rui Barbosa (1849-1923), Barbosa Lima Sobrinho (1897-2000) e Carlos Lacerda (1914-1977), além de acadêmicos pioneiros como Carlos Rizzini (1898-1972), Danton Jobim (1906-1978) e Luiz Beltrão (1918-1986). Esse seria o período de *identificação*, no contexto do regime republicano, quando o nosso jornalismo teria se *abrasileirado*. Por fim, a partir da virada para o século XXI, entrar-se-ia no período de *autonomização*, representado por nomes como Adelmo Genro Filho (1951-1988), Nilson Lage (1936-2021) e Cremilda Medina (1942*), entre os quais

> percebe-se, claramente, duas correntes de ideias: uma *problematizadora*, muito focada na busca de soluções capazes de renovar o universo jornalístico; outra *institucionalizadora*, mais preocupada com a legitimação acadêmica da área (MARQUES DE MELO, 2012, p. 88).

Ao examinar esse e outros pontos de vista do autor — que, não se pode esquecer, é personagem de destaque da história que ajudou a escrever —, trabalha-se aqui para cultivar interpretação própria sobre a tradição, com base em análise documental independente. Nessa direção, o primeiro passo foi levantar a literatura especializada, desde os primeiros artigos publicados na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, em meados do século XIX, até monografias oriundas dos programas de pós-graduação da área, estes abertos na década de 1970 em diante.

Foram consultados presencialmente os acervos da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e virtualmente de outras tantas, além da Biblioteca Nacional (BN) e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Também foi importante contar com o serviço de digitalização de teses e dissertações oferecido, gratuitamente, pelas bibliotecas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e da Universidade Federal Fluminense (UFF), por meio do qual se teve acesso a trabalhos completos defendidos, não só na área de comunicação, antes dos anos 2000.

Ao longo dos dois primeiros semestres de pesquisa, foram manuseadas mais de 400 obras, incluindo teses e dissertações que se revelaram possuidoras das mesmas qualidades dos livros publicados por editoras universitárias ou comerciais.

Nesta fase exploratória, foi montado um quadro com nome da autoria, título e ano de publicação de cada obra, com a finalidade de gerar uma primeira tela do *corpus* bibliográfico. O avanço dessa etapa de sistematização permitiu que novos itens fossem identificados, de modo a serem adicionados ao quadro original. Por outro lado, como o estudo final restringiu-se à literatura de autoria brasileira publicada no país, títulos fora desse universo, mesmo que já catalogados, não foram objeto de escrutínio. Ao fim do exercício, o período abrangido foi de 1846 a 2022.

No primeiro breve contato com cada exemplar, foram pré-selecionados aqueles que, de fato, consistiam em estudos jornalísticos, para então proceder à análise qualitativa. É verdade que muitos deles geram dúvidas: se está lendo um estudo propriamente sobre jornalismo ou um estudo em que o jornalismo não é em si o objeto de análise, mas somente fonte documental para conhecimento sobre outro fenômeno cultural? Em muitos casos, o jornalismo aparece simultaneamente como fonte e objeto e, em outros, verifica-se a alternância de ambas as propostas de investigação. Dito de outra maneira: o próprio autor do trabalho não demonstra clareza sobre o que está focalizando. Por essa e outras razões, a seleção do *corpus* foi sendo lentamente refinada ao longo dos meses, com novas leituras dos materiais.

Cerca de 300 obras foram mantidas na etapa seguinte do levantamento. O material selecionado recebeu primeiramente tratamento do tipo classificatório: até então em ordem cronológica, as obras foram reorganizadas, levando em conta, desta vez, seus aspectos teórico-metodológicos. Das disposições que se mostraram possíveis, optou-se pela separação a partir das abordagens identificadas: sociológica, histórica, linguística etc. Ou seja, a estratégia adotada foi a mesma da de Zelizer. Entretanto, desde o começo, observou-se que o material brasileiro possuía tendências particulares em relação ao caso anglo-saxão. Por exemplo, um número significativo de estudos brasileiros era de natureza teórica, em comparação aos estudos norte-americanos, nos quais predominava a sociologia empírica.

A autovigilância foi constante para não suprimir essa e outras diferenças, pois, embora a investigação de Zelizer tenha sido tomada como modelo, o esforço foi para pensar a matéria comparativamente, em vez de enquadrá-la na sistematização já existente. Do contrário, estaria se fazendo da literatura nacional caricatura da internacional e, portanto, inviabilizando a descoberta de tendências específicas. Para não correr esse risco, o movimento empreendido foi na direção de, primeiramente,

observar as abordagens que emergiram dos estudos selecionados para, só então, delinear uma sistemática de síntese.

Do exame classificatório, passou-se à interpretação do conteúdo das obras, operação que se distinguiu da anterior pelo caráter qualitativo. Se fosse aquele o último procedimento, a tese estaria muito próxima de um estado da arte da pesquisa em jornalismo no Brasil. Para ir além da catalogação e revisão, foi necessário desenvolver tanto interpretação, quanto discussão do material, cujo aprofundamento se deu à medida que houve desafios, colocados pelos construtos teóricos e metodológicos, bem como pelos resultados empíricos trazidos por cada pesquisador.

Dessa maneira, obras que inauguraram uma linha de investigação ou apresentaram outro tipo de inovação não receberam o mesmo espaço das demais. Não que estas tenham sido negligenciadas em favor das primeiras, uma vez que contribuições “menores”, por exemplo, permitem evidenciar a continuidade de uma certa linha de pesquisa e, assim, ajudam a compreender o desenvolvimento da tradição como um todo. Ignorá-las seria, portanto, um erro tão grave quanto lhes atribuir o mesmo valor das obras com maior sofisticação teórica e/ou analítica.

Para a reconstrução documentada de cada campo de conhecimento sobre jornalismo, os estudos foram agrupados a partir da semelhança em termos de abordagem, e depois subdivididos a partir dos respectivos núcleos teórico-metodológicos. Com isso, foram sendo identificados os nomes pioneiros e os continuadores de cada campo; como as obras de autores situados na mesma linha se relacionam, e como se aproximam ou não daqueles de outras linhas; as tendências e os problemas mais comuns apresentados por eles; e as ideias de jornalismo que marcaram cada grupo e o tratamento conferido ao fenômeno.

Na transição para o terceiro ano de doutorado, avaliou-se que a tese em construção se aproximava da proposta pretendida: um estudo de síntese sobre as tendências de pesquisa e de teoria sobre jornalismo no Brasil. Por outro lado, o apanhado acabava por não se firmar como uma tese no sentido estrito da palavra, entendida enquanto trabalho acadêmico especializado, que vislumbra esgotamento do tema em exame. A investigação em várias frentes (sociologia do jornalismo, história do jornalismo, linguagem do jornalismo etc.) impedia tal realização, ao propiciar, na verdade, o desenho de um quadro amplo e genérico sobre a matéria.

Em virtude disso, tomou-se a decisão de seguir por uma das linhas descritas e, a partir dela, reconfigurar toda a tese, com a preocupação de alcançar, ao fim, uma unidade de argumentação coerente em torno do tema delimitado. A escolha, no caso, foi pelos estudos históricos, em razão desse ter se mostrado o segmento que primeiro se desenvolveu em nosso país, bem como por ter apresentado continuidade, desde o século XIX. Resumindo: a escrita da história dos estudos sobre jornalismo reduziu-se à dos estudos históricos sobre jornalismo, mas com recuo até a fase pré-universitária.

Os achados obtidos até aquele momento não foram descartados. A ampla análise sobre o tema serviu tanto de fundamentação, quanto de balizamento para a proposta focada na historiografia do jornalismo, como se detalhará a seguir. Ainda, as observações realizadas, entre 2019 e 2020, foram acuradas e apresentadas na forma de artigos, em periódicos nacionais e internacionais de referência no campo, entre os quais alguns classificados como A1 ou A2 pelo Qualis Capes: *Media, Culture & Society*, *Journalism Studies, e Journalism & Mass Communication Educator* (ver APÊNDICE — Publicações derivadas da tese ou relacionadas ao doutorado).

1.2 Identificação do problema de estudo

Os últimos dois anos de pesquisa foram concentrados, enfim, na produção historiográfica sobre jornalismo. Essa nova delimitação exigiu imersão na disciplina de história da historiografia, que no projeto anterior, dada a generalidade da matéria em exame, não se impunha. Com a mudança de direção, foi preciso buscar fundamentação especializada, uma orientação teórico-metodológica para conduzir a análise das obras históricas já fichadas. Como será exposto na sequência, tal norte epistemológico foi fornecido pelo historiador e filósofo alemão Jörn Rüsen (1938*), professor emérito da Universität Witten/Herdecke (UWH).

Ao mesmo tempo, tornou-se essencial conhecer as tendências da historiografia brasileira, pois sem o conhecimento dessas, ficaria impossibilitada a compreensão de como os estudos históricos sobre jornalismo se relacionam, ao longo de seu desenvolvimento, com a produção nacional. A entrada no campo se deu com a leitura de textos escritos pelos seguintes nomes, em especial: José Honório Rodrigues (1913-1987), Francisco Iglésias (1923-1999), José Roberto do Amaral Lapa (1929-2000), Emília Viotti da Costa (1928-2017), Ciro Flamarion Cardoso (1942-2013), Francisco Falcon (1933*), Fernando Novais (1933*), José Jobson Arruda (1942*),

Angela de Castro Gomes (1944*), Margareth Rago (1948*), Ronaldo Vainfas (1956*), José Carlos Reis (1962*) e Jurandir Malerba (1964*).

Por exemplo, *A história em questão* (1976) de Lapa, embora datado enquanto exame da produção contemporânea, oferece conceituação básica, que permanece atual e consistente: "*conhecimento histórico* é o que resulta do processo limitativo de conhecimento e reconstituição, análise e interpretação" de um objeto; "vindo a *historiografia* ser a análise crítica do conhecimento histórico e desse conhecimento, enquanto conhecimento, isto é, um conhecimento científico que se perfila pelos métodos, técnicas e leis da ciência histórica" (p. 15). Acrescendo:

> A historiografia não deve ser, portanto, mera enumeração de autores e obras, numa desambiciosa descrição do que se escreveu em história. Antes, deve captar em profundidade o conteúdo das obras, da palavra, das ideias e da própria ação dos historiadores ao longo da sua vida, com todas as suas implicações, procurando interpretar o seu significado, enriquecendo-o assim, ao mesmo tempo que deve dar sempre, numa visão de conjunto, a perspectiva da evolução dos estudos de história, dos rumos que até então seguiram e a projeção futura que podem ou não vir a assumir. A historiografia deve arrogar a si o próprio pensamento histórico, que é o seu objeto, isto é, não simplesmente o estudo da maneira de escrever a história, mas a recriação da história, com toda a carga de responsabilidades em que essa tarefa implica (LAPA, 1976, p. 17).

Com isso em vista, procurou-se identificar aqueles que, em algum momento anterior, assumiram essa tarefa dentro do segmento jornalístico. Ou seja, quem foram os nomes que, em vez de se dedicarem à escrita da história do fenômeno em si, se engajaram propriamente no estudo do que foi produzido por seus historiadores. É claro, sem negar o fato de que a maioria dos pesquisadores, antes de proceder ao trabalho de reconstituição da trajetória de um jornal ou revista, por exemplo, investe em revisão bibliográfica, justamente para conhecer o que foi escrito sobre o periódico em estudo ou mesmo para contextualizá-lo dentro de um universo maior.

Novamente, José Marques de Melo aparece como autor que melhor ilustra o caso em discussão, visto possuir trabalhos que se dividem entre história da imprensa e história do pensamento jornalístico. Mas há que se considerar que grande parte dos livros publicados por ele, na realidade, são compilações de artigos e ensaios, desiguais em forma e em conteúdo, e apresentam alternância de enfoque: alguns títulos começam priorizando aspectos da implantação e do desenvolvimento da imprensa, depois passam para o relato do aparecimento das primeiras pesquisas

sobre o assunto, até a criação e institucionalização da área acadêmica da comunicação (ver MARQUES DE MELO, 1973, 2003, 2012).

Além do mais, enquanto empreendimento historiográfico, o conjunto da obra carece de padrão analítico. No que concerne aos escritos alinhados à segunda proposta de estudo, alguns constituem-se em exames da vida e obra dos desbravadores do campo, outros se restringem a relatos biográficos, e outros tantos focalizam uma única questão de toda a obra de certo investigador. O tratamento também é desproporcional entre as diferentes gerações, sendo as contribuições dadas pelos contemporâneos objeto de comentário menor. Há menção a títulos recém-publicados, mas geralmente não se entra em seus conteúdos. Dessa maneira, não se alcança, ao fim, um estudo sistemático da produção historiográfica.

Uma leitura mais metódica da documentação é conferida no projeto iniciado, mas não continuado, por Richard Romancini (1971*), autor de alguns artigos de cunho historiográfico sobre a temática. Seu interesse esteve principalmente voltado à produção dos institutos históricos, na transição para o século XX (ver ROMANCINI, 2004a, 2004b). No que se refere à matéria contemporânea, sua tendência também foi a de comentar o leque de temas que se abriu com a expansão da área, sem entrar, contudo, nas questões de ordem epistemológica (ver ROMANCINI, 2007).

Ênfase essa é percebida na dissertação de Felipe Simão Pontes (1984*), *Teoria e história do jornalismo: desafios epistemológicos* (2009), pela qual propõe uma história da pesquisa universitária em jornalismo, a partir das suas relações com a historiografia. Para tanto, o estudioso levantou teses em história do jornalismo, defendidas em programas de pós-graduação em comunicação, a fim de analisar as conceituações de *jornalismo* e *história* empregadas, bem como as estratégias teóricas e metodológicas acionadas pelos pesquisadores da disciplina.

A conclusão a que chega é a de que, na maioria das teses, “a teoria do jornalismo encontra pouco espaço”, sendo “comum a utilização de conceitos e fundamentações teóricas de outros campos que não jornalismo e história” (p. 213) — e, sim, ciências sociais e da linguagem, sobretudo. “Como o jornalismo não é trabalhado nas premissas teóricas, abre-se espaço para que outra área exerça o papel de criticar o produto jornal colocando a pretensão teórica do jornalismo à margem”, sem dar “conta de sua complexidade como objeto de estudo” (p. 205).

Pontes tangencia nesse sentido questão importante, ainda que não a desenvolva: as teses em história do jornalismo são assim classificadas por apresentarem um recorte histórico, porém, mais do que um diálogo com outras disciplinas, o que se verifica é que elas estão alicerçadas teórico e metodologicamente nestas últimas, carecendo de fundamentação na ciência histórica. Posta essa constatação, caberia o questionamento: estas podem com isso ser consideradas efetivamente teses em história, ou seriam, na verdade, análises sociológicas, semiológicas etc. sobre a prática jornalística, em determinada época?

Ademais, convém notar os distanciamentos em termos de construção do objeto de pesquisa, entre a dissertação de Pontes e a presente tese de doutorado. Para o autor desta, com a estratégia de selecionar apenas as teses oriundas dos cursos de pós-graduação em comunicação, impede-se a realização de um trabalho panorâmico de história da historiografia do jornalismo, havendo o risco de produzir uma imagem deformada da tradição. Como o leitor poderá constatar ao longo da exposição, parte significativa das contribuições para a especialidade vieram de fora dos departamentos de comunicação e jornalismo.

E antes disso, como já assinalado, existe toda uma tradição pré-universitária, remetendo aos tempos de ascensão dos antigos institutos históricos, além de outros estabelecimentos do gênero. Mesmo após a decadência desses e com a criação dos cursos superiores, tanto de história, quanto de jornalismo, pode-se afirmar, aliás, que as principais contribuições para a pesquisa em história da imprensa e do jornalismo permaneceram emanando de fora do ambiente estritamente universitário. As obras de Nelson Werneck Sodré (1911-1999) e de Juarez Bahia (1930-1998), respectivamente, historiador de ofício e jornalista profissional, dão evidência disso.

Ao não levar em conta essas nuances, se estaria aqui produzindo uma tela incompleta desse segmento da produção historiográfica nacional. Dada a progressiva expansão das áreas de pesquisa em história e comunicação, fica impossibilitada, decerto, a realização de mapeamento integral e exame qualitativo de todos os trabalhos publicados sobre o assunto no país, desde a abertura do IHGB. O fundamental, no entanto, em vez de um arrolamento exaustivo ou uma amostra extremamente delineada, é garantir que as obras históricas selecionadas constituam um conjunto representativo da respectiva tradição de pensamento.

Como observa Fernando Novais (2005), o montante como um todo é diverso, sendo composto por manuscritos “produzidos individualmente, isto é, não ligados a nenhuma instituição; outros, ligados a instituições não-universitárias (como academias, institutos históricos etc.); e, finalmente, a produção dos institutos universitários” (p. 295). Essa constatação nos leva a pensar nas características específicas de cada historiografia, visto que, ainda segundo ele, não raro, os estudiosos se limitam a dizer que há uma historiografia universitária e outra que é anterior; essa apreendida como tradicional, o que merece esclarecimento:

> Usualmente, contudo, por tradicional entende-se *narrativo*, diz-se, impropriamente, *descritivo*, sendo o moderno *interpretativo*. Ora, isso envolve o equívoco de pensar que possa haver uma narração de eventos que não seja, ao mesmo tempo, interpretação; como se fosse possível uma narração em estado de graça. A verdadeira distinção é entre uma interpretação explícita e outra implícita, sendo um excelente desafio, um ótimo exercício crítico precisamente *explicitar* a visão embutida numa obra *tradicional* (NOVAIS, 2005, p. 296).

No caso da historiografia da imprensa e do jornalismo, até a primeira metade do século XX, tomou-se nota de uma produção formada basicamente por inventários cronológicos, díspares em tamanho, porém semelhantes no tocante à narração. Publicados em quase sua totalidade como artigos nas revistas dos institutos históricos, alguns não ultrapassam 10 páginas, enquanto outros contêm 600, 700, 800. A preocupação foi em não menosprezar todo esse conjunto frequentemente adjetivado como amador, descritivo, narrativo etc. Pelo contrário, buscou-se atentar para o significado da narrativa criada a partir desses textos, quem eram seus propositores, e como tal escrita — a da história dos jornais e revistas — estava intimamente vinculada ao projeto de consolidação do Estado nacional.

Desse amontoado de inventários sobre a implantação da imprensa no país, produto de uma historiografia militante da elite intelectual oitocentista, passou-se para o exame de um conjunto de livros de síntese, surgidos entre meados das décadas de 1920 e 1970 — período que pode ser demarcado como passagem para a historiografia universitária. Até aqui, predominava o perfil de historiadores de ofício. Com a institucionalização da pós-graduação, durante a Ditadura Militar, essa situação se transformou em definitivo e a produção em discussão começou a se concentrar nos departamentos de história e de comunicação social, sendo em grande parte resultado

de teses e dissertações. Essas se diferenciam dos relatos anteriores principalmente, mas não só, por preocupações de ordem teórico-metodológica.

Verifica-se que, desde então, também a pesquisa em história do jornalismo importou problemas, conceitos e métodos das ciências sociais. Tal diálogo e a crença no caráter científico da história "conduziu, em especial, à afirmação da necessidade de passar de uma *história-narração* a uma *história-problema* mediante a formulação de hipóteses de trabalho", nas palavras de Ciro Flamarion Cardoso (1997, p. 7). Historiador da Revolução Francesa, François Furet (1979) já escrevia que esse modo de historiar conceitualizado se distingue por trabalhar "elementos de explicação explicitamente formulados", à medida que "descobre e constrói fatos históricos destinados a dar apoio à explicação proposta e alarga, assim, consideravelmente o domínio da história propriamente dita, ao recortá-lo e especificá-lo" (p. 96-97).

Tal complexificação do fazer historiográfico serviu de estímulo para retrabalhar o *corpus* bibliográfico da tese, inclusive pensando em possibilidades de sistematização da matéria, a partir das perspectivas teóricas visualizadas nos estudos selecionados. Inicialmente, tentou-se dividi-los conforme as orientações que se fizeram mais relevantes no desenvolvimento da tradição brasileira. Estudiosos como Carlos Fico e Ronald Polito (1994) afirmam que, a despeito da "multiplicação progressiva de objetos, problemas e enfoques historiográficos", permanecem as *hierarquias* e, nesse sentido, "as influências mais profundas vêm do marxismo e da historiografia francesa, ambos em seus diversos matizes" (p. 163).

No entanto, essa divisão paradigmática entre o marxismo e a escola francesa, notadamente dos Annales, não se revelou adequada para o caso dos estudos de jornalismo, em razão da formação bastante eclética dos pesquisadores inscritos na disciplina. Essa característica se reflete na natureza das obras, de modo que também não foi viável classificá-las — pelo menos a maioria delas — como sendo de história social, ou econômica, ou política, ou história cultural. Foi necessário proceder a uma sistematização alternativa que considerasse simultaneamente tendências históricas (dos períodos da história) e jornalísticas (dos temas do jornalismo).

Assim, o quadro geral da historiografia brasileira sobre imprensa e jornalismo aqui esboçado segue uma lógica ao mesmo tempo cronológica e temática, sem ignorar que parte da produção tem como marca a multidisciplinaridade. Por exemplo, em vez de uma história propriamente cultural da imprensa e outra econômica,

verificou-se que uma parcela dos trabalhos levantados, especialmente aqueles oriundos da área de letras, enfoca as relações entre periodismo e literatura no período caracterizado como Belle Époque; e outra parcela, ligada à sociologia e à economia política, evidencia a transformação do jornalismo em empresa capitalista, no contexto de reformas econômicas, na transição para a segunda metade do século XX.

O leitor poderá, igualmente, notar que as seções não se limitam a reunir trabalhos publicados em determinada data. Na verdade, o propósito foi o de identificar em que período se encontra a produção mais expressiva sobre certo tema, e ao realizar a exposição das contribuições acerca, trazer para a discussão novas proposições, assinadas por nomes que se revelaram atualizadores ou renovadores da tradição. Dessa forma, os trabalhos são comentados individualmente, mas também são colocados em diálogo e tensão com outros de proposta similar, ainda que uma porção deles não seja exclusivamente da área de história.

Concluído o esboço do quadro geral, buscou-se, ainda, identificar as figuras que se mostram mais contributivas, com o intuito de examinar detidamente a reunião de textos apresentado por cada uma delas. Ou seja, as autorias que não entregaram obra isolada sobre a história do jornalismo, mas que seguiram explorando o assunto ao longo das décadas. De uma macroanálise da produção historiográfica passou-se, assim, para uma microanálise, por meio da qual se pretendeu compreender as eventuais mudanças de abordagem e até mesmo de padrão explicativo sobre o fenômeno jornalístico, ao longo das respectivas trajetórias individuais.

Nesse sentido, julgou-se que seria proveitoso, até para efeito comparativo, examinar a obra especializada de alguém que obteve a formação primeira no campo da história e, em algum momento, enveredou pela pesquisa em jornalismo; e outra, que percorreu o caminho inverso: realizou a graduação em comunicação social, seguida de pós-graduação em história. No tocante a este grupo — o de comunicólogos com interesse em história —, o nome que emergiu com mais força foi o de Marialva Barbosa (1954*), professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, responsável pela escrita ou organização de mais de duas dúzias de livros, além de ter publicado cerca de 100 artigos em periódicos científicos.

Referente ao outro grupo, chegou-se aos nomes de: Alzira Alves de Abreu (1936-2023), pesquisadora da Fundação Getulio Vargas (FGV); Maria Helena Capelato (1945*), professora da Universidade de São Paulo (USP); e Tania Regina

de Luca (1957*), da Universidade Estadual Paulista (Unesp). Durante a fase de revisão da literatura, optou-se por desenvolver análise da obra da primeira historiadora, tendo em vista que, ao tratar do tema da imprensa, aborda em especial a dimensão jornalística; enquanto a segunda, a partir da década de 1990, dedicou-se ao estudo da propaganda política nos regimes militares; e a última trabalha sobretudo com revistas culturais e literárias, contemplando um universo intelectual variado.

Outra autora que mereceu destaque foi Isabel Lustosa (1955*), pesquisadora veiculada à Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB). Embora graduada em ciências sociais e pós-graduada em ciência política, pesou o fato de ela se identificar como historiadora da imprensa e biógrafa de Hipólito da Costa, sendo responsável por livros monográficos sobre ambos os tópicos. Avaliou-se que seria oportuno inclui-la na segunda parte da tese, destinada aos estudos de caso, não só por se diferenciar da formação acadêmica de Marialva Barbosa e de Alzira de Abreu, mas também por ter se especializado em tema que é secundário na obra de síntese da primeira e não é explorado pela segunda: o nascimento do jornalismo brasileiro.

O que motivou o debruçamento sobre as produções individuais foi a possibilidade de descobrir e refletir sobre as diferenças, tanto de aparato teórico-metodológico, quanto de contribuição empírica, apresentada por cada uma delas. Em complementação à pesquisa bibliográfica — que levou em conta preferencialmente livros, capítulos em coletâneas e artigos em periódicos de autoria única —, recorreu-se a documentos auxiliares, como entrevistas e depoimentos, com a finalidade de conectar a produção intelectual das investigadoras às suas respectivas trajetórias acadêmicas, a partir de seus contextos de formação e atuação profissional.

A investigação foi desenvolvida sob o pressuposto de que as historiadoras nem sempre seguiram as mesmas perspectivas analíticas, ao mesmo tempo que as interpretações são, em alguma instância, produtos das transformações que se processaram no próprio campo, ao passo, por exemplo, que novas concepções e abordagens foram introduzidas ou entraram em decadência. Para tanto, além do *corpus* bibliográfico, foram consideradas referências de teoria e metodologia da história. Do contrário, não se poderia ajuizar nem mesmo situar devidamente os estudos jornalísticos dentro dos marcos da historiografia nacional e internacional.

Significa que a presente análise não foi elaborada livremente, isto é, não se trata da crítica pela crítica, menos ainda de tentativa de corrigir a investigação

daqueles que lidaram com fontes primárias (jornais, revistas etc.). Como já esclarecido, quer-se aqui realizar exame crítico-reflexivo, pois epistemológico, do legado, em nível de conhecimento histórico, das historiadoras e historiadores da imprensa e do jornalismo brasileiro. E para tal empreendimento historiográfico, foi preciso que antes se buscasse fundamentação teórico-metodológica no campo.

1.3 Orientação teórico-metodológica

Referência na disciplina de teoria e metodologia da história, Jörn Rüsen é quem fornece a base epistemológica para o exame da produção historiográfica descrita previamente. Nos três volumes que compõem sua obra maior, *Grundzüge einer Historik* (1983-1989), publicada em português sob o título de *Teoria da história* (2001-2007), o historiador e filósofo alemão parte de reflexão de ordem existencial — a história traduz-se na atividade de atribuir sentido à experiência do passado, a fim de orientar o agir humano no tempo presente —, para pensar os princípios e fundamentos da história enquanto ciência.

Catedrático da Universität Bielefeld, Rüsen é considerado "o mais importante expoente contemporâneo da tradição de reflexão sobre as ciências humanas associada ao nome de Johann Gustav Droysen" (1808-1884), pensador reconhecido

> por ter realizado uma síntese de três perspectivas teóricas que, até então, nunca haviam sido interconectadas de forma sistemática: a teoria da historicidade do mundo humano — exposta exemplarmente pela filosofia da história de Hegel —, a teoria do conhecimento histórico e a teoria do método histórico. Tal síntese foi concebida por Droysen no contexto do processo de autonomização da história como disciplina acadêmica, processo este iniciado nas universidades alemãs entre o final do século XVIII e a primeira metade do século XIX (ASSIS, 2010, p. 8-9).

Desde sua tese sobre o legado de Droysen, Rüsen dedica-se a elaborar sua própria teoria geral da história como ciência, entendida como o conjunto de operações intelectuais reguladas metodicamente, mediante as quais se poderia obter a validação do conhecimento histórico. A ciência histórica é, nessa visão, necessariamente um pensamento metodizado; logo nem todo o pensamento histórico configura-se como uma forma de ciência, sendo histórico-científico somente aquele pensamento que se distingue dos demais "não *pelo fato* de que pode pretender a verdade, mas pelo modo

como reivindica a verdade, ou seja, por sua regulação metódica" (RÜSEN, [1983] 2001, p. 97). Completando:

> E ele procede metodicamente à medida que as fundamentações de suas pretensões de validade se tornam parte integrante da própria história. As histórias são especificamente científicas, por conseguinte, quando a fundamentação sistemática de sua pretensão de validade é parte essencial delas mesmas, ou seja, *quando elas são narradas de forma continuamente fundamentada* (RÜSEN, [1983] 2001, p. 99).

.

Tal formulação pode ser considerada uma "resposta a pelo duas transformações que marcaram a história da historiografia ao longo do século XX", ainda segundo Arthur Assis (2010, p. 10), um de seus principais interlocutores no Brasil. A primeira delas "relaciona-se com a ampliação dos objetos de estudo do conhecimento histórico e com a consequente multiplicação das estratégias de pesquisa histórica". Outra diz respeito à chamada *virada linguística*, marcada pela intervenção dos teóricos pós-modernos, a exemplo de Hayden White (1928-2018), para quem "a historiografia não é senão um gênero literário" (p. 10-12).

A fim de confrontar os desafios colocados tanto pelo giro linguístico, quanto pelo movimento pós-moderno, à historiografia contemporânea, Rüsen trabalha no sentido de desenvolver um sistema geral de teoria da história. Seu projeto é filosófico e dialético, pois, "com o fito de atingir uma síntese que mantenha *insights* de ambos os oponentes, ele procura articular as tendências opostas e discernir de que modo específico eles se contradizem" (WIKLUND, 2008, p. 24).

A pretensão é com isso desvelar princípios comuns a todos os estudos históricos. Tais princípios — nomeadamente: *interesses*, *ideias*, *métodos*, *formas* e *funções* — comporiam o que é denominado de *matriz disciplinar*. Amparado nesse construto epistemológico é que Rüsen desenvolve toda sua teorização acerca do processo pelo qual a pesquisa científica, pautada por regras metódicas, produz conhecimento histórico servido de conteúdo empírico.

O primeiro princípio seriam os *interesses*, em referência às carências de orientação ligadas à vida prática contemporânea e que cumprem o despertar do interesse cognitivo pelo passado. Por sua vez, as *ideias*, enquanto perspectivas orientadoras da experiência do passado, são descritas como fatores que transformam as carências em interesses para a produção de saber histórico. Esse seria o princípio da matriz disciplinar responsável por atribuir ao passado a qualidade de histórico, isto

é: dar significância às experiências anteriores, que até então eram dados localizados no passado (RÜSEN, [1983] 2001, p. 30-32).

O terceiro princípio seria o *método*, que envolve o processo de submissão das ideias às regras da investigação empírica, possibilitando que as experiências do passado se tornem cognoscíveis pelo historiador no presente (RÜSEN, [1983] 2001, p. 33). O conhecimento elaborado, por meio desse procedimento de pesquisa regulado metodicamente, precisa ser comunicado, e a narrativa é apresentada como a *forma* que o pesquisador encontra para exprimir o conteúdo da sua compreensão (ver MARTINS, 1992, p. 63-64). Por fim, tem-se as *funções* que o conhecimento histórico cumpriria ao retornar à vida em sociedade, referidas como funções de orientação existencial, posto que o saber gerado deve estar conectado às relações sociais das quais se originou (RÜSEN, [1983] 2001, p. 34-35).

A partir desse conjunto de princípios, a pesquisa histórica pode ser definida, nas palavras dele, como o "processo cognitivo, no qual os dados das fontes são apreendidos e elaborados para concretizar ou modificar empiricamente perspectivas (teóricas) referentes ao passado humano". Ou simplesmente: "o trabalho de responder empiricamente às perguntas históricas", de modo a obter um "conhecimento histórico controlável" (RÜSEN, [1986] 2007, p. 104-105).

Esse processo de produção de conhecimento tem início, de acordo com ele, quando o historiador formula uma pergunta histórica e dirige-a às fontes, com o intuito de apreender as informações necessárias para elaboração de uma resposta adequada. A matéria-prima são as fontes, pois é por intermédio delas que os fatos se manifestam perceptivelmente e que, assim, se pode alcançar a realidade das experiências do passado. Isto é, documentá-las. Independentemente de quais sejam os documentos disponíveis, é preciso tratá-los de maneira a garantir condições para a realização do trabalho de reconstrução do passado.

Para Rüsen, o processo que regula a transformação dos dados em fatos históricos é constituído por operações processuais — *heurística*, *crítica* e *interpretação* — e substanciais — *hermenêutica*, *analítica* e *dialética* —, todas em constante interação. Série essa que proporcionaria unidade ao método histórico, e que começaria pela *heurística*, enquanto seleção e hierarquização das fontes, levando em conta a formulação da pergunta histórica. Essa etapa é seguida da *crítica*, mediante qual os conteúdos informativos das fontes são submetidos à avaliação (p.

112). Por meio da *interpretação*, finalmente adquirem qualidade de fatos históricos, representando experiências humanas do passado. Nessa operação, os fatos são enquadrados em seu contexto narrativo e organizados em determinada sequência, tornando o saber produzido apresentável (p. 113-115).

As operações *processuais* seriam combinadas com as *substanciais*, que dizem respeito à forma como o conteúdo das experiências do passado, obtido por meio das fontes, pode ser apurado. Com início pela *hermenêutica*, que possibilitaria uma interpretação da subjetividade humana, capaz de explicar as permanências e modificações temporais como uma cadeia de intenções dependentes do sujeito de referência (p. 136-143). Na *analítica*, o enfoque seria retirado das intenções internas do agir do sujeito, e seria colocado nos condicionantes externos que agem sobre as intenções. Isso significa que a qualidade subjetiva dos fatos históricos, extraídos das fontes por meio da hermenêutica, tem seus limites fixados analiticamente pelas condições objetivas do contexto (p. 164). E, finalmente, por meio da *dialética*, seria desenvolvida uma espécie de mediação entre ambas operações substanciais:

> Mediadas heuristicamente, a hermenêutica e a analítica relativizam mutuamente suas perspectivas: a subjetividade dos contextos compreensíveis de sentido é objetivada historicamente e a objetividade dos contextos causais reconstrutíveis é historicamente subjetivada (RÜSEN, [1986] 2007, p. 160-161).

A dialética garantiria, assim, que os fatos históricos alcancem ao mesmo tempo efetividade concreta — protegendo-os do reducionismo linguístico — e forma superior de objetividade histórica — sendo criticamente interpretados:

> O caráter abstrato dos fatos obtidos analiticamente ganha a qualidade concretizadora de seu significado hermenêutico. Na medida em que fixa os limites da compreensão imanente dos dados objetivos na perspectiva dos agentes, a facticidade abstrata dos fatos analíticos possibilita uma compreensão histórica abrangente (RÜSEN, [1986] 2007, p. 164).

O que Rüsen pretende com sua teoria geral da história como ciência é, em suma, provocar o *despertar* da razão histórica, isto é, o seu caráter argumentativo indissociável da cientificidade. No entender dele, o pensamento histórico torna-se racional, do ponto de vista formal, quando, dentro de um determinado tipo de linguagem, possui fundamentação teórica e regulamentação metodológica, em sintonia com a realidade. O seu conteúdo torna-se racional à medida que rememora

os processos de humanização no passado, não ignorando os aspectos de opressão e exploração social, mas também as possibilidades de libertação das coações naturais ou impostas. E do ponto de vista funcional, o pensamento histórico torna-se racional ao passo que, em referência ao tempo presente, serve de orientação para a vida prática e a formação da identidade dos sujeitos (RÜSEN, 1989, p. 323).

À luz dessa orientação, pretende-se aqui compreender sob quais princípios está firmado o saber histórico produzido pelas historiadoras e historiadores da imprensa e do jornalismo no Brasil. Para isso, questiona-se durante o estudo o seguinte: 1) como os nomes inscritos na área organizam e apresentam seus conhecimentos sobre o tema? 2) os achados históricos sobre o fenômeno são demonstrados empiricamente, com evidências objetivas como documentos e outros registros? 3) a narrativa histórica é construída argumentativamente, articulando os dados coletados e os referenciais teóricos enunciados? 4) as conclusões têm amparo nos resultados obtidos por meio da análise documental? Nas páginas que se seguem, procura-se elaborar respostas para perguntas como essas.

1.4 Sumário dos resultados

Na primeira parte da tese, o leitor acompanhará um panorama dos estudos de história sobre imprensa e jornalismo no Brasil, composto por quatro capítulos, cada qual sobre um estágio da produção especializada.

O seguinte à introdução é dedicado aos primórdios, partindo da segunda metade do século XIX, até a primeira do XX, quando a nossa historiografia se encontra em fase embrionária. Os primeiros relatos estão ligados às atividades do IHGB e seus congêneres provinciais, e eram de autoria de historiadores autodidatas e dos doutores daquele tempo: diplomados em medicina, direito e engenharia. A narrativa é evolucionista — comprometida com o enaltecimento do projeto de erguimento do Estado nacional — e, ao mesmo tempo, nativista — apoiada no *orgulho* para equiparar o jovem periodismo brasileiro ao que havia de mais avançado no estrangeiro. O jornalismo é concebido pela intelectualidade oitocentista enquanto meio de instrução pública e espelho fiel dos acontecimentos, o que não pode ser dissociado do fato de os historiadores dessa época serem, com frequência, também periodistas.

Enfatizando a ideia da informação como direito público, a geração de meados do século passado é, por sua vez, formada predominantemente por bacharéis em

ciências jurídicas, grupo que conserva a premissa de que, no Brasil, houve retardamento na instalação da tipografia. Em que pese esse ponto comum, a produção historiográfica pós-1940 já não se confunde com a anterior, como será detalhado no capítulo terceiro. No lugar de uma narrativa norteada pela ideia de superação do atraso cultural, representado pelo passado colonial, e de progresso absoluto no período imperial, o que ganha espaço são questões ligadas ao subdesenvolvimento e à dependência do país — e, consequentemente, às limitações que se impõem aos jornais. É nessa direção que uma *história-problema* do jornalismo brasileiro começa a ser esboçada, em meio à passagem da historiografia tradicional para a universitária.

Do quarto capítulo em diante, o foco de atenção recai sobre esta última fase. Com a criação de todo um sistema nacional de pós-graduação, mudanças significativas se operam: obras de síntese cedem lugar a monografias, que dialogam cada vez mais com as ciências sociais e da linguagem. Entre o grupo pertencente à etapa de institucionalização (1970-1990), predominam os enfoques no controle da informação, poder político da grande imprensa, e na sua transformação em complexo empresarial. Já entre os nomes de continuação e renovação (1995 à atualidade), a tendência é de deslocamento do cerne de reflexão para as representações e práticas culturais, engendradas nas relações de produção e circulação das revistas literárias e de variedades, mas também da mídia negra, feminista e LGBTQIA+.

A parte dois é aberta com o capítulo de análise do trabalho de Isabel Lustosa, o qual ilustra outras tendências relevantes da produção contemporânea: renovação e intersecção entre história política e história cultural, assim como investimento em gêneros como a *micro-história*. Tematicamente, o interesse da historiadora e cientista política está na primeira imprensa brasileira e seus jornalistas, personagens esses que são estudados por ela desde uma perspectiva biográfica, a fim de evidenciar o papel que tiveram, por exemplo, durante a Independência.

Os últimos capítulos captam o movimento de reaparecimento das sínteses, a partir do exame das contribuições de Alzira de Abreu e Marialva Barbosa. Da obra da primeira, destaca-se o estudo sobre a modernização da mídia brasileira, por meio da combinação de métodos da pesquisa documental e da história oral, principalmente. Os principais tópicos explorados pela historiadora e socióloga foram as mudanças no perfil dos jornalistas, a partir da década de 1950 e, desde então, as implicações que se fizeram presentes no jornalismo cultural, econômico e investigativo.

Enquanto isso, no caso de Marialva Barbosa, o projeto que emerge é nomeado de *história cultural da imprensa*, e é teoricamente bastante eclético. Analiticamente, de início, está concentrado nos jornais diários publicados no Rio de Janeiro, na virada para o século XX; e, em seguida, passa a lidar com uma gama bem maior de atores e assuntos oriundos de contextos variados. No entanto, atenta-se que sua proposta de pesquisa com o tempo passa a ser outra: a de escrita de uma história sobre a *comunicação*, em sua generalidade. Ainda que nessa empresa permaneça algum interesse pelo jornalismo, não é este o fenômeno que mais lhe importa.

Quais são as inferências que surgem com o avanço desse projeto epistemológico, cujas pretensões são de subordinar a história da imprensa e do jornalismo à da comunicação? Eis a questão que move o desenvolvimento da discussão final da tese. Argumenta-se que tal proposição acaba por privilegiar um modo de historiar abstrato, que sequer parte de uma definição consistente acerca do fenômeno que pretende abordar, enquanto insinua um esgotamento da modalidade de estudo anterior. A conclusão, com base em ampla documentação da produção especializada, mostra um panorama oposto: um campo de conhecimento que carece de empreendimentos comprometidos com a reconstrução e interpretação crítica das transformações do jornalismo, fora do setor representado pela mídia impressa; portanto, ainda em estágio embrionário no que concerne à mídia digital.

PARTE I — PANORAMA DOS ESTUDOS DE HISTÓRIA SOBRE IMPRENSA E JORNALISMO NO BRASIL

2 O IHGB E OS PRIMÓRDIOS DA HISTORIOGRAFIA NACIONAL (1846-1945)

Sendo, para o autor deste trabalho, consensual a tese de que, no Brasil, a produção do conhecimento histórico de forma disciplinada e sistematizada se vincula à fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838, verifica-se que as primeiras iniciativas de estudo da imprensa periódica também tiveram neste *milieu* e seus congêneres regionais suas origens. Gestado durante a fase de consolidação do Estado nacional, sob o patrocínio do imperador dom Pedro II, o instituto levou a cabo um projeto de preservação da *memória cultural* e de afirmação da *identidade nacional*, apoiando-se na obra maior de figuras como Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), ao passo que esteve informado por uma "concepção herdada do Iluminismo, de tratar a história enquanto um processo linear e marcado pela noção de progresso" (GUIMARÃES, 1988, p. 11).

O que importa notar aqui, contudo, é que não eram temas como o jornalismo com os quais se preocupavam este e outros sócios ilustres. Isso não quer dizer que trabalhos de cunho histórico sobre a nossa imprensa não tenham eventualmente aparecido, mas que esta, como objeto de investigação, manteve-se praticamente inexplorada no período do Império à Primeira República. Até porque, embora a história social tenha ocupado gradativamente o espaço destinado, originalmente, à história política e religiosa, seus autores permaneceram *devotados* a um tipo de historicização caracterizada pelo "registro sistemático dos grandes fatos, das datas memoráveis e das ações insignes dos grandes homens brasileiros" (ARRUDA; TENGARRINHA, 1999, p. 33-34), a começar pelo imperador.

Salvo melhor juízo, a história dos jornais brasileiros começa a ser narrada a partir de inventário menor publicado no tomo oitavo da *Revista IHGB*, cuja primeira publicação data de 1839. De autoria do político e magistrado piauiense Francisco de Sousa Martins (1805-1857), o artigo intitulado *Progresso do jornalismo no Brasil* (1846) informa, em suas 14 páginas, o título e algum outro detalhe sobre os primeiros periódicos impressos em terras brasileiras. Ainda que amparado em números incompletos e projeções irreais sobre a circulação das folhas, o relato antecipa tendências que marcariam os primórdios da historiografia brasileira sobre imprensa: apontamento da repressão do governo português como principal obstáculo para a implantação da tipografia no Brasil colonial; crítica com fins de estereotipagem da *Gazeta do Rio de Janeiro* (1808-1922) e da *Idade d'Ouro do Brazil* (1811-1823), como

órgãos oficiais *insignificantes*; ausência de reconhecimento no que concerne ao pioneirismo do *Correio Braziliense*; e supervalorização do periodismo que se desenvolve a partir do período regencial, colocando-o em nível de igualdade com os casos inglês e francês.

No que se segue explorar-se-á cada tópico. Na primeira seção, apresenta-se a discussão sobre as tentativas de introdução do prelo nos tempos da colônia, com base, especialmente, nas proposições do grupo de historiadores ligados ao Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano (IAGP). O cerne da questão é como se tentou, mediante substituição de uma hipótese por outra, criar a narrativa de Pernambuco como berço da nossa imprensa. Entre os propositores, Alfredo de Carvalho (1870-1916) que, século mais tarde, veio a ser tomado como figura paradigmática para a fundação da Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia (Alcar). A partir da leitura sistemática da produção historiográfica sobre o tema, busca-se desmistificar tal designação, sem negar o mérito do investigador, mas assinalando que, ao invés de ruptura, existe um conjunto de continuidades entre ele e seus antecessores ou contemporâneos.

Paralelamente, notam-se, no âmbito do IHGB, esforços na direção de resgate da trajetória de Hipólito da Costa, pouco a pouco legitimado como fundador do jornalismo brasileiro. Seu jornal, inicialmente classificado como revista mensal (CUNHA BARBOSA, 1902, p. 259), é visto como um ponto de irradiação de influência sobre o país, mas que não teve continuadores à altura. A maioria dos historiadores eruditos compartilha visão bastante negativa sobre a imprensa de combate, surgida em meio ao processo independentista. Essa fase marcada pelo opinionismo começaria a ser superada com a fundação do *Jornal do Commercio* (1827-2016), aclamado como uma espécie de *Times* brasileiro (FERNANDES PINHEIRO, 1959, p. 224).

A comparação com o estrangeiro não se dava por acaso. A seguir argumenta-se que essa seria, na verdade, uma entre outras estratégias empregadas na elaboração de narrativas que visavam enaltecer o progresso do jornalismo no Segundo Reinado. Adotando um discurso de superação do passado colonial, esses relatos de viés laudatório não se restringiam a jornais publicados na corte, mas também aos das províncias, destacando não raro o caso do Maranhão. Entretanto, como será igualmente assinalado, a partir da abertura do Instituto Histórico e

Geográfico de São Paulo (IHGSP), em 1894, cresce o número de inventários dedicados à imprensa paulista e, com eles, esta passa a ser retratada, já no contexto da Primeira República, como *indiscutivelmente* a mais adiantada do país.

Ainda na terceira seção, evidencia-se como essa forma de historiar — por vezes limitada ao ordenamento cronológico dos periódicos — foi se esgotando à medida que os próprios institutos históricos entraram em declínio, durante a primeira metade do século XX. Ao mesmo tempo, cumpre registrar o aparecimento de contribuições de outra natureza, de caráter ensaístico, provenientes da intelectualidade organizada em torno da Academia Brasileira de Letras (ABL), cuja inauguração ocorreu em 1897. Transitando por ambos os espaços, Barbosa Lima Sobrinho (1897-2000) assina uma das primeiras e mais notáveis obras reflexivas a tratar, entre outras questões, da modernização em curso na imprensa. Dada a qualidade crítica do ensaio, esse pode ser lido como sinal de transição para uma historiografia epistemologicamente menos inventariante e mais interpretativa, que, pelo menos no que diz respeito ao jornalismo, se desenvolveria a partir de 1945.

2.1 O debate sobre a introdução da tipografia no Brasil Colônia

A imprensa no Brazil (1859), ensaio de oito páginas escrito pelo cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro (1825-1876) e apresentado no tomo quarto da *Revista Popular* (1859-1862) — uma das mais conceituadas da época[2] —, constitui-se em esforço precursor de interpretação da história da imprensa brasileira e, ao mesmo tempo, elemento construtor do mito sobre a introdução da atividade no Brasil holandês. A partir da indagação sobre como e onde foram produzidos os primeiros impressos em território brasileiro, procura o historiador e publicista carioca subsídios para sustentar a hipótese de que as origens desses remontam ao projeto de *ocupação* do nordeste pelos holandeses no século XVII.

Tendo-se doutorado em teologia na Itália, ao retornar à terra natal, atuou como secretário do IHGB e catedrático de retórica e poética do Colégio Pedro II, deixando obra sobre matéria literária. No que concerne à história da imprensa periódica, a

[2] Editada pela Livraria e Casa Editorial Garnier, destacou-se a revista "no Brasil de meados do século XIX como espaço dinâmico de debate e divulgação de conhecimentos", colaborando para que a ciência fosse considerada um "aspecto significativo" por um "público ampliado — para além dos círculos estritamente intelectuais", de acordo com Giselle Venancio (2013, p. 1161).

contribuição foi menor e isolada, semelhantemente a da maioria dos historiadores oitocentistas recuperados nas páginas abaixo. Mas, ainda que sucinta, a peça possui diferencial, pois ensaia interpretação sobre os primórdios da produção da palavra impressa na colônia, em vez de se deter no registro e na ordenação dos títulos e datas dos jornais provinciais, como frequentemente visto nos inventários de seus colegas.

Para tanto, começa por argumentar que "foi Portugal uma das nações da Europa, que primeiro acolheu a arte tipográfica" (p. 218), ocorrendo isso no século XV, e tendo a situação, no entanto, se alterado drasticamente em seguida. Sob o obscurantismo que se instaurou, o Brasil fora considerado pelo colonizador português "a última âncora de salvação", o que explicaria a tentativa em "soldar-nos ao seu jogo por todas as cadeias do egoísmo e do monopólio" (p. 219). Plano esse frustrado pela ocupação holandesa em Pernambuco, responsável por "acender entre nós um foco de luz", haja vista "a sagacidade e tino administrativo com que governou a colônia brasílico-neerlandesa o conde Maurício Nassau" (p. 219).

Entre os "grandes melhoramentos" trazidos pela administração do conde, estariam o "sincero amor às letras, e esclarecida proteção, que dava aos seus cultores" (p. 220). Por causa disso, mas também pela "doçura e elevação de vistas que lhe atribuem os seus próprios adversários, devemos supor que não excluísse a tipografia dos elementos civilizadores, que com tanto zelo importava em nossa terra" (p. 220). Com a expulsão dos holandeses, porém, "desapareceu a imprensa dentre nós, que não convinha ela aos planos [da colonização portuguesa], que já apontamos da metrópole, e aos quais volveu com notável ingratidão" (p. 221).

Mas e como comprovar que foram os holandeses os tipógrafos aqui estreantes? Em resposta à questão que ele mesmo coloca, menciona a existência de folheto, escrito em holandês e gravado em caracteres góticos, intitulado *Brasilsche Gelt-Sack* (*A bolsa de dinheiro brasileiro*). Com base neste único documento que se declarava impresso em Recife, no ano de 1647, e que, como algumas outras brochuras do período, passara a compor o acervo da Biblioteca Fluminense — local pormenorizado em nota pelo cônego na intenção que seus interlocutores pudessem igualmente proceder à verificação da prova documental —, afirma o seguinte:

> É, pois, evidente, que os holandeses introduziram a imprensa nas nossas províncias do norte, sentindo não podermos marcar com exatidão a época, em que tão grande sucesso teve lugar: crendo, todavia, podê-lo colocar entre os anos de 1637 a 1638, isto é, durante o primeiro período do governo de

> Nassau, consagrado à obra de reparação dos males inerentes à conquista, e antes que houvesse empreendido a malfadada expedição da Bahia (FERNANDES PINHEIRO, 1859, p. 221).

Entre aqueles que se dirigiram ao estabelecimento fluminense e atestaram a existência do documento, tal como descrito acima, estaria o historiador e médico alagoano Alexandre José de Mello Moraes (1816-1883), nome por trás dos cinco volumes de *Corographia historica, chronographica, genealogica, nobiliaria e politica do Imperio do Brasil* (1858-1863). Das cerca de 450 páginas que compõem a segunda parte do primeiro tomo, saído em 1863, 19 delas trazem desde informações sobre as origens da tipografia, até listagem de títulos dos jornais que por aqui circularam, a partir de 1808. No tocante ao tópico inicial, infere: “por mais que se queira determinar o ano em que se estabeleceu a arte tipográfica em Pernambuco, não se pode com segurança afirmar, e por isso contentamo-nos com a época da publicação do impresso que temos a vista” (p. 119).

A elucidação da questão mobilizara grupo reunido em torno do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, o mais antigo entre os estaduais, cuja fundação remete a 1862. Um de seus comissionados, José Higino Duarte Pereira (1847-1901) traduziu o referido folheto holandês e o publicou na *Revista IAGP*, acompanhado de apresentação sob o título de *Advertencia* (1883). Conforme parecer do tradutor, o material teria começado a ser escrito em Pernambuco, mas finalizado na Holanda, sendo ali impresso. Até porque “se tivesse introduzido a imprensa na capital do Brasil holandês durante os oito anos do governo de Nassau, é extraordinário que o seu panegirista Barleus não comemorasse um fato tão honroso para este príncipe amigo das artes e das letras” (p. 124).

Em *Estabelecimento e desenvolvimento da imprensa em Pernambuco* (1891), artigo também encaminhado à revista do instituto regional, Francisco Augusto Pereira da Costa (1851-1923) — outro historiador, advogado, político e publicista — sistematiza as observações feitas pelo colega, reiterando que o opúsculo “não foi impresso em Pernambuco” (p. 25). No entanto, ao desfazer “pela luz da crítica a suposição da existência da imprensa em Pernambuco no tempo do domínio holandês, em meados do século XVII” (p. 26), acaba ele por sobrepô-la à outra, de maneira a assegurar o reconhecimento do pioneirismo da capitania do nordeste em relação à arte tipográfica no país:

> Efetivamente, em 1706, ou pouco antes, como refere Antonio Joaquim de Mello em suas *Biographias*, estabeleceu-se uma tipografia em Recife, que começou por imprimir letras de câmbio e breves orações devotas, mais tendo a Ordem Régia de 8 de julho do mesmo ano ordenado ao governador de Pernambuco que mandasse sequestrar as letras impressas, e notificar os donos delas e oficiais da tipografia — "que não imprimissem, nem consentissem que se imprimissem livros, nem papéis alguns avulsos" — a tipografia desapareceu (PEREIRA DA COSTA, 1891, p. 26).

Tal afirmativa — de que teria operado prelo em Recife no princípio do século XVIII — veio a ser endossada por Alfredo de Carvalho (1870-1916), em *Annales da imprensa periodica pernambucana de 1821-1908* (1908a), e *Genese e progressos da imprensa periodica no Brazil* (1908b). Como ambos os títulos sugerem, o conjunto da obra não se restringe ao debate sobre a questão da implantação da tipografia em Pernambuco no período colonial, na medida em que inventaria jornais e revistas que circularam tanto na província, quanto em outras partes do império, no transcorrer do século XIX. Trata-se, na realidade, de empreendimento iniciado pelo investigador no IAGP, e que evoluiu para projeto coletivo, como extensão da exposição comemorativa do centenário da imprensa brasileira, organizada pelo IHGB, na figura do seu secretário perpétuo Max Fleiuss (1868-1943), e que, por conseguinte, reuniu pesquisadores de outras agremiações estaduais.

A extensa catalogação dos periódicos é precedida de monografia sobre a introdução da imprensa nos territórios coloniais, na qual Carvalho enfatiza que em países como México e Peru a tipografia desembarcou no século XVI e, no seguinte, este também foi o caso dos Estados Unidos. Enquanto isso, "o Brasil era, talvez, o único dos países americanos que ainda não a possuía". Mantém-se a dúvida, pois, ao considerar que pela atuação da Companhia de Jesus se efetuou a introdução da "arte tipográfica na Índia, na China e no Japão, dando à luz preciosos vocabulários e gramáticas das línguas indígenas [...], não é inverosímil que pela mesma época [...] existissem também no Brasil tipografia fundadas pelos jesuítas" (1908b, p. 3-4).

Fora aqui, na sua visão, instaurado regime de atraso pela coroa portuguesa, cuja "legislação, severa até a crueldade, regulava em suas mais insignificantes funções toda a vida econômica e industrial, e a introdução de quaisquer melhoramentos nela imprevistos vinham prontamente embargar novas disposições condenatórias". Entrementes, porém, com a ocupação dos holandeses, surgiram "importantes melhoramentos materiais e transformaram em pouco tempo o Recife, de insignificante povoado de pescadores, na primeira cidade brasileira". Abriu-se ensejo

à introdução da imprensa por volta de 1645, mas estes interesses foram absorvidos, “já que Maurício de Nassau havia deixado o Brasil, e a administração da colônia, entregue à incompetência de ávidos traficantes” (1908b, p. 6-17).

Essa pátria conservou-se, ainda assim, como a mais pródiga do país para a arte tipográfica. Tanto é que “em 1706, ou pouco antes, um indivíduo empreendedor, de nome infelizmente ignorado, logrou estabelecer no Recife uma pequena tipografia, em que se limitava a impressão de letras de câmbio e breves orações devotas”. Mas posto que “o receio de que o valioso instrumento de liberdade pudesse ser aqui implantado clandestinamente jamais abandonou o ânimo precavido dos ministros portugueses”, seu funcionamento não foi tolerado, e “da sua existência efêmera é testemunho único o documento ordenando a sua supressão, não tendo chegado até nós um só dos seus modestos produtos” (1908b, p. 18-19).

O que veio, “enfim, atenuar os rigores deste sistema odiento e instituir definitivamente a imprensa nesta parte da América” foi a transferência da corte para o Rio de Janeiro, em 1808. Apesar da imediata instalação e funcionamento da Impressão Régia na cidade, antigas restrições se mantiveram. “Durante o Primeiro Reinado e sobretudo na capital do império, a liberdade de imprensa foi ilusória, devido à intervenção constante do poder”. Nem assim, é verdade, se impediu que a nossa imprensa fizesse “notáveis progressos” (1908b, p. 23-29). No caso de Pernambuco, onde o primeiro jornal foi a *Aurora Pernambucana* (1821), e o mais antigo é o *Diario de Pernambuco* (1825-), o jornalismo “esteve quase que limitado ao da capital”, até o final do século XIX, época também “assinalada por extraordinária expansão do jornalismo recifense” (1908a, p. 52-54).

Prova disso se demonstra ao longo da etapa de catalogação, que reúne 1.619 títulos publicados na província, até 1908. Para tal sistematização, o investigador explorou coleções adquiridas e disponibilizadas por ilustres, bem como visitou bibliotecas de instituições como a Faculdade de Direito do Recife e o Gabinete Português de Leitura de Pernambuco. Se a publicação do trabalho foi viabilizada por recebimentos do então governador do estado, “o exm. sr. desembargador Sigismundo Antônio Gonçalves”, a feitura da pesquisa em si, não foi senão resultado do contato direto com “opulentas jazidas de materiais”, guiado pela pretensão de tomar nota dos seguintes itens de cada jornal:

> [...] o título, o subtítulo, a localidade, a tipografia, o impressor, o ano, o formato, a data do primeiro e do último número, a descrição do emblema, ou da vinheta, a epígrafe, ou divisa, a periodicidade da publicação, o preço da assinatura e do número avulso, a tiragem, os nomes dos redatores, colaboradores, proprietários e gerentes, o programa, a orientação, as tendências, enfim todas as informações desejáveis e... possíveis (CARVALHO, 1908a, p. IX).

A realização integral da tarefa de descrição pormenorizada dos periódicos, admite, ficou impossibilitada por causa da própria natureza desses enquanto documentos históricos[3]. Por exemplo, "quanto à tiragem exata de cada jornal, só muito raramente conseguimos fixar cifras fidedignas, pois, é sabido o empenho existente em ocultá-las, ou exagerá-las, não merecendo inteiro crédito nem mesmo as francamente declaradas". Ou então, "de averiguação menos difícil, mas, nem sempre possível, achamos os nomes dos redatores, devido à prática dominante do anonimato" (1908a, p. X). Em que pesem obstáculos do tipo, na condição de fontes históricas, "não é lícito negar-se-lhes enorme importância como repositórios de fatos sociológicos, porquanto reproduzem com fidelidade inexcedível as grandes correntes e as pequenas vagas da vida nacional" (p. VII).

Em relação ao estudo do autor sobre as origens da tipografia no Brasil, não cabe aqui desenvolver uma avaliação minuciosa das evidências apresentadas, embora convenha registrar o seguinte quadro: a proposição de que houve operação tipográfica no Recife setecentista permanece no campo da hipótese, tendo sido questionada por falta de confiabilidade da prova documental (MARTINS, 1957, p. 340-344; mas ver LEITE, 1953, p. 102-103); e sobre o caso em que existe evidência contundente, este é creditado ao tipógrafo português Antônio Isidoro da Fonseca, responsável por oficina de impressão que funcionou no Rio de Janeiro, durante breve período de tempo em 1747 (ver HALLEWELL, 2005, p. 73-98)[4].

O essencial para o presente estudo é, todavia, a compreensão do significado produzido por esse grupo de historiadores oitocentistas. Em ambas as hipóteses levantadas, desde aquela formulada por Fernandes Pinheiro e, depois, esta sustentada por Carvalho e Pereira da Costa, o que emerge é uma narrativa que situa Pernambuco como berço da arte tipográfica no país e, portanto, espaço central na

[3] Lacunas e omissões vieram a ser corrigidas por Luiz do Nascimento (1903-1974), no decorrer dos seis volumes de *História da imprensa de Pernambuco, 1821-1954* (1962-1975).

[4] Para detalhamento sobre a trajetória e obras confeccionadas pelo tipógrafo, consultar a dissertação *Impressões de um tempo: a tipografia de Antônio Isidoro da Fonseca no Rio de Janeiro, 1747-1750* (2012), de Jerônimo Duque de Barros.

constituição da nossa imprensa. Os argumentos se relacionam a uma visão de que a *ocupação* holandesa — e não *invasão* — promoveu extraordinários avanços culturais, em contraste com a colonização portuguesa que é caracterizada pela manutenção do obscurantismo e aversão à liberdade de pensamento.

Núcleo econômico do Brasil colonial, entrava Pernambuco em decadência no período imperial, enquanto florescia ali, como em outras partes, a atividade jornalística. Antagonismos como esses, que se expressam no decorrer do processo formativo, são apagados em prol da construção de uma narrativa comprometida em retratar a trajetória dessa imprensa local com qualificações de progresso rápido e contínuo. Chega-se a sugerir, aliás, que fora da capital Rio de Janeiro, isto é, no território provincial, haveria condições mais propícias ao desenvolvimento do periodismo, pois existiriam menos restrições ao seu livre exercício.

Na ameaça de perda do protagonismo nacional, a estratégia adotada é simultaneamente rememorar o passado glorioso que institui o presente e reforçar a influência exercida pela cultura pernambucana em âmbito regional. Tal ideia fica evidente na seguinte passagem de Carvalho: “de Pernambuco, foco de onde irradiou a cultura por todo o Brasil oriental, derramou-se também a imprensa pelas províncias vizinhas” (1908b, p. 55). Encaminhando-se para o final do século, a marca da narrativa não é outra senão essa mesma: “quer pelo lado moral, quer pelo material, a imprensa pernambucana ocupa hoje um lugar de honra na comunhão geral da imprensa do país”, nas palavras de Pereira da Costa (1891, p. 41).

Em resumo, trata-se de abordagem que é ao mesmo tempo nativista, pois se ancora no *orgulho*, e liberal, na medida em que traz Portugal absolutista e escravista como viés. Estudiosa da produção do instituto, Lilia Schwarcz (1993) afirma, nessa linha, que, “fruto de uma elite rural tradicional porém decadente”, “o IAGP respondia, no fundo, às aspirações políticas e culturais da província pernambucana, que pretendia manter sua hegemonia ao menos no interior da região nordestina”. Assim, “a postura do IAGP foi sempre a mesma: enaltecer o papel especial da província”, “mesmo porque os diferentes temas da história nacional só pareciam ter sentido quando interligados a um enfoque local” (p. 118-121).

Ao recuperar a discussão sobre o aparecimento da tipografia na colônia, José Marques de Melo (1943-2018) salientou tendências historiográficas de outra ordem. Para o acadêmico alagoano, o que mais chama atenção é o modo como o coletivo,

liderado por Alfredo de Carvalho, encontrou em fatores políticos — censura do governo português, notadamente — explicação para o atraso na introdução da atividade no país. Seu ponto de vista alternativo sobre o assunto é apresentado em *Sociologia da imprensa brasileira* (1973), oriunda da sua tese de doutoramento.

Embora não rejeite "a hipótese de que Portugal poderia também ter suas razões políticas para evitar que a imprensa se desenvolvesse no Brasil", argumenta que não se pode "afirmar que a metrópole houvesse tomado medidas definidas, de ordem geral, para impedir o funcionamento da imprensa em terras brasileiras", uma vez que "não existiu uma legislação expressamente restritiva à instalação de tipografias no Brasil" (p. 96). Em realidade, o que existiu foram "determinações isoladas de confisco das oficinas montadas sem autorização dos governantes metropolitanos" (p. 98), a exemplo da ordem real emitida, em julho de 1747, para que Isidoro da Fonseca fechasse a sua recém-inaugurada impressão.

Na tentativa de escapar de tais explicações que, segundo ele, se detinham a impedimentos de natureza oficial e que, portanto, "revelam-se pouco homogêneas, denotando uma relativa pobreza de argumentação e indicando frágil apoio documental" (p. 95), busca amparo teórico no funcionalismo para formular hipótese: a imprensa foi por aqui implantada com retardamento de três séculos, porque não se fez necessária à vida colonial brasileira, cuja marca seria o *atraso cultural*. Igualmente apelando para a teoria do subdesenvolvimento, corrente nos anos 1960, sem submeter seus termos à discussão mais aprofundada, o autor sustenta que não foi um fator isolado, mas a convergência de uma série de fatores socioculturais que gerou a ausência da arte tipográfica no período colonial:

> a) natureza feitorial da colonização; b) atraso das populações indígenas; c) predominância do analfabetismo; d) ausência de urbanização; e) precariedade da burocracia estatal; f) incipiência das atividades comerciais e industriais; g) reflexo da censura e obscurantismo metropolitanos (MARQUES DE MELO, 1973, p. 111).

Exposto isso, convém perceber mudança de juízo do estudioso com relação aos historiadores predecessores. Se, na tese doutoral, julgou limitada a análise de Carvalho e seus colegas — por se aterem às *causas aparentes* que retardaram a produção da palavra impressa —, posteriormente essa crítica foi atenuada, ao passo que o pernambucano foi tomado como *paradigma* da Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia. Fundada como Rede Alfredo de Carvalho, em

2001, sob a liderança do acadêmico uspiano, entre outros méritos, conferiu-lhe o pioneirismo no estudo sistemático da história da imprensa brasileira:

> Pertencente à geração dos jornalistas-historiadores que elucidaram a charada da mítica tipografia holandesa do século XVII, Alfredo de Carvalho foi o responsável pela pesquisa que desfez aquele equívoco histórico. Notabilizou-se pelo resgate da memória da imprensa brasileira do século XIX, empreitada que resultou na "alentada monografia sobre a trajetória histórica da imprensa brasileira, incentivando seus colaboradores a produzir perfis regionais". [...] Carvalho resgata a *gênese* da nossa imprensa, dirimindo a polêmica sobre a sua paternidade e efetuando o inventário do seu *desenvolvimento* no século XIX. Em reconhecimento ao seu pioneirismo foi escolhido como patrono da Rede estruturada para o Resgate da Memória da Imprensa e a Construção da História da Mídia no Brasil — Rede Alcar (MARQUES DE MELO, 2012, p. 328-329).

Sem pôr em dúvida o engenho desse desbravador da história da nossa imprensa, cumpre, no papel de quem está propondo leitura sistemática da produção historiográfica sobre o tema, trazer à reflexão algumas ponderações, sob pena de reforçar a mitificação da sua figura enquanto inaugurador de uma tradição. Até porque, a atitude elogiosa em nada ou pouco tende a agregar ao amadurecimento da discussão historiográfica. Para tal, o primeiro aspecto a clarificar é o de que Alfredo de Carvalho não foi o primeiro nem o último historiador, como se exporá adiante, a efetuar esforços na catalogação dos jornais e revistas que circularam no decorrer do século XIX, seja em âmbito regional ou nacional.

Outro ponto a esclarecer é o de que seu trabalho, em vez de se diferenciar ou até mesmo ensaiar ruptura, ao contrário, converge com características identificadas nos demais. Em razão disso, rotular sua contribuição como única e distinta acaba por favorecer uma interpretação equivocada dentro do quadro da tradição. Entre antecessores e sucessores, os investigadores dos institutos históricos, que se preocuparam com a temática do jornalismo, em verdade, apresentaram relatos que se assemelham em vários aspectos, a começar pelo entendimento deste enquanto elemento para o progresso da nação.

2.2 O reconhecimento da atuação de Hipólito da Costa a favor da Independência

Ainda que fosse conhecida sua atuação à frente do *Correio Braziliense ou Armazém Literário*, levado a público de 1 de junho de 1808 a 1 de dezembro de 1822, não fora Hipólito da Costa aclamado, desde o princípio, como o fundador do nosso

jornalismo. Historiadores oitocentistas como Sousa Martins, Fernandes Pinheiro e Mello Moraes, além do próprio Alfredo de Carvalho, tenderam a situar o marco inaugural do jornalismo brasileiro na criação da *Gazeta do Rio de Janeiro*, cuja primeira edição saiu em 10 de setembro de 1808. Assim, o pioneirismo da atividade caberia, em alguma medida, ao seu primeiro redator, isto é: o frei português Tibúrcio José da Rocha (1776-1840), oficial da Secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, da qual a gazeta era propriedade.

A valorização do papel das autoridades e órgãos governamentais era, convém assinalar, tendência de uma historiografia que visava produzir uma versão oficial sobre o passado. Entretanto, não se pode desconsiderar que, pelo menos no caso dos historiadores da imprensa, o que predominava era um juízo negativo a respeito da *Gazeta do Rio de Janeiro*, mesmo quando se ignorava a existência do *Correio Braziliense.* O consenso era de que a folha editada na capital imperial não passava de um *insignificante* jornal oficial mantido durante a permanência de d. João VI no Brasil, visto que se ocupava

> quase exclusivamente com as notícias da guerra que então se fazia na Europa, contra o poder de Napoleão Bonaparte, e com a publicação de alguns poucos atos oficiais, principalmente despachos de empregados públicos, e ocasionalmente alguns anúncios das novas composições literárias que saiam à luz (SOUSA MARTINS, 1846, p. 262).

Apreciação semelhante era aplicada à *Idade d'Ouro do Brazil*, considerado o primeiro representante do periodismo baiano. Tal como a gazeta carioca, "era uma espécie de órgão oficial, enchendo exclusivamente as suas colunas com os atos do governo, notícias de alguns acontecimentos mais notáveis da corte e do estrangeiro, anúncios e avisos particulares"; ainda que se pondere que, "nos últimos anos, porém, tomou parte ativa nas lutas políticas da época" (CARVALHO, 1908b, p. 32), especialmente o movimento constitucionalista de 1821.

Paralelamente à manutenção desse ajuizamento, alguns historiadores passaram a atribuir importância a Hipólito da Costa e seu jornal — ou revista mensal, como era constantemente tratado. Primeiro secretário do IHGB, Manuel Duarte Moreira de Azevedo (1832-1903) foi um deles, comentando que "apesar de proibido algum tempo no Rio de Janeiro", há que se salientar que o *Correio Braziliense "*era lido sem reserva até no próprio paço do rei, e [...] foi mais tarde francamente admitido, sendo permitida a sua venda e leitura". Por meio dessa publicação, seu fundador e

editor manifestou “elevado talento e variada instrução, e advogou toda e qualquer ideia que parecia útil ao Brasil, concorrendo desse modo para o engrandecimento e prosperidade de sua pátria” (1965, p. 181).

A valorização desse personagem histórico ficaria mais visível a partir do relato biográfico de Francisco Inácio Marcondes Barão Homem de Melo (1837-1918) — político filiado ao Partido Liberal e catedrático de história universal do Colégio Pedro II. Publicado na parte segunda do tomo 35º da *Revista IHGB* (1872), que tradicionalmente reservava espaço para biografias de *brasileiros ilustres por letras, armas e virtudes*, o artigo introduz Hyppolito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça como “publicista eminente, que, na época agitada da independência, armado da cólera do patriotismo, intimou à metrópole os direitos da oprimida colônia do Brasil” (p. 203). O que pretendia com sua folha era “levantar o Brasil, a sua pátria, pela difusão das luzes e prepará-lo para melhores destinos” (p. 212). Para tanto, durante seu exílio na Inglaterra, produziu “monumento de inestimável valor”, uma vez que “está aí escrita a história autêntica de todos os acontecimentos memoráveis da monarquia portuguesa, no período de 1808 a 1822” (p. 232).

Os historiadores do IHGB que se seguiram passaram a ressaltar tais qualidades e ações em prol da nação. Entre eles, Basílio de Magalhães (1917) e Max Fleiuss (1922), este encarregado de trabalho de revisão para o *Diccionario historico, geographico e ethnographico do Brasil*. Em suas palavras, o que almejava aquele “filho da efêmera Colônia do Sacramento”, ao editar o *Correio Braziliense* por quase 15 anos, era fazer “de si próprio o primeiro cidadão brasileiro”. Tanto é que seu jornal “só deixou de existir quando se transformou em realidade o ideal da causa por que sempre se batera — a Independência do Brasil” (p. 1552-1553).

Sócio efetivo do IHGB e correspondente do IAGP, além de benemérito da Associação Brasileira de Imprensa (ABI)[5], Barbosa Lima Sobrinho concordara com esta afirmativa, de que foram características definidoras da trajetória do *Correio Braziliense* ações tanto a favor do movimento de independência, quanto contra o trabalho escravo e o tráfico de pessoas. Para o autor de *O problema da imprensa* (1923), enquanto a *Gazeta do Rio de Janeiro* foi muito pouco influente no debate público dessas e outras questões, a influência do jornal de Hipólito foi notória, pois

[5] Sobre a sua trajetória na imprensa, conferir a dissertação *Olhos de jornalista: o jornalismo segundo Barbosa Lima Sobrinho* (1999), de Rosemary Bars Mendez.

“liam-no e apreciavam-no os homens mais cultos do país e a sua repercussão a tal ponto se acentuou, que foi perseguido pelo governo português” (p. 85).

Veio o intelectual pernambucano a se encarregar inclusive da *Antologia do Correio Braziliense* (1977), na qual chama atenção de início para o seguinte:

> Não sei se *brasiliense* foi a criação de Hipólito da Costa, que o preferia com *z* em lugar do *s*. O que sei é que ele o adotou e o popularizou, exatamente para distinguir entre os portugueses que continuavam em Portugal e os que nascessem ou viessem no Brasil, quando todos ainda se consideravam portugueses, numa fase colonial em que era uma honra, e até mesmo uma recomendação, o considerar-se português. Em pleno regime colonial, Hipólito da Costa fazia questão de editar o seu periódico para os *brasilienses*, nascidos ou estabelecidos no Brasil. Não há como deixar de ver, nessa distinção, uma afirmação de autonomia, separando duas regiões, que eram ainda apresentadas como se fossem uma só (LIMA SOBRINHO, 1977, n.p.).

Fundamental, se não determinante, para a definição de entendimento consensual acerca do nome fundador da nossa imprensa foi o trabalho biográfico de Carlos Rizzini (1898-1972): *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense* (1957). Professor do curso de jornalismo da antiga Universidade do Brasil (UB) e diretor da Faculdade Cásper Líbero (FCL), já afirmava em *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil* (1946) que, “até a Regência de d. Pedro, foi o *Correio Braziliense* o nosso único jornal — informativo, doutrinário e pugnaz” (p. 341). À vista disso, “o *Correio Braziliense* parece-se mais com um jornal moderno do que as folhas que se seguiram a partir de 1821” (p. 347), tendo como algumas de suas preocupações “o comércio internacional e a colonização pelo braço livre” (p. 350).

Na análise de Rizzini, contudo, ficam inexplorados pontos sobre como o publicista, por exemplo, arcava com os custos de produção e distribuição de seu periódico que, “apesar de interditado, circulou intensamente”. Surge aqui um importante ponto de contradição, uma vez que o biógrafo se esforça para enfatizar a autonomia da publicação, declarando que “era a única isenta da influência do governo [português]” (p. 361); por outro lado, revela que, no fim, “o que propriamente induziu Hipólito a suspender o *Braziliense* foi a oportunidade diplomática que lhe abriu d. Pedro”, visando “recompensá-lo com o consulado geral de Londres, mas quando assinou o decreto já ele falecera” (p. 363).

Ou seja, expõe-se a vida e obra do biografado, mas sem favorecer o desvelamento do jogo de interesses que se inscreve nas relações sociais típicas da época, pois não se pode correr o risco de desmistificá-lo. A tendência é a de

apagamento das incongruências entre a prática de um jornalismo tido como independente e a sua realidade de confecção, em prol da construção de uma narrativa que visa homenagear o indivíduo herói. Isso para dizer que a contribuição de Rizzini, embora apresente considerável avanço enquanto trabalho historiográfico, não enseja uma ruptura epistemológica com a tradição narrativa, herdada dos eruditos do IHGB. Vendo bem, é uma versão mais bem-acabada desta, pelo menos no que concerne aos estudos sobre imprensa e seus sujeitos históricos[6].

Em meio à passagem para a fase universitária, apareceram novas contribuições sobre o patrono da imprensa brasileira, entre elas as de Mecenas Dourado (1957), Francisco Riopardense de Macedo (1975), Therezinha de Castro (1985), até chegar em *O jornalista que imaginou o Brasil* (2019), de Isabel Lustosa (1955*). Com esta última, o que se tem é uma biografia norteada por motivações de pesquisa mais diversas, cuja pretensão é examinar a maneira como o publicista erigiu sua identidade brasileira — primeiro em associação, depois em oposição a de outros países —, enquanto ajudou a propagar, entre seus compatriotas, características essenciais da nação brasileira. Assim, concomitante com a história de vida do sujeito, busca trazer perspectiva sobre um processo mais amplo:

> Não se tem notícia de que Hipólito da Costa tenha estado alguma vez no Rio de Janeiro, em São Paulo ou em Minas Gerais e, menos provavelmente ainda, na Bahia, em Recife, em São Luís do Maranhão ou em Belém do Pará. Enfim, do Brasil, Hipólito só conheceu o Rio Grande do Sul, região de fronteira, cenário das disputas com as colônias espanholas do Prata, com as quais se confundiam culturalmente. Sua trajetória é uma demonstração de que o que chamamos pátria é muito mais do que um espaço geográfico. Com a publicação de seu jornal, Hipólito da Costa contribuiu para forjar no imaginário de seus compatriotas a ideia de um Brasil-nação que juntava as várias partes até então sempre em estado latente de fragmentação em uma unidade política e cultural (LUSTOSA, 2019, p. 15).

Neste ínterim, houve também abertura para estudos sobre outros atores históricos daquele período[7]. Da mesma autora, *Insultos impressos* (2000) contribuiu para a emergência de um cenário mais rico sobre o periodismo do Brasil da Independência. Ao reconstruir o debate político travado por meio dos jornais, entre

[6] Esse também seria o caso da obra de Licurgo Costa e Barros Vidal, *História e evolução da imprensa brasileira* (1940), que traz um esboço biográfico dos primeiros periodistas do país.

[7] Até porque, começou a se cultivar o entendimento de que, "ao invés de uma voz heróica e isolada, como muitas vezes a historiografia brasileira levou a crer, Hipólito era parte de uma cruzada das mitigadas luzes luso-brasileiras em favor da absorção gradual do liberalismo", como posto por Luís Francisco Munaro (2013, p. 24), na tese *O jornalismo luso-brasileiro em Londres, 1808-1822*.

1821 e 1823, Lustosa procurou descortinar a mentalidade da elite intelectual que ascendia, inclusive identificando elementos de humor e violência característicos do jornalismo de campanha. Além de Hipólito, outros personagens foram levados à cena, a exemplo de José da Silva Lisboa (1756-1835), o visconde de Cairu, reputado pela historiadora como o maior panfletário do período.

Entre restauradores, nacionalistas e radicais, Marco Morel (1960*) dirigiu atenção a dois expoentes deste terceiro grupo: Frei Caneca (1779-1825) e Cipriano Barata (1762-1838), fundadores, respectivamente, dos periódicos *Typhis Pernambucano* (1823-1824) e *Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco. Alerta!* (1823-1835). Este último que, como relata o estudioso, teria inspirado "a criação de uma rede nacional de imprensa de combate", visto que "dezenas de *Sentinelas da Liberdade* surgiram depois da sua, em todos os recantos do país, com palavras de ordem sintonizadas" (1986, p. 68). A respeito dessa imprensa artesanal, composta em sua maioria por títulos efêmeros, sintetiza:

> De um lado, [ela é] resultado dessa liberdade de expressão que acabara de surgir com o constitucionalismo e, de outro, limitada pelo controle econômico e do Estado. Mas o que diferenciava esses jornais surgidos após o liberalismo de 1821 das escassas publicações anteriores, no Brasil, era justamente a existência de um debate público de opiniões, o nascimento de uma opinião pública e não mais uma imprensa ligada exclusivamente à coroa (MOREL, 2000, p. 71).

Mais do que biografias que narram os feitos dos jornalistas da fase político-panfletária da nossa imprensa, tem-se com Morel e Lustosa trabalhos que se aproximam de etnografias históricas sobre escritores, publicistas, gazeteiros, entre tantos homens de letras que, principalmente na cidade imperial, participavam ativamente dos espaços de construção da opinião pública. Acaba que, abordada desse modo, também a imprensa emerge como categoria dotada de significação própria, sendo concebida como agente atuante nos acontecimentos, em vez de meramente refleti-los — ainda que a ela seja conferido, cabe atentar, tratamento notadamente documental, para fins de desvelamento das ideias políticas e práticas culturais da época. Nessa perspectiva, a principal contribuição de Morel é *As transformações dos espaços públicos* (2005), versão revisada da sua tese de doutoramento, defendida na Universidade de Paris, em 1995.

Enfim, abordagens que se aperfeiçoam e criam novas possibilidades de leitura, ao mesmo tempo que favorecem a revisão crítica de antigas tendências. Entre elas, a

de situar em oposição os dois primeiros jornais brasileiros, o que se observa desde os primórdios da produção do IHGB. Com o tempo, em vez das diferenças, também as semelhanças começaram a ser apontadas, sob a justificativa que ambos partilhavam um quadro de causas e valores comuns:

> [...] tanto a *Gazeta do Rio de Janeiro* quanto o *Correio Braziliense* defendiam idêntica forma de governo (monárquica), a mesma dinastia (Bragança), apoiavam o projeto de união luso-brasileira e comungavam o repúdio às ideias de revolução e ruptura, padronizado pela crítica comum à Revolução Francesa e sua memória histórica durante a Restauração. Além disso, uma leitura sistemática indica como, a partir de meados de 1821 (após a Revolução do Porto e com o ministério de José Bonifácio e convocação da Constituinte brasileira), a *Gazeta do Rio* (o título é reduzido), escrita pelo cônego Goulart, passa a defender o liberalismo e a modernidade política (citando Rousseau e outros da mesma linha). E acompanha de perto o processo de separação entre Portugal e Brasil, posicionando-se a favor da independência deste antes mesmo do *Correio Braziliense*, que levava a desvantagem da distância geográfica e das comunicações demoradas entre os dois hemisférios. Ou seja, é possível enxergar nuances na polarização, às vezes maniqueísta, entre esses dois jornais luso-brasileiros, vistos mais tarde como brasileiros apenas (MOREL; BARROS, 2003, p. 19).

Na tentativa de desfazer rotulações pelas quais a imprensa oficial e oficiosa foi tratada como inferior, pode-se mencionar o trabalho desbravador de Maria Beatriz Nizza da Silva (1938*), que se empenhou na reconstituição e análise da série existente tanto da *Gazeta do Rio de Janeiro,* quanto da *Idade d'Ouro do Brazil*. Tomando os periódicos como fontes, expôs as formas que assumiram as sociabilidades carioca e baiana no início do século XIX, conforme detalha em *A primeira gazeta da Bahia: Idade d'Ouro do Brazil* (1978) e, mais tarde, em *A Gazeta do Rio de Janeiro, 1808-1822: cultura e sociedade* (2007).

Metodologicamente, o valor desse tipo de periódico está, segundo ela, na condição de "documento da vida cotidiana", pois, embora "não forneça artigos de opinião nem seções de literatura ou de ciências e artes", "sua seção de avisos deixa entrever vários aspectos do Rio de Janeiro que dificilmente se encontram em outra documentação". Para ilustrar o caso, a historiadora relata o seguinte exemplo: "enquanto os documentos referentes à instrução guardados nos arquivos se referem, sobretudo, às aulas régias, os anúncios da *Gazeta* revelam a proliferação de mestres particulares, nacionais e estrangeiros, ensinando as mais variadas matérias a grupos sociais e etários distintos" (2007, p. 22).

Elevando-a à categoria de objeto de estudo da história cultural, por sua vez, Juliana Gesuelli Meirelles (1977*), em *Imprensa e poder na corte joanina: a Gazeta*

do Rio de Janeiro (2008), enfatiza as inovações jornalísticas que são trazidas, tal como a abertura de espaço de diálogo com o leitor. A hipótese explorada é de que, a despeito de simbolizar a versão monárquica dos eventos, a gazeta não era despossuída de concepções "hoje presentes na grande imprensa". Pelo contrário, "a folha do rei já se preocupava com periodicidade, sistema de assinaturas, vendas avulsas e espaço para anúncios", bem como "falava em neutralidade, isenção jornalística, imparcialidade e diferentes versões dos fatos" (p. 237).

Em última análise, isso significa que, paradoxalmente, de uma historiografia tradicional que inferiorizava os periódicos oficiais ao destituí-los de valor jornalístico — em comparação à atuação heroica de figuras como Hipólito da Costa —, passou-se para abordagens histórico-culturais que começaram a enxergar nessas páginas um *universo pleno de significados*. Portanto, se antes as "gazetas impressas sob a égide dos governos" eram vistas negativamente em função do seu "noticiário deformado e gratulatório" (RIZZINI, 1946, p. 47), agora estas passaram a ser percebidas como berço, ou mesmo modelo balizador, das práticas informativas e "dos atributos éticos da imprensa periódica moderna" (MEIRELLES, 2008, p. 72), a começar, no contexto brasileiro, pela *Gazeta do Rio de Janeiro*.

O resultado dessa mudança de abordagem não seria a oscilação entre a estereotipagem — isto é, a emissão de uma ideia simplista a fim de meramente enquadrar todas as gazetas —, e a supervalorização da contribuição singular das mesmas para o desenvolvimento do jornalismo informativo moderno? Em ambos os casos, mas com variações, poder-se-ia argumentar que existe tendência de desconfiguração do papel desempenhado por essa imprensa, o que prejudica, é certo, a elaboração de compreensão mais realista sobre o fenômeno histórico.

2.3 O enaltecimento do progresso da imprensa no Segundo Reinado

Se dado crédito à contagem de Sousa Martins (1846), o número de jornais em circulação no país teria dobrado entre o final do Primeiro Reinado e o começo do Segundo Reinado. Até a data de sua correspondência à *Revista IHGB*, contara "perto de 80 publicações periódicas, muitas de grandiosas proporções, e outras científicas e literárias, das quais algumas redigidas com gosto e talento" (p. 275). Resultado combinado de aprimoramento gráfico e ampliação do quadro de colaboradores e assinantes — como ocorrera com o *Jornal do Commercio* —, tal crescimento tornara,

a seu ver, a nascente imprensa brasileira comparável com o que de mais avançado se conhecia sobre a atividade periodística na Europa.

Mesmo admitindo não dispor de dados concretos suficientes para cálculo de tiragem anual em âmbito nacional, não se impediu o autor de estimar uma produção de “8,6 milhões de folhas”. Quantidade essa que não estaria em descompasso com o montante publicado na Grã-Bretanha, que, em 1842, possuiria “521 jornais” e uma produção de “61,4 milhões” de exemplares, mas que, como conjunto de nações, devia ser “quase sete vezes maior que a população livre do Brasil” (p. 273). Ou ainda, em toda a França que, no ano de 1836, quando se publicavam “558 a 560 jornais regular e periodicamente”, a população “não era menos de 32 milhões, oito vezes maior do que a nossa povoação livre”; o que lhe permitiria concluir que “o número dos nossos jornais não se acha em desproporção” (p. 274).

Deixada de lado a prova da veracidade dessas informações, de tão duvidosas que são, convém compreender, no entanto, o significado que se tem em vista. Pois, ao forçar comparação do caso brasileiro com o europeu, o membro do IHGB — e autor daquele que seria o primeiro artigo a encarar o assunto a partir de um viés histórico-científico, ou pelo menos com pretensão a tal — constrói um discurso cuja intenção é exaltar o desenvolvimento do nosso jornalismo, a começar pela escolha do próprio título da peça: *Progresso do jornalismo no Brasil*.

O texto torna explícito como a escrita histórica era tida como um ato patriótico, em prol do engrandecimento da jovem nação e sua imprensa. Ou seja, não se trata somente de levantamento e tratamento documental — procedimentos que, aliás, são básicos da investigação histórica e que se encontram aqui prejudicados por manifestações de natureza político-doutrinária. Ao longo de 14 páginas, o que o autor manifesta é um desejo de que floresça no país o gosto pela leitura jornalística e que os periódicos se estabeleçam como meio de instrução, para quem sabe “daqui a mais anos corramos o páreo com as nações mais civilizadas do antigo continente” (p. 274). Acrescentando:

> Qualquer porém que seja a nossa inferioridade a este respeito (que de boamente confessamos), não se pode contestar que os progressos do jornalismo no Brasil têm sido superiores a quanto era possível esperar do nosso estado de atraso na instrução pública, e que este ardor nacional pela leitura jornalística nos deve augurar mui rápidos progressos na instrução do povo, se a administração houver de empregar medidas mais eficazes, e um sistema melhor concebido para propagar a instrução popular pelas classes ínfimas da sociedade (SOUSA MARTINS, 1846, p. 274).

Artigo mais completo sobre o tema foi entregue por Moreira de Azevedo, médico e secretário do IHGB, que se aperfeiçoara em biografar as personalidades do Segundo Reinado. Trata-se, *Origem e desenvolvimento da imprensa no Rio de Janeiro* (1865), de relato de 55 páginas que, após criticar a política cultural obscurantista de Portugal, para sua colônia na América, narra como essa situação veio a mudar com a transferência da corte para o Brasil e, a partir de 1821, com o fim do controle censório e do monopólio real sobre a impressão, quando houve abertura de novas oficinas tipográficas e multiplicação das publicações.

No Rio de Janeiro de 1860, haveria em circulação 34 periódicos — incluindo títulos editados em francês, italiano e espanhol —, os quais variavam essencialmente entre duas tendências. A primeira a que se refere o historiador é o panfletarismo, com predomínio até o período regencial, quando proliferaram pasquins divididos em facções políticas e dotados de linguagem violenta. Passaram estes a dividir espaço com as folhas literárias que vieram a florescer durante o governo de d. Pedro II. Com tal renovação que não foi só estilística, mas também gráfica, nosso periodismo já seria digno de comparação com o estrangeiro:

> Fácil é reconhecer o desenvolvimento que tem tido entre nós a imprensa periódica, política e literária; os nossos diários não são inferiores aos da Europa nem em formato, nem em variedade de matéria, nem em nitidez de impressão. Já se foram os tempos em que o jornal político era o pelourinho das reputações, o cepo cruento onde se sacrificavam a honra, o nome, a dignidade, os brios de todos; felizmente hoje é moderada, digna e respeitosa a linguagem da imprensa política; há mais gravidade e sisudez na expressão, mais escrúpulo e consciência na frase; o jornalismo já não é o pasquim antigo, é o farol que guia, educa e doutrina o povo; não é a sátira grosseira e poluta de outrora, porém a crônica, a histórica, a crítica, o pensamento, a vida do progresso social (MOREIRA DE AZEVEDO, 1865, p. 223-224).

A imprensa é, nessa visão, meio para dirigir a opinião pública e promover o progresso intelectual do povo, ainda em situação de precariedade material e moral e, por isso, impedido de se constituir como nação. Daí o elogio ao jornalismo literário, por incutir o gosto pelas letras, unindo os indivíduos em torno de algo sublime. O jornalismo político, ao contrário, atuaria para dispersão social e cisão partidária, incitando conflitos entre os setores. Logo, qualquer sinal de superação da fase *descomedida* do nosso periodismo deveria ser apreciada como indicativo de adiantamento cultural. O que fica expresso, portanto, é um juízo de valor conservador

a respeito dos pasquins em benefício das folhas literárias, entendidas como forma ideal para ilustrar a opinião pública nacional.

Inscreve-se, em suma, o fenômeno jornalístico em uma linha de desenvolvimento contínuo, iniciada com a abolição da censura prévia e a possibilidade de livre circulação dos impressos, quando já encaminhado o processo de independência. Todavia, ainda segundo o historiador fluminense do IHGB, não é nesse contexto de agitação política, nem na fase do governo provisório, que os jornais progridem em sua missão de instruir o povo. É apenas com a estabilidade alcançada durante o reinado de d. Pedro II que são criadas condições promissoras para o desenvolvimento do jornalismo brasileiro. A liberdade de imprensa conquistada no período é apontada como fator determinante para tanto.

Concordando com essa leitura fornecida por seu antecessor no instituto, Fleiuss (1922) sublinha que "a Revolução Francesa de 1830 sobremodo exaltou os ânimos de nossos publicistas", de modo que, "em 1831, depois do golpe de Estado", o nosso "jornalismo aberrou de sua instituição, esqueceu seus deveres" (p. 1557)[8]; o que só veio a se alterar com a passagem da Regência, ocasião em que

> fulguraram na imprensa do Rio as penas de José Clemente Pereira, Rodrigues Torres, depois visconde de Itaborahy; Evaristo da Veiga, e a de Bernardo de Vasconcellos em Minas; Justiniano José da Rocha e Sales Torres Homem, depois visconde de Inhomirim, congraçando os ânimos dos mais ardorosos, tenazmente se esforçaram por arrancar a pátria à guerra civil e à violação estrangeira, sedimentando a duradoura paz do Segundo Império (FLEIUSS, 1922, p. 1558).

O que se constata nesse meio-tempo, entre os textos de um e outro secretário do IHGB, são antes iniciativas de inventariação do jornalismo em âmbito regional do que nacional, empreendidas por homens de letras que, entre outros postos na academia, eram membros efetivos ou correspondentes dos institutos provinciais/estaduais, a mencionar: João Francisco Dias Cabral (1874) em Alagoas; César Augusto Marques (1878) no Maranhão; João Batista Perdigão de Oliveira (1897) no Ceará; Lafayette de Toledo (1898) em São Paulo; Xavier da Veiga (1898) em Minas Gerais; e em colaboração com Alfredo de Carvalho, João Nepomuceno

[8] Autor de *Biografia do jornalismo carioca, 1808-1908* (1941), Gondin da Fonseca não só reforça esse parecer, como chega a extremá-lo ao declarar que: "nunca houve na Terra, ou em qualquer dos outros planetas habitados que existam no Universo, jornais mais violentos do que os que saíram no Rio de Janeiro durante os primeiros tempos da Regência" (p. 102).

Torres (1911) na Bahia. O levante desse conjunto heroico permite afirmar que a pesquisa brasileira sobre imprensa periódica nasceu por meio do registro histórico comentado dos jornais provinciais, majoritariamente do nordeste e sudeste do país[9].

Entre breves inventários e longos catálogos cronológicos, a maioria se diferenciava mais pela massa de documentação sistematizada do que por proposta de interpretação da matéria em si. Digno de nota pela extensão é a contribuição de Lafayette de Toledo (1865-1907), que se encontra no terceiro volume da revista mantida pelo Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e ultrapassa 200 páginas de informação. Ocupante de cargos na administração pública, além de redator em órgãos jornalísticos, dedicou-se à cobertura do período de 1827 a 1896, listando 1.536 títulos da imprensa paulista. E no volume 19º, sairia a maior, de Affonso Antonio de Freitas (1868-1930) — liderança dentro do instituto —, abrangendo o período de 1823 a 1914 e superando 800 páginas de arrolamento.

Tais empreendimentos não ficaram restritos ao âmbito do IHGSP. Fora dele, trabalhos do gênero foram entregues por outros como José Freitas Nobre (1921-1990), político e liderança da classe, inclusive tendo presidido o Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo (SJSP) e a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj). Ainda que basicamente preocupado em atualizar e corrigir falhas das catalogações anteriores, em *História da imprensa de S. Paulo* (1950), o intelectual cearense demonstra ciência de que o estudo histórico do jornalismo poderia ir além, na medida em que "possibilita um conhecimento profundo das nossas tendências sociais e políticas, dos choques econômicos, da luta contra várias formas de ditaduras que se pretendeu implantar, entre nós" (p. 95).

Entretanto, pelo menos até a primeira metade do século XX, não houve mudança significativa nesse panorama da historiografia da imprensa. Isso não exclui, todavia, como se tem mostrado, que dessa produção se apreenda intenções comuns de interpretação do fenômeno. A tendência foi a de dar prioridade aos efeitos da modernização com a transição para o Império, e depois para a República. Cada historiador tendeu a retratar a imprensa do seu estado — de origem ou de destino —

[9] Ao longo da primeira metade do século XX, a esses somaram-se relatos de outros historiadores e jornalistas, a ilustrar: Joaquim Nabuco Linhares (1903) em Minas Gerais; Guilherme Studart (1904) e Eusebio Néri Alves de Souza (1933) no Ceará; José Artur Boiteux (1911) em Santa Catarina; Antônio Egídio Martins (1912) em São Paulo; Alcides Bezerra (1922) e José Leal (1941) na Paraíba; Scylla Soares da Silva e Souza (1940) e Nestor Ericksen (1941) no Rio Grande do Sul; Gondin da Fonseca (1941) no Rio de Janeiro; e Rubens de Mendonça (1951) em Mato Grosso.

como uma das mais avançadas do país. Ou como se afirmaria sobre o caso de São Paulo: “indiscutivelmente a mais desenvolvida de todas as das outras circunscrições brasileiras”, visto que “apresenta todas as características do mais adiantado jornalismo e amplamente satisfeitas as necessidades e as exigências da sociedade moderna em que o progresso da civilização transformou o velho e lendário domínio dos bandeirantes” (FREITAS, 1915, p. 21; ver ROMANCINI, 2004).

Sintetizando, de maneira semelhante como cada investigador oitocentista chamou para o seu lugar de fala “a prioridade da introdução da imprensa no Brasil” (CUNHA BARBOSA, 1902, p. 240) — vide o caso de Pernambuco discutido na seção anterior —, percebe-se que tal reivindicação se repetiu nos relatos que focalizam o estágio posterior, de modernização dos periódicos. Porém, mais relevante do que as eventuais disputas que podem ter existido entre os membros das entidades regionais é, pelo menos na presente tese, identificar a tendência geral que se revela no modo de interpretar a trajetória do jornalismo brasileiro.

A maioria deles compartilha da visão negativa introduzida por Moreira de Azevedo, segundo a qual os pasquins eram folhas ínferas, por serem palco de afrontas e desonras entre adversários políticos. Seria necessário ultrapassar essa fase *primitiva* da imprensa, conferindo-lhe feição moderna em consonância com os tempos de estabilidade política e crescimento econômico. Deveria ela se constituir em meio de instrução pública para o povo. O declínio dos jornais panfletários, o cultivo de linguagem respeitosa e moderada, o apreço pela literatura e outras artes; enfim, tendências que foram interpretadas por eles enquanto alinhamento ao progresso, exigindo um jornalismo *neutro*, capaz de tratar com *imparcialidade* às questões que se colocavam à sociedade brasileira.

Entre as lideranças dos institutos estaduais, antes de Affonso de Freitas, compreensão nessa direção já havia sido manifestada por Xavier da Veiga (1846-1900). Patrono do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHGMG) e fundador do Arquivo Público Mineiro (APM), enquanto jornalista, pôs inicialmente em circulação folha vinculada ao Partido Conservador. Monarquista, converteu-se, contudo, em defensor da República depois que esta foi proclamada, em 1889, tornando-se propagador dos ideais do novo regime (MENDES, 2004). No catálogo que editou sobre a imprensa do estado, estão listados 867 periódicos publicados entre

1807 e 1897. Em termos de ajuizamento da matéria, o que apresenta é sucinto e pode ser resumido na seguinte passagem:

> Se a descoberta da imprensa é e merece ser geralmente considerada como a que exerceu no passado e exercerá no futuro a maior influência nos destinos da humanidade, essa influência será cada vez mais eficaz e profunda, bem compenetrando-se os guias da opinião, os doutrinadores da sociedade, os órgãos das queixas e aspirações populares, ser-lhes a missão um apostolado de honra da fraternidade e de abnegação. Nem cálculos egoísticos, nem ódios. Nem acintosos insultuosos, nem temores deprimentes. Nem injúrias, nem lisonjas. Nem passividade inconsciente, nem arrogâncias estultas (VEIGA, 1898, p. 91).

Mas houve também aqueles que contribuíram para abrir outras perspectivas de leitura histórica, a começar por alguns escritores que precederam os fundadores da Academia Brasileira de Letras. Contra a ideia de neutralidade jornalística, Joaquim Serra (1838-1888), por exemplo, argumentou que a manutenção e renovação da imprensa política é benéfica e necessária para qualquer sociedade que se pretenda moderna, na medida em que é espelho fiel e agitadora das grandes questões sociais. Jornalista e abolicionista, tendo sido escolhido por José do Patrocínio (1853-1905) como patrono da ABL, viu os jornais simultaneamente como expressão do estágio de civilização de um povo e testemunho mais qualificado da história de seu tempo[10].

Ao propor resenha histórica sobre a imprensa do Maranhão e seus publicistas, o autor descreve-a como adiantada e numerosa, destacando o papel exercido pelas folhas políticas na respectiva província do nordeste. A existência destas é, de acordo com o que defende em *Sessenta anos de jornalismo, 1820-1880* (1983), "uma necessidade em todos os centros de grande atividade", sendo que "em regra geral a imprensa, que se intitula neutra ou imparcial, não cumpre com a fidelidade que fora desejar o seu programa de inteira isenção de ânimo nas lutas que dividem a sociedade" (p. 75). Aqui, o caso é ilustrado pela campanha abolicionista que se fez presente no periodismo provincial:

> Quando o país agita-se, considerando que é tempo de encarar seriamente o problema da escravidão, nos é grato comemorar o fato de haver sido a

[10] Visão essa remete a César Augusto Marques (1826-1900), um dos patronos do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (IHGM), e autor da peça *História da imprensa em Maranhão* (1878). Em suas palavras, "do bom ou mau emprego da imprensa se pode avaliar, já não digo o grau de atraso ou de civilização de um povo, porém a sua índole, as suas ideias mais ou menos predominantes, a sua educação, as suas tendências, e os meios, verdadeiros ou falsos, com que caminha com pé firme ou vacilante para conquista do progresso nos vastos horizontes do futuro" (p. 220).

> imprensa do Maranhão uma das mais ardentes e antecipadas na propaganda abolicionista, procurando por todos os modos de combater a hedionda instituição, que nos envergonha (SERRA, 1883, p. 149).

Elogio à imprensa maranhense viria a ser reforçado por José Veríssimo de Mattos (1857-1916), jornalista, historiador literário e membro idealizador da ABL. Em *A instrução pública e a imprensa* (1900) — um esforço pioneiro de sistematização dos periódicos em âmbito nacional —, ele avalia que a imprensa de nenhuma das províncias, a não ser talvez a da capital federal, disponha, "em tão crescido número, nomes tão legitimamente notáveis, publicistas de raro vigor, cultura, excelência de linguagem e de estilo, dotes de jornalistas doutrinários e polemistas, como a do Maranhão desde a sua fundação em 1821 até os anos de 1860" (p. 49)[11].

Enquanto nesta e nas demais províncias, a seu ver, demorou para que os jornalistas perdessem os traços de "insolência" e "descompostura", bem como seus artigos feição "ardente" e "violenta", no Rio de Janeiro alterações de linguagem já eram percebidas desde a fundação do *Jornal do Commercio*. Houve desde então alguma tendência de substituição do jornalismo partidário por outro, "neutro" e "desinteressado". Seria, no entanto, a partir dos anos 1870, com a criação de diários como a *Gazeta de Notícias* (1875-1942), que teria se iniciado efetivamente uma passagem para o "jornal barato, leve, popular, mais noticioso que doutrinário, ocupando mais o repórter que o redator, desenvolvendo mais o anúncio" (p. 69).

Para esse intelectual paraense, ao contrário da maioria dos historiadores do IHGB aqui recuperados, o progresso da imprensa nacional era lento, sendo o analfabetismo da massa populacional um obstáculo distante de ser resolvido:

> De fato, esses jornais só têm alguma importância os das capitais, e desses mesmos algum ou alguns. Os outros são por via de regra de vida efêmera, limitadíssima tiragem e curta circulação. Entre os grandes jornais dos Estados merecem distinção a *Provincia do Para*, o *Diario de Pernambuco*, o *Diario da Bahia*, o *Estado de S. Paulo*, o *Correio Paulistano* e o *Commercio de S. Paulo*, o *Jornal do Commercio* de Porto Alegre (Rio Grande do Sul) e poucos mais. A circulação dos jornais é ainda no Brasil muito escassa e os seis jornais diários do Rio de Janeiro não chegam talvez a tirar de fato muito mais de cem mil exemplares (VERÍSSIMO DE MATTOS, 1900, p. 71).

[11] Esse elogio é repetido por autores como Antônio Lopes, em *História da imprensa no Maranhão, 1821-1925* (1959). Ainda no que se refere ao estudo das origens do jornalismo maranhense, cabe menção à contribuição de Sebastião Jorge: *Os primeiros passos da imprensa no Maranhão* (1987).

Para Barbosa Lima Sobrinho (1923), a principal questão não era exatamente essa, mas a preocupação com o que o jornalismo se tornaria ao completar o ciclo modernizante. No que diz respeito à maneira de compreender o passado, é certo que, também para ele, era de se comemorar a decadência do velho jornalismo de combate, visto que “a imprensa virulenta influi sobre o espírito público, perturba a difusão de uma cultura equilibrada, estorva a existência de políticos serenos” (p. 64). Nesse sentido, estava de acordo com os demais historiadores que enxergaram no Segundo Reinado época de superação da anarquia política, propiciando o florescimento do jornalismo moderado, enquanto escola para educar a nação.

Cada vez mais sintonizados com a opinião pública, os jornais deixariam de se apresentar como órgãos de um único partido, ainda que essa situação perdurasse fora dos centros. Observa que, na Primeira República, o Rio de Janeiro começa a contar com grandes diários que adquirem estrutura empresarial; em contrapartida, “a falta do jornalismo de partidos força o governo ao processo de subvenção” (p. 154). Transformada em negócio, a atividade deixaria de ser um sacerdócio e se tornaria como outras profissões remuneradas, exercida por especialistas que não raramente desconhecem a missão social que lhes é confiada. Mas, ao mesmo tempo, não exclui o crítico os ganhos advindos com a profissionalização:

> Em fases iniciais, conserva-se no articulista a cultura de ciências políticas, filosóficas e literárias. Ele devia dizer períodos cheios de pompa e de anseios democráticos. Mais adiante admite-se o escritor ligeiro, dotado de um estilo ágil e de escassa cultura geral. É a era dos tópicos superficiais, em que o comentário se move alegremente em torno do assunto, que não aparece, todavia, no seu verdadeiro aspecto, nem chega a ser discutido. Mais tarde é a ocasião do verdadeiro profissional, dos especialistas que vão tratar com proficiência das matérias do dia. Nessa época, o jornal é orientador, porque ensina e esclarece, exercendo uma atuação cuja eficiência dependerá do merecimento de seus especialistas (LIMA SOBRINHO, 1923, p. 50).

A emergência de interpretações como essa acaba por coincidir, de certa maneira, com o processo de declínio dos institutos históricos e seu modelo historiográfico, no decorrer da primeira metade do século passado. Paralelo a isso, verifica-se a ascensão de tradição ensaística, com a crescente publicação de textos de natureza crítico-reflexiva, oriundos em grande parte da intelectualidade que passa a se reunir em torno da Academia Brasileira de Letras. Além de Lima Sobrinho, pode-se mencionar outros, como Elmano Cardim (1891-1979), Austregésilo de Athayde (1898-1993), Pedro Calmon (1902-1985) e Raimundo Magalhães Júnior (1907-1981),

que contribuíram com ensaios sobre as fases paradigmáticas da imprensa brasileira, desde as suas origens (ver ABL, 1958).

Enfocando o período de transição para o império, merece nota a obra de revisão assinada por Hélio Vianna (1908-1972), intitulada *Contribuição à história da imprensa brasileira, 1812-1869* (1945)[12]. Catedrático de história do Brasil da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFi), concentrou esforços para expor omissões e corrigir eventuais erros que teriam constado na bibliografia inaugural sobre os precursores do periodismo brasileiro. Para realização dessa tarefa, aventurou-se o historiador em incursão pela coleção particular de periódicos de Francisco Marques dos Santos (1899-1975) — então diretor do Museu Imperial —, mas também por acervos públicos como o da Biblioteca Nacional.

Ou seja, fundamentado em abundante documentação para o trabalho de síntese e revisão de nomes, datas e outros tantos detalhes, preserva as preocupações de uma historiografia tradicional positivista herdada do IHGB, cuja visão é de que o jornalismo nacional experimentou progresso contínuo, pelo menos na fase monárquica independente. Com isso, não favorece no exame a incorporação de elementos com potencial de problematizar a afirmação dessa narrativa evolucionista. Ao mesmo tempo, enquanto pesquisa caracterizada pelo rigor científico e pela recomposição linear de um passado tal como foi, distingue-se do caráter ensaístico e menos sistematizado das interpretações históricas fornecidas pelo coletivo da ABL, em voga em meados do século XX.

Uma ruptura com essa abordagem será notada apenas a partir da análise marxista de Nelson Werneck Sodré (1911-1999), presente em *História da imprensa no Brasil* (1966). Ao debruçar-se sobre o período imperial, acabou por reverter a leitura iniciada pelos historiadores do IHGB, ao argumentar que a imprensa prospera onde a atividade política é mais intensa e diversificada, vendo justamente a fase em que o pasquim foi a tendência dominante como o grande momento do nosso jornalismo. Por isso mesmo, “o papel do pasquim na história da imprensa brasileira foi, assim, muito ao contrário do que tem sido indicado, de inequívoca e fundamental importância” (SODRÉ, 1966, p. 207).

[12] Vianna também é autor de *Dom Pedro I, jornalista* (1967), livro no qual documenta a atividade de imprensa, sob pseudônimos, do príncipe regente e seu secretário Francisco Gomes da Silva.

Fora do eixo marxista, foi no meio universitário que surgiu outro contraponto ao entendimento visto no plano do IHGB, segundo o qual, uma vez superado o obscurantismo imposto pelos metropolitanos à colônia, a nossa imprensa se encontraria em condição de plena evolução. Para acadêmicos como Marques de Melo (1973), o subdesenvolvimento do país não só implicou o atraso na chegada dos tipos e do prelo, mas no contínuo retardamento do seu jornalismo. Nas palavras do estudioso: “os obstáculos que se antepuseram ao surgimento prematuro da imprensa na antiga colônia portuguesa, são os mesmos que impedirão um crescimento das atividades editoriais e jornalísticas no Brasil independente” (p. 19).

Essa argumentação foi, por último, revisada e trabalhada por Matías Martínez Molina (1938*), em *História dos jornais no Brasil* (2015). Também para esse autor “as barreiras impostas por Lisboa para o desenvolvimento da economia e, principalmente, para a instrução e a formação da população local, teriam consequências no longo prazo”. Isto é, o analfabetismo e a baixa escolarização da população continuaram limitando a expansão dos jornais. Obstáculos esses que, conforme seu exame, não foram resolvidos com a subida ao trono de d. Pedro II nem com os governos da República Velha, embora não negue a influência exercida pela imprensa periódica nos rumos políticos do país.

Ademais, houve quem tenha rejeitado a hipótese de autonomização do jornalismo provincial em relação ao campo político no período pré-republicano. Em *Imprensa piauiense: atuação política no século XIX* (2001), Ana Regina Rêgo (1968*) procurou desvelar as relações familiares e partidárias mantidas pelos jornalistas e suas folhas no Piauí. Entre órgãos conservadores e liberais que permaneceram funcionando como extensão das oligarquias e dos partidos dominantes, em vez da “preocupação com o progresso nacional ou com os destinos da província”, “ocupam-se em colocar nas páginas impressas as brigas e intrigas do cotidiano” (p. 120). No fim das contas, “trocando o nome dos jornais, decerto, não seria possível distinguir a quem pertence este ou aquele discurso, a não ser pelas marcas político-partidárias e pelas denominações dos próprios periódicos” (p. 301).

Com base em constatações como essas, observa-se como a produção historiográfica das últimas décadas termina por atuar no sentido de desconstrução de uma série de narrativas que se entrelaçaram ao projeto sustentado pelo IHGB. Nessa perspectiva, questiona-se ou nega-se que, por exemplo, teria sido repentina e

completa a substituição do jornalismo de combate por outro, fincado em valores tais como *neutralidade*, *imparcialidade* e *objetividade*. Quer dizer que, de maneira diferente do que se costumava afirmar, levaria tempo para que a imprensa brasileira conseguisse êxito na criação de linguagem própria, mantendo-se profundamente atrelada às práticas políticas e, posteriormente, às literárias.

2.4 Conclusões: intelectualidade diletante e a imprensa como farol da nação

Do ponto de vista da sociologia dos intelectuais, o perfil dos historiadores oitocentistas da imprensa em pouco ou nada se difere dos desbravadores inscritos nos ramos tradicionais da disciplina, da história militar à história econômica. Como sintetiza Ângela de Castro Gomes (1996), ao lidar com uma amostra de 20 nomes tidos como iniciadores do campo no Brasil, trata-se de "um conjunto de homens em sua maioria bem-nascidos e bem-educados", pertencentes geralmente "à alta aristocracia brasileira, muito mais no sentido político do que no sentido estrito da riqueza econômica". Era-lhes comum a atividade de imprensa, sendo esta a porta de entrada para o mercado intelectual e, sem demora, para a construção de carreira política ou conquista de posição na burocracia estatal. Independente de classe, raros oriundos da região sul, sendo a quase totalidade das regiões nordeste e sudeste, e tendo frequentado "estudos superiores regulares: os mais velhos na Europa, mas a maioria no Brasil, nas tradicionais escolas de direito, medicina e engenharia do Rio, Recife, São Paulo, Salvador e Ouro Preto" (p. 44).

Apenas para referir dois exemplos, entre os nomes que se dedicaram a inventariar os jornais, pode-se comentar as trajetórias de Max Fleiuss e Alfredo de Carvalho. Com origem na aristocracia pernambucana, este último iniciou os estudos de engenharia na Alemanha, completando-os nos Estados Unidos. Antes de retornar, para se estabelecer em Recife, residiu em Santos, onde foi redator da imprensa local. Já o primeiro, filho de Henrique Fleiuss (1824-1882), renomado litógrafo e pintor alemão radicado na capital do país, cursou direito na Faculdade do Rio de Janeiro. Além de trilhar carreira no IHGB, foi membro de outras instituições nacionais e estrangeiras, entre Alemanha, Argentina, Cuba, Espanha e Portugal. Na imprensa carioca, atuou como colaborador de publicações literárias e culturais.

O fato de o periodismo ser exercido por esses e tantos historiadores do período importa, na medida em que ajuda a compreender o modo como a imprensa era

percebida como fonte de pesquisa. Dada a relação de proximidade com os jornais e revistas, estranho seria se eles não atribuíssem valor de documento histórico a esses impressos, dos quais eram, se não mentores, redatores, críticos literários etc. No posto de historiadores, o que prevalece, em seus trabalhos, é um entendimento do jornalismo como repositório de verdades sobre o passado. Isto é, uma fonte fidedigna ao investigador, pois lhe forneceria acesso imediato aos fatos tal como aconteceram. Essa ideia se repete ao longo da produção historiográfica do século XIX e permanece, ainda, nas primeiras décadas do século XX.

A concepção compartilhada por essa intelectualidade era de que a imprensa se constitui em meio de instrução pública, um elemento para o progresso cultural do país. Na fase político-panfletária, encontrar-se-ia desviada de sua finalidade, pois fora convertida em palco de calúnia e difamação. Daí os elogios constantes ao período do Segundo Reinado, quando o pasquim teria deixado de ser a forma dominante e floriram as revistas literárias e culturais, espalhando pela nação o gosto pelas letras e artes. Tal leitura, ao enaltecer o periodismo durante a fase monárquica independente, se associa, em última análise, a "uma militância intelectual homogênea, marcada pela fidelidade ao imperador", por parte das figuras ligadas ao IHGB (GUIMARÃES, 1995, p. 599).

Embora seja "possível que o esgotamento do modelo dos IHGs tenha colaborado para a descontinuidade dessa historiografia tradicional: descritiva, relatorial, cronologista e preocupada com o levantamento de documentação sobre e dos jornais" (ROMANCINI, 2007, p. 31), isso não permitiu que fosse verificada, pelo menos na prática da pesquisa em jornalismo, uma ruptura epistemológica com a nascente *historiografia universitária*. A contribuição dada por Hélio Vianna serve de exemplo. Apesar de ter se tornado acadêmico, ele estaria situado no universo intelectual anterior à universidade; portanto, sua obra pode ser interpretada como um fechamento da fase *primordial*, sem dar sinal do que poderia emergir de realmente novo, em termos de estudo jornalístico, na fase universitária.

A exceção poderia ser o ensaio de Barbosa Lima Sobrinho, que se distingue, em relação aos relatos do período, por aprofundar questões de ética e liberdade de imprensa, ao passo que fornece síntese sobre o desenvolvimento do jornalismo, até sua transformação em negócio. No lugar de extenso levantamento documental, seu trabalho constrói-se pelo esforço de interpretação, assim como de proposição, para

fins de intervenção no debate sobre a regulamentação da atividade. Em razão disso, sua contribuição, antes de simbolizar os primórdios da historiografia universitária, pode ser melhor compreendida como manifestação do chamado *ensaísmo político*, predominante durante a primeira metade do século XX (ver MENDES, 2012).

3 A TRANSIÇÃO PARA A HISTORIOGRAFIA UNIVERSITÁRIA (1945-1970)

Fundamental para o estabelecimento da história como disciplina acadêmica foi o período pós-1930, quando no Brasil começou a se formar a primeira geração de professores e pesquisadores universitários. Passaram esses a se diferenciar da categoria mais ampla de intelectuais, sem deixar de transitar pelos ofícios de jornalista, político, jurista etc. Os historiadores não vieram a compor categoria possuidora de identidade acadêmica e saber especializado de forma espontânea. O processo foi, por certo, desencadeado pela abertura das faculdades de filosofia, no âmbito das quais foram inaugurados os primeiros cursos superiores de história.

Entre os estabelecimentos a destacar, sem dúvida, estão: a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras — renomeada para Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas — da Universidade de São Paulo, fundada em 1934; e, em 1939, a Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil — posteriormente transformada em Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Foi fora desse ambiente, entretanto, que se produziu aquele que é considerado o conjunto mais significativo de sínteses interpretativas sobre a sociedade brasileira: *Casa-grande & senzala* (1933), de Gilberto Freyre (1900-1987); *Raízes do Brasil* (1936), de Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982); e *Formação do Brasil contemporâneo* (1942), de Caio Prado Júnior (1907-1990). Obras seminais que, do ponto de vista teórico, inovaram com abordagens relativas tanto ao culturalismo, quanto ao materialismo, aproximando a história da antropologia, da sociologia e da economia política.

Na avaliação de José Jobson Arruda e José Manuel Tengarrinha (1999), a tríade representa simultaneamente uma ruptura com o modo de historicização visto no IHGB e “o nascimento da moderna historiografia brasileira”, “ultrapassando os limites da mera narrativa em favor de uma história compreensiva” (p. 39). Pode-se dizer, com isso, que a “historiografia acadêmica aparece como um desdobramento das grandes sínteses e propostas interpretativas”, oriundas dos anos de 1930, como acrescenta João Miguel Teixeira de Godoy (2009, p. 72-73).

Movimento semelhante a esse até pode ser visualizado na historiografia do jornalismo, porém em outro período, como será evidenciado ao longo deste capítulo. Pois, até a primeira metade do século XX, não se nota entre os historiadores da imprensa tendência de explorar abordagens vindas das ciências sociais, nem de

ruptura com o paradigma *narrativista*, mas antes de revisar os quadros já traçados, para fins de correção e atualização dos mesmos. Hélio Vianna dá prova disso em *Contribuição à história da imprensa brasileira, 1812-1869* (1945), livro no qual

> se condensam ensaios relativos aos precursores do periodismo, à história de nossa imprensa entre a Regência do príncipe d. Pedro e a declaração da maioridade de d. Pedro II, a alguns curiosos vultos de jornalistas e panfletários do mesmo período. *Não se trata, portanto, da História do Jornalismo no Brasil, pela qual ainda se espera, cuja importância pode ser avaliada com a simples afirmação de que, sem ela, impossível será o estabelecimento da verdadeira história do Brasil independente*, desde a chegada do príncipe regente d. João ao Rio de Janeiro, em 1808 (VIANNA, 1945, p. 5, grifo nosso).

Egresso da Universidade de Coimbra, Gondin da Fonseca (1899-1977), autor de *Biografia do jornalismo carioca* (1941), também confessa que não possui grandes pretensões com a prática de catalogação dos periódicos saídos no Rio de Janeiro. Contudo, para o jornalista e biógrafo, era completamente dispensável, ou mesmo inútil, concebê-los como objeto legítimo de investigação histórica:

> A minha lista *cita os jornais, sem lhes historiar a vida*. Ela era uma *aventura tão sem importância que me pareceu não valer a pena gastar tempo em descrevê-la*. Saía às vezes um papel em 30, deixava de sair em 31 e 32, reaparecia em 33 e depois em 35. Não tinha redação, nem oficina. *Para quê ir-me agora cansar em pesquisas, indagar o nome do escrevinhador, investigar quando nasceu*, se usava barba inteira ou de passa-piolho, se gostava disto ou daquilo? O que eu quis fazer foi uma simples lista dos jornais publicados de 1808 a 1908 no Rio de Janeiro. Só isso. Por mera camaradagem indico lá de onde em onde umas datas, uns colaboradores etc. *A história de todos os jornais que saíram durante o nosso primeiro século de imprensa não seria impossível de escrever, mas seria positivamente inútil* (FONSECA, 1941, p. 276, grifo nosso).

Isso corrobora para a compreensão de que a história do jornalismo, àquela altura, ainda era narrada majoritariamente de maneira descritiva, em moldes inventariais, como uma sequência de fatos a serem ordenados pelo historiador, preocupado em informar quando os periódicos de uma certa localidade começaram e pararam de circular, bem como apontar quem estava por trás desta ou daquela iniciativa editorial. Portanto, não se percebe entre os estudiosos da matéria compromisso de investir em interpretação sobre o fenômeno, respeitando sua complexidade e, ao mesmo tempo, vivacidade. Ou como advertiu o filósofo e historiador britânico Robin Collingwood (1972): trata-se de uma historiografia de certa forma *irresponsável*, pois encara seu fazer como um *passatempo de tesoura e cola*.

Argumentar-se-á que mudança nesse quadro se daria com a obra de Carlos Rizzini (1898-1972), autor que propõe uma leitura global sobre as origens do periodismo, desde o mundo antigo — e que retoma, assim, o ponto de vista de Barbosa Lima Sobrinho (1923). É com o jornalista e professor paulista que começa a surgir consciência sobre a importância do estudo jornalístico em nível acadêmico, ao passo que os jornais vão despertar interesse enquanto objeto histórico. A elevação a tal posição, ainda que desprovida de inovação teórico-metodológica, demarca uma possibilidade de início da pesquisa acadêmica na área.

A produção especializada, por um bom tempo, entretanto, continuou vindo de fora da universidade, a contar por Juarez Bahia (1930-1998) e Nelson Werneck Sodré (1911-1999). Repórter premiado, o primeiro tem mérito de entregar relato que caracteriza o começo das atividades de imprensa no Brasil, a sua consolidação como indústria gráfica nos idos daquele século e, por fim, o seu ingresso na modernidade como empresa de informação, a partir de 1930. O segundo, sem ter ocupado cadeira universitária, foi além ao elaborar a primeira interpretação marxista sobre o assunto. Tem-se aqui, finalmente, passagem de uma *história-narrativa* a uma *história-problema*, para usar as palavras de François Furet (1979).

Assinalado isso, o foco da discussão é então direcionado para a tese doutoral de José Marques de Melo (1943-2018), cuja proposta foi a de apontar os fatores socioculturais que atrasaram o aparecimento da tipografia na antiga colônia. Além de emitir juízo sobre o significado intelectual e os limites epistemológicos, mostra-se como o legado teórico do professor emérito da USP guarda forte ponto de diálogo com a empreitada historiográfica do jornalista Matías Molina (1938*). Em função disso, o projeto deste, apesar de mais recente, vem a ser explorado no capítulo que se apresenta, dedicado à segunda geração de historiadores do jornalismo.

O argumento nestas páginas é o de que, com alguma similitude, esse grupo herdou dos eruditos do IHGB a presunção de que houve retardamento no estabelecimento da imprensa em terras brasileiras. Porém, no lugar de uma narrativa evolucionista, pautada pela ideia de superação do atraso cultural, representado pelo passado colonial e de progresso absoluto no período imperial, o que predomina, notadamente entre os últimos, são as problemáticas do subdesenvolvimento e da dependência do país, do descompasso entre seus setores e da fragilidade da

liberdade de imprensa. São essas algumas das marcas da produção em debate, situada na transição para a historiografia universitária.

3.1 Carlos Rizzini e a virada nos estudos históricos sobre imprensa e informação

No Brasil, a pesquisa em história do jornalismo prosperou não entre os professores catedráticos de história, mas entre alguns redatores, repórteres e chefes de redação que se tornaram acadêmicos, no período pós-Estado Novo. Contratados pelos então incipientes cursos de jornalismo, esses professores, muitos deles assistentes, se depararam com o ensino de disciplinas como história e legislação de imprensa, para as quais inexistia literatura nacional especializada. Até a virada para a década de 1960, havia no país um total de nove cursos superiores de jornalismo, sendo dois na cidade do Rio de Janeiro e os demais distribuídos entre São Paulo, Rio Grande do Sul, Bahia, Minas Gerais e Paraná (JOBIM, 1960, p. 237).

A escola pioneira foi montada a partir da herança deixada pelo jornalista e empresário Cásper Líbero (1889-1943) e começou a operar em 1947, integrada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). A proposta original do estabelecimento era basicamente a preparação de pessoal para atuação em empresas jornalísticas, o que foi certamente facilitado pela proximidade com a redação d'*A Gazeta* (1906-1979)[13]. Por seu turno, o curso oferecido pela Faculdade Nacional de Filosofia, a partir de 1948, se desenvolveu dentro de projeto pedagógico de acento menos profissionalizante e mais humanístico. Ainda assim, nada faz pensar que o ensino de base teórica fosse acompanhado de pesquisa estritamente acadêmica.

Interesse dessa natureza começaria a ser demonstrado por Carlos Rizzini, autor de *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil* (1946), *O ensino do jornalismo* (1953), *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense* (1957), e *O jornalismo antes da tipografia* (1968). Formado pela Faculdade Nacional de Direito (FND), foi um dos primeiros profissionais contratados para compor o quadro docente do curso da Universidade do Brasil, sendo responsável pela disciplina de história da imprensa. Na função ficou até

[13] Sobre a atuação jornalística de Cásper Líbero à frente do diário vespertino, conferir C*ásper Líbero e a modernização do jornalismo brasileiro* (2016), de Gisely Hime.

os anos 1960, quando se transferiu para a Faculdade Cásper Líbero, da qual foi diretor e professor da mesma matéria, até 1965.

A academia foi, no entanto, uma entre tantas das suas atividades, tendo atuado como repórter e redator em vários órgãos de São Paulo. O principal posto foi, sem dúvida, no Rio de Janeiro, enquanto diretor-geral dos Diários Associados (1924-), onde permaneceu entre 1946 e 1955[14]. Além do jornalismo, exerceu mandatos políticos como deputado estadual e vereador, e ocupou cargos na administração pública como secretário municipal e advogado.

Enquanto historiador, dedicou-se ao "estudo das formas de comunicação da notícia", especialmente nos "processos históricos do jornalismo antes da tipografia" (1968, p. XV); pois, de acordo com ele, trata-se de fenômeno comunicativo abrangente, com origens na transmissão oral de informações:

> Encarado como instrumento elementar de comunicação, surgiu quando à transmissão oral, direta e imediata, sucedeu a simbólica, mediata e indireta, concebida para representar os fatos cuja lembrança se queria resguardar e transmitir. Até onde chega a nossa penetração na antiguidade, lá encontramos — em pedra, pau, metal, barro, concha, fibra, pele e papel — o jornal, isto é, a informação rudimentar de algum acontecimento contemporâneo conservado pelos símbolos (RIZZINI, 1946, p. 11).

Remetendo ao Império Romano, "os *Acta Diurna Populi* constituem certamente os mais antigos escritos aparentados com o jornal" (1946, p. 12), na medida em que disporiam de pelo menos dois de seus característicos fundamentais: atualidade e variedade. Outra qualidade que se adicionaria à conta seria a regularidade, pois "acredita-se que durante quinhentos anos eles viessem a público todos os dias" (1946, p. 15). Porém, afixado em tábua, carecia o boletim oficial romano de circulação: "a sua informação permaneceu sempre parada e o jornal é exatamente o contrário: a informação em movimento" (1968, p. 6).

Até onde se consegue saber, os *Acta Diurna* eram pouco estimados pelos membros daquela que é considerada a maior civilização da história ocidental. "Achavam-nos úteis para a divulgação dos documentos oficiais e das novidades, sem vislumbrarem pudesse a sua eficiência ir além" (1946, p. 14-15). É justamente por

[14] No que concerne à sua trajetória intelectual e profissional, conferir *O amigo do rei: Carlos Rizzini, Chatô e os Diários Associados* (2004), de Paulo da Rocha Dias.

essa falta de reconhecimento e avanços que se pode “afirmar que, possuindo jornais, os romanos não conheceram o jornalismo” (p. 15).

Desaparecidos após a cisão do império, “só ao cabo de mil anos ressurgiram os *diurnais* nas epístolas-circulares e nas gazetas quinhentistas que, se por um lado, despregadas dos muros, corriam em modestas tiragens manuscritas, por outro nem eram diárias, nem contínuas, nem tão variadas quanto as *actas* urbanas” (p. 15). Assim, por falta de material onde escrever e de meios públicos para envio e recebimento, “na Idade Média, além das poucas missivas especulativas dos humanistas, não existiu a correspondência de notícias” (p. 35-36).

A situação viria a mudar na Idade Moderna, quando se tornou “intensa circulação de cartas e jornais manuscritos” (p. 70), sendo, para tanto, essenciais a disponibilidade de papel e o estabelecimento dos correios públicos. Aliás, no julgar de Rizzini, “as cartas particulares dos séculos XVI, XVII e XVIII possuem maior conteúdo jornalístico, no sentido informativo, do que a maioria das folhas de hoje e deixam a perder de vista as primeiras gazetas impressas sob a égide dos governos e, por isso, votadas ao noticiário deformado e gratulatório” (p. 47).

Ainda segundo o historiador paulista, o melhoramento dos serviços postais foi mais decisivo para tudo isso do que o aperfeiçoamento da arte de imprimir, uma vez que “importa mais ao leitor receber informações regularmente e em tempo, do que as receber grafadas nesta ou naquela maneira”. Sem falar que, dado “o alto custo dos trabalhos tipográficos e a intolerância dos governos à divulgação de notícias”, deixa de parecer estranho que, “enfim surgida, a gazeta impressa atravessasse o seiscentismo e o setecentismo em plano marcadamente secundário, menos lida e menos estimada do que a manuscrita” (1968, p. XVI).

Explicação semelhante é aplicada ao caso brasileiro. Embora o Rio de Janeiro e algumas províncias tenham passado a contar com tipografias anos antes da Independência, “até a suspensão da censura prévia, não era naturalmente possível desenvolver-se o periodismo no Brasil” (1946, p. 331). Mesmo entre os periódicos em atividade entre 1821 e 1822, “a metade, se tanto, estacionará na classe dos jornais, ou pela sua importância política ou pelo seu ânimo informativo. A outra metade, carecendo do último e principal requisito, e não tendo produzido efeito notável, melhor para na categoria dos folhetos e avulsos” (p. 366). Nessa visão, resumindo, de jornalismo pouco havia, seja na imprensa oficiosa ou na panfletária.

No tocante à questão da introdução da imprensa, acaba Rizzini por se aproximar da leitura histórica fornecida pela geração anterior, a do IHGB. A repressão política de Portugal para com a colônia é apontada como obstáculo maior para o desenvolvimento do nosso jornalismo, que esteve limitado a um reduzido número de publicações, “oficiosas ou inofensivas” (1946, p. 331). Entre elas, a *Gazeta do Rio de Janeiro* que, se abreviava “em enfadonhos róis de atos oficiais, convenientes apanhados de folhas europeias e intermináveis ditirambos à família reinante”; e, consequentemente, se privou de exercer “a função social já então assumida no mundo pela imprensa” (p. 332). A exceção seria o órgão dirigido por Hipólito da Costa, em Londres, de modo que “o *Correio Braziliense* parece-se mais com um jornal moderno do que as folhas que se seguiram a partir de 1821” (p. 347).

O acadêmico, entretanto, ao tomar como ponto de partida épocas mais remotas da civilização, não desenvolveu exame para além do início do século XIX. Sua atenção está concentrada no que chama de *primórdios do jornalismo*. E a partir dessa compreensão surge uma distinção fundamental em relação aos investigadores que lhe antecederam: em Rizzini, o desenvolvimento da tipografia deixa de ser o marco referencial da atividade jornalística. Até porque, a partir do caso europeu, ele julga que os jornais manuscritos — por serem isentos ou mais livres de censura do que os impressos — serviriam a um propósito jornalístico superior. Em suas palavras, apresentavam “noticiário abundante, desenvolto, ousado, apto a despertar e satisfazer a curiosidade pública, destarte suplantando as mesquinhas e insossas gazetas impressas” (1968, p. XVI-XVII).

A contribuição de Rizzini, mais do que isso, constitui-se em uma leitura global da história geral da informação, partindo das antigas letras do Império Romano, com o cuidado de assinalar que lá não existia noção de jornalismo. Da passagem da informação escrita para os sistemas de impressão na Europa, a maioria das referências remete à França, onde o jornalismo teria, a seu ver, conhecido suas fases determinantes. Tal contemplação, contudo, não lhe impediu de reconhecer que seria a Holanda o centro mais adiantado na arte gráfica e na liberdade de imprensa a Inglaterra, por acolher perseguidos políticos do resto do mundo.

A título de curiosidade, valeria acrescentar que, conforme a visão do autor, a partir da virada para o século XX, seria o jornalismo estadunidense a representação da síntese de tudo isso. Ainda que não seja produto de análise histórica, mas relato

derivado da sua experiência como docente na universidade brasileira e de intercâmbio aos Estados Unidos, *O ensino do jornalismo* (1953) não só expõe admiração pelas faculdades norte-americanas, como também pelo tipo de imprensa que se desenvolveu no país. Teria essa se tornado incomparável, por ser "a mais opulenta, a mais informativa, a mais ilustrada, a mais célebre, a melhor equipada, a melhor impressa e a melhor distribuída do universo" (p. 40).

Sem pretender entrar na questão da militância pela americanização do ensino e da prática do jornalismo no Brasil, porém atendo-se à sua contribuição historiográfica, importa notar como esta se realiza por meio de uma leitura com pretensão global. Há por parte do acadêmico interesse de cultivar um saber mais plural e universal, em busca de uma visão cosmopolita e menos paroquial sobre o fenômeno. Essa abordagem contrasta com aquela de viés nacionalista empregada pelos historiadores oitocentistas do IHGB, engajados na criação de uma narrativa que visava enaltecer o progresso da imprensa durante o Segundo Reinado e, por isso, comparando forçosamente o caso brasileiro ao europeu.

É verdade, no entanto, que não foi Rizzini, entre nós, o primeiro a abordar o fenômeno sob essa ótica. Barbosa Lima Sobrinho, em *O problema da imprensa* (1923), já havia esboçado panorama global sobre as origens do periodismo, igualmente remontando aos *Acta diurna populi* e pontuando que o jornal, tal como conhecemos hoje, é produto que surge na transição do século XVII para o XVIII. A partir daí, criam-se iniciativas que serviriam antes para denunciar e frear a desonestidade dos governantes do que para publicizar atos oficiais.

Essa mudança de orientação não foi gerada pelo acaso, mas correspondeu a lutas contra a censura prévia, a começar na Inglaterra e, depois, em outras partes. "Só o progresso da opinião pública veio emancipar a imprensa dos rigores absolutistas e das restrições governamentais" (p. 8), permitindo que o jornalismo intensificasse "a sua função de crítico da sociedade e principalmente da política e da administração pública" (p. 5). Sendo assim, o desenvolvimento da atividade não poderia ser compreendido fora do quadro de formação das democracias modernas:

> A liberdade de imprensa resultou na marcha concordante das liberdades individuais, da elevação do nível da democracia e da cultura, a cujo desenvolvimento, por sua vez, prestou os melhores serviços. Por fim, os próprios governos se convenceram de que o maior castigo estava, não nos ataques da imprensa, mas no seu silêncio (LIMA SOBRINHO, 1923, p. 10).

A análise proposta acima se diferencia nesse sentido daquela de Rizzini. Enquanto este trata dos meios elementares de comunicação desde a Antiguidade, Lima Sobrinho adentra na questão da regulamentação da liberdade de imprensa, dentro de uma perspectiva histórica que não poderia ser outra senão a do mundo moderno. Essa linha foi, mais tarde, reforçada por José Freitas Nobre, um dos primeiros professores contratados para o quadro docente da Escola de Comunicações Culturais da USP, assim inaugurada em 1966.

Nos anos que seguiram o golpe militar, esteve o intelectual e político em exílio voluntário na França, quando iniciou o doutoramento em direito e economia da informação, pelo Institut Français de Presse (IFP). Sob tutela de Fernand Terrou (1905-1976), Freitas Nobre defendeu sua tese em 1973, com a qual se especializou na matéria sobre direito de resposta nos meios de comunicação. Outros tópicos relativos à liberdade de manifestação do pensamento se encontram comentados em *Lei de imprensa* (1953), *Lei da informação* (1968) e *Imprensa e liberdade* (1988) — esta apresentada como tese de livre-docência na USP.

Do ensaio de Lima Sobrinho a esta última publicação, o que se sobressai nos estudos históricos apresentados no período, com exceção da obra de Rizzini, é uma abordagem jurídica do tema, cujo enfoque está em como evoluiu a legislação de imprensa e que consequências teve para o nosso jornalismo. Das visões de viés moralista manifestadas pelos primeiros historiadores do IHGB, em torno dos excessos do velho periodismo político de combate, que cedera lugar a folhas de orientação moderada, passou-se para um conjunto de exames sobre os princípios e limites para o exercício da liberdade de imprensa no país.

Essa renovação se relaciona a uma mudança no perfil da segunda geração de historiadores do jornalismo. Conforme exposto no capítulo anterior, enquanto o grupo oitocentista era composto por médicos, engenheiros, juristas, entre tantos outros ofícios, agora se está lidando basicamente com bacharéis em direito: Lima Sobrinho colou grau na Faculdade de Direito do Recife, Rizzini na Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, e Freitas Nobre na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo[15]. Embora também para eles a imprensa seja elemento de civilização e

[15] Esse também seria o caso de Paulo Duarte: jornalista, bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco (FDUSP), vindo a assinar *História da imprensa em São Paulo* (1972).

progresso, o que ganha força em seus escritos é a concepção liberal do jornalismo enquanto direito público:

> O verdadeiro sentido de função social da imprensa envolve a defesa da vida privada dos indivíduos, ou seja, seu direito à privacidade; o direito das pessoas acusadas em quaisquer meios de informação de responderem a tais acusações, bem como garantir a defesa da sociedade, segundo os princípios gerais de moral, mas, ao mesmo tempo, assegurando ao jornalista o direito de livre acesso às fontes de informação, e a escala completa de uma verdadeira liberdade (a criação intelectual, a preparação técnica, a impressão, a circulação e a distribuição), limitada apenas contra os abusos de seu exercício (FREITAS NOBRE, 1988, p. 38).

Academicamente quem seguiu os passos de Freitas Nobre e Rizzini foi Antonio Fernando Costella (1943*). Diplomado em ciências jurídicas, tal como os mestres, ingressou na carreira docente como professor da FCL em 1966: substituiu o primeiro na disciplina de legislação e o segundo na de história da imprensa. Em seguida, passou a lecionar na USP, onde integrou a equipe responsável pela implantação dos novos cursos da Escola de Comunicações e Artes, renomeada dessa forma em 1969. São desse período as suas principais contribuições para a área, a sublinhar: *O controle da informação no Brasil* (1970), e *Comunicação — do grito ao satélite* (1978).

Elegendo Rizzini como historiador-mor, herdou o entendimento de que “toda e qualquer publicação dotada de atualidade, periodicidade e variedade de matéria, pouco importando seja ela tipografada ou não, seja impressa ou não” pode ser enquadrada no gênero jornal (COSTELLA, [1978] 2002, p. 18). Com base nisso, insere-se no grupo de estudiosos que localiza os antecedentes do jornal impresso nas épocas mais remotas da civilização. Todavia, cumpre atentar que nem sempre pensou assim. Por exemplo, ao recuperar a história das letras em Portugal, constata que o jornal como periódico noticioso levou um longo tempo para aparecer no reino:

> *Durante mais de um século os impressos não tiveram qualquer preocupação com a notícia*. Eram livros, eram livretos, eram opúsculos esparsos, eram tudo menos publicações preocupadas com a realidade ocorrente, os quais por força dessa característica não tiveram, jamais, sequer a intenção de periodicidade. *O jornal, isto é, o periódico noticioso haveria de demorar muito a surgir*. No fim do século XVI, porém, começaram a circular alguns “papéis” que buscavam debruçar sua atenção sobre os fatos. Eram as Relações. Também chamadas de “Relações de novas gerais” ou “notícias avulsas”, esses impressos não surgiam com regularidade, vinham a lume só e geralmente para comentar acontecimentos excepcionais [...] (COSTELLA, 1970, p. 7, grifo nosso).

A questão que emerge do conjunto da obra desse é essencialmente a mesma vista em Rizzini, na medida em que ora associa o nascimento do jornalismo ao processo de formação do mundo antigo, ora o associa ao do mundo moderno. Ou seja, por vezes sem o devido discernimento de que é apenas neste último estágio que a atividade passa a ser reconhecida enquanto tal pela sociedade que a produz. Do contrário, corre-se o risco de compreender seu desenvolvimento em separado dos processos criativos que propiciaram o aparecimento das publicações periódicas regulares nos séculos seguintes à invenção da tipografia.

Ainda, não se pode ignorar que o conceito em exame foi originalmente concebido para se referir à reportagem de acontecimentos atuais por meio de jornais, revistas etc.; não cabendo confundi-lo com a transmissão oral ou escrita de toda e qualquer mensagem no transcurso da história da humanidade. A esta altura, bastaria a clareza de que informação e comunicação não são sinônimos e contemplam relações que pouco ou nada podem ter a ver com jornalismo.

3.2 Juarez Bahia e a historiografia oriunda dos jornalistas profissionais

Profissional da primeira geração de diplomados em jornalismo no Brasil, Juarez Bahia aparentemente concordou com esse entendimento de que a atividade tem suas origens nos tempos mais remotos. Conforme escreve em *Jornalismo, informação e comunicação* (1971), “há um jornalismo anterior ao grafojornalismo, o que equivale dizer, existe um jornalismo tão antigo quanto os intercâmbios comunicativos do homem” (p. 29). O que é relatado desde *Três fases da imprensa brasileira* (1960) até *Jornal, história e técnica* (1990), entretanto, não dá sustentação mínima a essa premissa, na medida em que situa o fenômeno no contexto de desenvolvimento da tipografia, até sua transformação em indústria.

Seu empreendimento historiográfico combina o estudo da evolução histórica e técnica da imprensa jornalística, privilegiando ao longo da narração o ponto de vista de seu funcionamento. E aí se tem uma forma de abordar o objeto que diz respeito particularmente à trajetória do autor, cuja marca distintiva é a formação acadêmica especializada associada a uma ampla experiência profissional. Baiano, com atuação de longa data na imprensa santista, transitou pelo quadro docente das primeiras faculdades paulistas que ofertaram ensino na área; entre elas, a Sociedade Visconde

de São Leopoldo — atual Universidade Católica de Santos (Unisantos) —, onde se bacharelou em jornalismo e em direito.

No seu modo de ver, a história da nossa imprensa pode ser estruturada em três grandes fases, mediante as quais se completa o seguinte ciclo evolutivo: a *inaugural*, a partir de 1808, com instalação da tipografia e a composição dos primeiros periódicos; a de *consolidação* da atividade por volta de 1880, com a transição da tipografia artesanal à indústria gráfica; e a de *modernização*, a partir de 1930, com o início da radiodifusão e a expansão das empresas jornalísticas.

Sob a premissa de que "a imprensa brasileira não passou a usufruir, imediatamente, o progresso da técnica de compor e imprimir" (1960, p. 52), argumenta que o desenvolvimento da atividade dependeu da perda de seu espírito artesanal e da assimilação de lógica industrial, o que só teria sido assistido a partir dos anos finais da Primeira República. Foi nesse período intermediário "que surgiram os melhores jornais", sendo "resultado de trabalho eficiente e da consciência profissional de seus responsáveis" (p. 62). Avanços esses que não se deram unicamente em virtude da ação individual de alguns sujeitos — sejam eles empresários ou jornalistas —, mas em decorrência das conquistas sociais, políticas e econômicas obtidas pela classe e pela sociedade como um todo.

Para se chegar a essa conclusão, deve-se remontar ao exame do período colonial, uma vez que "o regime de Portugal, por todo o tempo de colônia, asfixiou a manifestação do pensamento por meio da palavra impressa, sendo responsável pelo atraso do Brasil na montagem de prelos e tipografias", em aproximadamente dois séculos. Não se pode desprezar que, mesmo que inaugurada "sob o signo do oficialismo", a "imprensa no Brasil marca o momento que deixamos de ser colônia para ser a sede do próprio governo metropolitano"; era ela "o dado que faltava na composição de forças, de anseios e de aspirações voltados para a independência" (1964, p. 13-23). Todavia, as condições eram desfavoráveis para o progresso do periodismo, tendo um ou outro órgão de informação sobrevivido à fase pioneira.

Havia tanto "insuficiência cultural" quanto "precariedade material", situação esta que, ao contrário daquela, perdurou "até os primeiros anos da fase propriamente industrial", quando ainda os "recursos técnicos deixavam muito a desejar, influindo necessariamente no conjunto do trabalho jornalístico" (1960, p. 15-47). Ou seja, não era uma questão meramente gráfica; era também um impedimento para que o

jornalismo desempenhasse sua função natural: “levar a comunidade, direta ou indiretamente, a participar da vida social” (1990b, p. 9). Foi apenas com a queda da monarquia e a implantação do regime republicano que a imprensa nacional se estabeleceu, como “veículo de interesse público e não, exclusivamente, veículo de interesses individuais ou de frações” (1964, p. 47).

Caracterizada pela aquisição de um “sentido de empreendimento mercantil”, a fase de aventura industrial representa um período no qual “os jornalecos de duas ou quatro folhas de reduzido formato e limitada penetração, desaparecem não como por encanto, mas como resultante das novas condições econômico-sociais” (1960, p. 51). Ficam então possibilitadas a renovação da maquinaria de impressão, a contratação de pessoal qualificado, a expansão da propaganda como fonte de receita etc. Os periódicos, com isso, “deixam de ser numerosos, resultantes do esforço e da reflexão às vezes de uma só pessoa, para serem produto de uma ação coletiva, organizada e, certamente, poderosa” (1990a, p. 232).

Os anos de 1930 são determinantes para tal modernização, porém é apenas na década de 1950 em diante, com a ascensão da televisão e de conglomerados editoriais, que há a organização de uma indústria cultural no país. Finalmente, “o jornalismo brasileiro abandona a sua estrutura semi-oligárquica” (p. 438), até podendo manter uma linha doutrinária, contudo sem se ater a ela; e, assim, “se diversifica como empresa, sofisticando ao máximo a intermediação que realiza entre produtores e consumidores, sem prejuízo do seu próprio papel de produtor” (p. 227).

A transformação em indústria de notícias “diminui a função democrática da imprensa, apesar de acentuar a sua difusão” (p. 232). Ao passo que os diários se aproximam das classes populares, paradoxalmente, menor é a dependência da população em relação à opinião escrita. Quer dizer, “no século XIX e no começo do século XX, a imprensa era mais poderosa numa sociedade menos pluralista e na qual a informação se apresentava menos concentrada” (p. 242).

Em que pese a perda de poder político, o jornalismo moderno, mais informativo do que opinativo, não se desmantela completamente enquanto instrumento de ação política, mas se aperfeiçoa no papel de intérprete da sociedade que o cerca. Do ponto de vista ideológico, o conservadorismo cedeu lugar ao liberal-conservadorismo ao longo da República Velha, e agora “a grande parte dos principais jornais brasileiros filia-se à liberal-democracia” (1964, p. 71). Completando:

> E muito embora ainda se notem influências de um *status quo* ideológico que remonta ao século XIX — no que exprime o domínio do proprietário sobre o domínio da informação —, o fato é que o jornal contemporâneo tende a refletir melhor o sentimento do leitor, a observação isenta do acontecimento, a opinião independente, a fim de reproduzir a visão mais realista possível da vida em comunidade (BAHIA, 1990a, p. 371).

À vista disso e do que já foi discorrido, pode-se inferir que o relato elaborado pelo autor — que, aliás, é um dos mais informativos da nossa historiografia especializada — tende a favorecer uma compreensão de que a imprensa moderna se constituiu antes em um espaço privilegiado de reprodução das relações estabelecidas, do que um agente dotado de capacidade de intervir. Isto é, um meio que reflete com precisão a realidade social, mas não interfere no curso dos acontecimentos; que incorpora padrões morais e valores da sociedade, mas não influi com poder de decisão sobre a agenda das instituições.

Por exemplo, em vez da agência dos jornais frente às situações de autoritarismo no país, tais como nas ditaduras estadonovista e militar, o que ganha relevo na sua exposição é o fato de que, nos períodos de 1937-1945 e 1964-1985, os empreendimentos ou foram alvo de censura e repressão, ou se beneficiaram da conjuntura, realizando “investimentos em equipamentos e quadros humanos” (1990a, p. 353). Como consequência dessa ênfase nas ações *recebidas* em vez das *praticadas*, impede-se o estudioso de explicitar a participação dos diferentes órgãos de imprensa e seus jornalistas, seja individual ou coletivamente, nos processos de ascensão, declínio e transição dos regimes.

Essa tendência de abordagem, ademais, minimiza os aspectos de contradição e conflito existentes na formação social do fenômeno de imprensa. Acaba esta por se construir no decorrer da narrativa como uma instituição que é reflexo, dos mais objetivos, das mudanças que se processam nos planos político, econômico e tecnológico. É como se o progresso experimentado pelo país nesses níveis fosse transposto mecanicamente para o jornalismo e, de imediato, por ele assimilado. Nesse sentido, praticamente não há registro, muito menos problematização reflexiva, das incongruências entre os setores implicados, nem dos antagonismos e confrontos entre os múltiplos sujeitos envolvidos.

A escrita da história permanece, portanto, narrativa e a perspectiva analítica evolucionista, sem a explicitação de uma problemática. Ainda assim, o relato não se

confunde com a produção do IHGB, do qual uma das principais características era a exaltação do periodismo nacional. Não é essa a visão trazida por Bahia, para quem a imprensa brasileira tem ganhado relevância no cenário internacional e se tornado "materialmente tão bem aparelhada quanto a imprensa dos Estados Unidos, da Europa e da Ásia". No entanto, no que diz respeito à qualidade do conteúdo informativo, "o progresso alcançado pela imprensa, assim como pelo rádio, pela televisão e pelo cinema, ainda não corresponde aos melhores padrões já conhecidos em outras nações mais desenvolvidas" (1964, p. 84).

3.3 Nelson Werneck Sodré e o nascimento de um clássico

Nome de linha de frente do antigo Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), Nelson Werneck Sodré foi muito além de Bahia e dos demais estudiosos do jornalismo da época, ao propor a primeira análise marxista sobre o desenvolvimento da imprensa no país. Ainda que seja um entre tantos títulos que compõem a sua vasta obra, *História da imprensa no Brasil* (1966) constitui marco teórico-analítico dentro desse campo da historiografia nacional, enquanto interpretação crítico-reflexiva assentada em abundante pesquisa documental — são mais de mil jornais e revistas referenciadas ao longo do trabalho.

Antes de adentrar na matéria do livro, cabe caracterizar brevemente seu autor: historiador oficial do Partido Comunista do Brasil (PCB), Sodré é considerado parte da geração pioneira de pensadores marxistas brasileiros, associada ao *marxismo dogmático*, dominante nas décadas de 1920 e 1940. Apesar de ter se tornado "o teórico marxista mais importante dos anos 1950", durante a fase denominada "autonomia crítica" ou "materialismo funcionalista", seu legado não é avaliado como "teoricamente autônomo" do marxismo-leninismo; portanto, sem completar a transição para o materialismo dialético (REIS, 1999, p. 145-147), mérito comumente atribuído ao grupo uspiano d'*O Capital*, reunido nos entornos de 1960.

Para o autor de *História da imprensa no Brasil*, a narrativa historiográfica, ao mesmo tempo, pressupõe e desenvolve reflexão teórica; logo, se quiser ser bem-sucedida epistemologicamente, deve ser articulada com a análise histórica. Como objeto de investigação, a imprensa não pode ser estudada em si mesma, tendo em vista que é uma instituição surgida do desenvolvimento capitalista, muito menos linearmente, na medida em que entretém relações dialéticas com a sociedade. O

capitalismo cria as condições para a aparição e desenvolvimento da imprensa, mas esta exerce influência política sobre o comportamento dos indivíduos, repercutindo com alguma autonomia sobre a sociedade.

Isso significa que “o controle dos meios de difusão de ideias e de informações” é objeto de “luta em que aparecem organizações e pessoas da mais diversa situação social, cultural e política, correspondendo a diferenças de interesses e aspirações” (1966, p. 1). A notícia é, decerto, tão antiga quanto o homem, mas só com a imprensa surge enquanto poder concentrado, politicamente influente em grande escala. Os jornais não têm sentido em si mesmos, sendo função das injunções políticas e econômicas; são meios de luta pela e de esclarecimento da opinião, tendo um aspecto libertário que, não obstante, às vezes é virado ao contrário, dependendo das facções que comandam a época. Desenvolvem-se em consonância com o progresso técnico e sob influência da atividade política, prosperando onde essa é mais intensa e diversificada, visto que subjacentes a seu avanço se encontram “as contradições de classe, a luta entre o velho e o novo, desequilíbrios, estruturas em mudança” (p. 195).

A realidade socioeconômica da colônia portuguesa não exigiu nem provocou condições, assegura o historiador, para a instalação da imprensa no Brasil antes do século XIX. Sob o domínio do latifúndio e do imperialismo e, portanto, desprovido do impulso capitalista, o periodismo brasileiro nasceu fraco em técnica e artesanal na produção. Veio a se desenvolver quando a atividade política se intensificou nas províncias, sobretudo no Rio de Janeiro, o que explicaria a proliferação dos pasquins, com sua linguagem virulenta, distante do estilo informativo. A transição da pequena à grande imprensa ocorreu em terras brasileiras na passagem do século XIX para o século XX, conforme as folhas artesanais foram substituídas por empresas jornalísticas, dotadas de estrutura administrativa e maquinário gráfico.

Impulsionado pelo desenvolvimento capitalista, o jornalismo passa a depender cada vez mais das relações “com o anunciante, com a política, com os leitores” (p. 315). Sob essa lógica, tende a mascarar os interesses particulares que lhe sustentam enquanto atividade de produção e circulação de ideias, embora não se deva fazer tábula rasa da sua função ideológica, porque sempre há casos em que, de fato, os jornais agem de acordo com “doutrinas julgadas compatíveis com o país e até necessárias e prestáveis ao bem comum” (p. 194). Assiste-se, primeiro, nas metrópoles e, depois, em outras cidades, à entrada em cena da imprensa empresarial,

obra do avanço das relações econômicas e da divisão social do trabalho. É assim que se chega à situação na qual a informação é vendida como “qualquer outra mercadoria”, ao passo que a sociedade urbana necessita “de informação para tudo, desde o trabalho até a diversão” (p. 314).

A passagem para a mídia eletrônica leva a um paradoxo. De um lado, existe tendência à unidade e uniformidade dos jornais, já que, exigindo cada vez mais capital para prosperar, expõem-se à prova da seleção econômica. Por isso se diz que “o jornal é menos livre quanto maior como empresa” (p. 515). De outro e em compensação, verifica-se que a transformação em negócio importa no aumento de seu poder político. Daí a época ser “das grandes corporações que manipulam a opinião, conduzem as preferências, mobilizam os sentimentos, campanhas gigantescas, preparadas meticulosamente, arrasam reputações, impedem notoriedade, derrubam governos” (p. 447).

No atual quadro, que é de crise geral e estrutural do sistema, “isso conduz à transformação dialética, finalmente: de instrumento de esclarecimento, a imprensa capitalista se transformou em instrumento de alienação, fugindo inteiramente aos seus fins originários” (1999, p. 407-408). Pois, ainda que seu controle permaneça sendo objeto de lutas e disputas, uma vez que resistem os antagonismos entre os vários setores empresariais e entre estes e o Estado, “a imprensa, realmente, torna-se o contrário do que era, e particularmente do que deveria ser, na medida em que se desenvolve, na sociedade capitalista” (1999, p. 448-449).

Posto isso tudo, seria injusto concluir que a análise notadamente materialista de Sodré, por associar de forma determinista o desenvolvimento da atividade às relações capitalistas, se feche a um reducionismo econômico totalizante. Ao longo do esmerado trabalho de reconstrução histórica, cultiva ele também a ideia de que o jornalismo é expressão do estágio de cultura e civilização da sociedade em que se insere. Para dar conta do que está em jogo com isso, o tratamento dado ao fenômeno em foco deve ser histórico e dialético, ao mesmo tempo.

Ao explorar as contradições da estrutura de produção, o intelectual marxista demonstra que, tal como o desenvolvimento do país, o percurso da imprensa não foi linear, nem progressivo. Ao contrário, não faltam situações de conflito e tensão no processo histórico. Seu relato, nesse sentido, representa uma ruptura com a narrativa evolucionista, vista desde os primeiros historiadores que se ocuparam dos periódicos.

Se para estes o caso era de engrandecer o progresso nacional e a modernização do periodismo, para Sodré o fenômeno comporta inúmeras lutas e crises, sendo estas próprias de qualquer etapa de transição.

A despeito de existir diferença em relação à análise de Bahia, os marcos históricos apresentados não se confrontam. Para o acadêmico e jornalista baiano, a fase de consolidação da imprensa empresarial se inicia na segunda metade do século XIX, quando a tipografia teria perdido seu espírito artesanal, devido a inventos como a prensa rotativa. Nessa visão, o processo dependeria antes dos meios técnicos disponíveis, sendo o progresso capitalista mais um dos impulsionadores da modernização. Enquanto isso, para Sodré, as relações pré-capitalistas remanescentes bloqueariam a formação da chamada grande imprensa, tendo a situação se alterado apenas no decorrer do século XX.

Mais expressiva é a divergência entre eles na compreensão do fenômeno no período contemporâneo. Na opinião de Bahia, cada vez mais o "jornal reduz a distância que o separava do leitor, passando a ser um intérprete mais legítimo, mais vigoroso e mais eloquente da sociedade. [...] Com o rádio e a televisão, o jornal reencontra suas raízes democráticas" (1990a, p. 371). Para Sodré, trata-se do oposto, como escreve em nota de abertura da quarta edição da obra: "quando a imprensa, como aqui e agora, modula um coro repetitivo de louvação ao neoliberalismo, está claro e evidente que perdeu a sua característica antiga de refletir a realidade" — "a alienação é o seu retrato" (1999, p. XVII-XVIII).

Esse juízo sobre o jornalismo comercial não foi exclusivo nem surgiu com Sodré, mas foi marca de toda uma geração de intelectuais de esquerda, identificados com o marxismo (ver RÜDIGER; DAROS, 2022). No círculo dos jornalistas-historiadores, essa orientação teórico-política foi levada a cabo por Aylê-Salassié Filgueiras Quintão (1941*), em *O jornalismo econômico no Brasil depois de 1964* (1987). Na dissertação, sustenta a hipótese de que a emergência das editorias de economia resulta das condições criadas pelo programa desenvolvimentista executado pelo governo militar; e por efeito disso:

> [O jornalismo econômico no Brasil] desempenha um papel ideológico, na medida em que contribui para a introdução de um discurso que oculta ou falseia o real, alimentando o congelamento da ordem social e, ao mesmo tempo, exercendo uma ação ativa ao tentar redirecionar as aspirações e expectativas políticas na sociedade civil (QUINTÃO, 1987, p. 168).

Surpreende, no entanto, que o historiador pioneiro não tenha constado como referência na análise de Quintão, visto também partir da premissa de que o desenvolvimento da imprensa é reflexo do avanço do processo capitalista do país. Estudando um período posterior ao documentado por Sodré, o historiador do jornalismo econômico envereda por interpretação na qual subordina o fenômeno noticioso à condição de aparato de dominação do Estado, ou no caso em questão: um instrumento de manipulação do *milagre econômico* (ver 1987, p. 13-41)[16].

Igualmente chama atenção a falta de recepção crítica, ou simplesmente de menção, que a obra de Sodré — fruto de um trabalho de três décadas de investigação — teve no meio acadêmico da época. Entre os teóricos do jornalismo influenciados pelo marxismo, Ciro Marcondes Filho (1986) e Adelmo Genro Filho (1987) são nomes que sequer chegam a referi-lo. O mesmo se observa no campo acadêmico da história, inclusive em monografias cujo foco é a ideologia dos grandes jornais diários, a exemplo da de Maria Helena Capelato e Maria Ligia Prado (1980).

3.4 José Marques de Melo e a história da imprensa à luz da sociologia da comunicação

Pioneiro dos estudos de comunicação e jornalismo no Brasil, José Marques de Melo buscou interlocução crítica com o historiador marxista. Essa atitude se confere na tese *Fatores socioculturais que retardaram a implantação da imprensa no Brasil* (1972), que originou o livro *Sociologia da imprensa brasileira* (1973)[17], e com a qual o discípulo de Luiz Beltrão (1918-1986) se tornou o primeiro doutor em jornalismo titulado no país[18]. Com ela, o que o renomado alagoano propõe é basicamente uma revisão da literatura sobre o nascimento da nossa imprensa.

Levando em conta desde os inventários escritos por Moreira de Azevedo e Alfredo de Carvalho, arbitrou que, “com pequenas variações de perspectivas, esses

[16] Abordagem bem mais flexível se nota, por exemplo, em *Jornalismo de economia no Brasil* (2013), de Hérica Lene, dedicada aos casos de *O Globo* e *Folha de S. Paulo*, no contexto da Nova República. Conforme a pesquisadora, com os sucessivos planos econômicos implementados após a crise dos anos 1970, houve ampliação da cobertura jornalística especializada e, consequentemente, por parte de seus profissionais, aumento na capacidade de influência política.

[17] Cabe advertir que o título se trata de informação enganosa, tendo em vista que a perspectiva desenvolvida ao longo da obra é predominantemente historiográfica; o detalhe foi corrigido três décadas depois, quando a tese foi reeditada como *História social da imprensa* (2003).

[18] Para detalhamento da sua trajetória pessoal e profissional, conferir *O guerreiro midiático: biografia de José Marques de Melo* (2010), de Sérgio Mattos.

autores identificam-se por um tipo de análise que enfatiza os aspectos políticos da questão" (p. 93); de modo que se pode resumir as observações levantadas no seguinte postulado: "Portugal, resguardando os seus interesses de metrópole colonizadora, utiliza todos os recursos disponíveis para impedir o funcionamento de qualquer tipografia na colônia americana" (p. 95).

Em meio a essas proposições que se revelam "pouco homogêneas, denotando uma relativa pobreza de argumentação e indicando frágil apoio documental" (p. 95), a exceção seria a análise de Werneck Sodré. Trata-se do "único autor" a apresentar "uma posição original, destoando dos demais" (p. 101), posto seu argumento de que a situação socioeconômica do Brasil Colônia "afigurava-se como obstáculo mais poderoso que os impedimentos oficiais determinados pelas autoridades metropolitanas" (p. 102).

Não quer dizer que Marques de Melo tenha concordado com o argumento marxista em sua totalidade. Para ele, é equivocada tanto a afirmativa de "só haver a imprensa encontrado ambiente favorável nos países onde o capitalismo se desenvolveu", quanto que esta "não surgiu antes no Brasil porque não havia capitalismo e burguesia no período colonial", como sugeria o historiador do PCB. "Se assim fosse, o nascimento e a expansão da imprensa na Europa só teriam ocorrido um ou dois séculos depois". Pensar dessa maneira também implica ignorar que "o desenvolvimento capitalista não prescindiu da utilização da imprensa para a sua solidificação" ou "para abalar a estrutura do poder feudal" (p. 104-105).

No que diz respeito à situação do continente americano, julga Marques de Melo que as diferenças entre os territórios coloniais foram "pouquíssimas" em termos de "estágio econômico, atuando como regiões caudatárias de potências comerciais europeias". As explicações para o atraso da introdução da tipografia na colônia portuguesa não poderiam, portanto, se concentrar no plano das relações capitalistas, visto que nos territórios mantidos por ingleses e espanhóis a tecnologia de impressão "surge logo nos momentos iniciais da colonização" (p. 107). Até porque, a seu entender, "a colonização portuguesa afigura-se como um empreendimento capitalista, no sentido mercantil, aqui implantando unidades industriais de produção de açúcar para o comércio europeu" (p. 106).

Em razão disso, acaba por reduzir a análise de Sodré a um caso de "unilateralismo econômico", no qual estariam ausentes as "implicações sociais e

culturais” (p. 107) que o fenômeno também possui. Para tentar superar essa problemática, mas, sem repetir a ênfase excessiva nos aspectos políticos que condenou na produção dos historiadores do IHGB, o acadêmico visa, com sua tese doutoral, trazer ponto de vista alternativo sobre o assunto, apontando:

> um conjunto de circunstâncias causais, que se inter-relacionam e se influenciam mutuamente. [...] Correspondendo a aspectos estruturais da sociedade e da cultura brasileira, tais fatores marcaram profundamente a evolução do país, subordinando-a a um processo de mera *atualização histórica*. Analisando esses fatores socioculturais, como *causas eficientes* que geraram o atraso da nossa imprensa, adotaremos o artifício de assinalar, em cada caso, o *laço de solidariedade* que os vinculam aos efeitos prováveis (MARQUES DE MELO, 1973, p. 111).

Aparentemente simples, a proposta da tese esconde enorme problema epistemológico. Admitindo como premissa básica que a imprensa nasceu com atraso na sociedade brasileira, cria-se fato cuja existência para os sujeitos da época em exame na obra ele não demonstra. Ocorre que o pesquisador herdou acriticamente daqueles que lhe precederam — por último do próprio Sodré (ver 1966, p. 19-33) — a postulação a-histórica de que houve um atraso no estabelecimento da imprensa para, paradoxalmente, argumentar que esse é, em última análise, a principal causa do seu permanente subdesenvolvimento no Brasil.

Contrapondo linearmente passado e futuro, atraso e progresso, instituiu norma e a converteu em fato, pois, salvo prova documental em contrário, o retardamento da atividade é uma construção político-ficcional, que nunca se colocou como fato aos sujeitos históricos a que se refere até, pelo menos, 1808. Dito com outras palavras: o verdadeiro ponto em jogo não é historiográfico, mas de caráter político-doutrinário, de filosofia da história, uma vez que subordina sua revisão teórica a um esquema historicista de cunho liberal-desenvolvimentista.

Ao longo da carreira, Marques de Melo publicou um sem-número de coletâneas e livros, entre eles: *Estudos de jornalismo comparado* (1972), *A opinião no jornalismo brasileiro* (1985), *Gêneros jornalísticos na Folha de S. Paulo* (1987), *Teoria do jornalismo* (2006), *Jornalismo: compreensão e reinvenção* (2009), e *História do jornalismo* (2012). Apesar do montante, permanece como sua principal contribuição para a historiografia da imprensa a tese defendida em 1972 — e reeditada sob o título *História social da imprensa* (2003).

A partir do conjunto da obra, pode-se reconstruir, se não teoria, uma doutrina sobre o desenvolvimento do jornalismo no país. Como escrito em outra oportunidade, ao lado de Francisco Rüdiger, à revista *Brazilian Journalism Research*, o legado do pensador é, no âmbito dos estudos de jornalismo e comunicação, expressão das contradições do liberalismo democrático-desenvolvimentista brasileiro com a realidade nacional.

Significa histórica e analiticamente que o jornalismo é visto por ele como ponto de convergência entre comunicação e desenvolvimento, forma sem a qual não há como chegar à plena cidadania no Brasil. Seguindo essa linha de pensamento, a função do jornalismo é disseminar informações sobre a vida cotidiana e, assim, orientar o cidadão na tomada de decisões que "traduzam a sua participação integral na sociedade" (MARQUES DE MELO, 1971, p. 78).

Ocorre que, a despeito dos avanços tecnológicos, do gabarito de seus profissionais, dos progressos na organização empresarial e da conquista da liberdade de imprensa após 1984, não teria se verificado a transformação do jornalismo em agente do desenvolvimento nacional. Em geral, a informação permaneceu sendo "privilégio das elites nacionais" (2003, p. 147). A massa dos mais pobres não se converteram em cidadãos, ou seja, não se beneficiaram da liberdade de imprensa e dos progressos no jornalismo:

> Os grandes contingentes da nossa população permanecem à margem daquela liberdade constitucional. Deixando de usufruir tanto da prerrogativa da livre expressão quanto do direito de ter acesso à informação que os habilita à plena cidadania e consequentemente à participação integral na vida democrática (MARQUES DE MELO, 2003, p. 147).

Acaba que com isso, em sua maneira de pensar, o jornalismo, paradoxalmente, surge como uma grandeza negativa, como promessa continuamente postergada, muito mais do que como força realmente transformadora, operante na práxis nacional. O acadêmico atribuiu à imprensa uma missão, que seria a de incentivar o desenvolvimento nacional e, em paralelo com isso, de assegurar o direito à informação aos cidadãos. No entanto, seguiu argumentando que sua condição, em nosso país, é, em sua essência, a de uma instituição permanentemente atrasada em termos históricos e sociológicos.

A despeito de reafirmar a conclusão entrevista em sua tese de que os problemas do jornalismo "só podem ser entendidos plenamente se localizados dentro

das limitações estruturais do nosso desenvolvimento econômico", posto que "o capitalismo dependente incrustado no país não logrou reproduzir as condições que marcaram a evolução da imprensa nas áreas pioneiras da industrialização", privou-se ele de tirar as consequências. Em seu ver, os obstáculos que se anteporiam ao crescimento da imprensa periódica no país: a) a incapacidade aquisitiva do povo brasileiro; b) o analfabetismo crônico; c) a falta de cidadania; e d) o elitismo da imprensa, que pouco ou nada se interessa pelos "temas e desejos das classes subalternas", seriam ultrapassados com mais educação, profissionalismo e ação empresarial (2006, p. 87-88).

Apelando a um *atraso* virtualmente mítico que lhe percorreria a história, Marques de Melo se impediu ideologicamente de analisar mais a fundo porque a informação jornalística sempre foi, no país, um "privilégio da classe dominante" (2006, p. 131). A *socialização econômica* pela qual se deveria lutar e que se entrevê em sua obra é a que oferece o mercado e a atividade empresarial, visto ela não sugerir outro modo de "retirar a maioria de nossa população das condições de fome e miséria em que se encontra atualmente, integrando-a à vida nacional, em condições de participar plenamente da sociedade" (p. 132).

Isso quer dizer que a solução vagamente defendida para esses problemas, incluindo o subdesenvolvimento do processo de formação e informação da cidadania, seria, em última instância, mais capitalismo. Sem desenvolvimento econômico puxado pela iniciativa privada, com ação complementar na educação por parte do Estado, não há como viabilizar o jornalismo nas suas funções de informação e opinião, tampouco assegurar socialmente o direito à informação, sem a qual não se desenvolve a cidadania (MARQUES DE MELO, 1986, 1971).

Há no estudioso a crença liberal de que o jornalista bem formado pode ajudar a romper o atomismo, "superar o estágio de incomunicação em que vive o nosso povo, seja pelo seu isolamento em relação aos centros de decisão, seja pelo conformismo gerado pelos próprios meios de comunicação de massas, habilmente manipulados pela classe dominante" (2006, p. 132). O objetivo último, aqui, é o de *neutralizar* esse problema, radicalizar a democracia burguesa, via a ampliação da audiência liberal, capaz de confrontar cada versão com outras (1986, p. 105), por meio da criação de uma imprensa livre e responsável agenciada empresarialmente.

3.5 Matías Molina e o retorno à história geral dos jornais brasileiros?

Fora do âmbito acadêmico, há quem tenha ensaiado contraponto à tese funcionalista, de que foi tardia a introdução da imprensa por essa ser "desnecessária" e "socialmente inútil" à colônia portuguesa, dado o seu nível de subdesenvolvimento cultural e material. Jornalista de carreira e historiador licenciado pela USP, para Matías Martínez Molina, mesmo que o território não fosse propício para o florescimento da arte tipográfica, sendo até "supérflua" dentro de uma realidade de exploração e escravidão, há que se considerar que mudanças existiram, quanto a isso, no transcorrer dos três séculos de colonização.

Segundo o autor de *História dos jornais no Brasil, 1500-1840* (2015), condições para a implantação do prelo podem ser identificadas pelo menos desde o século XVII, quando os holandeses se estabeleceram em uma porção do território nordestino e, por "questões administrativas", manifestaram necessidade de impressão. E no século XVIII, quando essas tornaram-se ainda mais favoráveis, devido ao crescimento econômico e populacional, registrado após a descoberta de ouro em Minas Gerais. "Além disso, surgira um estrato social com aspirações novas e necessidades culturais que Lisboa não tinha nenhuma intenção de atender". Enfim, "estavam dadas as condições para a implantação da tipografia" (2015, n.p.)[19].

Em que pese o ponto de divergência, o exame como um todo tende, no entanto, a reafirmar e incrementar o padrão explicativo sustentado por Marques de Melo e seus antecessores, no que se refere aos fatores condicionantes — sejam políticos, econômicos ou socioculturais — que levaram ao *atraso* do desenvolvimento da imprensa no país. Quer dizer que, ao longo de grande parte das 560 páginas que compõem sua obra, Molina oferece antes uma atualização robusta e mais completa do que uma leitura propriamente inovadora sobre o objeto em discussão.

Entre os obstáculos que historicamente dificultaram a penetração dos jornais na sociedade brasileira, o principal deles seria o baixo nível de instrução pública, visto até mesmo entre a população considerada urbana. Espanhol radicado no Brasil, ele acredita que isso se explica, em parte, pelo fato de que aqui, diferentemente de outros países latino-americanos, a alfabetização da massa populacional foi lenta e tardia, impedindo que a formação do hábito de leitura coincidisse com o período em que a imprensa escrita foi o meio de informação dominante.

[19] Livro sem numeração de página, consultado no formato *e-book*.

A imigração poderia, mas não foi “um poderoso fator de estímulo à imprensa”. Por aqui, “o maior contingente de estrangeiros foi dirigido para a lavoura”, e “era proveniente de países onde o índice de analfabetismo oscilava em torno dos 70% a 80%. Poucos liam jornais em sua nação de origem e poucos liam no Brasil”. Isso valeria inclusive para aqueles que permaneceram nas maiores cidades, pois há que se levar em conta que, antes da criação das leis trabalhistas, na década de 1930, os industriais ofereciam condições de trabalho degradantes, com salários ínfimos e jornadas exaustivas, que impediam o acesso à educação e, consequentemente, o consumo dos impressos.

Situação distinta se nota nos países em que “a alfabetização das massas e a melhora do poder aquisitivo aconteceram ainda no fim do século XIX e começo do XX, quando o principal meio de informação era o jornal, visto também como veículo de difusão cultural e indispensável para a instrução”. Esse seria o caso dos Estados Unidos, onde a maioria dos imigrantes “procedia de países com elevados índices de alfabetização e procurava, além de oportunidades econômicas, liberdade para suas ideias políticas e crenças religiosas, e queriam integrar-se no país que os acolhia. A leitura de jornais era uma das maneiras de assimilação”. Comparativamente:

> Já no Brasil, a disseminação do ensino e a melhora da renda só aconteceram depois da metade do século XX. Nessa época, o rádio e depois a televisão se tornavam o meio de comunicação de massas. Os brasileiros aderiram a esses meios sem passar pelo impresso e, para a maioria, sua leitura tornou-se dispensável, por falta de hábito. A baixa qualidade do ensino também não incentiva os jovens a iniciar-se no hábito da leitura de jornais ou de livros (MOLINA, 2015).

Esse quadro educacional se relaciona a uma série de deficiências estruturais, que igualmente restringiram a expansão da nossa imprensa diária. No decorrer da revisão e análise, ele aponta entraves como: ausência de malha de transportes adequada; limitações dos serviços postais; irregularidade das transmissões telegráficas; subordinação das comunicações aos monopólios estrangeiros; alta dependência de subsídios e subvenções governamentais; infraestrutura gráfica insuficiente; escassez de papel; e pouca mão de obra especializada no setor.

A despeito da falta de infraestrutura, a imprensa não deixou de ser, a seu ver, elemento fundamental na formação da opinião pública e, assim, exercer um papel decisivo nos eventos políticos que definiram os rumos do país:

> Os jornais contribuíram para a proclamação da Independência; para a definição da estrutura política e social; para a abdicação de d. Pedro I e seu retorno a Portugal; para a consolidação da Regência; para minar a Monarquia e instaurar a República; para acelerar a queda da República Velha; para derrubar Getúlio Vargas em 1945 e para seu suicídio em 1954; para o desgaste do governo Goulart e para a implantação de uma ditadura militar — papel de que se arrependeriam tardiamente (MOLINA, 2015).

E esse seria o paradoxo da história da imprensa no Brasil. Por um lado, uma instituição com "papel preponderante nas principais mudanças da ordem jurídica", "extraordinária influência na definição da estrutura política do país e na formação da sociedade". Por outro, "chega a surpreender o escasso interesse de grande parte da população brasileira, ao longo da história, pela leitura de jornais", visto que "sua circulação tem sido extremamente baixa quando comparada não apenas com os diários dos países desenvolvidos, mas à de vários países latino-americanos".

Significa, concisamente, que o baixo nível de renda e escolaridade tolhe o desenvolvimento da imprensa diária, ao mesmo tempo que a falta de grandes tiragens e condições de assimilação do conteúdo jornalístico mantém a maior parcela da população excluída do debate público. Na visão do autor, o cidadão brasileiro comum está mais próximo, mas ainda não participa completamente da vida política. A solução estaria simplesmente em mais educação, que deveria ser encarada como prioridade pelos governantes e outras autoridades.

Decerto a situação hoje se encontra melhor, mas a precariedade na educação "continua sendo a principal barreira à expansão da imprensa". Não se pode ignorar que "uma grande parte das pessoas consideradas alfabetizadas tem dificuldade em compreender o sentido de um texto escrito, o que a impede de ler um jornal, e boa parte das pessoas que avançaram nos graus de ensino até o nível superior não levou da escola o gosto pela leitura e o hábito de ler" (MOLINA, 2015).

Portanto, assim como Marques de Melo, Molina acaba por colocar na conta da educação a formação de uma cidadania que a imprensa, informando com responsabilidade, capacitaria a exercer o poder público em bases cada vez mais amplas e democráticas. No entender de ambos, o fenômeno jornalístico possui um potencial emancipatório que, todavia, precisa ser destravado, por meio de um aprimoramento do sistema educacional, que contemple, inclusive, a formação dos jornalistas — apesar de Molina não entrar no exame do assunto.

Também para ele, seria da essência do jornalismo a capacidade de transcender as adversidades, que decorrem das evidentes fragilidades de

infraestrutura física e dos problemas sociais do país. Nesse sentido, o dilema do trabalho de Molina não é distinto daquele discutido na obra de Marques de Melo: atribuir à imprensa uma influência positiva no desenvolvimento, que a reprodução dos fatores responsáveis pelo subdesenvolvimento nacional, notadamente a precária estrutura educacional e seu reflexo na qualidade do ensino, porém bloqueia.

3.6 Conclusões: os historiadores de ofício e a informação como direito público

Do grupo estudado, Marques de Melo não foi o único a seguir carreira de professor universitário, mas foi quem a priorizou. Os demais estudiosos foram igualmente profissionais da imprensa ou do direito, lideranças políticas ou ocupantes de função pública, para citar as atividades mais recorrentes. Tal aspecto merece ser sublinhado, pois evidencia que, entre tantos, somente um desempenhou papel duplo, enquanto pesquisador e formador de novos pesquisadores, em nível de pós-graduação. Das teses e dissertações orientadas por ele, algumas replicaram, dentro do contexto provincial, o modelo de análise dos fatores socioculturais, que teriam retardado o desenvolvimento do jornalismo nacional[20].

Mas há também semelhanças significativas entre os membros do grupo aqui recuperado, a começar pela formação acadêmica. A maioria bacharelou-se em ciências jurídicas: Vianna e Rizzini na Universidade do Brasil, enquanto Freitas Nobre e Costella na Universidade de São Paulo. Graduados em jornalismo, Bahia e Marques de Melo acumularam títulos: o primeiro colou grau também na Faculdade de Direito de Santos, e o segundo na Faculdade de Direito do Recife — guardando correspondência simbólica não só com a geração do mestre Luiz Beltrão, mas com a de Barbosa Lima Sobrinho e de Rui Barbosa.

Até a década de 1970, observa-se a conservação desse perfil do jornalista-intelectual-acadêmico diplomado em direito, com interesse no estudo histórico-jurídico da imprensa; vindo da região nordeste do país e que passava a encontrar oportunidades profissionais mais favoráveis, agora, em São Paulo, do que no Rio de Janeiro. Além de Marques de Melo, esse foi o caso de Bahia e Freitas Nobre, nascidos, respectivamente, nos estados de Alagoas, Bahia e Ceará.

[20] Esse foi o caso da dissertação de Roseane Arcanjo Pinheiro, *Gênese do jornalismo no Maranhão nos séculos XX e XXI* (2007), e da tese de Jairo Faria Mendes, *O "silêncio" das Gerais: o nascimento tardio e a lenta consolidação dos jornais mineiros* (2007), por exemplo.

No que concerne à concepção que fundamenta a produção historiográfica discutida, o que prevalece é uma ideia liberal-desenvolvimentista do jornalismo como atividade de direito público, assegurada pelo empreendedorismo privado em ambiente democrático. Sob essa perspectiva, estudiosos como Marques de Melo transitaram, em seus relatos, da defesa dos interesses nacionais, supostamente ameaçados pela influência estrangeira nos nossos meios de comunicação, na década de 1970, para uma posição favorável ao intercâmbio em pé de igualdade com as forças internacionais, no contexto de mercado, nas décadas seguintes.

Militar e comunista, Werneck Sodré (1999) sustentou ponto de vista oposto, sob o argumento de que o capitalismo, em sua presente fase, a monopolista e neoliberal, mais do que um obstáculo à liberdade de imprensa, é um empecilho para que esta atue como meio de luta pela e de esclarecimento da opinião. Pois, desde a passagem para o modelo industrial de produção, “o jornal dispensa, no conjunto, a opinião dos leitores e passa a servir aos anunciantes, predominantemente” (p. XVIII). Com isso, ocorre um “profundo divórcio entre o que o público pensa e acredita e necessita e aquilo que a grande imprensa veicula” (p. XVI).

Por esse ângulo divergiu de Bahia, para quem os avanços técnicos e empresariais se traduzem no exercício de um melhor jornalismo. Para o historiador marxista, ao contrário: o grande momento da nossa imprensa foi em sua “turbulenta adolescência”, quando era “fraca em técnica, artesanal na produção”, porém capaz de colocar em prática o “conceito de liberdade” (p. 169-180). No estágio atual, o jornalismo se encontra oligopolizado, sem qualquer traço com o que é nacional, sendo tamanha desnacionalização a “raiz de sua alienação” (p. XVII).

Esse é o principal contraponto entre as visões marxista-nacionalista e liberal-desenvolvimentista. Postas as diferenças analíticas de lado, essa produção — sem formar um conjunto homogêneo — leva a uma mudança de paradigma narrativo em relação à do IHGB. Em lugar da ideia de superação do passado colonial e do surto de progresso que a nação estaria vivendo, emergiram problemáticas vinculadas ao subdesenvolvimento, à dependência estrangeira e ao declínio da imprensa escrita. As explicações passaram a ser baseadas ora em fatores político-econômicos, ora em fatores socioculturais, os quais condicionaram e, até hoje, limitam a expansão da atividade jornalística no país.

Em que pese o esforço de reconhecer as particularidades do caso brasileiro, a tendência que, por vezes, se criou foi, contudo, a de enquadrar o percurso da nossa imprensa em um esquema mecânico, em conformidade com a literatura estrangeira. Trata-se da visão expressa por Freitas Nobre (1968), de acordo com a qual "os países latino-americanos seguiram, sem exceção, os três períodos de desenvolvimento técnico da imprensa: a *imprensa colonial*, a *imprensa doutrinária* ou literária e a *imprensa técnica* ou industrializada". Resumindo: da "fase francesa" migrou-se para outra, "que podemos intitular de fase norte-americana" (p. 1-2).

A consequência é a perda do caráter nativista que configurou, inicialmente, os relatos da intelectualidade reunida no IHGB. Mais do que condenar a política cultural imposta de cima para baixo pelo governo absolutista de Portugal, eles supunham que o processo em curso, no Brasil independente, estaria conduzindo a formação de um jornalismo com *originalidade nacional*. Os historiadores seguintes, por seu turno, assumiram uma postura distinta, no sentido de cultivar uma visão global do fenômeno e, eventualmente, até mesmo, de sobrevalorizar o padrão da prática nos centros metropolitanos internacionais (ver MOLINA, 2007).

São pelo menos duas as implicações dessa mudança de abordagem. A primeira é a busca por focalizar as condições desiguais que o jornalismo enfrenta para se desenvolver no Brasil. E a segunda, diz respeito a um tipo de exame que, não raro, aborda o caso local com base em suas supostas deficiências. Ou seja, muito mais a partir de como ele deveria, idealmente, ter evoluído, mas não o fez devido às condições desfavoráveis do contexto em que se insere. Daí a tendência de ordenar a história do jornalismo brasileiro a partir das ideias de *falta* e *atraso*, em contraposição à narrativa anterior de *progresso ininterrupto*.

Por fim, deve-se notar que, com a sobreposição da leitura trazida por essas obras de história geral — em substituição aos relatos descritivos ou inventariantes, porém elaborados dentro de uma dinâmica de disputas entre os IHGs —, favoreceu-se a aplicação de esquemas explicativos ligados ao *processo nacional*, em vez do *regional*. Professor da Universidade Federal do Pará (UFPA) e doutor em história das mentalidades pela Universidade Nova de Lisboa (UNL), Geraldo Mártires Coelho (1948*) problematizou bem a questão na introdução da tese *O vintismo no Grão-Pará: relações entre imprensa e poder, 1820-1823* (1986):

> Em outras palavras, ainda perdura no Brasil, embora com exceções marcantes e significativas, o que chamaríamos de uma visão centralizadora do processo histórico nacional elaborada pelos historiadores dos centros mais importantes do país, e que aplica os seus modelos explicativos à totalidade do país como se a sociedade brasileira não tivesse comportado singularidades locais e regionais a exigirem um tratamento diferenciado para o particular das suas respectivas formações sociais. [...] Não se trata, como pensamos, de rejeitar as sínteses enquanto elementos próprios de um dado nível das teorizações sobre os componentes estruturais da formação histórica brasileira como um todo, a exemplo da condição escravista da sua sociedade, mas antes de apontar e de considerar para efeito das análises as grandes variáveis que se impuseram na regionalização do processo histórico brasileiro (COELHO, 1986, p. 3-4).

Como será evidenciado no capítulo próximo, tal problema visto nos livros de síntese não se desfará com o aparecimento das primeiras levas de trabalhos monográficos, oriundos dos programas de mestrado e doutorado, abertos a partir da década de 1970. Isso porque, em termos institucionais, a tendência foi a de uma produção acadêmica centralizada, inicialmente, no âmbito da USP e, do ponto de vista temático, de estudos de caso enfocando, em grande medida, agentes, práticas e empreendimentos jornalísticos situados no eixo Rio de Janeiro-São Paulo.

4 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO CAMPO DE CONHECIMENTO (1970-1995)

Se levado em conta o panorama intelectual traçado por Francisco Iglésias (1971), pode-se argumentar que a abertura dos cursos superiores de história, a partir de meados da década de 1930, não alterou substancialmente a situação da pesquisa histórica realizada no Brasil, encarado, naquele momento, como um "país sem tradição universitária" (p. 376). Visto que, pelo menos até a virada para a segunda metade do século, os trabalhos, em sua maioria, ainda "se apresentam frequentemente com caráter decorativo, sem rigor, com falsa noção de humanismo", orientados "por motivos que podem ser até válidos — patrióticos, familistas, catequéticos, beletristas —, mas nada têm a ver com a ciência". Já as "obras notáveis", em meio a esse quadro "quase sempre débil", resultam de "esforços individuais, que não se integram em trabalho de grupo" (p. 376-404).

Em que pese a universidade brasileira, até então, não se firmar enquanto instituição de pesquisa, não é o caso, continua ele, de se desprezar o fato de que a modernização que passou o país teve efeitos no amadurecimento profissional e intelectual das atividades. É verdade, porém, que a história, como disciplina "primeira que estudou a realidade nacional", "pouco se renovou", "apresentando-se agora muitas vezes em posição de desvantagem" em relação às ciências sociais e econômicas, as quais, por sua vez, passaram a contribuir com maior peso na superação da "fase ornamental dos academicismos de festas recreativas, de cunho provinciano ou paroquialista, ingenuidades do subdesenvolvimento" (p. 376-378).

Por extensão, também o ensino superior de jornalismo nasceu desvinculado da pesquisa acadêmica. Seria, contudo, um equívoco pensar que, quando houve mudança nesse cenário, as inovações vistas com o diálogo entre a história e as ciências sociais, automaticamente, se transmitiram para os estudos jornalísticos. Como será mostrado, foi tempo para que estes incorporassem os conceitos daquelas, bem como aperfeiçoassem as formas de delimitação e análise de seu objeto de conhecimento. Até porque, a imprensa sequer era compreendida, ou pelo menos não consensualmente, como uma fonte legítima dentro dos círculos de historiadores profissionais, quando estes começaram a se organizar no espaço universitário.

Entre as lideranças da área de história prevalecia a negação ou a dubiedade do jornal como documento, pois, embora seja "uma das principais fontes de informação histórica", ele "é quase sempre uma mistura do imparcial e do tendencioso,

do certo e do falso", afirma José Honório Rodrigues (1913-1987), na terceira edição do clássico *Teoria da história do Brasil* (1969). Para o ex-diretor do Arquivo Nacional e um dos precursores da história da historiografia brasileira:

> É claro que o jornal pode dar-nos a cor e a vivacidade de uma época, pode guiar-nos nas manobras externas da vida política, pode fornecer-nos várias e curiosas notícias de história social e econômica. A discussão de problemas desta natureza pouco tem preocupado os historiadores da imprensa no Brasil. Eles se limitaram sempre à exata ou inexata narração dos periódicos e jornalistas que desde os tempos da Independência formaram ou expressaram a opinião pública (RODRIGUES, 1968, p. 198).

Antes disso, porém, houve aqueles que, sem serem historiadores no sentido especializado, lidaram de outro jeito com o assunto. Um deles foi Gilberto Freyre, autor de *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX* (1963). O livro se constitui em um exercício de interpretação antropológica, baseado em peças de órgãos como o *Diario de Pernambuco*, com a finalidade de "ilustrar tendências que caracterizam quer o comportamento de uma população escrava, quer as relações dessa população operária ou servil para com a sociedade patriarcal" (p. LIV). Enquanto sociólogo-antropólogo, valia-se "há anos dos anúncios de escravos fugidos, para interpretações de predominâncias de tipo físico e de características culturais, que seriam impossíveis sem o estudo de material tão valioso" (1979, p. 16).

Atitude semelhante também é percebida no trabalho de Roger Bastide (1898-1974), integrante da chamada *missão francesa* que se fixou na Universidade de São Paulo. Originalmente publicado no boletim de sociologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, *A imprensa negra do Estado de São Paulo* (1951) é texto que ressalta a importância documental dos jornais, por entendê-los como expressão das *representações coletivas*. Nesse sentido, ao caracterizar esse segmento do periodismo, enquanto um meio "de reivindicação, de solidariedade e de educação" (p. 156), esclarece que não possui pretensão de explorá-lo como objeto de estudo, de modo a "dar um quadro histórico da imprensa negra em São Paulo, mas sim discernir, através dela, a mentalidade de uma raça" (1973, p. 129).

Seguindo no entrelace entre história e ciências sociais, convém igualmente referir a dissertação de João Baptista Borges Pereira (1930*), intitulada *Côr, profissão e mobilidade: o negro e o rádio de São Paulo* (1967). Primeiro doutor em antropologia pela USP, quis o autor perscrutar a inserção profissional dessa parcela da população no mercado radiofônico, cuja formação se deu mediante processo de conversão do

veículo de origem educativa em meio de comunicação de massa. Tendo o propósito de "examinar até que ponto, e de que maneira, a categoria *racial*, sobrepondo-se às demais qualificações individuais, interfere no processo de participação do negro numa subexpressão da estrutura ocupacional paulistana" (p. 239), verifica-se que, nesse caso, o foco não está nos sujeitos representados nas mensagens, nem na plataforma de difusão em si, mas no grupo de profissionais que nela atua.

No decorrer das décadas de 1970 e 1980, veio à cena, de todo modo, um conjunto ainda limitado, mas significativo, de monografias que começaram a manifestar interesse por outras possibilidades de uso da imprensa e seus atores. Resultantes das teses e dissertações produzidas em alguns dos primeiros programas de pós-graduação abertos no país, poucas delas, todavia, elegeram o fenômeno jornalístico como tópico central de investigação. Entre os historiadores e cientistas sociais, vai-se mostrar, perdurou a tendência de utilização dos jornais e revistas para o exame das ideias comuns a determinado grupo social ou político, sem maior preocupação com a prática que caracteriza o jornalismo em si.

Ao mesmo tempo, observa-se que a imprensa não foi objeto de novas sínteses históricas, em um período em que se acompanhou o lançamento de edições atualizadas das obras já discutidas de Werneck Sodré, Bahia e Costella. Isso, somado à emergência dos trabalhos monográficos, sinaliza uma mudança relevante de orientação da produção historiográfica, ao chegar à fase universitária. Epistemologicamente, perdeu-se o caráter generalizante visto nas sínteses e, institucionalmente, completou-se o movimento de transição da produção especializada: dos institutos históricos para as instituições de ensino superior.

Longe de ser uma particularidade exclusiva da historiografia do jornalismo, essa tendência se relaciona às circunstâncias que condicionaram a institucionalização da pesquisa nas humanidades e nos demais campos do saber, em meio à transformação que se processou na universidade brasileira, após a reforma de 1968[21]. Rodrigo Perez Oliveira (2018) explora a hipótese que, nesse contexto, "a historiografia

[21] Como sintetiza Carlos Benedito Martins (2009), foi a partir da reforma universitária de 1968 que se criaram "condições propícias para que determinadas instituições passassem a articular as atividades de ensino e de pesquisa, que até então — salvo raras exceções — estavam relativamente desconectadas. Aboliram-se as cátedras vitalícias, introduziu-se o regime departamental, institucionalizou-se a carreira acadêmica, a legislação pertinente acoplou o ingresso e a progressão docente à titulação acadêmica. Para atender a esse dispositivo, criou-se uma política nacional de pós-graduação, expressa nos planos nacionais de pós-graduação e conduzida de forma eficiente pelas agências de fomento do governo federal" (p. 16).

brasileira contemporânea foi marcada por um rigoroso processo de institucionalização", em nível de pós-graduação, pelo qual se "delimitou a hiperespecialização e o empirismo como seus postulados teórico-metodológicos mais importantes" (p. 199). Com isso, orientou-se

> os historiadores na produção de estudos de caso, caracterizados pelo rígido recorte cronológico e geográfico dos seus objetos de pesquisa, levando à interdição da síntese, do estilo ensaístico, da diacronia de longa e média duração e da percepção de que a história poderia ser uma "ciência social aplicada", dificultando, assim, a mobilização do conhecimento histórico para fins de engajamento político direto (OLIVEIRA, 2018, p. 199).

No que concerne à pesquisa em história do jornalismo, convém demarcar algumas especificidades, a começar pelo plano institucional. Pois antes da expansão dos cursos de mestrado e doutorado, na segunda metade da década de 1990 em diante, essa parcela da produção esteve, majoritariamente, concentrada na USP, no âmbito dos programas de pós-graduação em história social e em ciências da comunicação, fundados, respectivamente, em 1971 e 1972.

A concentração nesse ambiente não se deu por acaso, mas por uma série de fatores acadêmicos que se colocavam à época. Por exemplo, o segundo programa de mestrado a entrar em funcionamento na área de comunicação no país é o da UFRJ, inaugurado em 1973, sob iniciativa de especialistas em filosofia, literatura e semiologia. Nessa mesma instituição, o programa de história viria a ser aberto apenas década mais tarde[22], quando já estavam em operação os programas de ciência política e sociologia do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), assim como o de antropologia social do Museu Nacional[23].

Na USP, enquanto isso, já se defendiam os primeiros trabalhos, em nível de pós-graduação, elegendo a história da imprensa como tema, a contar pela tese pioneira com a qual Marques de Melo (1972) se doutorou, pelo departamento de jornalismo e editoração. A situação, porém, era distinta no de história. O desafio que se apresentava aqui era, ainda, no sentido de formar consenso acerca da legitimidade

[22] Curiosamente, um dos primeiros títulos de mestre em história, pela UFRJ, foi concedido ao francês André de Séguin des Hons, autor da dissertação *Os diários do Rio de Janeiro, 1945-1982*, orientada por Eulália Maria Lahmeyer Lobo. Trata-se de pesquisa, de caráter quantitativo, sobre a evolução da imprensa carioca, com ênfase no processo de concentração do mercado.

[23] No estado, fora da capital carioca, operava na Universidade Federal Fluminense, desde 1971, curso de mestrado em história, seguido do de doutorado, inaugurado em 1985. Já o programa de pós-graduação em comunicação da UFF iniciou as atividades em 1997.

dos periódicos para conhecimento da história do Brasil, vide a iniciativa desbravadora de Ana Maria de Almeida Camargo (1945*), com a tese *A imprensa periódica como objeto de instrumento de trabalho* (1977).

Sob orientação de Maria Beatriz Nizza da Silva, a acadêmica propiciou discussão metodológica ao alertar, entre outros aspectos, para a falta de preparo entre os colegas que, em geral, tendiam a endossar o que encontravam nas páginas das publicações diárias, sem submetê-las a uma crítica rigorosa. Acautelando:

> [...] o jornal é um documento a ser usado com o máximo cuidado; os perigos de distorção (comuns, aliás, a todos os textos — onde geralmente se encontra aquilo que procuramos) são bem mais frequentes, principalmente quando se trata de jornais do século XIX, em sua maioria formativos, doutrinários, apaixonados. Corremos o grande risco de ir buscar num periódico precisamente aquilo que queremos confirmar, o que em geral acontece quando desvinculamos uma palavra, uma linha ou um texto inteiro de uma realidade maior (CAMARGO, 1971, p. 226).

O objetivo deste quarto capítulo é examinar e discutir como se deu o reconhecimento acadêmico da imprensa como fonte documental e, enquanto tal, que tratamento recebeu da primeira geração de historiadores universitários. São enfocados aqueles trabalhos que, mais do que isso, atribuíram centralidade ao jornalismo enquanto mote de reflexão, visto que o que se quer é apreender justamente como o mesmo se construiu, simultaneamente, como fonte e objeto de estudo, ao longo do processo institucionalização da pós-graduação no país.

Começa-se por descortinar um cenário emergente, dentro do qual as marcas são a pluralidade de abordagens e o amparo nas ciências sociais — o que, de início, foi corroborado pelo baixo número de programas de pesquisa existentes em comunicação social e pela falta de credenciais científicas que essa apresentava como nova área acadêmica. Contribuições para o estudo do jornalismo, desde uma perspectiva histórica, vieram de múltiplos campos: da sociologia e da antropologia, passando pelas letras e linguística. Dentre uma produção bastante diversa, duas ênfases se fizeram notar com mais força.

A primeira delas tem a ver com o poder político dos órgãos de imprensa, como será detalhado na segunda seção. Os iniciadores de tal linha tomaram a ideologia como categoria analítica e favoreceram, assim, uma concepção do jornalismo como instrumento de manipulação da opinião pública, posto que ele atuaria basicamente na reprodução dos interesses da classe dirigente. Com o tempo, esse viés manipulatório

foi minimizado e outras abordagens surgiram, dando lugar a uma visão do jornalismo como ator político dinâmico, a ponto de ser identificado como um elemento de fortalecimento da social-democracia.

Outra ênfase refere-se à inserção do fenômeno no marco dos *negócios da comunicação* e apresenta, inicialmente, o conceito de indústria cultural como norte teórico. Verifica-se trânsito entre uma perspectiva *externalista* e outra *internalista*, engajada em descrever os bastidores da *revolução modernizante* experimentada pelas empresas do setor. No transcorrer da seção, discutem-se os contrapontos que aparecem a essa narrativa de renovação do nosso jornalismo, sem atentar, por vezes, para as consequências do avanço da lógica capitalista sobre a produção do noticiário, tampouco para a organização do trabalho dos jornalistas.

O argumento que permeia as seções é de que a principal inovação da produção contemporânea diz respeito ao diálogo que se estabeleceu entre a história e as ciências sociais, do qual a pesquisa em jornalismo também se beneficiou. Ou como explica Fernando Novais (2005): trata-se da tendência que se apresenta, entre os historiadores modernos, de introduzir uma camada de conceitos entre o registro e a narrativa do evento, deixando de realizar a reconstituição diretamente por meio das fontes. Todavia, no caso dos estudos dedicados à imprensa, essa sofisticação analítica, em relação à historiografia tradicional, não teria se iniciado antes dos contornos da década de 1970, como antecipado no capítulo anterior.

4.1 O diálogo com as ciências sociais e a diversificação de abordagens

O amparo da história nas ciências sociais e econômicas, entrevisto pelo menos desde a década de 1930, e intensificado nos anos 1960, não se refletiu de imediato no campo de estudos sobre jornalismo. Entre os historiadores que se interessaram pelo tema do periodismo, um primeiro sinal de uma abordagem interdisciplinar pode ser visualizado na tese de Arnaldo Contier (1941-2019), defendida na USP, em 1973 e, seis anos mais tarde, publicada sob o título *Imprensa e ideologia em São Paulo, 1822-1842* (1979). O aparato metodológico do trabalho, inscrito na história política, no entanto, não foi importado da ciência política, mas, sim, da linguística, mais especificamente da lexicologia.

Trata-se de uma análise sintático-semântica do vocabulário empregado pelos periódicos na passagem do Primeiro Reinado para a Regência, visando diagnosticar

os matizes da ideologia dominante. Embora a imprensa não se efetive como objeto, mas como fonte primária, a investigação evidencia a provação que se impunha para quem almejasse trabalhar com o *jornal-documento*. Na tentativa de compensar a falta de credibilidade com que seus pares encaravam esse tipo de documentação — inclusive seu orientador, Eduardo d'Oliveira França (1915-2003), catedrático da cadeira de história da civilização moderna e contemporânea —, era preferível, como o próprio autor da tese veio a admitir, exagerar no formalismo científico:

> Trabalhar com a imprensa nessa época era impossível, pois se tratava de um documento considerado "mentiroso". O professor França censurou o trabalho quando montei o projeto; ele disse que eu não podia fazer uma pesquisa tendo como ponto nodal a imprensa. Para realizar o trabalho, em Toulouse e Paris (Escola de Saint-Cloud), fui estudar lexicologia, semântica, para discutir com rigor os discursos dos jornais visando embasar teoricamente aquilo que era considerado um discurso empírico, "mentiroso". Foi muito difícil encontrar a documentação. Frequentei a Biblioteca Nacional. Encontrei o primeiro jornal manuscrito paulistano (1823). [...] Mesmo assim o professor França foi num primeiro momento intransigente, continuando a afirmar que a minha documentação era "duvidosa", "falsa", questionando todas as minhas análises. Então, diante de tantos problemas, eu optei pela erudição, exagerando nas minúcias! (CONTIER, 2007, p. 183).

Na mesma faculdade, postura distinta foi assumida por Maria Beatriz Nizza da Silva, professora da disciplina de teoria e metodologia, além de uma das pioneiras da área de história social e cultural[24]. A partir de consulta aos acervos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da Biblioteca Nacional de Lisboa, a historiadora luso-brasileira reconstituiu — como expõe em *A primeira gazeta da Bahia: Idade d'Ouro do Brazil* (1978) — a série de edições daquele que é o primeiro impresso do gênero em Salvador. A seção que abre a monografia descreve os elementos constitutivos do periódico, servindo de passagem para o exame das formas que assumiu a sociabilidade baiana, naquele início do século XIX.

Essa conduta de alternância entre objeto e fonte é percebida também nas pesquisas das docentes de história locadas na Escola de Comunicações e Artes. Esse foi o caso de Maria Nazareth Ferreira (1936-2016), em *A imprensa operária no Brasil, 1880-1920* (1978) — fruto da dissertação de mestrado que teve como orientador Virgílio Noya Pinto (1929-), o primeiro emérito da ECA. Seu trabalho toma como ponto de partida os jornais operários como documento, para fins de estudo da classe

[24] A acadêmica foi incentivadora de outras tantas que vieram a trabalhar com os periódicos, a exemplo de Márcia de Campos Graf, que assina *Imprensa periódica e escravidão no Paraná* (1981).

trabalhadora, até a etapa em que passa à identificação das características dos mesmos, constatando ausência de publicidade e da figura do repórter:

> Ao invés de o jornal procurar a notícia, esta é que procurava o jornal. As "salas de redação" recebiam farto material sobre o movimento operário e notícias afins, o que demonstra uma relação integrada entre o jornal e o leitor. Esse material recebido pelos jornais era composto por relatórios dos sindicatos, certas pessoais, denúncias etc. (FERREIRA, 1978, p. 106).

Ainda no âmbito do estudo do sindicalismo, registra-se a dupla contribuição de Adísia Sá (1929*): *Biografia de um sindicato* (1981) e *O jornalista brasileiro* (1985), livros pelos quais reconstrói, respectivamente, a trajetória do Sindicato dos Jornalistas no Ceará e da Federação Nacional dos Jornalistas. Filósofa de formação e jornalista de ofício, na posição de investigadora, ocupou-se do processo de construção dessa profissão sob a tutela do governo Vargas, enfatizando como o movimento associativo possibilitou a discussão de questões salariais, liberdade de imprensa e regulamentação da atividade, esta alcançada durante o Regime Militar.

A tendência entre os pesquisadores universitários foi, porém, a de deixar esses aspectos do exercício profissional em segundo plano, antes valendo-se dos produtos oriundos do jornalismo enquanto recurso para abordar problemáticas ligadas a outros fenômenos. Portanto, sem a intenção de elevar aquele à posição de objeto de conhecimento. De outro modo, prevaleceu, tanto entre historiadores, quanto entre os cientistas sociais, a justificativa de que os jornais e as revistas importam na medida em que fornecem acesso a ideias e imagens de épocas passadas[25].

Verifica-se que as contribuições que se inscrevem, com propriedade, no campo jornalístico vieram, com mais frequência, dos próprios acadêmicos e profissionais da área, ainda que tenham optado por cursar pós-graduação fora dela. Por exemplo, Dulcília Schroeder Buitoni (1947*), graduada em jornalismo e em direito, concluiu mestrado e doutorado em letras, cursos dos quais resultam *Mulher de papel* (1981) e *Imprensa feminina* (1986) — e com os quais se tornou precursora no estudo das relações sociais de gênero no jornalismo brasileiro[26].

---

[25] Na interseção entre história e antropologia, Lilia Schwarcz ilustra essa abordagem, em *Retrato em branco e preto: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX* (1987), ao afirmar que o objetivo com a investigação é: "a recuperação e o entendimento da dinâmica que se estabelece, de construção e manipulação de representações sobre o negro cativo ou liberto, quando se intensificavam as rebeliões negras, no período final do processo abolicionistas [...]" (p. 15).

[26] Deve-se ponderar que, embora consistisse em novidade para os acadêmicos do então jovem campo da comunicação, a iniciativa é sintomática de um período de efervescência das questões femininas e

Metodologicamente, o primeiro trabalho caracteriza-se por uma análise semântica de textos em publicações femininas, enquanto o segundo assume uma perspectiva histórica; embora ambos sejam complementares, visto que a proposta é a de esboçar os caminhos que a imprensa feminina percorreu e que representações foram construídas por meio dela, no transcorrer do século XX. Com base nesse panorama, tece o argumento de que o segmento historicamente incumbiu a mulher de papéis sociais básicos, ao mesmo tempo que cultivou um tipo de jornalismo singular, situado no entrecruzamento da literatura, da moda e da publicidade.

Tal jornalismo não se atém, de acordo com ela, aos fatos da "realidade", mas aos modismos do mercado; por isso, "numa linguagem muito próxima da publicitária, os textos dirigidos à mulher são verdadeira comunicação persuasiva, aconselhando-a a todo momento sobre o que fazer" (1986, p. 75). Ainda quando se prega a emancipação feminina, vendo bem, "trata-se de um processo que continua coisificando a mulher, nos moldes em que se funda", pois "não se interessa pela mulher individual e histórica, mulher que tem nação, cor de pele, classe, enfim, elementos concretos e mais situadores" (1981, p. 134-138).

A temática veio a despertar o interesse de outras estudiosas como Carla Bassanezi, Leoní Serpa e Kátia de Carvalho. Em *Virando as páginas, revendo as mulheres: revistas femininas e relações homem-mulher, 1945-1964* (1996), a primeira enxergou tal imprensa como construtora de um repertório de reforço às relações de gênero dominantes, mas que não está impedida de abrir brechas, se respeitadas a hierarquia patriarcal e a ação publicitária. Corroborando com isso, Serpa evidenciou, em *A máscara da modernidade: a mulher na revista O Cruzeiro, 1928-1945* (2003), que o empreendimento em escrutínio mantinha um posicionamento conservador, antes sufocando as vozes femininas do que contribuindo com a luta por igualdade.

A autora da tese *A cidade das revistas: imprensa feminina no Rio de Janeiro, anos 20* (1994) enfatizou, por outro lado, a ideia de que as publicações especializadas, a despeito das limitações, refletiram os anseios femininos e lograram se constituir em veículo do ideário moderno, visto que o segmento

feministas em outras áreas. Nos anos 1980, dentro da historiografia, já se assistia à "produção de vários estudos que procuravam desconstruir a figura da passividade feminina", à medida que se operava uma "desierarquização" dos acontecimentos e seus personagens: "todos se tornam passíveis de serem historicizados, e não apenas as ações de determinados sujeitos sociais, sexuais e étnicos das elites econômicas e políticas, ou de outros setores sociais, como o proletariado-masculino-branco, tido como sujeito privilegiado por longo tempo, na produção acadêmica" (RAGO, 1999, p. 82-87).

> apoiou o desenvolvimento da medicina sanitarista nas campanhas a favor das medidas preventivas de vacinação lideradas pelo setor médico; reforçou a atividade feminina no campo cultural desenvolvida nos salões e contribuiu para o desenvolvimento do hábito de leitura; responsável pela educação da prole, contribuiu para diminuir as questões relativas ao analfabetismo no país; contribuiu para o desenvolvimento da moda no Rio de Janeiro que se ampliava tendo em vista as características da cidade; introduziu importantes mudanças responsáveis pela renovação do parque gráfico, entre elas, o uso de ilustrações nas publicações em geral; colaborou com o aparecimento do noticiário de caráter social que, mais tarde, se transformou em colunas sociais, entre outras formas de informação voltada para a vida social urbana (CARVALHO, 1994, p. 143).

O alternativo foi outro segmento que reuniu esforços significativos, desde a fase de institucionalização da área. Apesar de ter deixado contribuição isolada para a pesquisa em jornalismo, José Luiz Braga (1940*) — antes de se voltar à reflexão de cunho epistemológico sobre o fenômeno da comunicação[27] — preveniu que era necessário buscar caminho para superar duas linhas antagônicas, que dividiam o campo: de um lado, análises formais de viés estruturalista, fechadas à observação dos elementos textuais; e de outro, análises sociológicas, sob orientação marxista, concentradas nas relações com o contexto de produção. Para o autor, não era o caso de se deter em uma ou outra possibilidade de investigação, mas combiná-las, visto "que o abandono de uma das duas perspectivas impediria o desenvolvimento de uma imagem suficientemente compreensiva do objeto" (1997, p. 323).

Essa orientação metodológica remete à obra *O Pasquim e os anos 70* (1991), apresentada, em 1984, para doutoramento no Institut Français de Presse, em Paris. Nesse ambiente, fazia-se presente a influência deixada pela figura de Jacques Kayser (1900-1963), disseminador dos estudos morfológicos de base comparativa, para fins de mensuração e classificação do conteúdo dos diários. Daí provavelmente a precaução do analista do discurso pasquiniano em não proceder à mera descrição dos elementos na superfície impressa, mas estudar as "circunstâncias em que seu texto foi produzido, e do lugar em que o periódico se posicionou", "tentando descobrir as relações profundas entre o discurso e sua realidade histórica" (p. 13-14).

[27] Percurso que pode ser comparado ao de Vera França, autora de *Jornalismo e vida social: a história amena de um jornal mineiro* (1998), também pós-graduada na França, mas na Sorbonne. Embora o subtítulo da tese sugira se tratar de pesquisa histórica, esta não é a metodologia que a sustenta, posto que emprega diferentes estratégias (análise morfológica, entrevistas etc.), para pensar a identidade do *Estado de Minas* em relação à cultura mineira. Ou seja, é um exemplo de trabalho que recupera a trajetória do periódico como pretexto, para elaborar reflexão sobre fenômeno outro.

A clareza com que expôs sua abordagem não significa, no entanto, que, ao passar para o plano da empiria, logrou elaborar interpretação que desse mais conta do objeto jornalístico. Isso porque a excessiva preocupação com a reconstituição cronológica o levou à recuperação de um número sem fim de ocorrências, muitas das quais pouco esmiuçadas. Por exemplo, diz que "uma acusação frequente que se fez ao *Pasquim* é que, embora crítico e avançado politicamente, o jornal era machista" (p. 193). Todavia, fica em aberto a questão: seria o machismo um elemento definidor do discurso do semanário? Sem aprofundamento analítico, o que se tem é uma série de informações que, ao fim, não compõem necessariamente um núcleo argumentativo mais potente. São documentadas mais de 700 edições, para concluir que

> o *Pasquim* inaugura propriamente a imprensa alternativa, nanica, de oposição ao regime. A atitude deixa de ser exclusivamente a de ocupar um espaço profissional para se tornar uma contraposição explícita aos dois elementos da realidade que ameaçam esse espaço profissional: o governo e a grande indústria de comunicação (BRAGA, 1991, p. 241-242)[28].

Também para Bernardo Kucinski (1937*) a emergência de publicações fora do eixo da mídia convencional está relacionada à materialização do desejo de jornalistas e intelectuais, identificados com os valores das esquerdas, de explorar os espaços alternativos, ao passo que se atribui a eles largo protagonismo na mobilização e resistência política, no contexto da Ditadura Militar. Tal argumento é desenvolvido em *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa* (1991), livro-tese cuja proposta é desenhar um panorama dos referidos impressos, nascidos e desaparecidos no país, em grande parte, entre as décadas de 1960 e 1980.

A seu entender, os periódicos do gênero podem ser segmentados em duas classes: aqueles de motivação essencialmente jornalística que, sob inspiração dos movimentos de contracultura e das novas bandeiras de esquerda, adotam um discurso de crítica aos padrões vigentes; e aqueles para fins doutrinários, enraizados em ideais nacionais e no marxismo vulgarizado[29]. Para reconstituir a história de

[28] Em âmbito regional, essa atitude contestadora pode ser vista em publicações como *Pato Macho*, com manifesta influência do carioca, a ponto de ser apelidado de *O Pasquim Gaúcho*, como mostra Aline Strelow, em sua dissertação *Pato Macho: jornalismo alternativo de humor* (2004).

[29] No que tange ao período anterior à Ditadura Militar, são exemplos: *Imprensa política e ideologia: Orientação Socialista, 1946-1948* (1989), de Pedro Roberto Ferreira, no qual analisa a folha mantida pelo antigo Partido Socialista Revolucionário (PSR), em sua crítica a outras esquerdas; e *O imaginário vigiado: a imprensa comunista e o realismo socialista no Brasil, 1947-53* (1994), de Dênis de Moraes, com base nas coleções de periódicos do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

ambos, foram realizadas entrevistas com cerca de 60 atores históricos, além de consultas a arquivos e coleções dos respectivos periódicos.

O argumento-chave de Kucinski pode ser assim sintetizado: “como sucessora da imprensa panfletária dos pasquins e da imprensa anarquista, na função social de criação de um espaço público reflexo, contra-hegemônico” (p. 10), a imprensa alternativa foi “muito mais” uma “substituta da ação política” do que “parte dessa ação” (p. 37), na medida em que “acabou se tornando o principal espaço de reorganização política e ideológica das esquerdas nas condições específicas do autoritarismo” e, por isso, adquiriu “uma importância que extravasa sua aparência como conjunto de jornais ou como criação ideológico-cultural” (p. 7).

Quer dizer que, para ele, o jornalismo alternativo, ao servir de palco de luta para a abertura democrática, atuou para conter todo um processo de desagregação da sociedade civil, em curso no Brasil desde, pelo menos, o golpe de 1964. Portanto, como meio de resistência às políticas do governo autoritário e dos grupos empresariais, esse segmento deve ser compreendido em contraposição à grande mídia, que praticaria um jornalismo *alienante* e *acrítico*, uma vez que limitado à “disseminação de um consenso previamente acordado entre as elites” (p. 17), como o autor afirma em *A síndrome da antena parabólica* (1998):

> A estrutura de propriedade das empresas jornalísticas no Brasil reproduz com grande fidelidade a configuração oligárquica da propriedade da terra; na gestão dos jornais predominam as práticas hedonísticas e de favoritismo típicas da cultura de mando da grande propriedade rural familiar. Enquanto na maioria das democracias liberais avançadas há um grau substancial de pluralismo ideológico na imprensa escrita, no Brasil os jornais, propriedade dessa oligarquia, compartilham uma ideologia comum, variando apenas em detalhes não significativos (KUCINSKI, 1998, p. 16).

Mais ideológica que informativa, do Regime Militar em diante, “a mídia agiu como aparelho ideológico do Estado, exatamente conforme o modelo proposto por Althusser”: um instrumento necessário à “reprodução das condições de produção do sistema capitalista, como coadjuvantes dos aparelhos repressivos do Estado” (p. 56). Cada vez mais, todavia, vai além dessa função, visto que “se propõe a destruir uma ordem simbólica, a ordem do Estado social-democrata, que possui, como se sabe, conteúdos éticos” (p. 39). Esses em deterioração em nossas redações, nas quais “predominam entre os jornalistas a autocensura, a descrença na democracia e uma visão instrumentalizadora do que seja o interesse público” (p. 18).

Crítico do jornalismo brasileiro, no papel de historiador da matéria, no entanto, faltou-lhe cuidado em garantir um tratamento, desde um ponto de vista teórico, mais igualitário às diferentes manifestações do fenômeno. Do contrário, corre-se o risco de gerar um retrato tendencioso sobre o exercício da atividade de imprensa no país. Em linhas gerais, nota-se o seguinte: a partir de uma leitura de inspiração gramsciana, tende a descrever os jornalistas, com atuação no meio alternativo, como intelectuais politicamente engajados e com responsabilidade social; em contrapartida, ao passar para uma perspectiva althusseriana, infere ele que os profissionais que trabalham na mídia comercial, basicamente, “apoiam sistematicamente os objetivos estratégicos das elites” (p. 24).

Quanto a esse paralelo maniqueísta entre o alternativo e o convencional, mediante o qual se admite uma narrativa parcial e, por vezes, até reveladora de preconceitos, ainda que provida de argumentação provocativa, o que parece estar em jogo é uma sobreposição da militância, assumida pelo autor, sobre o papel de pesquisador acadêmico. Isso à medida que há uma tendência de colocar o estudo jornalístico a serviço de um compromisso de motivação política maior — a partir de uma visão *a priori* da realidade —, sem privilegiar as contradições imanentes ao modo de produção das notícias, nas mais variadas organizações.

A respeito das concepções de imprensa alternativa como meio de resistência e de grande imprensa como instrumento de manipulação das massas, convém observar, na exposição que se segue, como, antes de ser relativizado por outros horizontes teóricos, esse pensamento angariou mais seguidores do que críticos. Com isso, ao longo da fase de institucionalização da área, predominaria um modo de historiar centrado no aspecto ideológico do jornalismo, em larga medida como consequência da influência do marxismo nos demais campos das humanidades.

4.2 A preocupação com o poder político

Margareth Rago (1999) avalia que o alargamento da produção historiográfica nacional a partir da década de 1970, de um lado, começou a tornar visível as limitações do marxismo como modelo privilegiado de interpretação do passado; por outro, engendrou um movimento interno de renovação epistemológica. Dos tratados que aplicavam mecanicamente a doutrina ao quadro nacional, avançou-se em direção a interpretações preocupadas em compreender as especificidades da estrutura

político-econômica do país, até estudos de cunho reflexivo sobre a dimensão ideológica do universo da cultura brasileira.

Autor do importante *Ideologia da cultura brasileira, 1933-1974* (1977), Carlos Guilherme Mota (1941*) orientou Maria Helena Capelato (1945*) e Maria Ligia Prado (1945*), que se dedicaram às primeiras monografias sobre a questão da ideologia liberal da imprensa, tomando como caso *O Estado de S. Paulo* (1875-). Resultado da compilação das dissertações apresentadas pelas historiadoras uspianas, em 1974, *O bravo matutino* (1980) se propõe "à análise das ações, reformulações e acomodações que, no período estudado, se sucedem no pensamento dos representantes do periódico, indicando em que medida as mudanças de conjuntura política e econômica alteram as linhas de reflexão do jornal" (p. XXII)[30].

Com base no exame dos editoriais veiculados durante o período de transição da Primeira República para a Revolução de 1930, as autoras sustentam que as ideias ditas liberais, na verdade, carregavam componentes alinhados ao conservadorismo e, por vezes, ao autoritarismo[31]. Tal argumento será reforçado por Capelato em *Os arautos do liberalismo, 1920-1945* (1989), tese na qual adiciona outros títulos à documentação e estende o recorte temporal até o Estado Novo. Nesse sentido, infere que a grande imprensa foi cooptada pelo regime, à medida que, em um contexto de censura e pressões de ordem financeira, seus órgãos reproduziam os discursos oficiais e, dessa maneira, favoreciam a manutenção do governo, impedindo a circulação de opiniões dissonantes[32].

Outra obra assinada pela estudiosa é *História da Folha de S. Paulo, 1921-1981* (1980), desta vez, em coautoria com Mota. Realizam aqui uma periodização do jornal

[30] Essa abordagem de interseção entre história política e história das ideias também se confere em trabalhos subsequentes, alguns orientados pelas próprias docentes. Por exemplo, em *Cultura ilhada: imprensa e Revolução Cubana, 1959-1961* (2003), Sílvia Cezar Miskulin desenvolve exame do suplemento literário *Lunes de Revolución* como espaço de luta ideológica entre a intelectualidade revolucionária, preocupada em propor uma política cultural mais eclética.

[31] Questões como essas seguiram despertando interesse dos estudiosos. Por exemplo, Heber Ricardo da Silva examinou, em *A democracia impressa, 1945-1948* (2009), que posicionamentos foram emitidos no episódio de cassação do Partido Comunista do Brasil. A conclusão é de que, embora se declarassem liberal-democratas, porém, anticomunistas, os diários se distinguiam em atuação política e apoio às medidas arbitrárias do presidente Eurico Dutra. Por sua vez, em *O consenso forjado* (2005), Francisco Fonseca sustentou que, apesar das diferenças editoriais, os veículos da chamada grande imprensa, por ele documentados entre 1985 e 1992, adotaram posições contrárias ao campo da democracia liberal, o qual diziam defender, revelando-se entidades arraigadas no conservadorismo reacionário.

[32] Sobre o período do Estado Novo, um inventário dos jornais confiscados pelo Departamento de Ordem Política e Social foi organizado por Maria Tucci Carneiro e Boris Kossoy: *A imprensa confiscada pelo Deops, 1924-1954* (2003). Já acerca do Regime Militar, há o livro *A censura política na imprensa brasileira, 1968-1978* (1980), de Paolo Marconi, com depoimentos de jornalistas censurados.

a partir da sucessão de seus dirigentes: Olival Costa e Pedro Cunha (1921-1931), Octaviano Alves de Lima (1931-1945), José Nabantino Ramos (1945-1962), até Octavio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho (1962 em diante). Na primeira fase, o periódico seria caracterizado como um projeto popular, com visão urbana e fiscalista, enquanto, na seguinte, teria predominado a influência rural. As demais fases são traçadas em termos de continuidade, levando em conta o aperfeiçoamento da visão empresarial, introduzida nos anos 1950, fazendo com que o jornal se modernizasse administrativa e tecnologicamente, bem como ajustasse seu papel político em meio aos primeiros sinais de redemocratização do país.

Para o grupo uspiano, até a publicação desse conjunto de monografias, era pouca a importância dada à imprensa como objeto acadêmico, na medida em que seus antecessores tendiam a usá-la como fonte confirmadora de análises apoiadas em documentação oficial, como solicitava a tradição na primeira metade do século XX. Havia, na realidade, tanto aqueles que desprezavam o jornal-documento por considerá-lo "fonte suspeita", como os que enalteciam por ser "repositório da verdade". Embora distintas, ambas posturas deveriam ser problematizadas, visto que "o jornal não é um transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos e tampouco uma fonte desprezível porque permeada pela subjetividade" (CAPELATO, [1988] 1994, p. 21). Em razão disso, "a escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social" (CAPELATO; PRADO, 1980, p. XIX).

Essa compreensão do fenômeno diz respeito à leitura que se faz sobre o processo de constituição dos Estados liberais, nos séculos XVIII e XIX, quando a imprensa de opinião emergiu como elemento de mediação entre o governo e a sociedade. No entanto, ao passo que se transformou em indústria de notícias, os interesses econômicos sobrepuseram-se à concepção de informação como direito público, de modo a não diminuir seu poderio político, mas lhe impor contradição. Nas palavras de Capelato (2015): "essa dupla identidade (comercial e política) acabou permitindo que a *grande imprensa*, instituição pública, continuasse interferindo na política em nome da *opinião pública* e, na condição de instituição privada, atuasse como empresa comercial geradora de lucro" (p. 122).

Para apreender esse e outros aspectos, isto é, o fenômeno em sua integralidade, seriam necessários dois procedimentos metodológicos. O primeiro,

conforme orienta a historiadora, consiste no exame dos aspectos externos do periódico, por meio da coleta de dados que não são encontrados folheando as páginas do mesmo, mas em arquivos públicos ou em depósitos da empresa. Com base nessa documentação, a formação do empreendimento deve ser estudada por si e, então, situada dentro do quadro histórico do país. Em seguida, caberia passar à apreciação dos aspectos internos, relativos ao conteúdo editorial e ao publicitário, a fim de desnudar "as concepções ideológicas de seus proprietários e dos jornalistas responsáveis pela parte redacional do periódico, além dos interesses políticos e econômicos aos quais estão vinculados" (p. 130).

O estudo sobre a *Folha de S. Paulo* é o que melhor ilustra a aplicação dessa orientação metodológica, pois reconstrói a história do jornal combinando os níveis empresarial e editorial. No primeiro, Mota e Capelato trabalham no sentido de identificar o perfil dos novos e antigos dirigentes, cruzando as informações da empresa com a análise do conteúdo da publicação. Nas monografias sobre *O Estado de S. Paulo* e a imprensa paulista em geral, embora se verifique abordagem semelhante, não é idêntica, visto que as tendências jornalísticas são permanentemente relegadas ao segundo plano, em prol do componente ideológico. Portanto, não se trata de síntese histórica sobre o jornal em si, mas antes de estudo que visa situá-lo como elemento ideológico da vida política do país.

Nesse último programa de pesquisa, não há uma história do jornalismo, pois esta é subordinada à das ideias políticas dos representantes da grande imprensa. Não surpreende que, dessa forma, a contribuição de Capelato diga respeito menos à prática social e mais à ideologia que orientava as opiniões expressas pelos veículos. Embora *História da Folha de S. Paulo* possa ser considerado trabalho de exceção — pois tem como objetivo historiar a trajetória do periódico desde a sua fundação, em 1921, quando se denominava *Folha da Noite*, até o período de redemocratização, já com o título atual —, também aqui o jornalismo termina por ser interpretado como síntese das visões políticas de seus dirigentes.

Tal perspectiva, cabe notar, encontra amparo em uma estratégia metodológica que supervaloriza os editoriais como fonte documental, ao mesmo tempo que exclui aspecto igualmente ou mais relevantes[33], pelos quais o jornal se constrói como

[33] Por exemplo, Vavy Pacheco Borges buscou, em *Getúlio Vargas e a oligarquia paulista, 1926-1932* (1979), levar em conta — além dos editoriais — matérias jornalísticas, colunas etc. Entre as conclusões está a de que *O Estado de São Paulo*, tal como outros diários paulistas, expressava alta desconfiança

produto das interações de diversos sujeitos, para além da ação dos proprietários da empresa. Não sendo este um bem individual, nem livre de conflitos, deixa de existir razão maior para adotar o pressuposto de que os posicionamentos da classe dirigente se transpõem automaticamente ao noticiário; ou que os editoriais possuem centralidade a ponto de serem os identificadores do tipo de jornalismo que se pratica; ou, ainda, que usufruem de poder suficiente de "intervenção na vida política e na modelagem da consciência social de segmentos significativos da sociedade brasileira" (CAPELATO; PRADO, 1980, p. XXII).

Essa reflexão aproxima-se, em parte, da convicção última de Werneck Sodré (1999), para quem também o estabelecimento da grande imprensa implicou em seu empoderamento, visto que esta "detém o comando da informação e, com ele, estabelece as regras do jogo político" (p. XVII). Portanto, se antes, mesmo que ocultadas, resistiam formas de luta e de representação dos antagonismos sociais, agora, predomina a "uniformidade de posições, em cada um dos jornais, e não a diversidade" (p. XVI). Ponto teórico esse que Sodré retrocedeu, em sentido dialético, ao também se fechar em um núcleo rígido de interpretação, cujo entendimento é de que a atividade jornalística fora convertida em instrumento de manipulação.

Tal orientação permeou uma série de trabalhos subsequentes sobre imprensa escrita, mas não só. Ao estudar a trajetória da *A Voz do Brasil* (1935-), Lilian Maria de Lima Perosa (1958*) abordou o noticiário radiofônico estatal como instrumento político oficial, objetivando identificar o "serviço ideológico" prestado em cada governo, da Velha à Nova República. Na dissertação *A hora do clique* (1995), a constatação a que chega é de que, a despeito das mudanças experimentadas pela sociedade brasileira, entre as décadas de 1930 e 1990, essas "não produziram alterações substanciais no programa que refutem radicalmente o seu caráter dirigido de *propaganda do poder político* em exercício, razão maior de sua origem" (p. 191).

Em última instância, significa que a produção do noticiário estaria blindada de qualquer conflito interno ou externo, uma vez que a linha de interpretação adotada ao longo da investigação é basicamente a seguinte: o produto radiofônico cumpre a função para a qual foi originalmente designado, independentemente da alternância de regimes e de outras mudanças políticas, sociais e econômicas ocorridas no país. A

---

na ação do governante. Contudo, nem por isso deixa ela de, igualmente, abordar a imprensa antes como veículo das ideias de um grupo externo do que como órgão autônomo. No caso, enquanto extensão de organizações como o Partido Republicano Paulista (PRP) e o Partido Democrático (PD).

sua razão de existir não seria outra senão atuar como *aparelho ideológico* de um Estado autoritário — ainda que nessa formulação não haja referência direta à teoria de Althusser. Nesse sentido, vale observar que há, aqui, uma inversão do raciocínio anterior: a autora quer ocupar-se não da política, como as historiadoras supracitadas, mas do rádio, só que, semelhantemente, reduz este àquela.

Perspectivas como essa, oriundas de um *marxismo vulgar*, foram, pouco a pouco, relativizadas por outras, menos mecânicas, à medida que os repertórios teóricos se tornaram mais ecléticos, como demonstra Dóris Fagundes Haussen (1942*), em *Rádio e política: tempos de Vargas e Perón* (1997). Dado que o objeto em questão perpassa o radiojornalismo, o fundamental é reparar que, sem negar o poder de mediação exercido pelo veículo, a conclusão da estudiosa contrastou com a das anteriores, ao argumentar que o papel daquele, em ambos os casos

> extrapolou o próprio projeto político dos dois governantes, na medida em que, atuando dentro do mercado — não sendo puramente estatais. Com isto, não puderam ser totalmente instrumentalizadas agindo, assim, com "brechas", e, consequentemente, com o prazeroso e o (de certa forma) subversivo (no sentido do incontrolável). Atuando dentro do mercado da empresa privada, com a competição, de alguma forma foi preciso que tivessem mais liberdade, mais criatividade para gerar o lucro — não sendo possível asfixiar completamente a programação (HAUSSEN, 1997, p. 142).

Por esse horizonte interpretativo, mas retornando ao plano dos impressos, seguiu Gisely Hime (1966*), com a dissertação *A hora e a vez do progresso: Cásper Líbero e o exercício do jornalismo nas páginas d'A Gazeta* (1997). Ao estudar o vespertino paulistano no período em que esteve sob as mãos de Cásper Líbero (1918-1943), sustentou que o jornalista e empresário lançou um novo ponto de vista sobre a profissão, pois, sem aceitar indicação para cargos políticos, mas também sem deixar de empunhar bandeiras, subordinou a atividade política às duas primeiras, enquanto seus contemporâneos faziam o inverso.

Embora haja uma inclinação, por parte da autora, de mitificar o personagem biografado, ao longo da análise documental, logrou evidenciar como se deu a participação do projeto deste na vida de São Paulo[34], seja pela modernização do jornalismo, seja pelo incentivo ao meio universitário, ou ainda pela presença na arena

[34] No âmbito do jornalismo interiorano, estudo com ênfase similar — o papel do periódico na vida da cidade — é apresentado por Gustavo Alvim, em *O Diário: a saga de um jornal de causas* (1998).

política. Por extensão, *A Gazeta* surge nessa leitura como um órgão dinâmico, passando de opositora à aliada do governante:

> O espírito nacionalista [...] era o elo de ligação entre Vargas e Cásper, pois dava o tom, de um lado, à administração no Estado Novo e, por outro, à linha editorial do vespertino. Por isso, ao destacar o nacionalismo do governo federal e seu representante máximo, *A Gazeta*, mais do que cumprir a orientação do DIP, enfatiza princípios que sempre valorizou em seu projeto editorial. Daí afirmarmos que se no início o apoio de Cásper ao Estado Novo, registrado nas páginas d'*A Gazeta*, foi uma questão de sobrevivência, aos poucos, transformou-se em anuência pessoal, encantado que estava o jornalista com os princípios de nacionalismo com os quais Vargas soube tão bem embalar o governo (HIME, [1997] 2016, n.p.)[35].

Por seu turno, Ana Maria de Abreu Laurenza (1954*) deteve-se sobre aqueles que, em época semelhante, fizeram o oposto: subordinaram o projeto jornalístico ao político. A dissertação *Lacerda x Wainer: o corvo e o bessarabiano* (1998) aborda os episódios políticos e editoriais entre *Última Hora* (1951-1991) e *Tribuna da Imprensa* (1949-2008), em seus primeiros anos, enquanto se esgrimiram no "xadrez político" de Vargas. Remetendo à atmosfera da Guerra Fria, quando no Brasil progredia o modelo desenvolvimentista, o que procura é expor as contradições inerentes ao jogo de posições dos dois vespertinos[36].

Uma das principais controvérsias diz respeito à identificação do empreendimento de Samuel Wainer (1910-1980) com a esquerda nacionalista, sendo "considerado um jornal revolucionário para certos autores, renovador, aberto às manifestações populares" (p. 152), em que pese "sua participação com Getúlio Vargas na estruturação do Brasil a partir das reformas de base, a fim de que o país vivesse uma nova etapa do processo de desenvolvimento capitalista" (p. 82). Isto é, atuando "como auxiliar na divulgação das diretrizes de um governo direcionado para, através de um planejamento de Estado, estruturar um país latino-americano para que se integrasse ao capitalismo monopolista" (p. 154).

Em contrapartida, o jornal de Carlos Lacerda (1914-1977), "exacerbado em suas posições ideológicas, considerado reacionário, de direita, patronal, defensor dos interesses do capital estrangeiro na economia brasileira" (p. 152), acusou o governo

[35] Livro sem numeração de página, consultado no formato *e-book*.

[36] Olhando para o mesmo período, Carla Vieira de Siqueira explorou a interseção entre linguagem sensacionalista e linguagem política, presente no jornal de Wainer, comparando-o com outras folhas, como se confere na tese *Sexo, crime e sindicato: sensacionalismo e populismo nos jornais Última Hora, O Dia e Luta Democrática durante o segundo governo Vargas, 1951-1954* (2002).

de financiar trustes estrangeiros com o dinheiro do petróleo brasileiro. Todavia, o embate era desigual, pois, “ao contrário da *Última Hora*, que apresentava qualidades editoriais inovadoras para a época, a *Tribuna da Imprensa* era provinciana, tinha baixa tiragem, não apresentava inovações gráficas” (p. 156).

Apesar da assertiva de que ambos assumiram “papel de instrumento político contra ou a favor do governo eleito” (p. 124), a jornalista-pesquisadora trabalha no sentido de mostrar que os papéis não eram tão rígidos quanto se costuma afirmar. Na verdade, tenta ganhar distância dessa ideia, mediante a compreensão de que a atividade jornalística é “um universo rico e tumultuado”; de tal modo que, quando se ignora isso, “perde-se a oportunidade de se constatar processos mais abrangentes, contraditórios, travados em razão das posições editoriais e materiais” (p. 152).

Essa maneira mais fluida de lidar com o fenômeno, que se cultiva a partir dos idos dos anos 1990 — em parte devido à maior presença de jornalistas profissionais nos programas de pós-graduação da área —, vai se distinguindo, portanto, daquela que predominou nas duas décadas anteriores. Entre os primeiros contribuidores para a historiografia da imprensa, a tendência de abordagem era mais instrumental, atribuindo menos vivacidade ao exercício jornalístico, entendido essencialmente como um instrumental político, para fins de reprodução ideológica dos interesses da classe dirigente, em um cenário de frequente cooptação total.

O esgotamento de tal formulação teórica se deu ao mesmo tempo que houve acolhida de novos prismas, pelos quais o jornalismo começou a ser pensado, em perspectiva histórica, cada vez mais como um agente participativo, auxiliando para uma cidadania bem-informada, em vez de um mecanismo de manipulação da opinião pública. Carolina Matos (1973*) o confirma em *Jornalismo e política democrática no Brasil* (2008), obra na qual explora as potencialidades da imprensa comercial para o fortalecimento da democracia, ressaltando o papel de responsabilidade social dos jornalistas profissionais nesse processo.

Resultado de sua tese de doutorado na Goldsmiths, University of London, sob supervisão de James Curran (1945*), o livro apresenta um exame da cobertura das eleições presidenciais, desde o fim do governo militar até a eleição de 2002, da qual o Partido dos Trabalhadores (PT) saiu vitorioso. Na avaliação da estudiosa, apesar de uma série de limitadores estruturais, o jornalismo profissional exerceu um papel de destaque no avanço da causa democrática no país, funcionando mais como um

mediador do debate público do que como mero reprodutor ideológico, visto o contexto de anseios e tensões sociais em que se inseriu:

> É difícil prever onde estaria a sociedade brasileira em termos de transparência, debate público e representação da democracia política se não fosse por matérias pioneiras e campanhas publicadas pela imprensa, passando pelas matérias de tortura e abuso dos direitos humanos publicadas por *Veja* nos anos 70 às práticas do período contemporâneo estudadas aqui, incluindo o movimento das Diretas-Já de 1984, a cobertura da imprensa do *impeachment* de 1992 e as eleições de 2002, para destacar as principais (MATOS, 2008, p. 323).

A essa altura, o que importa é atentar para — além da ação de responsabilidade social atribuída à atividade — o significado que se produz sobre ela a partir da reconstrução histórico-sociológica do passado. Das interpretações anteriores, passando para a de Matos, o jornalismo emerge como um agente político investido de papel dinâmico na vida social, ao transitar por diferentes posições, enquanto é fornecido um relato que, na medida do possível, tende a dar conta da diversidade de situações em confronto. As notícias se institucionalizam como bem público, pois responderiam às demandas e pressões da sociedade, embora não estejam livres das problemáticas que envolvem sua produção. Em suma, a abordagem vai perdendo a linearidade e se tornando mais matizada[37].

4.3 O foco no cunho empresarial

Avançando no estudo do modo de organização das empresas jornalísticas, outros pesquisadores buscaram situar o fenômeno no marco dos negócios da comunicação, ainda que boa parte deles tenha seguido ancorando seus exames no plano político. No livro-tese *Império das palavras* (1997), Jacques Alkalai Wainberg (1950*) se valeu do método de história comparada para traçar conexão entre os aspectos empresariais, ideológicos e editoriais de dois conglomerados de mídia:

[37] Essa mudança de abordagem é percebida inclusive nos trabalhos mais recentes dos historiadores das ideologias. Luis Carlos dos Passos Martins demonstra isso em *A grande imprensa "liberal" carioca e a política econômica do segundo governo Vargas, 1951-1954* (2016), ao trabalhar no sentido de "questionar a tese corrente de que o jornalismo brasileiro dos anos 50 era totalmente subordinado ao universo político ou aos poderes econômicos que o controlavam. Em outras palavras, que ele exercia apenas um papel de porta-voz dos interesses imediatos de grupos políticos e/ou econômicos que, de fora, ditavam a sua apreensão/representação da realidade" (p. 357).

Diários Associados e Hearst Corporation (1887-), este fundado na Califórnia, pelo magnata William Randolph Hearst (1863-1951).

A principal conclusão é a de que tanto o complexo brasileiro quanto o estadunidense foram símbolos da experiência de modernização das suas respectivas sociedades, ao mesmo tempo que compartilharam um ciclo marcado por fases de: ascensão ligada ao cenário político; consolidação mediante a expansão em rede pelo território nacional; e crise gerencial, com a morte de seus patriarcas fundadores. Isso porque ambos teriam concebido o jornalismo como extensão de seus interesses pessoais e projetos políticos:

> A obra de W. R. Hearst, consolidada na Hearst Corporation, e a de Assis Chateaubriand, consolidada nos Diários e Emissoras Associadas, são fruto de uma era na qual praticava-se o jornalismo do editor. [...] Ao contrário do contemporâneo *jornalismo do leitor*, onde prepondera o marketing e a visão de satisfazer plenamente as necessidades do consumidor (o jornalismo como negócio), aquele praticado por Hearst e Chateau é prioritariamente uma caixa de ressonância de suas vozes (o editor como ator político). O que se explica porque, mesmo ocasionalmente perdendo dinheiro, e muito dinheiro, ambos consideravam a venda de qualquer um de seus veículos uma heresia, e porque faziam negócios movidos por motivos não-econômicos (mais poder, chantagem política, área de influência, apoio a candidatos servis, entre outros) (WAINBERG, 1997, p. 14).

A pesquisa comparada não angariou adeptos entre os historiadores do jornalismo, embora se deva notar que abordagens do tipo — inicialmente preocupadas com a análise morfológica de conteúdo, e não com o processo de desenvolvimento do jornalismo como prática social — foram incentivadas desde o início da institucionalização do campo acadêmico, sobretudo pela figura de Marques de Melo, vide *Estudos de jornalismo comparado* (1972). No entanto, o que preponderou, desde as primeiras monografias surgidas no âmbito da pós-graduação, foram exames dos periódicos por eles mesmos, eventualmente com comparativos entre casos nacionais.

Essa foi a proposta da socióloga uspiana Gisela Taschner Goldenstein (1948-2012), que aderiu à perspectiva teórica da Escola de Frankfurt, para investigar a inserção do jornalismo na nascente indústria cultural brasileira. Baseada em pesquisa histórico-sociológica, procurou a cientista social elucidar como o regime de acumulação monopolista, desencadeado no país a partir da segunda metade do século XX, fez nascer uma indústria que representou simultaneamente a descontinuidade de empreendimentos de causa política e a emergência de outros que, mediante assimilação de técnicas empresariais avançadas, se firmaram como

complexos de mídia. A primeira etapa do processo foi evidenciada por meio da comparação das trajetórias de *Última Hora* (1951-1991) e *Notícias Populares* (1963-2001), e a segunda complementada pelo caso da formação do Grupo Folha[38].

O argumento — que se desenvolve em *Do jornalismo político à indústria cultural* (1987) e *Folhas ao vento* (1992), respectivamente, sua dissertação e tese, defendidas em 1978 e 1986 — é de que a nova dinâmica econômica modificou sobremaneira a natureza do jornalismo, ao subordiná-lo à "mesma lógica que preside a produção das demais mercadorias no capitalismo monopolista" (1987, p. 27). Regido pela racionalidade empresarial, o jornalismo de indústria cultural seria caracterizado pelo reconhecimento da necessidade de envolver o público mais amplo possível, o que exigiria a confecção de mensagens que não se pretendam fechadas ao ideário de um partido, seja de esquerda ou de direita. Para tanto, a estratégia adotada pelas empresas jornalísticas seria, cada vez mais, diversificar a linha de produtos de forma a conseguirem explorar as possibilidades oriundas "dos dois lados no campo político, nos marcos do capitalismo" (1992, p. 193).

Carlos Eduardo Lins da Silva (1952*) também acompanhou com atenção o amadurecimento da mentalidade capitalista naquele que se tornara o diário de maior circulação do país, mas o fez de um ponto de vista diferenciado: como alguém que ajudou a importar e colocar em prática as novas formas de racionalidade produtiva. Apresentado como tese de livre-docência na USP, *Mil dias: os bastidores da revolução de um grande jornal* (1988) é produto da sua experiência como secretário de redação da *Folha de S. Paulo*, quando, entre 1984 e 1987, integrou a equipe responsável pela implementação do projeto de renovação editorial[39].

Segundo ele, seriam seis os pontos que orientaram a formulação do *Projeto Folha*: jornalismo crítico, apartidário, pluralista, moderno, didático e de serviço. Assim, "em princípio, não há nada de *revolucionário* no que o projeto propõe. Ao contrário, pode-se dizer que a *Folha* retoma e revigora no Brasil princípios elementares de

[38] Acerca do Grupo Abril, Maria Celeste Mira foi quem, em *O leitor e a banca de revistas: a segmentação da cultura no século XX* (2001), empreendeu investigação de referência sobre o mercado de publicações, desde uma perspectiva interdisciplinar entre os estudos culturais e a história.

[39] Fora do âmbito acadêmico, cabe observar que estratégias semelhantes foram empregadas por outros tantos jornalistas, igualmente com o intuito de contribuir para a história do nosso jornalismo. A título de curiosidade, pode-se mencionar desde a iniciativa de Walter Galvani, autor de *Olha a Folha: amor, traição e morte de um jornal* (1996), a de Cezar Motta, em *Até a última página: uma história do Jornal do Brasil* (2018) — relatos servidos de memórias e documentação, que narram os movimentos de ascensão, renovação e declínio de diários emblemáticos.

sustentação ideológica do jornalismo americano" (p. 98). Entre os valores orientadores da prática profissional, compreende que

> o pluralismo e o apartidarismo são necessários não porque eles representem uma objetividade eticamente desejável nem porque eles signifiquem que o jornal é capaz de representar o real sem deformações, mas apenas porque o público que consome o jornal é composto por pessoas com diferentes visões de mundo e como o jornal não pode prescindir de nenhum grupo significativo de seus leitores, deve representar cada um deles no noticiário e não discriminar nenhum. A lógica não é ética e nem política. É apenas mercadológica (LINS DA SILVA, 1988, p. 100).

No papel de pesquisador, mas também de alguém cuja responsabilidade foi idealizar e promover essas mudanças, vê-se que a atitude foi no sentido de justificar e naturalizar, e não de problematizar as implicações. Por exemplo, "quando a *Folha* demitiu 72 jornalistas da equipe de revisores em 1983", foi porque, ao final do processo, havia se "tornado inútil sua função" (p. 57)[40]. Ademais, "a avaliação do sindicato é errada", pois "não houve diminuição no número de jornalistas na *Folha* entre 1983 e 1987 e se o jornal estivesse prestando um mau serviço ao público, suas vendas não teriam crescido como cresceram no período" (p. 58)[41].

Sem entrar na análise do conteúdo jornalístico, tampouco nas questões éticas do exercício da atividade, José Moura Pinheiro (1946*) assemelhou-se à proposta de Taschner, ao voltar sua atenção para o desempenho da indústria brasileira de jornais. Conduzida na Universidade Federal da Bahia (UFBA), sob orientação de Sérgio Mattos (1948*), para a tese *Setor jornalístico do Brasil: história, evolução tecnológica*

[40] Uma das jornalistas do grupo de demitidos, Ruth Vianna transformou o episódio em pesquisa de mestrado, procurando, em *A informatização da imprensa brasileira* (1992), estudar o impacto gerado pela incorporação das novas tecnologias, não só na redação da *Folha de S. Paulo*.

[41] No extremo oposto, pode-se situar a contribuição de Daniel Herz: *A história secreta da Rede Globo* (1987), derivada de sua dissertação na Universidade de Brasília (UnB). No lugar de um apanhado inclinado à posição da empresa, o que este apresenta é uma denúncia das relações de poder que beneficiaram a implantação da emissora carioca, por meio de contratos firmados com o grupo norte-americano Time-Life, na década de 1960. Aqui, todavia, o foco de análise está nos aspectos de renovação tecnológica, e não jornalística, por isso, importa muito mais para o campo da história das telecomunicações, especialmente no que diz respeito à questão da dependência externa. Mesmo assim, é pertinente discutir os problemas que se colocam a cada abordagem. Com Lins da Silva, tem-se um relato firmado em uma perspectiva *internalista*, de dentro do empreendimento, sem favorecer a crítica, por exemplo, dos efeitos deletérios para os profissionais que atuam em um ambiente onde a modernização se torna ininterrupta. Há também um elogio à influência estadunidense no jornalismo brasileiro. Já no registro de Herz, nos moldes de uma grande reportagem investigativa, sob um viés *externalista*, a influência estrangeira é convertida em "escândalo da infiltração de capitais estrangeiros", como diria Werneck Sodré (1999), ao passo que a finalidade da pesquisa é denunciar.

e desempenho empresarial levou em conta aspectos de investimento e faturamento das 20 maiores empresas do segmento.

A hipótese que o pesquisador formula e depois confirma, mediante exame estatístico e leitura histórica, é de que, vencido um período de crise, que coincidiu com a recessão da chamada *década perdida*, as editoras se beneficiaram da retomada da economia após a implantação do Plano Real e, a partir daí, em uma fase de desenvolvimento sustentado, fizeram investimentos substanciais em tecnologia:

> Com isso, registrou-se melhoria no desempenho empresarial e na oferta de produtos aos seus clientes/leitores. Consequentemente, boa parte das empresas de jornal vem se firmando enquanto empreendimentos rentáveis e dotados de independência financeira. Esse aspecto é positivo para a construção da democracia em nosso país, em pelo menos dois sentidos. Por um lado, a existência de jornais independentes é salutar, na medida em que podem servir de contraponto em relação ao crescente processo de oligopolização da comunicação promovida por grupos midiáticos transnacionais. Por outro lado, o fato de serem autossustentados economicamente é um fator essencial para que os jornais atuem numa linha editorial menos comprometida com os interesses dos grupos hegemônicos (PINHEIRO, 1998, p. 226).

Quem certamente faria ressalvas a esse diagnóstico é Virginia Fonseca (1962*), que se empenhou em um estudo sobre as consequências do avanço da lógica capitalista, no modo de produção em que se inserem as empresas jornalísticas, a partir da década de 1980. Trata-se de *Indústria de notícias: capitalismo e novas tecnologias no jornalismo contemporâneo* (2008), livro originado de sua pesquisa de doutoramento na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob orientação de Sérgio Capparelli (1947*). Por isso, e não por acaso, inscreve-se enquanto investigação no campo da economia política da comunicação, sem que essa fundamentação tenha gerado, contudo, abordagem inovadora em relação àquela vista em Taschner, alinhada com a teoria crítica frankfurtiana.

Com base no estudo de *Zero Hora* (1964-), a pesquisadora constatou pouca abertura do setor para o mercado de capital estrangeiro, sem a ocorrência de grandes fusões transnacionais, por exemplo. Apesar da tendência de preservação do capital nacional, também os complexos jornalísticos do país teriam, na passagem para o século XXI, assimilado estratégias administrativas e empresariais avançadas no tocante à operação de negócios, produção de notícias e estruturação do quadro profissional, visando a integração entre plataformas e a criação de conteúdos sintonizados, sempre mais, com os interesses dos leitores e dos anunciantes.

A consequência mais grave da presença do caráter mercadológico seria “o declínio da notícia como expressão do jornalismo — entendida como informação atual, relevante e de interesse público — e a ascensão da ideia de informação, de prestação de serviços e de entretenimento” (p. 293). Daí a inferência de que

> o monopolismo que assegura a liderança e o domínio de um jornal no mercado pode significar o sucesso da empresa. O êxito empresarial pode ser comprovado medindo-se os índices de leitura e de circulação do jornal. Mas também pode representar o fracasso do jornalismo, como fonte de conhecimento dos temas de atualidade e como instrumento de fiscalização do poder (FONSECA, 2008, p. 295).

A pesquisadora, ao dispor das credenciais de jornalista, vai além dos achados apresentados pelo economista baiano e pela socióloga uspiana, na medida em que esboça reflexão sobre as implicações da etapa global do capitalismo sobre a natureza e o papel do jornalismo contemporâneo. Porém, convém sublinhar que também ela não tem como objetivo historiar o fenômeno, mas contextualizá-lo, para então explicar a situação atual do setor, com a reorganização da produção noticiosa. Ou seja, não chega a elaborar propriamente uma interpretação histórica do processo, ainda que forneça contribuição para a historiografia da área.

Enquanto estudo sobre o jornalismo, as teses comentadas são, contudo, exceção dentro do campo brasileiro de economia política da comunicação, ocupado, desde as origens, com a televisão em geral — e não com o telejornalismo em si —, como demonstra não só Sérgio Capparelli, em *Televisão e capitalismo no Brasil* (1982), mas também César Bolaño (1956*), em *Mercado brasileiro de televisão* (1988)[42]. Dos economistas políticos a aqueles que se identificam como historiadores da matéria, a preocupação pouco se distingue em termos temáticos. Ilustram o caso Othon Jambeiro (1942*) e Sérgio Mattos (1948*), autores, respectivamente, de *A TV no Brasil do século XX* (2001) e *História da televisão brasileira* (2002)[43].

No que concerne à historiografia do rádio, entre as estudiosas pioneiras está Sonia Virgínia Moreira (1954*), responsável pelo livro-tese *Rádio em transição:*

[42] Em que pesem as diferenças analíticas, ambos estiveram empenhados em estudar, desde perspectiva histórica, a televisão brasileira a partir da transição do capitalismo concorrencial — configurado por um mercado competitivo com predomínio de capital nacional — à fase monopolista — marcada pela posição de oligopólio da Rede Globo e pela introdução do capital estrangeiro.

[43] Em edições revistas da obra, Mattos apresenta a seguinte periodização: a fase elitista (1950-1964); a populista (1964-1975); a do desenvolvimento tecnológico (1975-1985); a da transição e da expansão internacional (1985-1990); a da globalização e da televisão paga (1990-2000); a da convergência e da qualidade digital (2000-2010); e a fase da portabilidade, mobilidade e interatividade (a partir de 2010).

tecnologias e leis nos Estados Unidos e no Brasil (2002)[44]; e entre os renovadores, Luiz Artur Ferraretto (1965*), que assina trabalhos como *Rádio e capitalismo no Rio Grande do Sul* (2007), também resultado de pesquisa doutoral, mas cuja proposta foi reconstruir o processo pelo qual as emissoras comerciais se estabeleceram como parte das indústrias culturais no estado gaúcho.

Dentro de tal paradigma, o materialista, permanecem ausentes, entretanto, monografias — em nível equivalente de contribuição — dedicadas à historicização tanto dos telejornais, quanto dos radiojornais, entre outros programas do gênero informativo. Essa situação não é diferente daquela que se encontra a historiografia do ciberjornalismo, com o agravante desta ser, entre nós, ainda, área praticamente virgem. O que corrobora a asserção de que o campo de conhecimento tem se desenvolvido de maneira desigual, carecendo de empreendimentos críticos direcionados à história da atividade, para além da mídia impressa.

4.4 Conclusões: a geração universitária e o estudo do jornalismo como ideologia e negócio

Conforme argumentou-se na abertura do capítulo, também a institucionalização da pesquisa em jornalismo não pode ser adequadamente compreendida sem levar em conta a reforma universitária de 1968, ocorrida sob a égide do governo militar. Foi se criando, a partir de então, em determinadas universidades, ambiente propício para articulação entre ensino e pesquisa, ao mesmo tempo que se implantou um sistema nacional de pós-graduação, com programas de mestrado e doutorado. Verifica-se, com isso, um processo de fomento e institucionalização da cultura de pesquisa, em nível universitário. A produção de conhecimento histórico especializado permaneceu, no entanto, represada na região sudeste, mas havendo uma transferência importante: do IHGB (Rio de Janeiro) para a USP (São Paulo).

As situações que ali se apresentaram foram variadas, não apenas entre os diferentes programas de pós-graduação, mas também no interior de cada um. Dentro do departamento de história, entre os acadêmicos das primeiras teses e dissertações voltadas aos jornais, há nomes como Arnaldo Contier, que relatou ter encontrado enorme dificuldade de trabalhar com a matéria, a começar pelos obstáculos colocados

[44] Antecede a monografia a obra-síntese *O rádio no Brasil* (1991). Do mesmo gênero, há também o livro de Lia Calabre, *A era do rádio* (2002), que contempla as décadas de 1920 a 1960.

pelo próprio professor catedrático que lhe orientava. Inseridas no mesmo espaço acadêmico, outras como Maria Helena Capelato e Maria Ligia Prado se aventuram pela temática justamente por motivação do orientador: Carlos Guilherme Mota.

Experiências essas inscritas em um contexto de profunda transformação da universidade brasileira, sob a ação de uma reforma que aboliu o regime de cátedras e instituiu o modelo departamental. Ainda que as mudanças decorrentes tenham preservado "a relação tutorial entre o estudante e seu orientador", há que se ponderar que, no regime anterior, "a autoridade acadêmica do professor era absoluta" — de forma que "era esse professor quem determinava quais questões e métodos de demonstração eram aceitáveis para uma dissertação e quais técnicas eram admissíveis para a pesquisa" (BALBACHEVSKY, 2005, p. 277-278).

Ao longo desse período transitório, uma das principais características da produção especializada diz respeito ao enfoque no poder político do jornalismo, sendo a ideologia categoria central na literatura da primeira geração de historiadores universitários da área. Apesar de trazerem dados sobre os jornais levantados, assim o faziam para justificar a escolha dos mesmos como fonte primária ou auxiliar. O que predominou, portanto, foi o uso dos periódicos como documentação para conhecimento de outros fenômenos, raramente havendo intenção de tratá-los como objeto de estudo. A tendência que se reforçou foi a de conceber a imprensa como veículo das ideias de um grupo externo, seja político ou empresarial, em vez de uma instituição com relativa autonomia.

Defendida no programa de história da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, a dissertação supracitada de Vavy Pacheco Borges (*1937) é representativa dessa abordagem. O objetivo, segundo a autora, era examinar as relações entre os atores políticos, "através de seus principais órgãos de imprensa", vendo "em que medida a conjuntura influenciava a atitude dos jornais" e "de que forma eles reagiam, dentro das contradições do jogo político" (1979, p. 13). Ou seja,

> não se pretende fazer uma análise da imprensa paulista em função da história de cada jornal, ou seja, uma história da imprensa. Também não se pensa em fazer um estudo de sociologia da comunicação; os jornais não serão vistos como *mass media* especificamente, embora essa seja uma época em que a urbanização e a crescente "classe média" justificariam tal enfoque (BORGES, 1979, p. 14).

A ênfase no caráter político-ideológico do fenômeno, em um contexto acadêmico de predomínio do marxismo, naquele momento de matriz althusseriana, favoreceu uma reflexão sobre o jornalismo enquanto instrumento de manipulação da opinião pública. Esse viés se manteve hegemônico pelo menos até meados da década de 1990. Deve-se, porém, reconhecer que a produção comportou matizes, sendo mais variada do que se costuma supor com uma divisão entre uma historiografia marxista e outra ligada aos Annales. No caso dos estudos sobre imprensa, a marca foi o ecletismo teórico, por vezes trazendo referências da história francesa das mentalidades, mas sem se prender a esta ou aquela corrente.

No plano institucional, ainda no âmbito da USP, a ampliação do departamento de jornalismo e editoração, somada à abertura de um programa de pós-graduação em comunicação contribuíram expressivamente para o desenvolvimento da pesquisa científica em jornalismo, na década de 1970 em diante. Entre a primeira geração de alunos que enveredou pela história da imprensa, a maioria recebeu orientação de um destes docentes: José Marques de Melo, Virgílio Noya Pinto ou Alice Mitika Koshiyama — os dois últimos com formação em história, embora apenas o primeiro tenha se doutorado em jornalismo[45].

Muitos da fase de institucionalização completaram a formação, vale ressaltar, fora da área da comunicação, a exemplo de Dulcília Buitoni, outra docente da ECA com trajetória destacada como orientadora. Paradoxalmente, em que pesem terem corroborado para o processo de legitimação acadêmica do jornalismo — inclusive como objeto de conhecimento histórico —, seja pela escassez de programas especializados ou pela falta de credibilidade da nova área de estudos, eles mesmos buscaram realizar pós-graduação em outros campos do saber. Ou até no exterior, sendo a França o destino mais frequente, como foi o caso de José Luiz Braga e de Vera França, figuras que deixaram contribuição isolada para o estudo jornalístico.

Outro ponto a notar é o início de um movimento de descentralização da produção historiográfica especializada, em direção a outros centros universitários do país, a partir da década de 1990. Ainda que a massa de dissertações e teses seguiu sendo produzida no quadro da USP, parte dos pesquisadores ali formados já estava fixada ou veio a se instalar em outras instituições que, posteriormente, investiram em

[45] Koshiyama veio a refletir sobre a experiência como docente da disciplina ao obter a livre-docência, da qual se origina *Histórias do jornalismo: das práticas jornalísticas às práticas pedagógicas* (1993).

pós-graduação, para citar algumas: Universidade Metodista de São Paulo, Universidade Federal da Bahia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Merecem atenção alguns casos como o de Jacques Wainberg, professor vinculado a esta última, pois fica evidente uma continuidade da linha de trabalho aberta por Marques de Melo, orientador da sua tese. Com alguma afinidade, ambos se valeram de técnicas da história comparada para enfocar a imprensa brasileira e traçar um paralelo com o panorama internacional. De outro modo, os trabalhos orientados por Koshiyama, por exemplo, não compartilham de mesmo elemento identificador, vide as contribuições de Lilian Perosa, Bernardo Kucinski e Gisely Hime.

Epistemologicamente, importa perceber que, a despeito das diferenças analíticas verificadas entre as proposições, começa a se esboçar, desde perspectiva histórica, uma teorização mais dinâmica sobre o assunto. Cultiva-se o interesse por compreender o processo mediante o qual o fenômeno se forma enquanto obra jornalística, política e empresarial, simultaneamente. Ainda que não se abandone a concepção do jornalismo como instrumental de manipulação, este passa a ser concebido, notadamente, como um ator político que mescla interesses e anseios de segmentos diversos e, assim, participa ativamente da vida social. Ao fim, como exemplifica a tese de Carolina Matos, a proposta torna-se mostrar a relevância da atuação dos jornalistas, como mediadores em prol do debate público.

Pode-se argumentar, aliás, que essa mudança de percepção sobre o fenômeno se relaciona com a alteração do perfil dos investigadores da área de história da imprensa — mas obviamente não só —, no transcorrer da fase de institucionalização da pós-graduação. Passado o momento em que a presença maior era dos próprios acadêmicos da história, o campo abriu-se progressivamente aos bacharéis de jornalismo, muitos dos quais, com longa experiência nas redações, e que retornaram à universidade para dar continuidade aos estudos, agora em nível de pós-graduação. Isso significa, em última instância, que o enriquecimento da reflexão teórica vista nas obras seguintes de história do jornalismo não pode ser dissociado das múltiplas relações que os autores, na posição de pesquisadores, entretêm com o objeto.

Mas com esse movimento também surgiram problemas, os quais permanecem: tendência de proceder à aplicação de raciocínios já prontos, assim como dificuldade em desenvolver mediação dos conceitos apropriados das ciências sociais. Entre a

produção dos jornalistas que enveredaram pela historiografia, nota-se que a crítica das fontes, quando existe, é menos rigorosa, não raro reproduzindo os discursos presentes nos documentos e testemunhos coletados[46]. As entrevistas são frequentes, entretanto muitas vezes realizadas sem os cuidados metodológicos requeridos pela história oral. Nesse caso, percebe-se uma falta de clareza das diferenças entre as tarefas do jornalista e do historiador, resultando por vezes em uma aproximação tão inadequada quanto do objeto de conhecimento.

[46] Esse impasse entre reproduzir e, de fato, examinar o que é narrado pelos sujeitos da ação fica visível em iniciativas como *Repórteres pioneiras: resgate da trajetória de três jornalistas através da história oral* (2001), dissertação de Alex Criado. Em algumas outras, torna-se perceptível o domínio da abordagem, como no livro-dissertação de Joëlle Rouchou, *Samuel: duas vozes de Wainer* (2004).

5 A EXPANSÃO DOS HORIZONTES DE PESQUISA (1995-)

Por meio da implementação de uma política nacional de pós-graduação e do suporte das agências públicas de fomento à pesquisa, a produção de conhecimento científico expandiu-se no Brasil nas últimas décadas, deixando de ser privilégio de algumas poucas instituições de ensino superior como era de início (ver ALVES; OLIVEIRA, 2014). O quadro que se apresenta no novo século é bastante distinto, pelo menos em termos quantitativos. De acordo com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, são mais de 80 programas de pós-graduação em história e quase 60 em comunicação, números que evidenciam a institucionalização da pesquisa em ambos os espaços acadêmicos aqui discutidos.

Essas mudanças estruturais coincidem com um movimento de outra ordem, que diz respeito à crise e à renovação epistemológica instaurado nas humanidades, sob influência do pós-estruturalismo, pós-modernismo, feminismo etc. Quando, a partir dos idos da década de 1980, abordagens e temáticas oriundas dessas correntes entraram em nossa universidade, as áreas da comunicação e da história encontravam-se em estágios díspares: a primeira buscava construir sua identidade acadêmica a partir da aglutinação de cursos vários (jornalismo, cinema, publicidade e propaganda, relações públicas, rádio e televisão etc.), enquanto a segunda passava por uma revisão profunda de seus paradigmas, da velha historiografia narrativa àquela influenciada pelo marxismo ou pela nova história francesa.

Cabe, aqui, focalizar primeiramente as transformações desta para compreender como a subárea integrada àquela — a história do jornalismo — se desenvolveu intelectualmente, mediante incorporação de elementos da denominada *nouvelle histoire*. Ronaldo Vainfas (2009) nota que esta, “como expressão, aparecia muito mais no vocabulário de seus críticos do que era assumida pelos então jovens historiadores que passaram a estudar as mentalidades, as sexualidades, as religiosidades ou as circularidades culturais” (p. 218).

Já Sandra Pesavento (2007) observa que foi “de dentro da vertente neomarxista inglesa e da história francesa dos Annales que veio o impulso de renovação, resultando na abertura desta nova corrente historiográfica”, dado que alguns nomes vinculados àquelas já investiam em um modelo de “história social que avançava para os domínios do cultural”. Portanto, importa “ter em vista que a crítica ou a contestação de certas posturas historiográficas presentes nessa mudança dos

paradigmas das últimas décadas do século XX não representa uma ruptura completa com as matrizes originais" (n.p.)[47].

Como diz Vainfas, a renovação era múltipla, tendo apoio

> ou na historiografia inspirada nas vertentes mais críticas da história das mentalidades, a exemplo da história cultural italiana de Carlo Ginzburg ou Giovanni Levi, autores que praticamente fundaram a micro-história. Ou, ainda, na historiografia derivada da obra de Roger Chartier, este um tanto ligado à tradição dos Annales, embora crítico a uma história social totalizante em favor das representações. Ou, enfim, na historiografia ligada à história sociocultural britânica, especialmente em E. P. Thompson, cuja trajetória pouco tem a ver com as vertentes acima, sendo da corrente marxista que procurou dimensionar a luta de classes e os movimentos sociais no campo da cultura (VAINFAS, 2009, p. 217-218).

De fato, a chamada nova história abarca especialistas com posturas diversas, que não necessariamente atribuem um mesmo significado a noções-chave — como cultura, poder e representação —, recorrentemente empregadas em seus escritos. Por outro lado, assegura Pesavento (2007), as figuras identificadas com o *cultural turn*, essencialmente, "trabalham com a mesma ideia do resgate de sentidos conferidos ao mundo, e que se manifestam em palavras, discursos, imagens, coisas, práticas", com "uma intenção partilhada de traduzir o mundo a partir da cultura".

No que concerne à historiografia brasileira, Carlos Fico e Ronald Polito (1994), ao realizarem um balanço da produção nacional, durante a fase de institucionalização da pós-graduação, chamam atenção para a incorporação dessas influências, vindas notadamente da França, sob o rótulo de *nova*, e cujo resultado é "uma multiplicação progressiva de objetos, problemas e enfoques historiográficos" (p. 163). Em que pese a pluralidade com que o campo tem se desenvolvido em nosso país, sobressairiam-se tendências como:

> o retorno ao estudo do período colonial, a constituição de uma história da cultura em novos termos, o aumento de enfoques antropológicos, de preocupações com o cotidiano, com as mentalidades, as artes e a micro-história, em detrimento da história econômica e social típicas, e a ampliação de discussões em teoria da história e em historiografia (FICO; POLITO, 1994, p. 163).

Olhando para o contexto mais amplo da América Latina, Jurandir Malerba (2009), em ensaio de crítica historiográfica, endossa alguns desses direcionamentos.

[47] Livro sem numeração de página, consultado no formato *e-book*.

Todavia, enfatiza que essa transformação na orientação epistemológica não se limitou à história cultural, visto que, neste intervalo, outros ramos, tal como o da história política, passaram a se autorreconhecer enquanto *novos*. Neste caso, "em oposição às antigas obras centradas no Estado e nos grandes homens que estiveram à sua frente, uma vez que nega esse tipo de narrativa apologética dos feitos das elites de mando, ao mesmo tempo em que adota uma nova pauta de problemas [...]" (p. 91).

Para o autor, porém, o que se verifica, a partir do final da década de 1980, quando a história econômica e social teria deixado de ser o registro dominante, não é uma mera transição de um domínio a outro, mas uma mudança radical de paradigmas, com sérias implicações para o desenvolvimento da disciplina. A começar pelo "abandono das histórias de caráter holístico e sintético que então se elaboravam, baseadas em grandes teorias explicativas, em favor de novas modalidades analíticas de escrita histórica, centradas em objetos construídos em escala reduzida" (p. 15). Por fim, "a elevação — ou a redução — de todo conhecimento a um efeito de linguagem" (p. 25), como ainda explica o crítico:

> Nesse litígio de interpretações, qualquer anseio de busca da verdade está definitivamente comprometido, já que não existe um referente não-linguístico que garanta qualquer objetividade ao texto do historiador. Nesse sentido, todos os textos se equivalem, e a busca da verdade e da totalidade está definitivamente comprometida, pois tudo se resume, no final, a pontos de vista, perspectivas, fundadas em textos, que remetem a outros textos e que se configuram por fim como textos, passíveis, enquanto tais, de todo tipo de *leitura*, já que o produto da história não é nada além de interpretação (MALERBA, 2009, p. 24-25).

O fundamental para o desenvolvimento da presente tese não é tomar, de antemão, este ou aquele ponto de vista sobre as metamorfoses ocorridas no quadro geral da historiografia contemporânea, mas observar como se processam especificamente no campo de estudos históricos sobre imprensa e jornalismo — o que repercutiu de maneira lenta e tardia. Dentre as obras especializadas que dão prova da interseção entre a nova história cultural e política, com efeito, está a coletânea *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder* (2006), organizada por Lúcia Bastos Pereira das Neves, Marco Morel e Tania Maria Bessone Ferreira, que reúne textos de participantes de seminário realizado, três anos antes, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Entre ensaios que enfocam a imprensa ora como fonte primária, ora como objeto, uma mesma linha reflexiva é aparentemente seguida: em vez de “mero veículo de ideias ou forças sociais, que, por sua vez, eram subordinadas estritamente por uma infraestrutura socioeconômica”, trata-se agora de concebê-la enquanto elemento do tecido social e, ao mesmo tempo, espaço privilegiado de construção das identidades culturais e políticas, na medida em que “desponta como agente histórico que intervém nos processos e episódios” (p. 10)[48]. Esse entendimento sobre o fenômeno — que no fundo, revela um distanciamento em relação ao marxismo — levaria a uma revisão da “própria noção de história da imprensa, que deixou de limitar-se ao jornalismo e às publicações periódicas para incluir um conceito mais amplo de comunicação” (p. 14).

A seguir, ao proceder ao exame da produção contemporânea, o que se pretende é analisar como essa concepção é desenvolvida pela autoria de cada obra, e que abordagem se efetiva na respectiva investigação. Ou seja, como a orientação teórica, enunciada acima, manifesta-se na prática de pesquisa. Antes de se deter nos trabalhos monográficos, cabe, todavia, falar no ressurgimento das obras de síntese, movimento sentido desde a virada de século. Aqui, a discussão adquire corpo sob o seguinte argumento: embora os empreendimentos partilhem de objetivo comum — apresentar uma visão panorâmica da trajetória do nosso jornalismo —, as ênfases analíticas se revelam variadas, mesmo quando os marcos históricos são semelhantes ou idênticos. Eis a hipótese que move a primeira seção do capítulo.

A segunda é voltada às relações entre jornalismo e literatura, a partir de estudos interessados em explorar tanto os gêneros — como crônica, folhetim e reportagem —, quanto as questões que se colocam a seus escritores. Da composição dos textos à profissionalização do trabalho intelectual, ganha relevo o papel desempenhado pelos periódicos na popularização da literatura, nos centros urbanos e culturais do país. Enfatizando como os impressos, inclusive os ilustrados, participam ativamente da vida intelectual e social, outro grupo de especialistas dedica-se particularmente às revistas. A Belle Époque é o contexto privilegiado pelos acadêmicos de ambos os segmentos esquadrinhados.

[48] Essa visão está presente nas obras anteriores tanto de Neves — *Corcundas e constitucionais: a cultura política da independência, 1820-1822* (2003) — quanto de Morel — *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial, 1820-1840* (2005) — oriundas, respectivamente, de suas teses na USP, em 1992, e na Sorbonne, em 1995.

Na terceira seção, atém-se ao período que abrange os anos das ditaduras estadonovista e civil-militar, cujo cerne das análises torna-se o jornalismo informativo moderno. O que se verifica, acerca do assunto, é uma multiplicação de narrativas que acabam por ajudar a desmistificar a visão, de acordo com a qual a modernização nos padrões editoriais da imprensa brasileira foi relativamente brusca e teve ponto irradiador apenas em um ou outro diário. Ao mesmo tempo, nota-se a investida em relatos preocupados em desvelar as relações dos órgãos de informação com o regime de 1964-1985, sob o ângulo do colaboracionismo e da autocensura, mas também sob a perspectiva da resistência.

A problemática identitária é o tema da quarta seção, que está estruturada com base em iniciativas dedicadas à história da mídia alternativa, considerando três de suas divisões: feminista, homossexual e negra. Antes, entretanto, convém mostrar a continuidade de trabalhos responsáveis por complexificar as relações entre imprensa, escravidão e abolicionismo no transcorrer do século XIX. No caso, a reflexão sobre como os jornais da época contribuíram para defender tal sistema socioeconômico baseado na exploração ou, por outro lado, como vieram eles a atuar em prol do processo de libertação; em ambas as posições, moldando a construção do imaginário social relativo a questões de raça e de etnia.

5.1 As novas sínteses e a multiplicação de enfoques

A imprensa brasileira não foi objeto de novas sínteses históricas antes do limiar da década de 2000, quando o que se acompanhou foi o lançamento de edições atualizadas dos livros já comentados de Nelson Werneck Sodré, Juarez Bahia, Antônio Costella e José Marques de Melo. Essa situação, porém, veio a se alterar nos anos seguintes, com o aparecimento de uma série de contribuições, apresentadas por diferentes nomes, a exemplo de Alzira Alves de Abreu e Marialva Barbosa, estudiosas que terão suas proposições analisadas em minúcia nos capítulos próximos.

Da leva a que se atribui atenção agora, Ana Luiza Martins e Tania Regina de Luca, assim como Richard Romancini e Cláudia Lago, são casos que partem do entendimento de que os periódicos são parte intrínseca da formação do país. Ao desenvolverem o assunto, todavia, assumem preocupações que não são exatamente as mesmas, embora privilegiem, em comum, por exemplo, o estudo do jornalismo impresso. Do ponto de vista geográfico, as duplas igualmente convergem na

estratégia, ao se ocuparem das práticas profissionais e publicações situadas no eixo Rio de Janeiro-São Paulo, beneficiando uma centralização neste último espaço. Mas vale um olhar mais atento para cada iniciativa.

Começa-se por comentar a de Martins e Luca, intitulada *Imprensa e cidade* (2006), que antecede à coletânea *História da imprensa no Brasil* (2008), e cujo mérito é a formulação de periodização própria sobre a evolução da atividade no país, considerando aspectos de inovação gráfica e editorial, além do perfil de atuação dos órgãos de informação e opinião. É trazido um panorama da trajetória do periodismo nacional, desde a fase de implantação e ampliação da produção das folhas (1808-1889), passando pela fase de profissionalização da classe jornalística (1889-1930), até o que denominam de fase globalizada (1988-2004), "quando também a imprensa brasileira registra declínio na circulação dos jornais, redução drástica do mercado jornalístico e credibilidade em queda" (p. 130).

As historiadoras, no entanto, não aprofundam a problemática contemporânea, oferecendo um relato mais completo no tocante ao curso da atividade até a primeira metade do século XX. Essa estratégia seria invertida pelos autores de *História do jornalismo no Brasil* (2007). Aqui, a atenção recai sobre a imprensa informativa moderna, com destaque para os atores e eventos a partir da era Vargas. Na seção final, que trata dos desdobramentos da redemocratização de 1985, Romancini e Lago reiteram, em conclusão, a compreensão de que "o jornalismo e o sistema midiático [...] relacionam-se intensamente com o tecido social brasileiro, conformando e sendo conformado pelo passado, o presente e o futuro do país" (p. 238).

O que ganha peso, no transcorrer da síntese, é, contudo, uma leitura notadamente do processo político, beneficiando uma entre tantas possibilidades de exame: a cobertura jornalística com relação aos governos. Esse aspecto analítico deve ser assinalado, pois, na posição de pesquisadores do jornalismo, com experiência e especialização na área, foram eles — e não as historiadoras de formação, recém-mencionadas — que, paradoxalmente, enveredaram por essa linha mais *externalista*, direcionada às mudanças do contexto político, em comparação com a dinâmica imanente do próprio fenômeno jornalístico. Ainda assim, de forma menos ligeira que elas, foram capazes de contemplar aspectos de linguagem, tecnologia e organização envolvidos na transformação da produção noticiosa.

Essa tendência de concentração no papel político dos jornais nos rumos do país, bem como da influência dos governos sobre aqueles, também pode ser nitidamente visualizada em *História da imprensa paulista: jornalismo e poder de d. Pedro I a Dilma* (2012), de autoria do jornalista Oscar Pilagallo (1955*). Ainda que não se proponha a uma discussão historiográfica, parte ele de um ponto importante, que diz respeito ao desafio de, enquanto historiador do assunto, encontrar uma abordagem equilibrada para tratamento do objeto de estudo:

> O êxito de uma narrativa depende de um ajuste nas lentes através das quais os fatos são observados. Se vista muito de longe, a grande imprensa parecerá igual — os mesmos interesses, a mesma visão de mundo, a mesma ideologia; se próximo demais, serão identificadas diferenças significativas até dentro de uma redação, seja entre articulistas progressistas e conservadores, seja entre a direção e o corpo de profissionais. Nesta *História da imprensa paulista*, as lentes estão direcionadas para uma perspectiva intermediária, o que permite a identificação de nuances entre os veículos (PILAGALLO, 2012, p. 11).

Em âmbito nacional, quem demonstra mérito nesse horizonte é Lavina Madeira Ribeiro (1961*), em *Imprensa e espaço público: a institucionalização do jornalismo no Brasil, 1808-1964* (2004), livro que se origina de seu doutorado em ciências sociais, pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), entre 1992 e 1998. Amparada em reconstrução do tipo histórico-sociológica, trabalhou no sentido de evidenciar a especificidade estrutural e discursiva da imprensa no plano do que denomina *instituições de comunicação*, sob a premissa de que o produto desta não se confunde com aquele relativo às práticas de outras esferas culturais e políticas.

Conceituando a imprensa enquanto instituição moderna, que se organiza e desenvolve a partir de demandas sociais e de condições materiais do respectivo contexto, a autora procura explicar, à luz do modelo habermasiano de *esfera pública burguesa*, o papel do jornalismo na formação do espaço público brasileiro. Contudo, de acordo com ela, nem todas as características ali apresentadas se aplicam ao caso do país “como, por exemplo, a vinculação da defesa de um modelo liberal de prática política e de institucionalização da imprensa a um projeto defendido sobretudo pela burguesia e, daí, a atribuição aos jornais de um papel *mediador* do interesse da sociedade civil junto ao Estado monárquico” (p. 356-357).

Em relação à periodização, Ribeiro segue a leitura compartilhada pela maioria dos historiadores anteriores, ao sublinhar que, da pré-independência ao fim do

período imperial, o que predomina é o jornalismo político; e este, pelo menos em terras brasileiras, "antecedeu o jornalismo literário o qual, por sua vez, cresceu juntamente com o jornalismo noticioso" (p. 118). Porém, engana-se quem pensa que a nossa imprensa, mesmo que influenciada pelos padrões anglo-saxônicos, "foi um baluarte do industrialismo", posto que "precisou conviver com variáveis econômicas de outra sorte, com baixas tiragens, a dependência dos financiamentos e das políticas estatais de importação do maquinário e de papel, a incipiência do mercado interno, entre outros" (p. 154). Na verdade, o que lhe permitiu

> atingir um nível de grande reconhecimento foi a sua nobilitação como instrumento necessário da prática política, atuando contra o Estado e a favor dele, movimentando-se entre os diversos grupos, facções, partidos, formações e manifestações, dentro do espaço da discursividade política nacional. A expressão pública era um procedimento necessário à projeção de ideias e interesses e os jornais atuavam, portanto, como veículos protegidos em função da defesa e manutenção da vitalidade do jogo político. A imprensa traz o registro da diversidade deste jogo, porque atuou nas diferentes posições em confronto (RIBEIRO, 2004, p. 356).

Essa ênfase nas relações matizadas pelo jornalismo e pela sua participação na vida pública do país é defendida também por Marco Morel e Marina Monteiro de Barros, em *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX* (2003). O argumento de partida é de que, com conteúdo doutrinário e sob a forma artesanal, a imprensa de opinião "fez entrar em cena esta figura de homem público, até então inexistente no território da América portuguesa: o jornalista ou panfletário, chamado de redator ou gazeteiro" (p. 15), ao mesmo tempo que se constituiu em elemento para a instauração de uma opinião pública, que, no caso brasileiro, se dá com o início do processo de separação de Portugal:

> É nesse momento crucial que começa a se fazer de maneira mais consistente, no Brasil, a passagem de um espaço público marcado pelas formas de comunicação típicas dos Antigos Regimes (como gazetas, pregões, bandos, exibição de cartazes impressos ou manuscritos nas ruas, leituras coletivas e proclamações em voz alta, entre outras formas) para um espaço público onde se consolidavam debates por meio da imprensa (que nem sempre era vinculada ao poder oficial do Estado) e onde ganhavam importância as leituras privadas e individuais, permitindo a formação de uma opinião de caráter mais abstrato, fundada sobre o julgamento crítico de cada cidadão leitor e representando uma espécie de somatório das opiniões (MOREL; BARROS, 2003, p. 24-25)[49].

[49] Tal leitura foi continuada por Luciano da Silva Moreira, ao estudar as relações entre periodismo, cultura política e espaços públicos, para além do contexto da cidade imperial, na tese *Imprensa e opinião pública no Brasil Império: Minas Gerais e São Paulo, 1826-1842* (2011).

Portanto, semelhantemente à pesquisadora anterior, eles compreendem que a atividade jornalística tem por finalidade básica a elaboração da opinião pública. E, diferentemente da maioria dos historiadores dos anos 1970 e 1980 — que atribuíam à imprensa sobretudo a função de manipulação —, os três a concebem enquanto um agente de comportamento dinâmico, um meio que difunde uma variedade de ideias e que, com essa característica, garante a vivacidade do debate político. Seguindo essa visão, as notícias, pouco a pouco, logram se institucionalizar como bem cultural e participam ativamente do processo de formação nacional, atuando na construção de espaços públicos nos moldes modernos.

Victor Gentilli (1954*) certamente não concordaria com isso, visto o entendimento que apresenta na tese *Sistema midiático e crise do jornalismo: dos anos 1950 à decadência posterior a 1980* (2002), orientada por Bernardo Kucinski, na USP. Para o professor da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), pelo menos até a década de 1940, o padrão do nosso jornalismo era, na verdade, "marcadamente anacrônico em relação à própria realidade do país" (p. 65). Sem falar que, além da linguagem prolixa, "a falta de profissionalismo, a ausência de qualquer critério verdadeiramente editorial, com exceção das grandes matérias e dos editoriais faziam dos jornais instrumentos extremamente precários de informação" (p. 65).

Quase nada empresarial e muito vinculada a interesses políticos das oligarquias, seria apenas ao longo dos anos 1950 que a imprensa brasileira teria começado a experimentar "um novo padrão profissional, menos partidário e mais voltado para o interesse público da cidadania" (p. 165). Esse processo de reforma generalizada se efetivaria justamente em meio aos "paradoxos da associação modernização produtiva e forte repressão política" (p. 162), no contexto dos anos de chumbo. Mas sofreria uma inflexão a partir de 1979, data daquela que, entre nós, ficou conhecida como a *última greve dos jornalistas*[50]:

> O impacto da greve na estrutura das empresas e na cultura profissional dos jornais foi devastador. Até hoje, [...] nenhum jornal voltou a contar com o número de profissionais que tinha no período anterior à greve. Com redações diminutas, as mesmas pautas eram feitas com muito menos dedicação. O uso do telefone se disseminou, o jornalismo declaratório tornou-se normal, a

[50] Sobre o tema, a referência é o livro-dissertação de Marco Roxo, *Companheiros em luta: a greve dos jornalistas de 1979* (2013), resultado de seu mestrado, sob orientação de Ana Paula Goulart Ribeiro.

> superficialidade tornou-se um traço característico do novo jornalismo (GENTILLI, 2002, p. 215).

O que merece ser discutido na tese em pauta é o fato de o autor desenvolver uma leitura acurada e sistemática do jornalismo brasileiro entre 1950 e 1980, mostrando sua transformação diante da nova realidade do país. No entanto, o exame dessa experiência perde em complexidade ao situar o fenômeno entre dois marcos rígidos e até questionáveis. O inicial supõe que a reforma da imprensa foi repentina, desencadeada pelo fim do Estado Novo, em vez de um processo com origens na própria ditadura modernizante de Vargas. Quer dizer, o estudioso não demonstra nesse ponto a mesma sensibilidade que teve ao captar as contradições que envolveram a renovação da mídia durante o Regime Militar, época marcada não só pela censura, mas também por "experiências criativas" dentro do segmento (p. 162).

O marco final é igualmente problemático, pois, ao supervalorizar um determinado acontecimento — a greve dos jornalistas de São Paulo —, sugere que a partir daí — e depois com a implantação do *Projeto Folha* — o jornalismo brasileiro, como um todo, torna-se "superficial, irresponsável, pouco capaz de se tornar uma efetiva fonte de informação para o exercício da cidadania" (p. 18). Ou seja, o estudo histórico fecha-se a um número limitado de eventos imanentes ao universo do fenômeno, não mais se propondo a refletir como este se relaciona à situação econômico-político-social mais ampla do país.

Também preocupada com a crise que assola o jornalismo contemporâneo, Hérica Lene (1975*) percorreu outro caminho investigativo, ao se ocupar de uma parcela do setor, como se confere no livro *Jornais centenários do Brasil* (2020). Resultado de seu pós-doutorado na UFRJ, a pesquisa tem como propósito averiguar as mudanças editoriais e mercadológicas incorporadas pelos periódicos mais longevos, em meio à crise que atinge principalmente os impressos. A partir de entrevistas com diretores, chefes-redação e editores de 28 jornais, constatou que a perda de assinantes e anunciantes levou a maioria a migrar para o suporte digital, com equipes reduzidas de profissionais, que passam a ter como preocupação central a interação com seus públicos, por meio das plataformas de redes sociais.

A conclusão a que chega a acadêmica é que essas são "dificuldades de sobrevivência para todos, independente do porte do jornal (diário ou semanal, se de regiões metropolitanas ou do interior)", cabendo a cada um a "busca de um novo

modelo de negócio" (p. 281). Tal desafio inclui a atração de jovens leitores e a viabilidade econômica das operações, mas não só:

> Com relação a abordagem noticiosa, muitos jornais trabalham com "redação integrada", no sentido de que as equipes trabalham no mesmo espaço físico, mas prevalece o tratamento diferenciado para o impresso (que segue uma linha argumentativa mais fundamentada em opiniões e análises) e no on-line (notícias mais curtas); uma tendência: o conteúdo do papel ter um tratamento mais analítico, com contextualização, enquanto o digital tem um caráter mais factual e noticioso, e onde se busca experimentação com conteúdos em áudio e vídeo (LENE, 2020, p. 281).

Diante do tipo de resultados que a autora busca e obtém, estranha-se que enuncie que sua fundamentação teórica se baseie em nomes vinculados, em maioria, à historiografia cultural e, desde uma perspectiva filosófica, à hermenêutica[51]. Epistemologicamente, a questão que se coloca é a seguinte: há devida correlação entre a linha de trabalho (objetivos, problemas etc.) e o enquadramento teórico escolhido? Acredita-se que um programa que busca mapear modelos de negócio que passam a sustentar os respectivos periódicos estaria melhor situado em outras problemáticas, a começar pelas da economia política da comunicação. Consequentemente, a opção por um conjunto de referências deste campo poderia ter propiciado uma discussão crítico-reflexiva com aprofundamento dos achados empíricos que, por ora, se encontram relatados ao final do texto[52].

Seguindo, bem menor é o número de esforços de síntese histórica apurados fora do setor representado pelo jornalismo impresso. Quanto ao radiojornalismo, a tarefa foi assumida por Valci Zuculoto, em sua pesquisa de mestrado, concluída em 1998, sob orientação de Dóris Haussen, na PUCRS. Versão atualizada da dissertação, *No ar: a história da notícia de rádio no Brasil* (2012) mantém a proposta original de esboçar o desenvolvimento do gênero radiofônico, desde a fase pioneira, na qual "a notícia é exceção", "pois é emitida como cópia pura e simples dos jornais

[51] Como explícito na sumarização, não há a pretensão de empreender um trabalho de interpretação e reflexão das narrativas criadas pela imprensa, tal como fez, por exemplo, Leticia Matheus, em *Comunicação, tempo, história: tecendo o cotidiano em fios jornalísticos* (2011), ao lidar também com os jornais centenários, mas sob o viés das estratégias de narração.

[52] Por outro lado, ao reconhecer o empenho de Lene em abarcar os empreendimentos estabelecidos fora da região sudeste do país, deve-se assinalar a contribuição que dá ao campo de estudos do jornalismo regional. Assim, soma-se a iniciativas tais como a tese de Beatriz Dornelles — *Jornalismo comunitário em cidades do interior* (2004), sobre o caso do Rio Grande do Sul — e a dissertação de Mário Luiz Fernandes — *A força do jornal do interior* (2003), sobre o de Santa Catarina — que também buscaram, com olhar histórico, analisar aspectos editoriais e organizacionais da imprensa interiorana.

impressos” (p. 28), até os dias atuais, marcados pela convergência multimídia e pela criação de novos formatos.

A autora informa que está alicerçada teoricamente no legado de Jesús Martín-Barbero (1937-2021). Todavia, durante a análise, não é o que se vê, na medida em que não explora como, por exemplo, as informações veiculadas se transformam quando apropriadas pelos receptores. Em verdade, o relato, assentado em pesquisa bibliográfica, segue linha predominantemente descritiva, sem adentrar nas questões sobre dinâmica cultural, nem sobre mediação. Dada a falta de investimento reflexivo, tem-se, ao fim, trabalho que se assemelha ao de revisão da literatura e, enquanto tal, possui mérito de sistematização da matéria especializada e elaboração de periodização sobre o radiojornalismo brasileiro[53].

Mediante o aparecimento de uma ou outra nova obra especializada, o panorama dos estudos históricos sobre jornalismo audiovisual dá alguns sinais de mudança. Entre as contribuições mais recentes, pode-se citar a de Beatriz Becker, *A construção audiovisual da realidade: uma historiografia das narrativas jornalísticas em áudio e vídeo* (2022). A acadêmica recorta certos períodos e versa desde os pioneiros cinejornais até formatos noticiosos decorrentes da mídia digital interativa. Como o título enuncia, ao recapitular o desenvolvimento do gênero, o principal não é a reconstrução histórica do processo em si, mas

> observar como a vida social tem sido elaborada nos discursos jornalísticos que incorporam imagens em movimento entre 1920 e 2020, desde a emergência dos primeiros documentários até a cobertura da pandemia da covid-19 (BECKER, 2022, p. 20).

[53] Abordagem similar é vista nos registros sobre o gênero televisivo. A título de conhecimento, pode-se mencionar o panorama trazido por Guilherme Jorge de Rezende, em *60 anos de jornalismo na TV brasileira: percalços e conquistas* (2010): uma periodização composta por sete fases, cada qual com seu programa paradigmático — do *Repórter Esso* (1952-1970) ao *CQC* (2008-2015). Aqui, entretanto, é o próprio propositor que revela a limitação interpretativa da contribuição, visto que “traduz uma descrição da sequência de estágios que o telejornalismo brasileiro percorreu” (p. 78). Quem também trouxe contribuição para a historiografia do telejornalismo foi Valquíria Kneipp. Porém, no lugar de uma historicização centrada nos telejornais, o enfoque foi outro, como informa o título da tese *Trajetória de formação do telejornalista brasileiro — as implicações do modelo americano* (2008). A pesquisadora entrevistou 37 telejornalistas de diferentes gerações a fim de traçar um perfil da atividade, desde a introdução da televisão no país. Para tanto, optou por utilizar “uma parafernália, com a combinação de vários instrumentos de diversas áreas do conhecimento, como história, sociologia e jornalismo” (p. 22). A perspectiva que predomina durante o trabalho é, contudo, memorialista, com tendência de reprodução das experiências e façanhas individuais narradas pelos depoentes. Portanto, evitando submeter o conteúdo extraído das fontes a um exame efetivamente crítico. Linha que é mantida em *Voz e vez da redação: memórias da trajetória de formação do telejornalista brasileiro* (2021), desdobramento da pesquisa de doutoramento, sob orientação de Marques de Melo, na USP.

Para encerrar a discussão acerca das novas sínteses, uma perspectiva que começa a mobilizar os nossos historiadores, cumpre sinalizar, é a de estudo transnacional do fenômeno. Mostram isso Jorge Pedro Sousa, Helena Lima, Antonio Hohlfeldt e Marialva Barbosa, nos dois volumes de *Uma história da imprensa lusófona* (2016-2017)[54]. Por se tratar de coletânea de textos, com diferentes horizontes historiográficos, não cabe aqui entrar no conteúdo do registro de cada autor, mas observar a convergência de interesses no sentido de escrita de uma história integrada do que chamam de *jornalismo de expressão portuguesa*[55].

5.2 Reportagem, literatura e fotografia na Belle Époque

Diante de um quadro historiográfico desigual, mas que se atualiza paulatinamente, a partir de novas contribuições, atenta-se para os enfoques temáticos e recortes temporais que começaram a ser priorizados pelos ingressantes no campo. Entre os períodos privilegiados, pode-se comentar o caso da Belle Époque, vista agora menos como uma fase de mera transição entre a pequena imprensa político-partidária e a grande empresa de informação, e mais como um capítulo singular da história do nosso periodismo, dado seu entrelaçamento com a literatura e os projetos dos diferentes círculos intelectuais.

Cristiane Costa (1964*), ao radiografar um século da vida dos homens de letras do país, em *Pena de aluguel: escritores jornalistas no Brasil, 1904-2004* (2005), pontua que, embora o período seja considerado de "estagnação literária, em termos estritamente estéticos", há que reconhecer, por outro lado, que nele se desenvolveram "as condições sociais para a profissionalização do trabalho intelectual" (p. 24), as quais, por sua vez, não podem ser dissociadas de um "berçário, vitrine, pedestal e mesmo de trampolim" (p. 25) chamado imprensa:

> Periódicos como o *Correio Mercantil*, *Diário do Rio de Janeiro*, *Jornal do Commércio*, *O Estado de S. Paulo*, *Jornal do Brasil*, *O País*, *Gazeta de Notícias*, *Correio da Manhã*, *A República*, *A Noite* e *O Mequetrefe* dividiam

[54] Essa perspectiva também se faz presente em obras coletivas, dentro da temática mais ampla da cultura impressa, a título de conhecimento: *Suportes e mediadores: a circulação transatlântica dos impressos, 1789-1914* (2019), organizada por Lúcia Granja e Tania Regina de Luca; e *Magazines and modernity in Brazil: transnationalisms and cross-cultural exchanges* (2020), por Felipe Botelho Correa, Monica Pimenta Velloso e Valéria Guimarães.

[55] Acerca do caso espanhol, iniciativa do gênero coube a Mauro César Silveira, autor do livro *Um pecado original: os primórdios do jornalismo na Bacia do Rio da Prata* (2014).

> espaço com *A Revista Brasileira*, *A Revista Ilustrada*, *Fon-Fon*, *Floreal*, *A Careta*, *Ilustração do Brasil*, *O Riso*, *Kosmos* e muitos outros jornais e revistas nascidos a partir da rápida evolução das técnicas de impressão (COSTA, 2005, p. 24-25).

Ao escrutinar a passagem do reinado dos publicistas à república dos homens de letras, distingue a estudiosa personalidades como João do Rio (1881-1921), que "soube se encaixar como poucos na nova imprensa" (p. 42), sem se prender, como tantos, "à visão ambivalente do escritor como um intelectual aristocrata ou um marginal da sociedade burguesa" (p. 37). Ele, ao contrário, afirma ela, mais do que se adaptar à realidade mutante, trouxe método de apuração "de um repórter moderno: o questionamento das fontes, a circulação por diversos bairros em busca de diversidade, o uso privilegiado das descrições *in loco*" (p. 42).

Ainda que essa interpretação não tenha sido unânime[56], importa notar a continuidade de trabalhos de resgate da faceta jornalística dos literatos da virada do século. Da tese de doutorado em comunicação de Cristiane Costa, na UFRJ, pode-se saltar para a dissertação de mestrado em literatura de Marta Scherer (1971*), na UFSC, publicada sob o título *Imprensa e Belle Époque: Olavo Bilac, o jornalismo e suas histórias* (2012). Mostra a autora como, ao longo do percurso como cronista, Olavo Bilac (1865-1918) firmou-se como porta-voz de um país que se modernizava, ao mesmo tempo que "apontou para uma visão, hoje ingênua, da imprensa como um bem comum e do jornalismo como um papel social" (p. 131).

Iniciativas de estudo como essas dividem espaço com muitas outras, algumas das quais deslocam o foco de atenção dos escritores para os gêneros textuais. Assim, embora as relações entre jornalismo e literatura sejam o cerne de ambas as propostas, nestas últimas o que ganha relevo não é a atuação dos atores intelectuais em si, mas o modo como a crônica, o folhetim ou a reportagem caracteriza os textos por aqueles produzidos. O caso é ilustrado pelos trabalhos de pós-graduação de Antonio Hohlfeldt e Héris Arnt, respectivamente, apresentados no programa de letras, da PUCRS, e no de comunicação, da UFRJ.

[56] Juízo diferente é feito por Cremilda Medina (1978), para quem "a reportagem de João do Rio apresenta um *autor* e não um repórter como narrador intermediário, impessoal, do fato jornalístico". Portanto, "numa reconstituição da história da reportagem no Brasil, João do Rio não é o estilista modelo, se retirado do contexto jornalístico da época e se usarmos critérios de avaliação extraídos da reportagem amadurecida. No 1900, porém, quando o nariz-de-cera precisava de uma operação plástica urgente, João do Rio descobre a força narrativa de fatos reais em suas reportagens" (p. 62-63).

Em *A influência da literatura no jornalismo: o folhetim e a crônica* (2001), esta traça um panorama do florescimento do jornalismo literário a partir de uma visão comparativa da trajetória da imprensa especializada no Brasil e nos Estados Unidos. Entretanto, não houve pretensão em avançar neste segundo empreendimento, atendo-se à reflexão sobre o impacto do jornalismo na literatura[57], e vice-versa, especialmente no que tange ao gênero folhetinesco:

> A influência do jornal sobre a literatura determinou um modelo narrativo próprio. O mérito do folhetim está na força da narrativa. Pressionado pelo público, que responde imediatamente — ora deixando de comprar o jornal, ora aumentando consideravelmente a venda —, o autor de folhetim teve de desenvolver uma técnica narrativa que prendesse a atenção do leitor. O poder de envolvimento entre o público e a obra torna-se a principal característica do estilo. O folhetim inaugurou, portanto, o primeiro momento de cultura de massa (ARNT, 2001, p. 51).

Hohlfeldt (1948*) corrobora essa ideia, em *Deus escreve direito por linhas tortas: o romance-folhetim dos jornais de Porto Alegre entre 1850 e 1900* (2003). Aqui, realiza o pesquisador uma revisão das origens do folhetim na França até o momento de chegada ao Brasil, demarcando o lugar da capital do Rio Grande do Sul na cena cultural nacional[58]. Em seguida, com base em um *corpus* composto por 250 narrativas, dentre as quais elege três, desenvolve toda uma análise, inferindo que, "mais que o hábito de literatura, o romance-folhetim divulgado pelas páginas de nossos jornais inseriu o leitor num universo profundamente mais amplo, ao mesmo tempo em que tornou cotidiano o hábito da leitura" (p. 257)[59].

---

[57] Alguns outros trabalhos que exploram as relações entre jornalismo e literatura brasileira: *Romance-reportagem: onde a semelhança não é mera coincidência* (1997), de Neila Bianchin; *Fronteiras contaminadas: literatura como jornalismo e jornalismo como literatura no Brasil dos anos 1970* (2007), de Cosson Rildo; *Jornal e literatura: a imprensa brasileira no século XIX* (2007), de Socorro de Fátima Barbosa; e *Literatura e jornal: Correio Mercantil* (2011), de José Alcides Ribeiro.

[58] Sobre o tema, mas com enfoque em outras cenas culturais, seguiram: *Rodapé das miscelâneas: o folhetim nos jornais de Mato Grosso, séculos XIX e XX* (2002), de Yasmin Jamil Nadaf; *Folhetins do século XIX: uma prática de leitura apaixonada* (2010), de Débora Cristina Ferreira; e *Ao pé da página: o espaço folhetim na imprensa paulistana, 1854-1946* (2016), de Patrícia Trindade Trizotti.

[59] Ainda que servida de rica pesquisa documental — enquanto a dissertação de Arnt pode ser enquadrada como ensaio, haja vista sua forma menos arquitetada —, deve-se esclarecer que também a tese de Hohlfeldt não tem a pretensão de se constituir em uma história de tal imprensa ou do jornalismo literário. Ambas as proposições convergem, nessa direção, na medida em que privilegiam a apreciação dos elementos narrativos de cada texto, em seu contexto de publicação. Contudo, não é a historiografia o campo que fornece o aparato interpretativo, como esclarece o próprio autor: "optamos, inicialmente, pela perspectiva do marxista italiano não-ortodoxo Antonio Gramsci, cuja valorização do *romance-folhetim* pode ser considerada pioneira. Buscamos, igualmente, perspectivas teóricas capazes de nos propiciar a análise específica dos textos selecionados, e escolhemos, dentre tantos autores pesquisados, o formalista russo B. Tomachevski, cuja abordagem sobre a estrutura narrativa

Também com relação à segunda metade do século XIX, há iniciativas tanto endereçadas a outros temas, quanto inscritas em outras áreas acadêmicas, tal como a de Joaquim Marçal de Andrade (1957*) — *História da fotorreportagem no Brasil*: *a fotografia na imprensa do Rio de Janeiro de 1839 a 1900* (2004) —, apresentada ao mestrado em design da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Com interesse de explorar os primórdios da fotografia nos periódicos cariocas, vale-se de casos como o da *Semana Ilustrada* (1860-1876), a fim de evidenciar o processo mediante o qual começaram a se renovar as fórmulas de interpretação e exposição dos eventos, com base na combinação entre texto e imagem[60].

É válido ponderar, no entanto, que o assunto já vinha sendo trabalhado por estudiosas como Ana Maria Mauad (1960*) e Helouise Costa (1960*), que se voltaram ao contexto do século XX, quando, para elas, de fato o fotojornalismo alcança tal status. Da autoria da primeira, destaca-se *Sob o signo da imagem: a produção da fotografia e o controle dos códigos de representação social* (1990), tese cujo desenvolvimento se deu no curso de doutorado em história da UFF; e da segunda, a dissertação *Aprenda a ver as coisas: fotojornalismo e modernidade na revista O Cruzeiro* (1992), na Escola de Comunicações e Artes da USP[61]. A despeito de não se restringir ao exame d'*O Cruzeiro* (1928-1985), aquela concorda com esta que a publicação é um marco na história da fotorreportagem brasileira, visto que

> *O Cruzeiro* contribuiu para a elaboração de uma nova linguagem imbuída de um caráter fundamentalmente didático e de um controle rígido da correlação texto/imagem por parte da equipe editorial. O fato era literalmente construído, seguindo a nova tendência: as fotografias deixaram de ser apenas dispostas nas páginas das revistas para ser, com diferentes tamanhos e formas, deliberadamente arranjadas, rompendo com o esquema ilustrativo tradicional. Com tais mudanças, *O Cruzeiro* promoveria uma reformulação geral no padrão das publicações ilustradas, que tiveram de reordenar toda a sua linha editorial para poder concorrer com o novo padrão estético imposto pela revista (MAUAD, 2006, p. 380-381).

atendia às nossas necessidades, combinando-o com Jesús Martín-Barbero, cujo conceito de *gênero* completava o enquadramento crítica capaz de revalorizar tais textos" (2003, p. 21-22).

[60] Por sua vez, Letícia Pedruzzi Fonseca, ao trazer um panorama da publicação periódica ilustrada brasileira, enfocou os projetos gráficos de outras revistas, na tese *As revistas ilustradas A Cigarra e A Bruxa: a nova linguagem gráfica e a atuação de Julião Machado* (2012), também apresentada no curso de design da PUC-Rio. Especificamente sobre a visualidade jornalística, tem-se Telma de Carvalho Madio com *A fotografia na imprensa diária paulistana nas primeiras décadas do século XX: O Estado de S. Paulo* (2005), esta defendida na USP. Já Ana da Rosa Bandeira trouxe contribuição para a história do design do jornalismo regional, como se confere em *Diário Popular de Pelotas, RS: a forma gráfica de um projeto editorial, 1890-2016* (2018), pesquisa de doutoramento pela UFRGS.

[61] Ainda sobre a produção fotojornalística pela revista de Chateaubriand, mas enfocando a questão da representatividade — preocupação semelhante à de Mauad —, há o livro-tese de Marlise Meyrer, *Representações do desenvolvimento nas fotorreportagens da Revista O Cruzeiro, 1955-1957* (2017).

Além deste coletivo, comprometido com a escrita de uma história visual da imprensa brasileira, convém notar a existência de outro, formado por historiadoras dedicadas às revistas culturais e literárias. A marca distintiva da produção destas, assim sendo, não diz respeito tanto à relação entre fotografia e texto, nem à questão anterior da hibridização dos gêneros, mas à história do próprio suporte onde tais manifestações se configuram. Entre elas, pode-se sublinhar os nomes de Heloisa de Faria Cruz (1953*), além de Ana Luiza Martins e Tania Regina de Luca[62].

Suas obras lidam, em comum, com a imprensa periódica, fenômeno que guarda correspondência, mas que não deve ser confundido com o jornalismo, posto que aquele não se restringe ao universo de práticas sociais de natureza jornalística[63]. Ainda que as referidas historiadoras não se insiram no campo acadêmico deste, não cabe aqui, porém, ignorar as presentes contribuições, uma vez que é possível visualizar nelas claramente subsídios para uma reflexão sobre a concepção de imprensa, bem como para uma metodologia direcionada ao tratamento dos periódicos como fonte e/ou objeto de investigação, inclusive do jornalismo.

O que emerge do conjunto de relatos — cujo recorte temporal abrange a Primeira República — é uma ideia segundo a qual a imprensa se constitui como espaço de representação e legitimação de experiências, aspirações e projetos da intelectualidade, e, ao mesmo tempo, como meio de formação cultural das camadas populares, dentro do processo "civilizatório" pelo qual passavam os centros brasileiros, notadamente a cidade de São Paulo. Portanto, elevada à condição de instituição central da vida moderna, trata-se de concebê-la como suporte documental para o estudo dos processos de disseminação de ideias, valores e comportamentos, por meio dos quais ela, a imprensa, como agente histórico, atua na cristalização de imaginários coletivos e na construção das identidades culturais.

Em meio a inúmeras possibilidades de análise utilizando os periódicos, há que se manter em vista que estes, no entanto, não são materiais dados. Pelo contrário,

---

[62] São elas autoras, respectivamente, das seguintes teses, todas defendidas no programa de história social da USP: *São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana, 1890-1915* (2000); *Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de República, São Paulo, 1890-1922* (2001); e *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (n)ação* (1999), e *Leituras, projetos e (re)vistas(s) do Brasil,* 1916-1944 (2011) — esta resultado da tese de livre-docência de Luca, na Unesp.

[63] Interesse similar também se vê entre o grupo fluminense dedicado ao estudo das revistas, formado por nomes como Cláudia de Oliveira, Mônica Velloso e Vera Lins, autoras da obra coletiva *O moderno em revistas: representações do Rio de Janeiro de 1890 a 1930* (2010).

“transformar um jornal ou revista em fonte histórica é uma operação de escolha e seleção feita pelo historiador e que supõe seu tratamento teórico e metodológico”, como ensinam Heloisa Cruz e Maria Peixoto (2007, p. 258). Isso, na perspectiva da história social da cultura, tal como é a das pesquisadoras, significa

> entender imprensa como linguagem constitutiva do social, que detém uma historicidade e peculiaridades próprias, e requer ser trabalhada e compreendida como tal, desvendando, a cada momento, as relações imprensa/sociedade, e os movimentos de constituição e instituição do social que esta relação propõe (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 258).

Contribuindo com a discussão metodológica, Luca (2005) acresce que é necessário considerar tanto as condições materiais e técnicas de produção de cada periódico em exame, quanto o conteúdo interno, desde os aspectos estéticos até os funcionais, pois “o conteúdo em si não pode ser dissociado do lugar ocupado pela publicação na história da imprensa” (p. 139). Igualmente essencial é a identificação do público leitor e dos principais colaboradores do periódico, além do grupo que o controla; cabendo inquirir as “motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa”, bem como “suas ligações cotidianas com diferentes poderes e interesses financeiros, aí incluídos os de caráter publicitário” (p. 140).

Das orientações metodológicas gerais aos objetivos específicos de cada investigação, algumas diferenças merecem atenção. Martins propõe-se a estudar uma variedade de revistas que circularam naquela virada de século. Cruz também, mas inclui alguns jornais. Por seu turno, Luca adota a estratégia de se concentrar em um único mensário — a *Revista do Brasil* —, realizando um acompanhamento sistemático da trajetória desse. Na tese doutoral, detém-se na primeira fase, de 1916 a 1925, enquanto, na tese de livre-docência, abarca as fases seguintes, até 1944, já no contexto do fim do Estado Novo.

O que é pertinente notar, do ponto de vista historiográfico, é o conjunto de diretrizes metodológicas desenvolvidas pela autora na monografia de 2011, a partir das limitações que identifica no exame de 1999, resultado de uma observação diacrônica da fase inaugural da publicação. O desafio que assume posteriormente é, ainda em uma perspectiva diacrônica, passar a analisá-la em seu conjunto de fases; para, então, introduzir uma perspectiva sincrônica, com a intenção de colocar a revista em diálogo com as suas contemporâneas:

> Dessa forma, estabeleceram-se, para cada momento de circulação, pelo menos algumas escolhas que um leitor contemporâneo poderia fazer no interior do universo das revistas culturais e literárias, com o intuito de discernir, por um lado, o lugar e o sentido da *Revista do Brasil* e, por outro, atentar para a especificidade de cada momento, pois não só os contextos de circulação foram muito diferentes, mas também os responsáveis e os objetivos perseguidos (LUCA, [2011] 2017, p. 8).

Entretanto, verifica-se que não foi só a partir da história social da cultura que vieram os impulsos para a renovação do campo, pelo menos se consideradas as contribuições de quem, neste meio-tempo, enveredou pela historiografia do jornalismo de revista. Entre as acadêmicas da comunicação, Eliza Casadei (1986*) dá prova disso em *Como contar os fatos: a história da narrativa do jornalismo de revista no século XX* (2015), ao trabalhar no entrecruzamento com as ciências da linguagem, respaldada em Michel de Certeau, Paul Ricoeur e Roland Barthes.

O objetivo da estudiosa foi o de dissecar a evolução do processo de padronização do texto jornalístico, examinando os procedimentos estilísticos empregados pelos jornalistas em suas estórias. Bem repara ela que, antes mesmo da adoção dos manuais de redação pelos nossos jornais diários, a partir da década de 1950, já faziam parte da reportagem em revista códigos padrões de narração, sendo possível situá-los dentro de três fases históricas:

> A primeira delas, presente nas primeiras revistas do século XX e que se estende até a década de 1940, é marcada pela monopolização da função testemunhal no repórter enquanto actante narrativo, em uma matriz narrativa formada pelo código autorreferencial; a segunda, delimitada entre a década de 1940 e meados da década de 1960, caracteriza-se pela ascensão das fontes-testemunhais no relato e cuja matriz narrativa era formada por códigos experienciais (em primeira e em terceira pessoa) em conjunto com o código biográfico; a terceira, por fim, que se consolida no final da década de 1960 e se mantém até os dias atuais, é marcada pela inserção das fontes não-testemunhais no narrado e pela valorização das provas imaginárias de verdade (com códigos suplementares como o numérico, o analógico, o da voz impessoal da ciência, entre outros) (CASADEI, 2013, p. 429).

Sem a necessidade de entrar no detalhamento da conclusão, o primeiro aspecto a observar é que o espaço temporal delimitado foi benéfico para o estudo da dimensão jornalística do fenômeno das revistas, trazendo à cena achados que não foram apreendidos nas investigações das historiadoras que antecederam[64]. Enquanto

[64] A esse grupo, pode-se incluir Carlos Roberto da Costa, autor da tese-reportagem *A revista no Brasil: o século XIX* (2007). Como pontua, em referência ao fim do século que aborda em seu estudo, “a reportagem de rua logo mais dará seus primeiros passos, mas o texto jornalístico ainda seguirá algumas décadas em busca de sua melhor expressão” (p. 283).

estas se voltaram para as revistas literárias e culturais na viragem para o século XX, Casadei, ao investir na análise do período seguinte, marcado pela ascensão do segmento informativo, pôde acompanhar os regimes de narração que se relacionam diretamente com o desenvolvimento da reportagem.

O segundo aspecto refere-se à abordagem empregada, a qual se distingue, tanto do grupo de historiadoras acima, quanto daquele das pioneiras na temática da imprensa feminina, dado que o objetivo da tese de Casadei não consiste em documentar a trajetória singular de cada publicação, nem o significado cultural do conteúdo, mas a forma pela qual a narrativa é estruturada[65]. Das representações sociais veiculadas por um determinado segmento da imprensa ou do papel que o jornalismo desempenha na sociedade moderna, passa-se, então, à preocupação com os procedimentos de escrita compartilhados pelos sujeitos nas redações.

Isso significa que, embora lide com elementos identificadores do jornalismo como prática social, a leitura histórica acaba por conduzir a uma compreensão redutora do fenômeno, na medida em que se fixa no nível linguístico, sem o aprofundamento que poderia ter no seu contexto formativo, seja cultural, político ou econômico. Em tal visão, o exercício jornalístico corresponderia ao uso de um conjunto de mecanismos técnicos de escrita, a fim "de garantir um valor de verdade à informação relatada" (p. 158). Dito em outras palavras: a questão central em jogo não é de historiografia da imprensa, mas, antes, de filosofia da linguagem.

Se o contrário fosse, ter-se-ia de, mais do que delimitar os padrões de narração vistos com o passar das décadas, investigar e refletir sobretudo por quais razões e em que circunstâncias apareceram e se transformaram. Entre os precursores da especialidade, José Salvador Faro (1947*) avançou nesse sentido, ao argumentar, em *Revista Realidade, 1966-1968: tempo da reportagem na imprensa brasileira* (1999), que os códigos discursivos utilizados pelos jornalistas não podem ser dissociados do ambiente político-cultural do qual fazem parte. De outro modo, perde-se oportunidade de compreender como a manutenção ou o rompimento com tais regras de reportar se conectam à própria formação social[66].

[65] Preocupação com o modelo de narrativa e as estratégias de legitimação que orientam a atividade também é vista na tese de Nicoli Guedes, *Três modos de ser revista: jornalismo e cotidiano em O Cruzeiro, Realidade e Piauí* (2014), esta defendida no programa de comunicação da UFMG.

[66] Do universo das revistas ao dos jornais, questões do tipo são aprofundadas, desde uma perspectiva histórica, por Candice Vidal e Souza, em *Repórteres e reportagens no jornalismo brasileiro* (2010), resultado de seu doutorado em antropologia social na UFRJ.

5.3 Censura e modernização sob o signo do autoritarismo

Tal como a contribuição dada por este último autor, surgem novos esforços interpretativos visando tratar das múltiplas e contraditórias experiências de modernização da imprensa brasileira, no período que compreende as ditaduras estadonovista e civil-militar. São narrativas que, em grande parte, reconhecem a década de 1950 como marco da passagem, em definitivo, do jornalismo político-literário para o informativo, conforme avanço da indústria cultural no país. Convergindo na mesma linha temporal, diferenciam-se das monografias anteriores, contudo, pelo interesse na incorporação de aspectos relativos a atores e conflitos até então pouco explorados ou ignorados pela primeira historiografia universitária.

Neste estágio, o que prevaleceu foi um juízo segundo o qual a modernização da nossa imprensa — atrelada à substituição da influência franco-europeia pela anglo-saxônica — foi relativamente brusca e teve ponto irradiador em determinados periódicos do Rio de Janeiro. Hegemônico por muito tempo, talvez ainda hoje — vide trabalhos como *Diário Carioca: o jornal que mudou a imprensa brasileira* (2011), de Cecília Costa (1952*) —, esse entendimento fica explícito em um número sem fim de relatos anteriores, a exemplo de *Reforma no Diário Carioca: revolução na imprensa brasileira* (1995), de Sérgio Rodrigues e Tales Faria.

A despeito de partirem da premissa de que tal reforma "não aconteceu da noite para o dia", "tampouco foi a ideia genial de uma ou duas pessoas", e que, por isso, "essa história não pode ser linear, sob o risco de perderem-se contradições riquíssimas" (p. 7), é outra a perspectiva que se efetiva ao longo da reconstrução dos acontecimentos. Pois, "embora seja arriscado jogar excessiva responsabilidade pela reforma nos ombros de uma única pessoa, é difícil deixar de ver Pompeu de Souza como o principal personagem de mudanças" (p. 15), isto é, a figura na qual estaria depositado o conjunto de méritos em jogo: da escrita do nosso primeiro *stylebook* à introdução do que "hoje todos os manuais chamam de *lead*" (p. 8)[67].

[67] Essa linha é seguida por Rosemary Mendez em *Pompeu de Sousa: o jornalista que mudou o jornalismo brasileiro* (2006), tese orientada por Marques de Melo, no programa da Umesp. Assim como se dá com o trabalho de Cecília Costa (2011), em que pese o esmero na construção de narrativa coerente no sentido de assegurar o mérito do jornalista cearense como introdutor do *lead*, não se pode ignorar a polêmica em torno do episódio levantada por uma das fontes entrevistadas. Primeira mulher chefe de reportagem no Rio de Janeiro, Ana Arruda Callado traz a seguinte versão: "a primeira pessoa que falou em *lead* no Brasil foi o Danton. [...] Mas o problema é que o Danton não gostava muito de

Pesando em demasia nas ações de um único sujeito, narrativas do tipo podem ser facilmente problematizadas a partir de registros da época, pelos quais é possível conhecer outros tantos mediadores do processo de importação das técnicas de redação. Um deles, Carlos Alberto Nóbrega da Cunha (1897-1974), cofundador do *Diário de Notícias* (1930-1974) e correspondente da Latin American Information, já defendia a prática da "regra dos cinco W e um H", como fica expresso em conferência realizada na Associação Brasileira de Imprensa, *A imprensa americana e seus reflexos no Brasil* (1941). Ou Vitorino Prata Castelo Branco (1904-1986), com seu projeto de ensino profissionalizante por correspondência — editado sob o título *Curso de jornalismo* (1945) — e que igualmente difundia as regras para redigir uma notícia tal como ensinado pelos "mestres norte-americanos" (p. 60).

Mas atentemos aqui às historiadoras e cientistas sociais que se ocuparam propriamente da questão e, logo, começaram a discuti-la em face das fragilidades da produção acadêmica especializada. Uma atitude primeira pode ser atribuída ao grupo de pesquisadores então associado à FGV do Rio de Janeiro, composto por Alzira de Abreu, Fernando Lattman-Weltman, Plínio de Abreu Ramos e Marieta de Moraes Ferreira, e que assina a coletânea *A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50* (1996). O principal problema, na avaliação desta última, era de que os trabalhos visitados "em grande medida se concentraram nas modificações e nos problemas internos dos jornais, sem estabelecer conexões com as transformações históricas e sociais em curso" (p. 141)[68].

Nas investigações que se seguiram, postura distinta é visualizada na tese de Ana Paula Goulart Ribeiro (1967*), *Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 50* (2000), defendida na escola de comunicação da UFRJ, sob orientação de Milton José Pinto (1937-2011)[69]. Fundamentada na denominada semiologia dos discursos sociais, a estudiosa buscou analisar o nível linguístico dos textos de quatro órgãos jornalísticos

pegar no pesado, de pôr a mão na massa; e quem ficou com a glória foi o Pompeu, que foi lá depois" (p. 344). Porém, como evidenciado ao longo da seção, as autoras nem a entrevistada estão corretas nesse ponto, visto que antes deles outros jornalistas brasileiros já falavam por aqui sobre a técnica.

[68] Entre os cientistas sociais que assumiram uma postura de problematização, ao tratar da modernização da imprensa pelo caso da "geração de ouro" do *Diário Carioca*, está Afonso de Albuquerque (2008), segundo quem: "as características desta narrativa permitem caracterizá-la antes como um relato mítico — e mais especificamente como um mito de origem — do que como uma descrição historiográfica, no sentido rigoroso do termo" (p. 95). O exame veio a ser desdobrado no livro *A modernização autoritária do jornalismo no Brasil, 1950-2020* (2022).

[69] Também sob orientação deste, apresentou a dissertação *A história do seu tempo: a imprensa e a produção do sentido histórico* (1995), já situada na intersecção entre a história e a semiologia.

— *Diário Carioca*, *Jornal do Brasil*[70], *Tribuna da Imprensa* e *Última Hora* — para, então, articular este a outros aspectos igualmente importantes: gráfico, empresarial, profissional etc., dentro do respectivo contexto histórico.

A partir dessa multiplicidade de articulações, foi além da constatação de que "o *Diário Carioca* foi o primeiro jornal brasileiro a adotar, de forma sistemática, as técnicas norte-americanas" (p. 33), sendo capaz de desenvolver rica leitura histórica. É argumentado que a imprensa carioca, em geral, encontrou, naquela década, "marcada pelo crescimento econômico e pela conquista de garantias democráticas", "uma conjuntura extremamente favorável" para realizar sua modernização em nível técnico, profissional e empresarial, sem que tenha havido, porém, "a eliminação de formas arcaicas e paternalistas de administração" (p. 343).

Ainda, que o avanço da profissionalização da classe, por meio do ensino, e com o amparo do Estado, bem como a constituição de um ideário centrado nos valores de *objetividade* e *imparcialidade* na forma de noticiar, não impediram as empresas jornalísticas de exercerem "uma função nitidamente política" em meio às crises do período, "desde a do dramático suicídio de Vargas até a da posse e deposição de João Goulart". Conclui, assim, que "o processo de modernização apontava para uma autonomização do campo jornalístico, mas a sua autonomia total não era possível" (p. 346), especialmente em relação ao campo político.

Liriam Sponholz (1971*), por sua vez, procurou mostrar como essas mudanças se processaram na imprensa paulista com base em estudo de caso. Trata-se de *O Estado de S. Paulo (1942-1972): uma contribuição à história das técnicas jornalísticas* (1999), sua dissertação de mestrado apresentada ao programa de história da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Aqui, todavia, a proposta se deteve no plano da reforma editorial e gráfica do jornal, objetivando expor especificamente como este,

[70] Patrícia Ferreira Lima e Itala Maduell Vieira dedicaram-se a estudar o caderno cultural do periódico, respectivamente, em *Caderno B do Jornal do Brasil: trajetória do segundo caderno na imprensa brasileira, 1960-85* (2006), e *O Caderno B do JB como mito e modelo no jornalismo cultural brasileiro* (2016). As temáticas, mesmo que correspondentes, foram trabalhadas por ângulos diferentes: em sua tese, a primeira documentou edições e entrevistou jornalistas a fim de desenhar a trajetória do caderno, em suas relações com o contexto histórico-social; enquanto a segunda, em sua dissertação, valeu-se dessas técnicas para compreender como este se construiu enquanto mito de vanguarda, prestígio e inovação jornalística entre as gerações de profissionais da área. As conclusões, no entanto, não diferiram: ambas apontam o *Caderno B* como uma espécie de laboratório das reformas que remodernizaram o *Jornal do Brasil* a partir da década de 1950, cujo resultado serviu de modelo para as demais folhas especializadas, em circulação no país.

tradicionalmente, caracterizado por ter um forte viés opinativo, reagiu à adoção de um modelo que institui a objetividade como norma.

O argumento da estudiosa é de que, no caso d'*O Estado de S. Paulo*, o processo de padronização das técnicas de redação e reportagem foi gradual e ocorreu de forma menos concentrada em comparação à imprensa carioca:

> Isto não significa, no entanto, que o jornal ignorou ou rejeitou completamente o modelo da pirâmide invertida, ou o formato imposto pelo *lead*. O periódico demonstra uma certa resistência à padronização. Esta resistência pode ser sentida ao se verificar que o projeto gráfico do jornal só foi implantado na década de 80. O primeiro manual de redação de *O Estado de S. Paulo* foi elaborado no final da década de 80, início dos anos 90. No entanto, antes disso, o jornal acaba incorporando alguns elementos das reformas gráfica e editorial adotadas pela imprensa carioca. As reportagens passam a contar com *leads*, os advérbios, adjetivos e artigos caem em desuso, principalmente nos títulos, mas, ao mesmo tempo, a opinião continua presente na escolha da pauta, das fontes, das declarações dos entrevistados, da diagramação e o destaque (ou a falta deste) dado para alguns textos, em detrimentos de outros (SPONHOLZ, 1999, p. 73-74).

Fora do âmbito da mídia impressa, foram poucos aqueles que se propuseram a estudar, em perspectiva histórica, a problemática da influência norte-americana. Entre eles, Luciano Klöckner (1958*), autor de *O Repórter Esso: a síntese radiofônica mundial que fez história* (2008), trabalho desenvolvido ao longo de sua pós-graduação na PUCRS, e cuja proposta foi resgatar a trajetória do noticiário originalmente importado dos Estados Unidos e, de 1941 a 1968, transmitido no Brasil. Para feitura da pesquisa, começa por combinar levantamento documental e entrevistas realizadas com profissionais que atuaram no veículo; em seguida, ao avançar para a interpretação do material, adere à hermenêutica na formulação de John B. Thompson, agregando-lhe elementos da semiologia barthesiana.

O fundamental, diz o brasileiro, é captar a dupla configuração do noticiário enquanto produto jornalístico inovador e discurso político-ideológico, advindo de uma estratégia de dominação cultural[71]. Quanto à primeira característica, fato é que, "com o *Esso*, iniciou-se no país a síntese noticiosa, transmitida com pontualidade, o texto sucinto, direto, vibrante, aparentando imparcialidade, contrapondo-se aos longos jornais falados, característicos da época" (p. 179). Ao mesmo tempo, "por se inserir

[71] João Batista de Abreu, autor da tese *Rádio e formação de mentalidades: testemunha ocular da Guerra Fria na América Latina* (2004), também concorda que o radiojornalismo teve papel preponderante em uma estratégia que visava exportar o *American way of life*. Mas, diferente de Klöckner, trabalha em um plano de investigação que perpassa o jornalismo.

no Brasil durante a Segunda Guerra", representando os interesses de um conglomerado internacional, "carrega consigo, além da ideologia empresarial, a ideologia e a cultura de um Estado-nação, no caso os Estados Unidos" (p. 171); de modo que, ao fim, o discurso jornalístico poderia ser assim resumido:

> hegemonicamente encrático quando tratava dos aliados, do capitalismo, da política do petróleo e do estilo de vida dos americanos, mas [...] acrático frente aos países do Eixo, ao comunismo e outras políticas a que se opunha por questões filosóficas (KLÖCKNER, 2008, p. 169).

Ainda que não se deva igualar essa leitura com aquela trazida pelos historiadores políticos, nas décadas de 1970 e 1980, já que no presente caso se atribui relativa autonomia ao jornalismo, sem reduzi-lo completamente à concepção de instrumento de manipulação; por outro lado, convém perceber que a tendência não é senão blindá-lo, enquanto discurso, das contradições inerentes à prática social. Outra questão, não menos expressiva, refere-se à preocupação demasiada em acomodar o fenômeno noticioso nos marcos de um complexo aparato teórico-metodológico, sem que fique clara a justificativa, o que, na verdade, termina por não beneficiar o aprofundamento da interpretação histórica em si.

Maior abertura às contradições presentes, na construção discursiva, se averigua, por exemplo, na tese já mencionada de Salvador Faro (1999). Embora as conduções analíticas entre um e outro sejam distintas, ambos trabalham essencialmente com a mesma hipótese. Assim como o noticiário radiofônico, a revista *Realidade* (1966-1976) também é tomada "como um modelo de vinculação entre a produção do texto jornalístico e o conjunto das manifestações políticas e culturais vividas no período estudado, no Brasil e no exterior" (p. 4). Porém, este segue uma perspectiva gramsciana, para sustentar que "não são as estruturas burocrático-políticas do Estado nem os interesses econômicos da indústria cultural os nexos de entendimento do trabalho intelectual", no qual inclui o jornalismo; "são, antes disso, os conflitos que permeiam a sociedade civil que o explicam" (p. 7).

Quer dizer que, no modo de ver deste autor, ao mesmo tempo que incorpora os componentes ideologicamente hegemônicos da produção cultural, o jornalismo resulta em produto com grau de autonomia intelectual que transcende os limites estruturais postos pelo aparato burocrático e comercial. À luz desse entendimento, a revista é encarada, em sua fase inicial, como expressão informativa mais bem-

acabada da onda de comportamentos contestatários e transgressores de meados dos anos 1960. Mas isso só teria sido possível na medida em que grupo de jornalistas e intelectuais encontrou nela oportunidade ímpar, em meio à situação autoritária que avançava no país, e foi capaz de responder — a partir de um quadro complexo de reportagens — às demandas da conjuntura cultural, de maneira tal que a

> *Realidade* pode ser vista como um *divisor de águas* na história do jornalismo brasileiro; ela *organizou*, sob a forma da reportagem, a participação do profissional de imprensa nas questões colocadas em sua época. E não o fez exclusivamente como uma experiência editorial voltada para si mesma senão que se fixou como uma *escola* que abrangeu outros órgãos de informação e como uma experiência que buscou a atemporalidade de sua prática (FARO, 1999, p. 281)[72].

Com essa conclusão, estabelecem-se dois pontos significativos de divergência em relação ao trabalho de Bernardo Kucinski, outro importante estudioso do período, discutido no capítulo anterior. O primeiro é que, para Faro, as experiências alternativas não poderiam ser explicadas em oposição ao jornalismo praticado pelo conjunto de veículos comerciais reunidos sob o rótulo de grande imprensa. Até porque, implicaria desconsiderar tanto que, em parte, os alternativos foram influenciados pela linguagem de novos projetos lançados pelo mercado editorial, bem como se tornaram depositários das práticas investigativas que se inviabilizaram nos diários de referência, a partir do AI-5. O segundo ponto de discordância envolve o entendimento da imprensa como aparelho ideológico, conceito que, para o historiador das revistas, não refletiria as múltiplas contradições imanentes à dinâmica das redações e, consequentemente, da cobertura jornalística.

Outro capítulo da história do jornalismo pós-1964 foi abordado por Maria Aparecida de Aquino (1953*) e Beatriz Kushnir (1966*), autoras, respectivamente, de *Censura, imprensa, Estado autoritário, 1968-1978: o exercício cotidiano da dominação e da resistência* (1999), e *Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à constituição de 1988* (2004). De antemão, cumpre assinalar que, embora ambas assumam a tarefa de investigar as práticas de censura/autocensura durante o Regime Militar, a matéria é desenvolvida por elas sob vieses diferentes. O objetivo da primeira foi o de comparar as reações de dois órgãos com linhas editoriais distintas, diante do

[72] Passando do ponto de vista dos jornalistas para o dos leitores da publicação, Letícia Nunes de Moraes empreendeu estudo de recepção com base em cartas enviadas à redação, como apresenta no livro-dissertação *Leituras da revista Realidade, 1966-1968* (2007).

recrudescimento da repressão, enquanto a preocupação da segunda recaiu sobre o colaboracionismo por parte de um único veículo.

Pós-graduada em história pela USP, Aquino articulou procedimentos de entrevista e documentação, para cotejamento das ações sofridas pelo *O Estado de S. Paulo* (1875-) e pelo *Movimento* (1975-1981), este representante da imprensa alternativa. A partir da análise do material, evidencia que, apesar de ambos os segmentos terem experienciado a prática cotidiana da censura prévia[73], o tratamento dado a eles pelos censores teve pesos diferentes, sendo as restrições muito mais duras no caso do segundo do que no primeiro. Também por isso, mas não só, a atuação do Estado autoritário não deve ser encarada "sob uma perspectiva de homogeneidade, mas sob a ótica da diversificação" (p. 222), captando os "aspectos contraditórios, envolvendo diferentes interesses e os conflitos" em jogo (p. 23).

Com amparo nesses resultados, buscou enfrentar algumas questões, a seu juízo, até então mal resolvidas na historiografia do tema:

> A primeira é a tendência a se considerar a censura política como um exercício unilinear, uma prática geralmente vivenciada à distância, sob a proteção do anonimato — por trás de um telefone, de um bilhete sem assinatura e mesmo sob a impessoalidade dos organismos estatais representando-se como "de ordem superior", por meio da fórmula clássica de "fica terminantemente proibido" e por intermédio da capa protetora de uma imagem burocrática e asséptica do funcionário público "cumpridor de ordens". Em segundo lugar, a imagem construída de um Estado todo poderoso, dotado de vontade única, livre de contradições internas e de interesses diferenciados, condutor dos destinos da nação, tanto no momento de recrudescimento da repressão (a partir de 1968), como quando "resolve" distender as pressões políticas sobre a sociedade civil (a partir do projeto de abertura "lenta, gradual e segura"). Em terceiro, a representação de uma imprensa escrita, vítima do algoz da censura e indivisível na batalha pela restauração da plena liberdade de expressão (AQUINO, 1999, p. 21).

Por seu turno, Kushnir buscou desvelar a rede de relações envolvendo jornalistas, censores e policiais no quadro da *Folha da Tarde* (1949-1959/1967-1999), com o cuidado de pontuar que o colaboracionismo não foi praticado pela maioria dos profissionais de imprensa. A pesquisa, resultado de seu doutoramento em história pela Unicamp, apoia-se em documentação e entrevistas, assim como a de Aquino. No entanto, aqui se trabalha com um número bem maior de depoimentos: foram ouvidos

[73] A brasilianista Anne-Marie Smith, autora de *Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil* (2000), ao também entrevistar jornalistas e censores, fala em um processo de internalização de uma cultura de impotência, naquele contexto, entre os profissionais nas redações.

45 jornalistas (19 deles com atuação no respectivo jornal) e, do grupo de censores, foram 11 os entrevistados, entre funcionários do Departamento de Polícia Federal.

Eis um dos méritos da investigadora: situar as ações dos sujeitos dentro do tempo e do espaço de mutação do Grupo Folha, mostrando como a *Folha da Tarde*, criada em 1949 e ressurgida em 1967, comportou uma redação "com diversas tonalidades de engajamento político" (p. 233); até o momento que, após o AI-5, abandonou os pressupostos de "fiscalizar o poder, buscar a verdade dos fatos e fomentar o espírito crítico" e "tornou-se um exemplo claro do colaboracionismo [...] com o poder autoritário" (p. 232); e, em 1978, novamente ajustando-se ao momento, porém, agora, aos sinais de reabertura democrática, "iniciou uma série de mudanças na estrutura interna da redação" (p. 238). Em mais detalhes:

> A nova direção do jornal, ao tomar posse, fez uma "limpeza". Suprimiu as baias da redação e as inúmeras colunas do periódico. Carlos Dias Torres perdeu a sua coluna *Notícias Militares*, que tratava dos aniversários de colégios militares, da entrega de espadins e de outros acontecimentos sociais da caserna. Indagado sobre o termo "limpeza", Torres, que permaneceu ainda na nova redação, retrucou: "Mas ela não estava suja!". Ele e alguns outros jornalistas, como Luís Carlos Rocha Pinto, que recebia os "bilhetes da censura" na Agência Folha, foram mais tarde colocados de lado e passaram a receber um salário do Grupo Folha, contando tempo de serviço para se aposentarem. Esses salários muitas vezes continuaram depois da aposentadoria para que complementassem seus pecúlios (KUSHNIR, 2004, p. 344).

Nos anos que se seguiram, o que se confere é uma continuidade da produção historiográfica sobre a atuação das empresas jornalísticas no período, cuja ênfase está na participação e cumplicidade destas a favor do golpe de 1964. Há desde estudos sobre a função da chamada Rede da Democracia na destituição do governo João Goulart (1961-1964), a exemplo das monografias de Eduardo Gomes Silva (2008) e Aloysio Castelo de Carvalho (2010), ambas produzidas no âmbito da UFF; a outros, preocupados em revelar a ambiguidade de certos discursos, como o livro de Juremir Machado da Silva (2014), ou, com abordagem categorial, sobre "quem disse sim e quem disse não à intervenção", tal como o de Álvaro Larangeira (2014), pesquisador então vinculado à Universidade Tuiuti do Paraná (UTP)[74].

[74] Entre as teses sobre o período, mas com outros interesses de estudo: *Imprensa e rupturas institucionais: narrativas do vivido e do imaginário sobre o Golpe Civil-Militar de 1964 no Brasil e a Revolução de 25 de Abril de 1974 em Portugal* (2017), de Camila Garcia Kieling; *Sob o império do arbítrio: Prêmio Esso, imprensa e ditadura* (2019), de Marcio de Souza Castilho; *O esquadrão da morte*

Com menor frequência, apareceram também análises direcionadas às manifestações de resistência e contestação na *mídia hegemônica*. No que concerne ao audiovisual, merece destaque *Depois da revolução, a televisão: cineastas de esquerda no jornalismo televisivo dos anos 1970* (2011), oriundo da dissertação de Igor Sacramento (1983*), na UFRJ, sob orientação de Ana Paula Ribeiro. Ao tomar como tema os documentários exibidos pelo *Globo Repórter* (1973-), mostra que, ainda que inseridos em um ambiente comercial, seus diretores, quase todos militantes, conseguiram abordar questões sociais importantes, desde uma perspectiva crítica:

> Foram exemplos: a realização de documentários descomprometidos com o "nível cultural" dos telespectadores (como em *As Crianças*, de Maurice Capovilla, e em *O Som do Povo*, de Gustavo Dahl); [...] a identificação da ufologia como um fetiche da sociedade capitalista e não como um novo modismo, e o enfoque da poluição como metáfora para discutir o medo e a ignorância a que a população brasileira da época estava submetida em documentários dirigidos por Walter Lima Junior; a crítica à exploração do trabalho de migrantes nas grandes cidades e ao enraizamento estrutural da desigualdade social que "cria bandidos" (respectivamente, *Caso Norte* e o censurado *Wilsinho Galileia*, dirigidos por João Batista de Andrade) e o destronamento da narração em *off*, preceito básico do *Globo Repórter* (como acontece em *Theodorico, o Imperador do Sertão*, de Eduardo Coutinho, que não usa locutor externo) (SACRAMENTO, 2011, 248-249).

No que tange ao segmento impresso e regional, pode-se citar a tese de Christina Musse (1957*), *Imprensa, cultura e imaginário urbano: exercício de memória sobre os anos 60/70 em Juiz de Fora* (2008), também defendida na UFRJ — mas orientada por Heloísa Buarque de Hollanda (1939*) —, e que recupera o caso do *Diário Mercantil* (1912-1983), jornal conservador que chegou a servir de palco para atos culturais de contraposição. Todavia, como o título da obra informa, a intenção da autora não é historiar o periódico em si, mas a partir dele, versar sobre o papel da imprensa como construtora de identidades culturais — o que são tendências de abordagem a serem sublinhadas na historiografia do campo após os anos 2000.

5.4 Identidade, raça e gênero na mídia militante

Questões ligadas à identidade como raça e etnia não são de todo recente na pesquisa em imprensa, pelo menos quando levada em conta a tradição brasileira de

de São Paulo e a imprensa paulista, 1968-1978 (2018), de Márcia Gomes Fernandes; e *A verdade dita é dura: jornalismo, história e ditadura militar no Brasil* (2021), de André Bonsanto Dias.

estudos sobre a esfera cultural. Como visto no capítulo anterior, preocupações do tipo podem ser encontradas desde os ensaios de Roger Bastide (1951), sobre os jornais escritos por negros para negros, ou de Gilberto Freyre (1963), com base nos anúncios de escravizados, no século XIX. Trabalho esse, de utilização dos periódicos como documento para observação da situação do negro na sociedade brasileira, que, segundo o próprio antropólogo-sociólogo, remete a comunicações anteriores, como a realizada no Primeiro Congresso de Estudos Afro-brasileiros, em 1934.

Verifica-se, porém, que ambos os temas não receberam de imediato maior atenção dos historiadores e cientistas sociais, levando tempo para se desenvolver academicamente. Enquanto o artigo de Bastide foi tomado como norte por Miriam Nicolau Ferrara na dissertação *A imprensa negra paulista, 1915-1963* (1982), apresentada no curso de sociologia da USP, o de Freyre foi referência para a de Lilia Schwarcz (1957*), no de antropologia da Unicamp. Publicada sob o título *Retrato em branco e preto: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX* (1987), ocupa-se esta igualmente dos impressos como fonte primária, mas com o intuito de compreender como a elite branca representavam *o negro*.

Relativas à grande ou à pequena imprensa, as folhas também serviram de documentação para Humberto Machado (1941*), em *Palavras e brados: a imprensa abolicionista do Rio de Janeiro, 1880-1888* (1991) — sua tese em história pela USP, editada duas décadas mais tarde em livro. Aqui, todavia, o objetivo foi situar a trajetória e o pensamento do jornalista negro José do Patrocínio (1853-1905) no processo abolicionista, a partir da análise dos jornais a ele vinculados. O historiador averigua o caráter, por vezes, moderado destes, em relação às “notícias sobre revoltas, fugas, enfim todos os meios que os cativos manifestavam para demonstrar a sua oposição a um regime coercitivo” (p. 17), o que revela uma posição ambígua:

> Patrocínio encarnava o típico liberal do século XIX, oscilando entre a defesa intransigente dos escravos, a ponto de situar Spartacus como exemplo para aqueles aprisionados pelos grilhões do cativeiro, e o reformista que buscava direcionar, muitas vezes, o seu discurso para sensibilizar os setores escravistas. Esta atitude o tornava semelhante, de certa maneira, ao conjunto da intelectualidade brasileira (MACHADO, [1991] 2014, p. 17).

No que tange à continuidade dessa linha voltada ao estudo do papel dos intelectuais e jornalistas na campanha abolicionista, além das dissertações e teses

orientadas por Machado, na UFF[75], deve-se comentar a empreitada de Juremir Machado da Silva (1962*), professor da PUCRS. *Raízes do conservadorismo brasileiro: a abolição na imprensa e no imaginário social* (2017) constitui-se em exame dos discursos políticos produzidos no contexto da assinatura da Lei Áurea, destacando, não só a atuação de Patrocínio, mas também a de outros "heróis negros da abolição", a exemplo de Luís Gama (1830-1882) e André Rebouças (1838-1898). Para Silva, "a abolição não teria acontecido sem o trabalho de parlamentares [brancos] como Nabuco, Rui e Dantas", ao mesmo tempo que "o trabalho desses políticos, porém, não teria surtido efeito sem a pressão externa articulada" daqueles (p. 335).

A despeito da ampla pesquisa documental e do juízo crítico que marcam o presente trabalho, não se deve ignorar o aspecto contraditório contido em seu argumento. Pois, de um lado, afirma o historiador e jornalista que "a abolição foi um produto, de certo modo, da imprensa. Uma obra do impresso" (p. 303). De outro, concluiu que "a abolição da escravatura no Brasil foi o produto de pressões internacionais, de interesses econômicos contraditórios e de uma tomada de consciência que mobilizou a imprensa e se alimentou da militância de grupos cada vez mais organizados e mais eficazes" (p. 423)[76].

Entre os especialistas na história do periodismo negro, a tendência que se afere é, em linhas gerais, de concordância com a visão de Bastide e de Ferrara, de que, apesar das adversidades que limitaram sua produção e circulação no país, o segmento serviu de espaço para a valorização da cultura afro-brasileira, bem como contribuiu para compensar a falta de condições de integração da população negra recém-liberta. Essa ideia é corroborada por Gilmar Luiz de Carvalho, em *A imprensa negra paulista entre 1915 e 1937* (2009), ao ressaltar a função dos periódicos enquanto instrumento de luta contra a exclusão sócio-político-econômica.

Levantamento mais abrangente, do ponto de vista geográfico, foi empreendido por Ana Flávia Magalhães Pinto (1979*), na dissertação *Imprensa negra no Brasil do*

[75] Entre as teses, pode-se mencionar: *O Paiz e a Gazeta Nacional: imprensa republicana e abolição. Rio de Janeiro, 1884-1888* (2006), de Andréa Santos Pessanha; e *Em nome da ordem: o Jornal do Commercio e as batalhas da abolição* (2017), de Roger Anibal Lambert da Silva.

[76] Em *Imprensa e escravidão: política e tráfico negreiro no Império do Brasil, 1822-1850* (2010), Alain El Youssef também enfatiza o papel duplo desempenhado pela instituição jornalística, na medida em que foi lócus para o avanço do debate público, mas antes "imprescindível para a manutenção da mão-de-obra escrava durante quase todo o período monárquico" (p. 275).

século XIX (2010)[77], cuja documentação contempla títulos publicados tanto nas províncias de Pernambuco, São Paulo e Rio Grande do Sul, quanto na corte — a começar por *O Homem de Côr* (1833), tido como o primeiro do gênero. Já José Antônio dos Santos (1965*) deteve-se, inicialmente, na trajetória de órgão pelotense, como se vê em *Raiou "A Alvorada": intelectuais negros e imprensa, 1907-1957* (2003), trabalho que é sucedido por *Prisioneiros da história: trajetórias intelectuais na imprensa negra meridional* (2011), tese na qual amplia o escopo de análise e evidencia outras características:

> [...] praticamente todos os periódicos da imprensa negra analisados carregavam os subtítulos de "críticos e noticiosos", como era comum na época. A diferença desses jornais estava na crítica aos comportamentos preconceituosos da sociedade, no reforço às prescrições sociais entre os negros e na divulgação de assuntos de interesse daquele meio, enquanto nas demais publicações a identificação como "críticos e noticiosos" geralmente restringia-se às questões políticas e sociais e aos discursos moralistas dirigidos aos costumes das "classes populares" em que os negros, quando identificados, apareciam como os principais personagens estereotipados (SANTOS, 2011, p. 110).

Da produção historiográfica sobre o protagonismo intelectual dos jornalistas negros, passa-se àquela sobre as feministas. Entre as estudiosas do segmento, destacam-se Rosalina de Santa Cruz Leite (1945*), Elizabeth Cardoso (1972*) e Constância Lima Duarte (1948*), grupo que pode ser inserido, ou pelo menos relacionado, à tradição iniciada, entre as brasileiras, por Dulcília Buitoni, na década de 1980. Na intersecção entre estudos de gênero e história da imprensa feminina, década depois surgiram outras monografias, assinadas por Carla Bassanezi, Leoní Serpa e Kátia de Carvalho, tal como detalhado ainda no capítulo anterior.

A partir dos anos 2000, acompanha-se o aparecimento também de outras contribuições com objetivo de historiar especificamente as publicações produzidas pelo movimento feminista. Defendida no programa de ciências sociais da PUC-SP, a tese de Rosalina Leite — *A imprensa alternativa pós-luta armada: os jornais Brasil Mulher e Nós Mulheres* (2004) — concentra-se em dois projetos precursores e evidencia como, em pleno Regime Militar, construíram-se em espaços de

[77] A historiadora também é autora do livro-tese *Escritos de liberdade: literatos negros, racismo e cidadania no Brasil oitocentista* (2018), sobre a trajetória de Luiz Gama, Machado de Assis, José do Patrocínio e outos "homens livres de cor" igualmente atuantes na imprensa.

experimentação das descobertas das mulheres sobre si mesmas, por meio de matérias sobre direitos sexuais e direitos reprodutivos.

Elizabeth Cardoso, no mesmo ano, mas no curso de comunicação da USP, apresentou a dissertação *Imprensa feminista brasileira pós-1974* (2004), sendo orientada por Kucinski. Partindo de um levantamento de 75 títulos, propõe que tal imprensa seja dividida em duas gerações, tendo como marco divisório temporal os anos 1980. Segundo a pesquisadora, os periódicos pertencentes à segunda geração seriam pautados propriamente pela questão de gênero, enquanto na primeira predominariam as preocupações de classe — sem "deixar claro que a luta pela emancipação da mulher passa primeiramente pelos direitos humanos e pela construção de uma sociedade justa para homens e mulheres" (p. 19).

Constância Duarte, por sua vez, interessada no período histórico anterior, entregou outro tipo de obra: um dicionário ilustrado, incluindo, mas sem se restringir, as publicações ligadas à reivindicação de direitos civis e políticos para mulheres. Trata-se de *Imprensa feminina e feminista no Brasil: século XIX* (2016), composta por verbetes com informações sobre projeto editorial, quadro de colaboradores, entre outros dados, de 143 folhas destinadas ao público leitor feminino. O volume de material catalogado não lhe impediu de explicitar algumas das linhas gerais dos impressos oitocentistas que, a seu ver, vão refletir a dicotomia vigente:

> Alguns se empenham em acompanhar a transformação dos tempos e defendem que as mulheres devem ser respeitadas, ter direito de frequentar as escolas e o espaço público. Já outros reiteram sua fragilidade e delicadeza, a especificidade dos papéis sociais, e se limitam a falar de moda e criança. Ocorria muitas vezes, inclusive, de propostas antagônicas se misturarem no mesmo periódico, e artigos investidos de tom progressista ficarem próximos de outros com ideias contrárias (DUARTE, 2016, p. 25).

No que se refere à pesquisa sobre história, imprensa e homossexualidade, um marco é o ano de 2000, quando são apresentadas, no programa de comunicação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), as seguintes dissertações: *O estilo Sui Generis de vida gay: identidade e esfera pública* (2000), de autoria de Marcus Antônio Assis Lima (1963*) e, outra, de Carlos Alberto de Carvalho (1966*), *Visibilidades mediadas nas narrativas jornalísticas: a cobertura da Aids pela Folha de S. Paulo de 1983 a 1987*. Apesar de distintas, tanto em termos de objeto, quanto de abordagem, as investigações ilustram como se deu o desdobramento da problemática homossexual no campo e suas principais modalidades analíticas.

Carvalho analisa a cobertura jornalística sobre a Aids e, como desde seu início, despertou preconceitos vários, mas um em particular: a homofobia. Nesse sentido, o que pretende é discutir o jornalismo como espaço de produção e disseminação, ou de combate e denúncia, de estigmas e discriminação social. Perspectiva de certa maneira semelhante está presente nos estudos sobre os alternativos, a exemplo de *Lampião da Esquina: homossexualidade e violência no Brasil, 1978-1981* (2015), de Victor Mariusso, que busca, por meio do jornal, compreender simultaneamente as ações de repressão contra homossexuais, durante a ditadura, e a importância daquele periódico como plataforma de visibilidade da situação.

Em contrapartida, o enfoque de Lima não é a homofobia nem a luta contra à violência de gênero, mas o processo de formação da *cultura gay* e como disso, notadamente, a revista *Sui Generis* (1995-2000) participou. No entanto, ao proceder à análise de conteúdo da publicação — capas, matérias e coluna de cartas do leitor —, constata o pesquisador que, apesar de levantar a bandeira da diversidade sexual e do combate ao preconceito, ela não deixou de reproduzir, ao longo de sua existência, os discursos excludentes que pregam “um modo único de viver a sexualidade”, em tentativa “de uniformizar padrões de comportamento, hábitos e valores que perpassam a comunidade homossexual” ([2000] 2018, p. 187).

Ainda que esta última monografia traga informe histórico sobre a imprensa homossexual no Brasil, o propósito não é o de reconstruir o processo de formação do segmento, mas apenas contextualizar o objeto para estudo da questão identitária. Fora do âmbito estritamente acadêmico, essa tarefa foi assumida, de forma mais livre, por Flávia Péret (1978*) no livro-reportagem *Imprensa gay no Brasil* (2012), publicado como parte de antigo programa de pesquisa da *Folha de S. Paulo*. O texto constitui um relato descritivo sobre as principais publicações e alguns personagens-chave, como o jornalista Aguinaldo Silva (1943*), um dos editores do *Lampião*, que veio a se tornar dramaturgo de sucesso na TV Globo.

No plano universitário, desenvolvimento historiográfico do assunto se tem com a dissertação de Vinicius Ferreira Cordão (1991*), *Imprensa homossexual brasileira e construções de subjetividades, 1960-1980* (2017), na UFRJ. Visando investir em outro tipo de interpretação, o autor buscou documentar aspectos variados — padrões de representação, práticas jornalísticas, estruturação empresarial etc. — de um conjunto de 33 periódicos homossexuais. Isso lhe permitiu identificar formas recorrentes de

apreensão da homossexualidade, ao longo das três primeiras décadas da imprensa especializada no país, traduzidas em modelos que denominou: hierárquico, igualitário, *queer* e *pink money*. Em suas palavras,

> o modelo hierárquico confere visibilidade à bicha marcada por uma estética *camp*, que por meio da arte conseguiria respaldo social, mas teria como alteridade nesse processo o bofe e o travesti. O modelo igualitário, por vez, apresenta o entendido como uma resposta à bicha, criticando o homossexual afeminado e a divisão de papeis sexuais. Neste caso, a cidadania seria atingida por uma sanitarização das práticas. A rigidez de ambos os modelos levaria um grupo de intelectuais a contestarem a forma como a homossexualidade vinha sendo repensada e apresentada nessas publicações. Surgiu, então, o modelo *queer*, que munido pelo humor e o deboche, enquanto estratégias discursivas visava à liberdade sexual. Por fim, o modelo *pink money* refletiu o desenvolvimento do movimento homossexual, com a expansão dos guetos e a consequente mirada mercadológica e a inserção em uma lógica do cidadão consumidor (FERREIRA, 2017, p. 161-162).

Analiticamente, deve-se perceber que, trabalhando com um *corpus* relativamente semelhante, as pesquisas discutidas chegam a conclusões divergentes. Por exemplo, Cardoso (2004) avaliou que, diferentemente de outros segmentos, “a imprensa feminista é um fenômeno contínuo e vigoroso socialmente, já que suas publicações são editadas ininterruptamente desde 1974 até nossos dias” (p. 122). Já para Cordão (2017), “o contexto atual, marcado pela ausência de um veículo homossexual impresso e de circulação nacional, nos leva a supor que estaríamos vivenciando uma nova ordem comunicacional”; na qual os “impressos, aparentemente, perderam sua centralidade enquanto mecanismo estratégico de comunicação homossexual em meio à realidade cada vez mais digital” (p. 163).

Assinalado isso, cumpre reparar em uma questão que atravessa a produção como um todo, não sendo característica exclusiva deste ou daquele trabalho, que diz respeito à carência de uma chave de leitura histórica mais abrangente sobre o fenômeno. A tendência foi a de focar em certo nicho alternativo, mas de pouco colocá-lo em articulação com os demais segmentos, tampouco sintonizá-lo com os marcos de desenvolvimento do chamado *jornalismo de referência*. Portanto, sem tanta atitude de pensar as conexões entre pequeno e grande empreendimento, as transformações no fazer jornalístico que são compartilhadas entre os diferentes setores etc.

5.5 Conclusões: entre continuadores e renovadoras, o jornalismo reelaborado como mediador do debate público e espaço de sociabilidades

Como aqui exposto, a historiografia da década de 2000 teve como uma das marcas de sua expansão o reaparecimento das obras de síntese, sem que a forma monográfica tenha deixado de ser o registro dominante, como ocorre desde a fase de institucionalização da pós-graduação no país. Majoritariamente oriunda deste âmbito, a produção acadêmica se ampliou e diversificou com a abertura de novos programas e o crescimento dos antigos. Ao mesmo tempo, caracteriza-se pela intensificação das tendências epistemológicas herdadas do período anterior: delimitação do tema mediante rígidos recortes temporais e geográficos, tratamento da matéria a partir de aparato teórico-metodológico sempre mais complexo e eclético etc.

Tais aspectos não dizem respeito somente aos estudos de mídia e jornalismo, mas à produção como um todo nas ciências sociais e humanidades. Ao refletir sobre as implicações decorrentes deste movimento de hiperespecialização, Jurandir Malerba (2009) é um dos historiadores que alerta para a questão da fragmentação do pensamento, isto é, o cultivo de um modo de refletir "incapaz de entender a realidade em sua totalidade", na medida em que "decompõe as partes e as hipostasia, como se fossem entidades autônomas e independentes" (p. 47). Ao tratar da historiografia latino-americana, argumenta o crítico que também esta é, a partir da década de 1970,

> marcada por uma radical transição paradigmática que levou — para além da historiografia tradicional ainda numericamente majoritária e sob o influxo das perspectivas inovadoras então emergentes — ao *abandono das histórias de caráter holístico e sintético que então se elaboravam, baseadas em grandes teorias explicativas, em favor de novas modalidades analíticas de escrita histórica, centradas em objetos construídos em escala reduzida* (MALERBA, 2009, p. 15, grifo nosso).

Há que se fazer, contudo, ressalva a esse respeito, pois, como demonstrado ao longo do exame da historiografia da imprensa e do jornalismo, o processo em curso comporta dialética. De um lado, não se pode ignorar que muitos dos relatos que emergem — seja acerca do periodismo de revista, seja dos periódicos negros, feministas e homossexuais — não raro tendem a lidar com o seu caso como se fosse autônomo em relação ao *mainstream* de cada época. Por outro, o crescimento da produção especializada fomentou a elaboração de histórias múltiplas sobre o fenômeno jornalístico, considerando as diferenças que nele se inscrevem de

identidade, gênero, raça, etnia etc. — noções para as quais poucos dos investigadores pioneiros da área prestaram a devida atenção.

Também entre as novas gerações de historiadoras e historiadores da imprensa observa-se uma predileção pela história cultural, em meio à renovação da historiografia política que permanece como uma referência importante. Ao passo que diminui o interesse pela economia e pela sociologia de viés marxista, aumenta o diálogo com disciplinas como antropologia, estudos culturais, literatura e análise do discurso, dentre outras. Quanto à ótica teórica, percebe-se um deslocamento do estudo baseado na noção de *ideologia*, enquanto modo de ocultamento das relações capitalistas, para o emprego de ideia de *representação*, como um sem-fim de possibilidades de sentidos culturais conferidos ao mundo.

Essa mudança de orientação interfere diretamente na conceituação do fenômeno e, consequentemente, no modo com que é apreendido na realidade histórica. Ainda que resista a concepção do jornalismo como instrumento de manipulação, o que passa a predominar são modos de historiar pautados por outras ideias: agente de mediação, construtor de identidades, espaço de sociabilidades etc. Além do mais, fortalece-se, entre os historiadores situados academicamente no âmbito dos estudos de comunicação, a tendência de pensá-lo dentro dos parâmetros de uma área que ainda ensaia sua autonomização epistemológica[78].

Leticia Matheus (1975*) dá pista disso em sua tese doutoral, *Comunicação, tempo, história: tecendo o cotidiano em fios jornalísticos* (2014):

> Entende-se por jornalismo uma experiência comunicacional compartilhada cotidianamente por um conjunto de indivíduos, seja na produção, seja no consumo direto e indireto. Jornalismo aqui será tudo aquilo que, consensualmente ou conflituosamente, é experimentado como jornalismo, nas suas múltiplas dimensões informativo-noticiosa, estético, ficcional, opinativo-retórica, imagética, cômica. Ou seja, ele não poderá ser entendido como fruto exclusivo de deliberação profissional, mas como resultado momentâneo e parcial da dinâmica cultural (MATHEUS, 2011, p. 4).

No tocante à condução formal-metodológica, aprimoraram-se algumas estratégias e procedimentos, a começar pela diversificação dos tipos de materiais levados em conta na pesquisa documental. Como mostrado no capítulo anterior, a

[78] Há quem chegue a afirmar que a história da imprensa deveria ser reescrita a partir de "perspectiva endógena" ao campo acadêmico da comunicação, visão essa trazida por Mário Messagi Júnior na tese *O texto jornalístico no centro de uma revisão da história da imprensa no Brasil* (2009).

tendência da historiografia pré-1990 era supervalorizar os editoriais como fonte documental, ao passo que frequentemente excluía elementos igualmente identificadores da modalidade de jornalismo que certo grupo pratica. Pouco a pouco, as análises começaram a dar importância, para além dos artigos de opinião, a outros componentes, não só textuais (colunas, reportagens etc.), mas também visuais (capas, fotografias etc.). Essa incorporação operou, decerto, em benefício de exames mais abrangentes e dinâmicos a respeito da cobertura jornalística.

Uma das técnicas mais empregadas permaneceu sendo a entrevista, possivelmente pela familiaridade dos jornalistas e acadêmicos da área com sua realização. Todavia, o problema aqui continua o mesmo em relação à produção oriunda da fase de institucionalização: falta de postura crítica por parte dos analistas com o conteúdo extraído dos documentos. Em que pesem algumas exceções — a exemplo da investigação de Beatriz Kushnir —, o que se registra na maioria das vezes é antes uma reprodução dos discursos do que propriamente a elaboração de novas interpretações. Ou seja, a pluralidade metodológica não implica necessariamente em enriquecimento analítico, na medida em que o tratamento conferido às fontes não se revela tão qualificado quanto o levante dos materiais.

Esse é um ponto problemático, visto que sinaliza descompasso entre o que é enunciado pelos pesquisadores e o que, de fato, efetivam em suas práticas de pesquisa. Embora cada vez mais adeptos a teorias da interpretação, à diversidade de hermenêuticas, o que se verifica entre os estudos inscritos na *nova história da imprensa* são dificuldades muito semelhantes àquelas vistas entre os antecessores: em vez da mediação de conceitos, a aplicação de raciocínios já prontos, retirados sem maior ajuizamento de uma mescla eclética de referências. Essa conduta é agravada pelo fato de que geralmente inexiste compromisso de, em primeiro lugar, tecer um diálogo crítico-reflexivo com cada propositor teórico e, então, aprofundar com propriedade o debate em torno das diferenças e similitudes entre eles.

Consequentemente, grande parcela das contribuições acaba por operar em um nível demasiadamente imediato e descritivo, sem submeter a documentação a um procedimento efetivamente desconstrutivo, ainda que traga detalhamento da fundamentação teórico-metodológica pretendida. À vista disso, pode-se concluir que, analiticamente, parte significativa da produção vista entre o grupo de renovadores encontra-se, na verdade, ainda presa ao paradigma historiográfico anterior, a despeito

das tentativas de emancipação epistemológica do mesmo. Isto é, a um relato do tipo informativo acerca dos eventos e personagens, bastante limitado à narração cronológica, sem uma problemática explícita a resolver.

O grau de amadurecimento não é o mesmo entre os diferentes subcampos mapeados, variando principalmente entre a historiografia do jornalismo gráfico e o restante. Essa desigualdade se dá tanto em termos qualitativos como quantitativos. Quanto a este, faltam empreendimentos monográficos dedicados a historiar produtos do radiojornalismo, telejornalismo e ciberjornalismo. Nas próprias sínteses históricas, estes tendem a não ser o foco de atenção nem mesmo nos períodos em que são a prática profissional emergente ou dominante. Qualitativamente falando, muitos dos estudos examinados acerca destes gêneros guardam semelhança com os parâmetros historiográficos vistos desde os primeiros registros sobre os jornais, dado o caráter classificatório, relatorial e cronologista das suas historizações.

Os periódicos impressos permanecem como lócus privilegiado para o desenvolvimento do campo. Entre os inscritos nesse segmento, observa-se a renovação do grupo paulista especializado na história das revistas. Além do pioneirismo de Dulcília Buitoni, há que frisar os casos de José Faro e Tania de Luca, também formados na USP e que seguiram carreira, respectivamente, na Umesp e na Unesp. Mais do que pesquisadores de referência, ambos exerceram, assim como Buitoni, importante papel como orientadores de futuros professores[79]. Entre as renovadoras da especialidade, desponta o nome de Eliza Casadei, docente do programa da ESPM, mas tal como os demais, pós-graduada na USP.

Esse movimento acadêmico pode ser lido como evidência de um processo de descentralização da cultura de pesquisa, até então represada nesta universidade. No que se refere à historiografia do jornalismo em geral, embora tenham surgido iniciativas como a obra de síntese de Richard Romancini e Cláudia Lago, vê-se que tal linha de investigação deixou de ser prioridade, como era tratada pelo coletivo fundador da escola de comunicação: de Freitas Nobre, passando por Marques de Melo, até Alice Koshiyama; ou no departamento de história, por Maria Nizza da Silva, Arnaldo Contier e Maria Helena Capelato, desbravadores e incentivadores da pesquisa em história da imprensa. Ou seja, com o decorrer da sucessão das gerações

[79] No caso, Luca como acolhedora de projetos voltados às revistas culturais e literárias, enquanto Faro — como acadêmico de jornalismo — de trabalhos como o de Daniella Villalta (1999) sobre *Veja*, Eliane Basso (2005) sobre *Senhor*, e Jorge Tarquini sobre *Quatro Rodas* (2013).

ocorre um novo deslocamento da produção historiográfica especializada, para fora do âmbito responsável por sua institucionalização.

Se, no século passado, houve o movimento de transição do IHGB para a USP, passa agora a envolver uma variedade de espaços; o que não quer dizer, contudo, que não haja novos pontos de concentração. Aliás, pode-se considerar que houve um retorno da produção maior para o Rio de Janeiro. De início, com a FGV como referência — visto alguns projetos ali encabeçados por Alzira Alves de Abreu e Fernando Lattman-Weltman — e depois, com as instituições públicas. Na UERJ, com nomes como Marco Morel, Sonia Virgínia Moreira e Leticia Matheus; na FCRB, principalmente com Isabel Lustosa; na UFF, com Humberto Machado e Marialva Barbosa, que veio a se juntar, na UFRJ, a Ana Paula Goulart Ribeiro, orientadora de porção significativa das teses e dissertações debatidas.

Ademais, convém sublinhar o caso do programa em comunicação mantido pela PUCRS, que reuniu, por longo período, praticamente, desde a sua fundação, em 1994, o conjunto mais expressivo de pesquisadores com histórico de atuação na referida disciplina: Antonio Hohlfeldt, Beatriz Dornelles, Dóris Haussen, Francisco Rüdiger, Jacques Wainberg e Juremir Machado da Silva — bolsistas de produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), no período aqui documentado[80]. Dado esse que não deve ser menosprezado, já que, por razões de investimento no corpo docente, as instituições federais e estaduais — e não as privadas — abrigam tradicionalmente o maior número de cursos de pós-graduação e, consequentemente, lideram a produção em quase todos os ramos e suas divisões.

Enquanto a maioria dos historiadores de jornalismo pertencentes à fase de transição, inclusive os docentes acima citados, obtiveram doutoramento na USP, a nova geração tem se caracterizado por uma formação e atuação universitária mais diversa. Para ilustrar o processo simultaneamente de expansão, interiorização e renovação da cultura de pesquisa, pode-se mencionar os seguintes casos: Ana Regina Rêgo (mestre pela UFRJ e doutora pela UMESP), professora da UFPI; Mário Luiz Fernandes (mestre e doutor pela PUCRS), professor da UFMS; Hérica Lene (mestre pela UFF e doutora pela UFRJ), professora da UFRB; e Luís Francisco

[80] Os projetos de pesquisa desenvolvidos são bastante variados. Por exemplo, nos últimos anos, Hohlfeldt se propôs a desenhar uma história conectada do jornalismo na América Latina, enquanto Rüdiger se dedicou aos primórdios das teorias sobre imprensa, no contexto dos países europeus aos do extremo oriente. A obra de referência sobre o assunto é *Origens do pensamento acadêmico em jornalismo: Alemanha, União Soviética, Itália e Japão* (2020).

Munaro (mestre pela UFSC e doutor pela UFF), professor da UFRR. Além de pós-graduados na região sudeste e/ou sul, no período de 2000 a 2013, os quatro passaram a lecionar em programas de mestrado em comunicação, cuja implantação se deu posteriormente à conclusão de suas respectivas titulações.

Um efeito disso é a pluralização da produção acadêmica que, no caso da historiografia da imprensa, se expressa mediante a valorização da trajetória dos atores e práticas jornalísticas em âmbito regional[81]. No entanto, tal desenvolvimento enfrenta inúmeros limitadores, a começar pela desigualdade de distribuição dos programas pelo país, sobretudo de doutorado. Fora o sudeste concentrar o maior número de cursos fundadores e formadores, tanto na área de história, quanto na de comunicação, cumpre não ignorar que muitos dos programas mais recentes carecem de pessoal com especialização em matérias básicas, como história da mídia e do jornalismo. Esse cenário se evidenciou ao longo do próprio trabalho de levantamento e análise das teses e dissertações aqui comentadas.

Mas há questões que perpassam a realidade desses contextos, e são características comuns aos nossos pesquisadores. Diante do que foi apresentado, nota-se que parte significativa das contribuições, vistas entre os historiadores de ambas as fases, se origina de pesquisas de mestrado e doutorado, não havendo investigações equivalentes por parte da maioria deles nos estágios seguintes da carreira. Ou seja, o crescimento profissional e acadêmico geralmente — pois há importantes exceções, vide os capítulos próximos — não se refletiu proporcionalmente no amadurecimento da produção intelectual, o que poderia ser acompanhado por meio da publicação de novas obras monográficas e/ou de síntese.

Por fim, deve-se atentar para as mudanças relativas ao perfil da comunidade. Em um século e meio, passou-se de um cenário formado majoritariamente por intelectuais autodidatas e bacharéis em medicina, engenharia e direito, reunidos em torno do IHGB e seus congêneres, para um universo de múltiplas instituições universitárias, no qual são as pesquisadoras mulheres que ocupam o lugar de destaque, tanto em termos de produção intelectual, quanto de liderança institucional,

[81] A título de informação, pode-se citar as seguintes dissertações, orientadas pelos docentes recém-mencionados: *O jornalismo piauiense e a censura em tempos de Estado Novo* (2016), de Thamyres de Oliveira; *Correio do Estado: porta-voz da ideologia udenista na ditadura militar* (2020), de Alline Gois; *A Paladina do Lar entre o texto e o contexto: uma análise das publicações da primeira revista feminina da Bahia* (2020), de Michele Barros; e *Jornalismo e memória: a construção da política nos jornais de Roraima, 1907-1988* (2021), de Cyneida Correia.

à frente de associações e redes de pesquisa. Processo esse que se acentua a partir da última década, mas que tem início antes do século XXI, com a geração uspiana que se estende de Nizza da Silva a Capelato.

A seguir, dedicar-se-á ao estudo de caso de três historiadoras que seguiram por alguns dos caminhos por aquelas abertos: Alzira de Abreu, Isabel Lustosa e Marialva Barbosa, figuras que vão se distinguir, entre os nomes contemporâneos, pelo conjunto da obra produzida sobre história do jornalismo.

PARTE II — ESTUDOS DE CASO CONTEMPORÂNEOS

6 OS PRIMEIROS JORNALISTAS — ISABEL LUSTOSA

Isabel Lustosa, assinatura de Isabel Idelzuite Lustosa da Costa, é cearense, nascida na cidade de Sobral, em 23 de setembro de 1955. Filha de pai autodidata que alcançara posto em direção do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciários (IAPC), e de mãe professora primária, que progredira no serviço público, iniciou sua trajetória acadêmica ao ingressar no curso de ciências sociais da Universidade Federal do Ceará (UFC). Desta, transferiu-se, ainda no segundo semestre, para a Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde colou grau no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS), em 1981.

Em seguida à graduação, veio a oportunidade de trabalhar no Museu da República e no antigo Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC), local no qual permaneceu até 1992. Neste meio-tempo, concluiu o mestrado e iniciou o doutorado em ciência política, pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) — atual Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Finalizados, respectivamente, em 1991 e 1997, ambos foram cursados sob a orientação de José Murilo de Carvalho (1939-2023).

Academicamente vinculada às ciências sociais, e profissionalmente à história, Lustosa trilhou carreira como pesquisadora da Casa de Rui Barbosa, dedicando-se especialmente — mas não só — ao estudo das origens do periodismo brasileiro. De 1992 a 2020, integrou a equipe do setor de história da fundação, onde produziu a maior parte de sua obra especializada. Em 2007, foi admitida como sócia honorária do IHGB e, em 2012, recebeu o Prêmio Luiz Beltrão de Maturidade Acadêmica da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom), pelo conjunto de contribuições que fez à área de história da imprensa.

No âmbito internacional, ocupou, entre 2010 e 2011, a Cátedra Simón Bolívar do Institut de Hautes Etudes de l'Amérique Latine (IHEAL) da Université Sorbonne Nouvelle (Paris 3); e, entre 2012 e 2015, a Cátedra Sérgio Buarque de Holanda, junto à Maison des Sciences de l'Homme (FMSH), também localizada na capital francesa. Aposentada da FCRB, tem realizado pesquisas em instituições como a Universidade Nova de Lisboa, na qual atuou, durante o ano de 2020, com bolsa concedida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, na modalidade de professor visitante sênior.

Identificada como especialista em história política e cultural brasileira, com ênfase nos estudos sobre os periódicos impressos, é autora e organizadora de aproximadamente 20 obras. Conta que o interesse pelo assunto começou a surgir a partir da escrita da primeira delas: *Histórias de presidentes: a República no Catete, 1897-1960* (1989). A investigação remete aos anos em que, sendo integrante do quadro do Museu da República, participou do projeto coordenado pelo então chefe do setor de história, José Luiz Werneck da Silva (1932-1995). O objetivo geral da proposta era tratar da história do palácio e do bairro onde o museu está situado:

> Como me foi dada total liberdade na condução da pesquisa, escolhi trabalhar com a imagem dos presidentes que passaram por lá. Privilegiei a representação que deles fizeram a imprensa, principalmente os caricaturistas e humoristas. Assim, tomei contato com a produção de jornalistas do final do século XIX e começo do século XX. Ao procurar conhecer o ambiente da imprensa em que foram publicadas as primeiras caricaturas — a caricatura surgiu no Brasil em 1837, em plena Regência — fui surpreendida pela agressividade dos tantos pasquins que circulavam então (LUSTOSA, 2008a, p. 10-11).

Ou seja, o interesse pela caricatura política foi a porta de entrada para a pesquisa sobre imprensa. Depois de esboçar panorâmica da história das representações dos presidentes, voltou a pesquisadora a trabalhar com os periódicos enquanto fonte de investigação, em sua dissertação de mestrado, publicada sob o título *Brasil pelo método confuso: humor e boemia em Mendes Fradique* (1993). A intenção foi esmiuçar a trajetória e as criações do caricaturista Mendes Fradique, pseudônimo adotado pelo médico José Madeira de Freitas (1893-1944), que fez sua estreia como escritor humorístico na revista *D. Quixote* (1917-1927). Não se trata, portanto, de estudo jornalístico, mas sobre o humorismo da boêmia literária, no período em que a caricatura conheceu seu apogeu no país.

Das relações entre humor, arte e crítica política pela intelectualidade da Primeira República, a investigadora passou a se dedicar ao contexto da Independência, mas, desta vez, para estudar a geração pioneira de publicistas e as disputas pelos projetos de nação travadas nas páginas de seus jornais. Essa linha de trabalho é seguida por ela a partir da sua tese de doutoramento, intitulada *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência, 1821-1823* (2000), e desdobrada na síntese *O nascimento da imprensa brasileira* (2003).

Seus estudos acabaram por despertar a atenção do jornalista Alberto Dines (1932-2018), por quem foi convidada a participar de diferentes projetos, a começar pela coedição de toda a coleção do mensário publicado por Hipólito da Costa. Com o apoio da Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, foram lançados, entre 2001 e 2003, 29 volumes que compreendem as 175 edições do *Correio Braziliense, ou, Armazém Literário* — cada qual acompanhado de notas introdutórias —, além de um volume extra, montado a partir de textos contemporâneos. Em seguida, Lustosa tornou-se colaboradora do *Observatório da Imprensa* (1998-2016), na fase em que foi exibido pela TV Brasil. *De olho no passado*, seu quadro no programa de Dines, trazia aos telespectadores informes sobre a trajetória dos impressos do país[82].

Transformada em amizade, a parceria profissional lhe inspirou a empreender pesquisa biográfica sobre o patrono da imprensa brasileira, a qual foi terminada década mais tarde e se encontra publicada sob o título *O jornalista que imaginou o Brasil: tempo, vida e pensamento de Hipólito da Costa, 1774-1823* (2019)[83]. Como escreve, "esta é uma biografia de um homem político, ativista do liberalismo, empenhado em fazer o Brasil progredir e ocupar o lugar que lhe estava destinado. A biografia de um homem de letras combativo, determinado a lutar por suas ideias e que tinha a liberdade como princípio, como meio e como fim" (p. 16).

Lustosa organizou, neste ínterim, algumas coletâneas ligadas a outros temas que tem lhe acompanhado, a saber: *Imprensa, história e literatura* (2008)[84]; *Imprensa, humor e caricatura: a questão dos estereótipos culturais* (2011); e *Agostini: obra, paixão e arte do italiano que desenhou o Brasil*, *1843-1910* (2014). No primeiro semestre de 2016, liderou, ao lado de Tania Regina de Luca, a fundação do grupo de pesquisa *Imprensa e circulação de ideias: o papel dos periódicos nos séculos XIX e XX*, que reúne mais de cem pesquisadores de universidades nacionais e estrangeiras, distribuídos em mais de 12 linhas, com o objetivo de, em perspectiva histórica, refletir sobre a atividade periodística em suas conexões regionais e internacionais.

A seguir, o que se pretende analisar é como a autora investiga o fenômeno, explorando: 1) a vida e o pensamento político das figuras publicísticas que vieram à

[82] As matérias encontram-se disponíveis na página do *Observatório da Imprensa*, no portal da Empresa Brasil de Comunicação: https://tvbrasil.ebc.com.br/observatorio/post/isabel-lustosa

[83] Essa não é a primeira biografia de Lustosa, que escreveu anteriormente *D. Pedro I: um Herói sem nenhum caráter* (2006).

[84] Dando continuidade à matéria, organizou — juntamente com Rita Olivieri-Godet — *Imprensa, história e literatura: o jornalista-escritor* (2021), coletânea composta de três volumes.

cena no Brasil da Independência; e 2) a constituição da primeira imprensa brasileira, representada pelos jornais por aquelas redigidos, bem como o papel exercido na formação político-social do país. Além dos resultados oriundos da pesquisa histórico-documental, procura-se expor e discutir as estratégias metodológicas acionadas e qual, se há, uma reflexão sobre o jornalismo, cultivada pela historiadora.

6.1 Intersecção entre história política e cultural

Lustosa ganhou notoriedade enquanto historiadora da imprensa — e se estabeleceu academicamente como tal — a partir da publicação de *Insultos impressos* (2000). A leitura dos jornais publicados no período que se estende do retorno de dom João VI a Portugal (abril de 1821) até o fechamento da Assembleia (novembro de 1823), possibilitou que ela entrasse em contato com as opiniões e idealizações de diversos atores históricos que compuseram as lutas políticas da Independência. É nesse sentido que sua pesquisa se justifica como tese em ciência política, ao mesmo tempo que se insere na área de estudos da história da imprensa e seus publicistas.

Autora do primeiro trabalho de doutoramento sobre pensamento político brasileiro defendido no âmbito do IUPERJ (VIEIRA, 2019, p. 103), cumpre observar, antes de mais nada, as relações que sua trajetória e produção entretêm ou podem entreter com a daquele que a orienta: José Murilo de Carvalho, igualmente cientista político de formação e academicamente identificado enquanto historiador intelectual. Haja vista a pluralidade e riqueza do conjunto da obra de que este é autor, é seguramente tido como um dos principais contribuintes para a renovação da história intelectual nacional; campo que, de acordo com ele, resumia-se até pouco antes da virada para o século XX a dois tipos de abordagem.

A seu juízo, “o primeiro, de longa tradição, aproximava-se da prática, usada na filosofia, de expor o pensamento de cada pensador isoladamente. Era uma história centrada no pensador, cujas ideias supunha-se possível interpretar com exatidão” (CARVALHO, 2000, p. 123). Já o segundo seria configurado pelo diálogo com as ciências sociais. Em vez dos tratados gerais, neste último “predomina o esforço, agora mais sistemático do que no grupo anterior, de interpretar as ideias como ideologias vinculadas a interesses de grupos e classes sociais, ou mesmo do Estado”. Aqui, a ênfase que se atribuía a determinado pensador “é simplesmente deslocada para o

contexto, em geral definido em termos de modos de produção ou conflitos de classes. O contexto determina o pensamento" (p. 124).

Com o intuito de contribuir para a abertura de novas perspectivas de análise, chama atenção o historiador intelectual mineiro para as inúmeras possibilidades do uso da retórica como chave de leitura, visando fomentar entre os colegas o que denomina *história de formas discursivas de pensamento*:

> A atenção aqui deveria ser dirigida, sobretudo, para a elocução, o modo de dizer, o estilo. É na elocução, tradicionalmente considerada a parte essencial da retórica (como se diz é mais importante do que o que se diz), que se encontram os ornatos da linguagem, os instrumentos de persuasão. É nela que se dá o uso das figuras de linguagem, sobretudo dos tropos. Um ponto a se verificar, por exemplo, seria a predominância de certos tropos, como a paródia, a ironia, o sarcasmo, a antífrase. Ou de certas figuras de linguagem mais apropriadas à persuasão e ao sentimento, como a apóstrofe, a imprecação, a prosopopeia, a prosopografia, a hipérbole (CARVALHO, 2000, p. 145).

Trata-se de alguns aspectos retóricos e estilísticos que, conforme será detalhado, foram tratados por Lustosa no decorrer de sua tese, ao examinar, em forma e conteúdo, as polêmicas jornalísticas lançadas no contexto da Independência. Se, em seus primeiros trabalhos, voltados ao papel da caricatura na Primeira República, já havia uma percepção de que "o humor foi sempre uma marca da imprensa brasileira" (1989b, p. 53), ao retroceder ao início do oitocentos, para estudar a presença de agressões verbais nos jornais políticos, virá a corroborar essa hipótese.

Antes de entrar na exposição de seus achados e argumentos, deve-se esclarecer que, ao longo de sua obra, não se confere, todavia, uma reflexão sistemática de ordem epistemológica. Examinando sua bibliografia, não se visualiza um espaço no qual traga discussão a respeito das escolhas teóricas e estratégias metodológicas empregadas, tal como fez seu orientador, por exemplo, em *Pontos e bordados: escritos de história e política* (1998). É verdade que Lustosa pretende algo semelhante em *As trapaças da sorte: ensaios de história política e de história cultural* (2004), mas no lugar de refletir sobre os procedimentos teórico-metodológicos em jogo, o que se verifica é uma nota introdutória que meramente situa sua produção entre a historiografia política e a cultural:

> O livro se divide em duas partes e cada um desses dois artigos fica em uma parte diferente do livro. O que me parece sintomático, já que meu coração balançou sempre entre a história política e história cultural. Na verdade, um

> tanto do que vem a seguir é história cultural da política e outro tanto é história da cultura política. Pois, *ao contemplar as maneiras como a imprensa viu e tratou muito dos personagens e temas da política, estamos trabalhando com história cultural*. Mas, *ao lidar com as atitudes dos políticos*, tanto no momento fundador de nossa história que foi a Assembleia Constituinte de 1823, quanto ao analisar a relação de Pedro Ernesto com Vargas, *trabalhamos com história da cultura política* (LUSTOSA, 2004, p. 12, grifo nosso).

A falta de relato de qualidade epistemológica implica a ausência de um método em sua prática investigativa? Acredita-se que não, já que o exame de sua obra permite expor fundamentadamente, se não um aparato, ao menos uma orientação sobre como se propõe a abordar o fenômeno jornalístico. Nesse sentido, pode-se dizer que se trata de uma pesquisa de caráter multidisciplinar, alicerçada na história, que articula perspectivas da ciência política, mas também da antropologia e da literatura. Nela, os periódicos são trabalhados, por vezes, como fonte primária ou secundária, como fica perceptível na nota acima transcrita; noutras vezes, simultaneamente, como fonte e objeto de conhecimento, tanto para a compreensão do contexto de circulação das ideias, quanto da atuação dos redatores da época.

Em vez da elaboração de ensaio teórico-metodológico, o que se averigua, em seu empreendimento historiográfico, é a concentração no trabalho de levantamento e análise do conteúdo extraído da documentação, a partir da reconstituição da série mais completa possível dos jornais com os quais está lidando. Ou seja, aparentemente compartilha do princípio de que “a história se faz com documentos”, para referir a conhecida frase de Charles Langlois e Charles Seignobos (1946, p. 15). No seu caso, conta que, durante o doutorado, trabalhou “basicamente com a coleção de microfilmes da Biblioteca Nacional”, além de ter se valido das cópias de segurança armazenadas na Casa de Rui Barbosa, consultado “os originais que pertencem ao acervo do IHGB” e adquirido a edição fac-similar de um ou outro jornal (LUSTOSA, 2008a, p. 14-15).

Entre os títulos, ressalta casos como o *Correio Braziliense*, pela massa e riqueza do material: “cada número tinha cerca de 100 páginas e era dividido em seções: política, comércio e artes, literatura e ciências, miscelânea e, eventualmente, correspondência” (2003b, p. 15). Na última parte de cada edição, em seção intitulada *Reflexões sobre as novidades do mês*, era onde Hipólito “produzia sua análise sobre o noticiário que tinha apresentado ao longo daquele número, e expressava suas ideias políticas e seus projetos para o Brasil” (2019, p. 77). Ademais, há que se considerar que a folha “reúne reproduções de documentos que cobrem quase tudo o que estava acontecendo de relevante em termos políticos e econômicos na Europa e nas

Américas durante o período que vai de 1808 a 1822, com ênfase no que se passava no Brasil e em Portugal" (2008, p. 11).

Mais do que a valorização do documento-jornal, percebe-se na autora uma preocupação no sentido de que as questões de pesquisa devem surgir do próprio contato com o material compilado e dos temas que nele se manifestam — isto é, uma adesão implícita ao método histórico-hermenêutico da *compreensão empática*. Este seria o ponto de partida da investigação, e não motivações teóricas ou de outra natureza que possam, de antemão, definir o caminho. Em suas palavras:

> Antes de firmar um pensamento sobre o que quer encontrar, *é preciso primeiro mergulhar em sua fonte e se deixar levar um pouco por ela*. Sei que isso parece um pouco poético, mas, na verdade, acho que a pesquisa mais bem-sucedida é a que revela coisas novas, coisas que o pesquisador não esperava encontrar. E para que isso aconteça é preciso *estar aberto à possibilidade de conduzir sua pesquisa por um caminho bem diverso do que inicialmente tinha sido proposto. Os jornais e as revistas são objetos polifônicos e poliformes*, há muitos elementos capazes de atrair o leitor e conduzi-lo por caminhos os mais variados. É claro que os limites dessas variações são dados pela área em que se inscreve a pesquisa, mas, com a interdisciplinaridade, sobra sempre uma folga para incluir, por exemplo, uma reflexão sobre o aspecto gráfico da publicação. E quem garante que essa não vá superar em interesse o objetivo original? (LUSTOSA, 2008a, p. 17, grifo nosso).

Nesse sentido, ela diferencia o trabalho do historiador da prática do jornalista, pelo grau de especialização que cabe àquele desenvolver sobre certo assunto, o que dependeria basicamente do tipo de tratamento e exame das fontes:

> O historiador tem alma de jornalista. Mas, primeiramente, o historiador tem que se aprofundar em determinados temas. Ele tem que estar voltado para o passado. Trabalha com assuntos que já estão plenamente documentados e de alguma forma já sedimentados na memória. Mas nada impede que um bom jornalista faça um bom trabalho de história. Mas é diferente no sentido que cada vez mais a história está vinculada aos arquivos, a um tipo de metodologia que está ligada ao documento como fotografias e entrevistas. Não que o jornalista não vai ter cuidado ao falar com sua fonte, isso tem que ter. É ética. Mas o jornalista é obrigado a saber de muito mais coisas e por causa disso ele não pode se tornar um especialista, senão ele vai prejudicar o seu trabalho. Por exemplo, pode e deve existir um jornalista só especializado em economia, mas não deve existir um jornalista especializado apenas em um processo econômico, em apenas na crise de 1929. O historiador pode fazer isso sem medo, pois ele vai fazer um trabalho profundo sobre aquele momento da história econômica do mundo. Mas o jornalista é obrigado a enfrentar as ruas, as greves, as entrevistas com personalidades. Ele vai ter que aceitar os desafios. São outras exigências (LUSTOSA, 2010a).

A especialização, em seu caso, se deu pelo estudo do surgimento da imprensa periódica no Brasil e, ao mesmo tempo, do pensamento político de seus redatores. Da geração vanguardista, além de Hipólito da Costa, dedicou-se a outras figuras, como João Soares Lisboa (?-1824), José da Silva Lisboa (1756-1835), José Bonifácio de Andrada (1763-1838), Januário Cunha Barbosa (1780-1846) e Joaquim Gonçalves Ledo (1781-1847). Destes, passou à recuperação da trajetória de nomes menos conhecidos, a exemplo de Joaquim José da Silva Maia (1776-?) e Henri Plasson (?-1831), participantes do debate que antecedeu à abdicação de d. Pedro I.

Em vista disso, pode-se dizer que seu trabalho tende a articular uma abordagem biográfica a outra de inspiração etnográfica, na medida em que é por meio de uma *descrição densa* dos episódios do período independentista que busca reconstituir simultaneamente o oceano político-verbal e o mundo dos homens de letras da ex-colônia. Como será argumentado, seriam as próprias características dessa primeira imprensa — opinativa e artesanal, feita por um ou dois indivíduos — que conduzem a autora ao desenvolvimento de análise com tal direcionamento.

6.2 Os primeiros passos da imprensa

A proposta de investigação de Lustosa deriva de entendimento segundo o qual, resumidamente, a imprensa periódica constitui-se em um ambiente de circulação de ideias e práticas políticas que, pelo menos no contexto da Independência, propiciou a emergência de protagonistas autênticos e engajados na condução do Brasil ao seu destino de pátria livre. Daí o interesse da historiadora pelo estudo da mentalidade dos atores que impulsionaram o jovem príncipe a emancipar a antiga colônia, então transformada em sede da corte portuguesa.

Convém assinalar, em primeiro lugar, que a estudiosa está em sintonia com grande parte da historiografia especializada no tocante à compreensão de que, até o início do século XIX, as condições para o surgimento da atividade jornalística não eram propícias em terras brasileiras. Até a data de chegada de João VI, “as poucas tentativas de se estabelecerem tipografias esbarraram na intransigência das autoridades portuguesas”, que temiam deixar entrar aqui as novidades advindas da produção da palavra impressa “e verem, por influência delas, escapar-lhes das mãos a galinha dos ovos de ouro que era para eles o Brasil” (2003b, p. 7).

O periodismo que nasce em 1808 teria “características da imprensa europeia do século anterior” (2000, p. 71), dado que é produto de uma gráfica oficial e tem seu conteúdo submetido à censura típica do regime absolutista. Portanto, ainda que seja o primeiro jornal impresso em âmbito nacional, a *Gazeta do Rio de Janeiro* é classificada como uma extensão da *Gazeta de Lisboa*; ou “apenas uma versão adaptada” deste “periódico sensaborão que, em sua maior parte, limitava-se a traduzir artigos publicados na imprensa mais conservadora europeia” (p. 68).

É verdade que nela se “publicava também um noticiário internacional, mas esse era absolutamente anódino, com as informações filtradas pela rigorosa censura da Impressão Régia de forma que nada que lembrasse liberalismo ou revolução alcançasse as vistas sugestionáveis dos súditos da coroa portuguesa” (2003b, p. 20). Ademais, o local onde a folha era redigida funcionava, em realidade, como “uma mistura de redação propriamente dita com repartição pública e claustro, não só por conta do grande número de funcionários públicos e padres que nela escreviam, mas também, apesar de se classificar como um empreendimento de particulares, por funcionar numa secretaria de governo” (2000, p. 71).

Com essa avaliação, Lustosa acaba por se contrapor a pelo menos duas especialistas em matéria da *Gazeta do Rio de Janeiro*. A começar por Maria Beatriz Nizza da Silva (2007), para quem a seleção de notícias trazida pela folha “não pode ser encarada apenas como uma forma de bajulação às autoridades constituídas ou ao próprio governante”; pois “embora muitas notícias resultassem de documentos enviados pela Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, não se trata de pura propaganda oficial”, na medida em que “mostra o que era valorizado na sociedade colonial e merecia ser divulgado” (p. 22-23).

Juliana Meirelles (2008) endossa essa ideia, argumentando que, apesar de ter nascido “fortemente articulada com uma concepção específica de imprensa oficial praticada em Portugal”, a gazeta carioca “também apresentava características próprias e originais ao meio em que estava sendo produzida”. Além do mais, não se trataria de um periódico imutável nem estagnado, já que teria sido capaz de se inserir no quadro de mudanças daquela sociedade e, ao longo dos anos, “mudou o enfoque jornalístico de suas matérias que passaram a relatar com maior nitidez os problemas e conflitos vividos pela monarquia portuguesa” (p. 26-196).

Com outra visão sobre o periodismo vigente na corte no início do oitocentos, Lustosa enfoca as ideias e atitudes que se movem após o fim da censura e a democratização do prelo, quando haveria a emergência de um espaço de debate exterior ao pequeno círculo da corte do regente, mas também a entrada em jogo de uma multiplicidade de discursos políticos. Seguindo essa leitura, seria apenas a partir de 1821 que a imprensa realmente ganha essa forma de arena onde se discutem animadamente os projetos e rumos do país. Ou seja, "no lugar da univocidade da linguagem do único jornal permitido até então, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, a polifonia proporcionada pelos diversos jornais que se propuseram a entrar no debate e conquistar o público para suas ideias" (2003a, p. 94).

O que é valorizado, assim, em sua análise histórica são as iniciativas jornalísticas que sucedem à gazeta carioca, em pleno contexto de transição de Reino Unido para país independente; momento descrito como "fértil em publicações e textos de caráter político" (2012, p. 57). Aliás, com exceção da *Sabatina Familiar de Amigos do Bem Comum* (1821-1822), "os jornais publicados durante o ano de 1821 eram todos de caráter político" (2000, p. 27). Nesse ambiente de transmutação do texto laudatório para o panfletarismo, "onde a retórica exaltada dos oradores contaminava as páginas dos jornais que surgiram e despareciam com grande facilidade, pouco espaço houve para a literatura propriamente dita" (2012, p. 57). Assegurando:

> Os jornais salvaram da condenação à dimensão da oralidade aspectos muitos significativos do modo de se expressar de maneira não literária da sociedade brasileira daquele período. A língua vulgar não permaneceu confinada à oralidade ou à epistolografia familiar; ela frequentou a página impressa e obrigou gente da maior nobreza cultora dos usos mais castiços da língua pátria, a participar do grande debate na arena popular, onde era preciso não só fazer-se compreender, como também despertar as identidades, provocar as paixões (LUSTOSA, 2000, p. 36).

Igualmente sobressaía o dever missionário da atividade, sob o entendimento de que "não cabia apenas informar de forma neutra como, idealmente, se pretende hoje em dia" (p. 13). Os jornalistas daquele tempo se colocavam, por esse lado, como "homens do Iluminismo que pretendiam formar o povo para o futuro constitucional que se avizinhava", ao passo que enxergavam a imprensa "como substituto natural da escola e do livro em um meio tão escasso de ambos". Ainda que a impressão do jornal tivesse custo elevado, este "era o impresso de mais fácil acesso que havia" (2008a,

p. 13), ainda que as tiragens fossem “pequenas, entre 200 e 500 exemplares (os mais bem-sucedidos)” (2003b, p. 64)[85].

Outra característica dessa pequena imprensa política seria a diferença entre o que se enunciava nas primeiras edições e o que efetivamente era praticado nas seguintes. Conforme Lustosa, os jornais estreavam com nítido compromisso pedagógico de educar o público, cabendo-lhes “o importante papel de suprir as deficiências que a falta de livros e de informações especializadas acarretava e ao jornalista o de preparar o povo para viver num Estado organizado a partir da nova realidade política” (2003a, p. 94). Sob as condições adversas em que atuavam, logo, porém, eram convertidos em palco de insultos e ameaças, contribuindo para tornar o debate político ainda mais agressivo, baixo e intenso:

> Quase todo jornal começava com uma carta declarando essas boas intenções e garantindo que naquela folha não seriam abrigados libelos difamatórios. Tais propósitos eram, no entanto, desvirtuados pelas divergências inerentes aos projetos políticos dos redatores ou das correntes a que se vinculavam. Apesar das boas intenções dos jornalistas, aos poucos, em virtude da diversidade das ideias e dos interesses em disputa, emergiam as diferenças de opinião. O clima tenso e apaixonado que caracterizava a vida política se transferia rapidamente para os textos. A imprensa com propósitos iluministas se transformava rapidamente no palco das maiores baixarias. Com o avanço dos ataques — que, em geral, aconteciam através da seção de correspondência — o jornal perdia o tom pomposo dos primeiros números e adotava um tom coloquial, mais adequado para esse tipo de embate. Protegidos pelo direito ao anonimato, redatores e correspondentes se valiam de tudo para atacar: da mais sofisticada retórica aos aforismos; dos remoques aos longos e elaborados manifestos políticos; de apelidos a palavrões (LUSTOSA, 2003a, p. 94).

Distanciado dessa função educativa, “o jornalismo que fizeram então antecipava o que fariam na Regência” (2008, p. 11), período no qual o estilo dominante seria o pasquim[86]. No entender da historiadora, as circunstâncias em que se deu o processo de independência estimularam não só a “participação democrática” entre a nascente elite brasileira, mas também formas de escrita variadas e originais, tendo o humor como marca, ainda que “nenhum dos jornais daquele período surgiu com o objetivo exclusivo de fazer humor” (2000, p. 427).

[85] Em outra passagem, informa que os jornais do período “eram distribuídos somente aos assinantes, cujo número raramente ultrapassava duas centenas” (LUSTOSA, 2000, p. 28).

[86] Para uma análise do fenômeno no período posterior, conferir o trabalho de Rodrigo Cardoso de Araujo — *Pasquins: submundo da imprensa na corte imperial, 1880-1883* (2012) — originalmente apresentado como dissertação, assim como a de Lustosa, sob orientação de Murilo de Carvalho.

Cada vez mais a forma impressa passaria a incorporar elementos da oralidade popular e coloquial. “O humor brotava da polêmica, quando se esgotava o estoque de argumentos”, e se tornava “uma de suas armas, ao lado da agressão verbal pura e simples. A ausência de caricaturas era compensada pela presença nos textos das descrições dos personagens que os jornais combatiam” (2000, p. 427). Ao mesmo tempo, na falta de normas relativas ao limite da liberdade de imprensa, “cada um escrevia e assinava o que bem entendia”, de modo que essa “abrigou um debate de características democráticas, porém sem regras definidas” (p. 16).

O Macaco Brasileiro (1822) é tido como exemplo paradigmático de jornal popular e original, por ser “escrito num português extremamente singular, que faz lembrar o texto modernista do *Macunaíma* de Mário de Andrade” (p. 37). Além de elogiar os partidários do independentismo, seria uma das folhas “que condenariam de forma veemente a política recolonizadora das cortes portuguesas” (p. 95). Tudo isso fez desse impresso de vida curta “a mais avançada manifestação de autorreconhecimento do Brasil tal como os brasileiros o viam naquele momento definidor” (2003a, p. 103), o que estaria ironicamente expresso em seu título:

> Por que um jornal que claramente defendia os interesses do Brasil e de sua Independência adotou o nome de *O Macaco Brasileiro*? A meu ver, essa atitude era uma leitura com sinal trocado das manifestações de preconceitos dos jornais portugueses, sempre tentando depreciar o Brasil por sua enorme população de escravos. Os brasileiros absorveram acrítica, trocaram-lhe o sinal e, tal como fariam os modernistas cem anos depois, valorizaram justamente as coisas com que queriam nos diminuir ou as desvalorizaram, satirizando-as (LUSTOSA, 2003a, p. 103)[87].

Os demais periódicos dessa fase também teriam dado, à sua maneira, continuidade à tradição de imprensa europeia do século XVIII, ao praticarem o chamado *jornalismo de opinião*. No caso brasileiro, essa modalidade teria servido de laboratório onde se desenvolveram formas embrionárias de competição política. Foi nesse contexto “que política e imprensa se confundiram da forma mais radical” (2003b, p. 59), visto que os jornais tinham como finalidade a divulgação das convicções políticas de seus um ou dois redatores:

[87] Autora do livro-tese *Os sentidos de nação, liberdade e independência na imprensa brasileira (1821-1822) e a fundação do discurso jornalístico brasileiro* (2014), Giovanna Benedetto Flores chega ao ponto de afirmar que, mais do que inovar com uma nova textualidade, *O Macaco Brasileiro* “corresponde à fundação do discurso jornalístico brasileiro” (p. 103).

> Sendo o único meio de difusão desse ideário, eles se esforçavam para influir nas decisões do príncipe, de seus ministros e sobre o ainda pouco definido público leitor. Era uma comunidade pequena, e o que se publicava ecoava facilmente em seu interior. Isso fica evidente quando se observa o quanto os jornais falavam uns dos outros, comentando ou respondendo artigos ou cartas publicadas (LUSTOSA, 2008a, p. 12).

A pesquisadora desenvolve sua investigação dando conta de um conjunto variado de publicistas que participaram da vida pública brasileira, em um contexto em que se definia a forma de governo que regeria o país. De um lado, os liberais identificados com o ideário do Iluminismo francês e com atuação a favor da permanência do príncipe regente; de outro, aqueles com posições consideradas politicamente mais conservadoras, donos de uma retórica antirrevolucionária. Estes eram representados pelo partido dos Andrada, grupo que, conforme relata Lustosa, empreendeu uma série de medidas repressivas contra a imprensa, embora igualmente tenha se valido da liberação desta para propagandear suas ideias.

Para a historiadora, mesmo que esse "elenco de pessoas capazes de se manifestar ou influir nos acontecimentos fosse bastante diminuto, ele era significativo e teve importância decisiva no rumo que tomaram os acontecimentos" (2008, p. 13); de modo que se pode afirmar que "para nós, brasileiros, imprensa se escreve com *i* de independência. Pois foi em grande parte graças à ação da imprensa que se fez a Independência do Brasil" (2003b, p. 52).

Entre os polemistas que frequentaram as páginas da imprensa carioca, às vésperas do ato separatista, dedica-se a estudiosa a recuperar nomes como o do baiano José da Silva Lisboa, o futuro visconde de Cairu, apontado por ela como o maior panfletário do período em exame. Defensor ferrenho da censura, contraditoriamente, foi um dos intelectuais mais ativos, tendo escrito para publicações conservadoras, mas efêmeras, como *O Conciliador do Reino Unido* (1821) e *O Despertador Braziliense* e *Reclamações do Brasil* (1821):

> A partir do *Conciliador*, ele deu início a uma atuação na imprensa que se prolongaria até a Regência. A linha que abraçaria não fugia ao padrão da que fora a de seus escritos antes de 1821. Sua atuação agressiva e realmente decisiva nos episódios que resultaram no Fico e, logo em seguida, a verdadeira batalha que enfrentou contra os jornais e panfletos da que chamou "facção gálica" não permitiram duvidar da sinceridade de seus propósitos. Cairu defendeu não só a Coroa, mas também a integridade do Brasil. Num momento particularmente delicado, ele se manifestou corajosamente contra as Cortes portuguesas (LUSTOSA, 2006, p. 294).

João Soares Lisboa, redator do *Correio do Rio de Janeiro* (1822), foi o primeiro jornalista julgado pelo crime de abuso de liberdade de imprensa, sendo um dos alvos mais frequentes dos ataques do grupo conservador. Liderança popular, sem passagem por universidade alguma, "pecava pelo excesso de franqueza, de paixão, da fé com que mergulhou na campanha nacional. Havia mesmo uma certa ingenuidade na forma como se dirigia e se expunha ao seu público" (p. 179). Consequentemente, "as tentativas de desvalorização do seu argumento procuravam realçar sua modesta condição social" (2000, p. 428).

Outro adversário de Cairu era o cônego Januário Cunha Barbosa que dividia, com Joaquim Gonçalves Ledo, a redação daquele que seria o primeiro jornal politicamente independente do Rio de Janeiro: *O Revérbero Constitucional Fluminense* (1821-1822). "Independente porque, ao contrário dos jornais surgidos no primeiro semestre daquele ano, os redatores do *Revérbero* não estavam comprometidos de forma alguma com o governo" (2000, p. 122). Atuaram para difundir "ideias um pouco mais radicais que as de Hipólito: não um reformismo ilustrado, mas a defesa de uma nova ordem de monarquia constitucional, com feição quase republicana — a ideia de que o parlamento deve ter mais poder, o questionamento dos limites do poder do monarca etc." (2022, n.p.).

Mas Cairu estava longe de ser, ainda segundo ela, o único alvo:

> Um enorme esforço foi empreendido pelos adversários no sentido de reduzir a influência que a posição de homens especialmente sábios que ocupavam na sociedade brasileira daquele momento lhes dava. Posição da qual se valeriam para propagar e dar força à divulgação de suas ideias. No caso específico de José Bonifácio, alçado ao posto de mais importante ministro de d. Pedro, a repressão à imprensa adversária se associaria ao trabalho sistemático de propaganda dessa mesma imagem de homem dotado de virtudes extraordinárias (LUSTOSA, 2010b, p. 373).

Da relação da elite com d. Pedro I, passa-se à atuação deste na imprensa. Lustosa atribui ao príncipe a autoria "da primeira cobertura jornalística de uma eleição" (2003, p. 28), além de outros artigos publicados, sempre sob pseudônimo, no jornal *Espelho* (1821-1823). De acordo com ela, "da imprensa que nascera em 1821, d. Pedro fora, a um só tempo, o auditório privilegiado e também o mais agressivo dos colaboradores" (2000, p. 435), acrescentando:

> Sua trajetória nesse cenário é mais sinuosa que a dos demais. Ele aparece primeiro, inspirado certamente por José Bonifácio, atacando João Soares

> Lisboa numa série de artigos relativos às eleições para a Assembleia Constituinte. Depois volta-se contra Luís Augusto May, sendo com toda a certeza o autor daquele artigo infame publicado no *Espelho* em janeiro de 1823. E, finalmente, por sua inspiração, De Loy publicará na *Estrela Brasileira* artigos contra José Bonifácio e seus irmãos (LUSTOSA, 2003b, p. 54).

Esse jornalismo caracterizado como “furioso, usando ora uma batida retórica revolucionária francesa, ora os bons e velhos aforismos portugueses” (2000, p. 64), é percebido pela historiadora como produto original de uma elite emergente que, carecendo de hábitos de vida pública, trazia para o espaço público os modos de se relacionar na vida privada. “Humor e violência: esta a combinação que só se desfará na imprensa brasileira após a maioridade de d. Pedro II”, seriam os elementos identificadores da prática jornalística daqueles sujeitos. Ao mesmo tempo, desde uma perspectiva ideológico-filosófica, “enquanto a estabilidade política não era alcançada, os vários lados em disputa pela hegemonia na cena política experimentavam um liberalismo político institucional hobbesiano” (p. 420).

Nesse sentido, poder-se-ia indagar: como tal jornalismo se desenvolve efetivamente vinculado à tradição do publicismo inglês do século XVIII? Por outro lado, o traço do humor, apontado como configurador da primeira imprensa brasileira, foi crescente ou decrescente na história do nosso jornalismo, e por quê? Esse tema era simplesmente imediato ou também reflexivo para os jornalistas? São questões despertadas pela leitura da sua obra, mas que ficam em aberto, merecendo ser melhor exploradas e, por conseguinte, esclarecidas.

6.3 Biografia dos precursores do jornalismo

Primeiro jornalista brasileiro, Hipólito da Costa é a figura que passaria a receber maior atenção por parte da pesquisadora nos anos que se seguiram. A juízo dela, foi ele “o grande precursor do nosso jornalismo” e o *Correio Braziliense*, a “pedra no sapato dos portugueses interessados na recondução do Brasil ao estado colonial” (2000, p. 73), na medida em que, como fundador e redator do referido periódico, atuou em prol da fixação da corte no Rio de Janeiro e, assim, da concretização do projeto de império luso-brasileiro com sede na América.

Para a biógrafa, um “aspecto intrigante” da história de vida desse personagem “é o pouco tempo que viveu no Brasil, em contraste com o tanto que escreveu sobre e para o Brasil”. Nascido em 13 de agosto de 1774, na cidade uruguaia de Colônia do

Sacramento, então sob domínio lusitano, “passou a infância e a adolescência no Rio Grande do Sul”, de onde partiu para o mundo: “formou-se em Coimbra, visitou os Estados Unidos, foi preso pela Inquisição em Portugal, fugiu, exilando-se em Londres, onde morreu em 1823” (2019, p. 14). Em contrapartida, “não se tem notícia de que Hipólito da Costa tenha estado alguma vez no Rio de Janeiro, em São Paulo ou em Minas Gerais e, menos provavelmente ainda, na Bahia, em Recife, em São Luís do Maranhão ou em Belém do Pará” (p. 15).

Avaliando que “sua trajetória é uma demonstração de que o que chamamos pátria é muito mais do que um espaço geográfico” (p. 15), Lustosa se interessa por estudar notadamente a maneira como o jornalista construiu “sua identidade brasileira, primeiro em associação, depois em oposição à sua identidade de português” (2008b, p. 5). Pretende a historiadora explorar, no transcorrer da pesquisa biográfica, a seguinte hipótese:

> Hipólito da Costa, vendo o Brasil à distância, estando alheio aos conflitos entre as diversas províncias que o compunham e, principalmente; tendo construído sua identidade brasileira de fora, em oposição às identidades das pessoas dos países em que viveu em seu longo e definitivo afastamento do Brasil [...] *pôde, de forma mais objetiva estabelecer as características essenciais da nação brasileira e o modelo político que mais lhe convinha* (LUSTOSA, 2008b, p. 6, grifo nosso).

Estabelecido em Londres desde 1805, o contato de Hipólito com as instituições inglesas, combinado com a prática editorial, seriam definidores da construção da sua identidade. Em vista disso, o que propõe a estudiosa é problematizar a relação do jornalista com seu país de origem, para então analisar como tal experiência configurou o projeto trazido na folha que editou ao longo de 14 anos. O argumento que ela desenvolve é de que o empreendimento colaborou para forjar o ideário de um Brasil-nação, enquanto unidade política e cultural:

> Através das páginas do *Correio Braziliense*, Hipólito da Costa contribuiu decisivamente para reforçar a ideia de um Brasil que juntava as várias partes que até então haviam permanecido em estado latente de fragmentação em uma unidade política e simbólica. A meu ver ele pôde obter essa visão privilegiada a partir de alguns fatores. Ele via o Brasil a distância e estava alheio aos eventuais conflitos internos, produzindo a partir daí uma análise menos apaixonada do que quem aqui vivia. Outro fator é que Hipólito tinha construído sua identidade brasileira em oposição às identidades das pessoas dos países em que viveu em seu longo e definitivo afastamento do Brasil, assim tinha uma noção mais precisa do que fazia diferença entre ser brasileiro e ser português, norte-americano ou inglês, por exemplo (LUSTOSA, 2013, p. 172).

Esses aspectos já se manifestariam na escolha do título do mensário. Como explica a historiadora, “naquele começo de século XIX, chamava-se brasileiros aos comerciantes que negociavam com o Brasil e brasilianos aos índios. *Brazilienses* eram os portugueses nascidos ou estabelecidos no Brasil e que se sentiam vinculados ao Brasil como sua verdadeira pátria” (2003, p. 14). Ou seja, a razão do jornal se chamar *Correio Braziliense* é que se destinava justamente a esse último grupo de portugueses nascidos no Brasil. A eles, Hipólito escrevia para informar “do que se passava no mundo, para influir sobre seus espíritos direcionando-os no sentido das ideias liberais, para chamar a atenção para o caráter daninho do Absolutismo ou de qualquer forma de despotismo” (2003b, p. 17).

Um segundo detalhe, igualmente identificador, estende-se ao subtítulo: *Armazém Literário.* Ainda que fossem páginas “muito mais dedicadas à política, à economia e à ciência do que à literatura tal como a conhecemos hoje” (2012, p. 57), há que se levar em conta que estamos nos referindo a uma época em que “o jornalista se confundia com um educador”; logo, “não é de se estranhar que o jornal tivesse tamanho e a forma de um livro, nem que fosse composto de longos e densos artigos onde a informação era veiculada de forma circunstanciada e analítica” (2003b, p. 15). Isso posto, far-se-á necessário examinar o periódico dentro da tradição livreira do país onde era produzido:

> Na Inglaterra do século XVIII, livro e jornal, tanto na forma quanto no conteúdo, não eram objetos culturais muito diferentes. Vendidos em edições avulsas (diárias, semanais, quinzenais, mensais etc.), diretamente ou por subscrição, os periódicos não tinham o caráter descartável que viriam a ter depois. Eles eram, muitas vezes, posteriormente reunidos em volumes encadernados e postos à venda sob a forma de coleções. O *Correio Braziliense* foi herdeiro dessa tradição, pois era impresso no formato convencional de livros [...] (LUSTOSA, 2019, p. 76).

Outro ponto a ser considerado seriam as datas de início (1808) e término (1822) da publicação, pelo fato de se alinharem a marcos da história do Brasil. Como observado pela pesquisadora, o *Correio Braziliense* surge quando o país “foi sacudido pela onda de cultura e progresso provocada pela presença do rei e de sua Corte no Rio de Janeiro — e deixou de existir no ano em que foi proclamada a nossa Independência” (2003, p. 8-9). Neste ínterim, exemplares do periódico chegaram a ser

apreendidos e este foi chamado de “folha perigosa” pela Ordem Régia (2019, p. 121), mas sem que o governo obtivesse êxito com tais ações.

Em que pese a repressão sofrida, há que se esclarecer, segue ela, que a intenção de Hipólito não era atacar a monarquia, até porque não descartava ele a possibilidade de vir a receber financiamento desta para fins de manutenção do seu jornal. “A vida era dura naquele tempo para os homens de letras” (2003b, p. 54), e não haveria de ser diferente para um publicista brasileiro, vivendo no estrangeiro:

> O próprio Hipólito se queixaria nas páginas do *Correio* do enorme trabalho que tinha para publicá-lo, das despesas e da necessidade de desenvolver, paralela à atividade jornalística, alguma outra que lhe garantisse o sustento da família. A tentação de aderir a um padrinho era grande. Hipólito chegou a negociar com o governo português uma aliviada nas críticas em troca de recursos para o seu jornal. O acordo gorou. O jornalista rompeu com o embaixador português em Londres antes de concluí-lo. Mais tarde faria outro com o intendente de polícia do Rio, Paulo Fernandes Viana, para falar bem de d. João e da administração do próprio Viana. Este acordo prosperou. Mas diga-se em defesa de Hipólito que, antes ou depois desse acordo, ele sempre falava bem do rei. As críticas iam todas para os ministros. Hipólito separava a função de governar da simbólica que era representada pelo rei. Ao mesmo tempo, conhecendo a personalidade tímida de d. João pois vivera em Portugal durante a Regência deste, não o via como um déspota. E muito do que escrevia destinava-se também a esclarecer d. João sobre o que se passava à sua volta (LUSTOSA, 2003b, p. 55).

Favorável ao monarquismo, “Hipólito queria servir ao rei e, ao fazer isso, servir também à sua pátria, que, até a Independência, era Portugal com todos os seus domínios” (2019, p. 119). E continua: “ele era, na verdade, um crítico intransigente dos ministros e dos esquemas de corrupção que inviabilizavam o Estado português”, denunciando equívocos administrativos e cobrando transparência das contas públicas. Em outras palavras, “o rei e a monarquia deviam ser mantidos, a administração e a política é que deveriam ser mudadas” (p. 166).

Portanto, Hipólito é retratado como “monarquista e um cultuador das tradições portuguesas”, sendo considerado “herdeiro da tradição do reformismo ilustrado”, na medida em que tentou, por meio da palavra impressa, “injetar um pouco de modernidade na corte” (p. 119). Quer dizer, “sua simpatia pela sociedade norte-americana não fez dele um democrata” (p. 16). Na realidade, “o modelo que propunha, tanto político quanto social, e até mesmo cultural, era o da Inglaterra em que vivia, de liberdade de imprensa, de um parlamento no qual oposição e situação podiam se enfrentar sem se inviabilizar”. Ou, dito de outra maneira: “era um monarquista

constitucional do tipo britânico e se mostraria totalmente avesso às tendências democráticas herdadas pela Revolução Francesa" (p. 166).

Do ponto de vista político-ideológico, era o liberalismo o tipo de pensamento que conformava suas ações à frente do *Correio Braziliense:*

> Hipólito da Costa foi essencialmente um liberal clássico, empenhado em fazer do Brasil uma nação moderna que valorizasse o talento, a cultura e a inteligência, as então chamadas "capacidades", como a dele próprio e de seus amigos que, por não pertencerem à antiga nobreza, estavam excluídos dos empregos mais importantes. Seu liberalismo se manifesta, entre outras coisas, no empenho com que defendeu o acesso à educação para o maior número, de forma a fazer emergir talentos que viriam a compor os futuros quadros da administração do Brasil. [...] A seu ver, a boa formação das elites dirigentes era a chave para assegurar o bom funcionamento dos governos. Quanto menor fosse a população de pessoas instruídas, menos chance teria o Estado de contar em seus quadros com homens virtuosos e sábios (LUSTOSA, 2019, p. 90-91).

Na leitura da estudiosa, Hipólito emerge como esse personagem fundador de uma cultura política liberal no Brasil do século XIX. Isso importa, à medida que "as ideias novas do Iluminismo, notadamente, o liberalismo e o constitucionalismo, estiveram na base dos movimentos que levaram à independência das colônias espanholas e da enorme colônia portuguesa na América Latina" (2004, p. 53). Todavia, pelo menos no caso do redator do *Correio Braziliense*, a campanha empreendida não visava o rompimento do vínculo entre os dois reinos, mas integrá-los, pois julgava ele que "o Brasil necessitava tanto de Portugal quanto os Estados Unidos precisavam da Inglaterra" (2019, p. 209).

Enquanto cidadão do mundo e intelectual liberal, "Hipólito defendia a gradativa substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre. Achava que o meio certo para isso era a imigração de europeus pobres para o Brasil" (2003b, p. 17). No entender dele, "as despesas do governo brasileiro para trazer esses imigrantes seriam compensadas, no futuro, pelo trabalho dos próprios emigrados e de sua descendência. A experiência da viagem aos Estados Unidos, nesse assunto, serviu como base para várias de suas convicções" (2019, p. 89).

Essa e outras propostas de Hipólito estavam em sintonia com as de José Bonifácio, súdito da coroa portuguesa que também defendia uma visão de pertencimento do Brasil à grande pátria lusitana. Assim como aquele, "José Bonifácio desejava o desenvolvimento de uma economia diversificada, baseada no trabalho livre, que promovesse uma indústria que se beneficiasse do nosso potencial ferrífero"

(2019, p. 237). Dentro dessa perspectiva, as vozes de ambos “soariam como notas dissonantes”, visto que “o processo da Independência não viu nascer nenhum jornal claramente abolicionista” (2000, p. 420).

Em relação a outros, o que se verifica é um contraste de pontos de vista. Esse seria o caso, por exemplo, de José da Silva Lisboa, o visconde de Cairú. “Ao contrário das ácidas críticas de Hipólito contra o tratado de 1810, ao contrário do tom altivo de José Bonifácio, em sua correspondência diplomática, Cairu advogava um caráter de submissão e docilidade frente àquela potência” (2006, p. 293-294), chamada Inglaterra:

> Em seu pensamento genuinamente liberal, não se separavam, como em Cairu e nos maçons liderados por Ledo, o liberalismo político do liberalismo econômico. Os dois só podiam existir plenamente juntos. Para Hipólito, a repressão à imprensa e ao pensamento só serviam para esconder a corrupção, as irregularidades e as incompetências. Sua atividade jornalística foi um esforço permanente para levar a Ilustração ao seu distante torrão natal (LUSTOSA, 2003b, p. 52).

Distinguido por essas características, o jornal mantido por Hipólito teria inspirado toda uma jovem imprensa a assumir pautas relativas à unidade e soberania nacional. “A união dessa imprensa com o *Correio* se daria em torno de d. Pedro, em um esforço conjunto no sentido de instigá-lo na luta contra os supostos projetos de recolonização” (2019, p. 229). Consequentemente, “a coincidência de pontos de vista faria com que não só Hipólito da Costa fosse reconhecido nas páginas da *Malagueta*, do *Correio do Rio* e do *Revérbero* como fundador da nossa imprensa, mas, principalmente, como precursor da luta em defesa do Brasil e contra os projetos recolonizadores das Cortes portuguesas” (p. 231)[88].

Sem a necessidade de pormenorização da biografia desses vanguardistas do nosso periodismo, cumpre notar como o trabalho de Lustosa, com base nos jornais por eles editados, “permite a leitura de uma perspectiva privilegiada da construção da nação brasileira enquanto artefato”. Isto é, desvelar o projeto de pátria por eles imaginada. E notadamente no caso de Hipólito, autor da obra que avalia como “a mais

[88] Lustosa passaria, ainda, a dedicar atenção ao chamado *jornalismo de emigração* durante o Primeiro Reinado, resgatando figuras menos conhecidas, oriundas do contexto da abdicação. Vieram a ser destacados por ela comerciantes que eram também homens de letras, a exemplo do francês Henri Plasson — editor de títulos como *Le Courrier du Brésil* (1828-1830) e *O Moderador* (1830-1831) — e do português Joaquim José da Silva Maia — *Semanario Civico* (1821-1823), *O Brasileiro Imparcial* (1830) etc. —, “entre os redatores de jornais que tomaram a defesa do imperador d. Pedro I na intensa campanha que contra ele moveu a imprensa liberal no final de seu reinado” (2021, p. 203).

abrangente e longa reflexão sobre o Brasil e seu lugar no mundo dos primeiros anos do século XIX" (2008, p. 13-14), como o exame da mesma constitui-se em uma oportunidade única para estudo da história da nação:

> Creio que esse elenco de temas trabalhados por Hipólito da Costa em seu jornal é interessante para pensar como a ideia de um Brasil unido e coeso em torno de um centro político existia nas mentes de alguns brasileiros. Se considerarmos o imenso pragmatismo de toda a reflexão e de toda a ação de Hipólito da Costa no sentido de reforçar o Brasil enquanto sede do Reino de Portugal e de definir e fortalecer os contornos (inclusive físicos) da nação brasileira, minha hipótese sai fortalecida. Pois está demonstrado que, mais do que para os que viviam aqui, às voltas com os problemas locais de suas comarcas e províncias, o Brasil, enquanto nação, era para Hipólito uma construção simbólica, uma utopia a ser concretizada, bem de acordo com a definição clássica de Eric Hobsbawm, para quem as nações são "criações culturais", ou de Benedict Anderson, que define nação como uma "ideia que se constrói" (LUSTOSA, 2013, p. 171).

A problemática que se pode colocar à investigação é a de que seu desenvolvimento decorre de uma discussão ligada à identidade enquanto nacionalidade, não privilegiando a elaboração de uma reflexão sobre o *ser jornalista*. Ao se tratar de um estudo sobre o sujeito-jornalista, deve-se convir que este seria o enfoque mais provável. Ou se estaria diante de uma biografia sobre alguém que também editou um jornal? Ambas as propostas possuem méritos, com objetivos que se relacionam, mas que exigem abordagens diferentes, não sendo equivalentes.

Em uma pesquisa, tal como a de Lustosa, que pretende dar conta do mundo dos jornalistas da Independência, faz-se necessário ter o cuidado etnográfico de pensar a identidade desses enquanto jornalistas, ou como se entendiam propriamente. Daí uma questão importante: será mesmo que o elenco de atores históricos se reconhecia enquanto tal? Ainda que sim, caberiam outras indagações: jornalistas são todos aqueles que, durante um período maior ou menor de tempo, escrevem em um jornal, ou até mesmo em qualquer panfleto, tão comum naqueles tempos? Portanto, todo publicista era sempre um jornalista?

A respeito do assunto, outros historiadores ocupados com os primeiros passos do periodismo emitiram juízo diferenciado. Marco Morel (2008) é um dos que afirma que os homens de imprensa, "nessa época, não eram chamados de jornalistas, mas de redatores ou gazeteiros, enquanto os jornais eram comumente denominados de

gazeta, folha ou periódico”[89]. Adiciona que “tais periódicos, por sua vez, não devem ser confundidos com os panfletos propriamente ditos, ou pasquins, que eram folhas volantes e avulsas, quase sempre anônimas e sem continuidade” (p. 36).

São discernimentos básicos a serem enfrentados na prática de pesquisa, para que fique explícito o que está sendo exatamente compreendido, seja por jornalismo, seja por jornalistas, como seria o caso do estudo proposto. Do contrário, corre-se o risco de tratar os conceitos que movem a análise como já dados, empregando-os, naturalmente, para descrever figuras com trajetórias e relações variadas com a imprensa, de Hipólito da Costa a d. Pedro I.

6.4 Conclusões

Ao mesmo tempo que inova ao abrir perspectivas de abordagem das disputas que marcaram o periodismo da Independência, Lustosa parte, em sua tese, de lugar comum da historiografia brasileira que — com exceções como as monografias de Nizza da Silva e de Meirelles — tende a enquadrar o primeiro jornal, por aqui impresso, nos rótulos de *áulico* e *laudatório*; ou em seu dizer, a “tediosa *Gazeta”* do Rio de Janeiro (2003b, p. 20). Sendo assim, o que lhe despertará interesse são os periódicos que aparecem no momento seguinte, em meio à “situação de instabilidade e indefinição política que o país vivia, sem lei e sem rei, inclusive sem regras relativas aos limites da liberdade de imprensa, que passara, em poucos dias, da censura prévia à total liberação”, com isso “trazendo para a forma impressa elementos da oralidade no que tinha de mais popular e coloquial” (2000, p. 16).

A construção do objeto de estudo se dá, nesse sentido, a partir de oposição um tanto rasa entre oficial e popular, quando uma espécie de periodismo oficioso teria sido suprimido por outro marcado pelo panfletarismo político, de discurso polifônico e, portanto, bem mais rico em significados, com vocação de doutrinar, mover campanhas, criar todo um ambiente de debate, e envolver o pequeno público leitor que se formava. Enquanto pesquisa histórica, a proposta se desenvolve com o objetivo de compreender, escrutinar e desvelar a mentalidade dos homens que

[89] Já Luís Francisco Munaro (2013) arrisca introduzir os termos de profissionalização ao pensar o exercício da atividade na época. De acordo com ele, “a fixação da profissão jornalística não possui um momento exato. Ela pode estar localizada mais precisamente nos correios informativos destinados a indivíduos privados, dada sua vontade de garantir emancipação das informações de coloração corporativa publicadas nas gazetas de Antigo Regime” (p. 313).

fizeram essa primeira imprensa política no Brasil e que, por meio dela, acabaram por impulsionar o jovem príncipe em direção ao ato de Independência. É nessa perspectiva que a investigação se inscreve também no âmbito da ciência política.

Ao mesmo tempo, convém atentar para o tipo de análise que as características atribuídas ao modo de produção da imprensa oitocentista — artesanal, de autoria de um ou dois sujeitos — conduz a estudiosa da matéria, que envereda por uma perspectiva biográfica dos publicistas da época. Tal abordagem, mais do que definir seu foco de exame, termina por conformar, inclusive, sua visão acerca do fenômeno jornalístico na contemporaneidade, compreendido por ela ainda essencialmente como um produto de ações individuais:

> Acredito que o jornalismo é produto dos indivíduos, de pessoas que têm seus interesses. Então não existe o jornalismo em si, existe o "jornal tal" que tem tais características, existe o "jornalista tal" que abraçou tais tendências. Sempre há interesses. A imprensa não é independente. A imprensa é empresarial. Temos que pensar na imprensa como distribuidora de informação, o jornalista como uma parte interessada. Principalmente o jornalista que assina sua coluna. O autor está exibindo suas ideias, ele pensa daquele jeito. A questão da imparcialidade não se prende ao autor da coluna, pois ele pode se afirmar conservador ou progressista, ou qualquer outra coisa. A maneira como o jornal é pautado que é preciso pensar. É como será destacada a uma determinada manchete, ou como você vai escrever aquela matéria (LUSTOSA, 2010a).

Avalia-se que um de seus méritos, como historiadora da matéria, está na proposição de uma *etnografia histórica* das ideias políticas e práticas de poder dos publicistas do início do século XIX. Trata-se de um periodismo que, segundo ela, tem como traço definidor um polemismo agressivo, envolto de elementos de oralidade popular. Sob esse ângulo, Lustosa remonta à afirmativa presente em seus estudos dedicados à caricatura, de que "o humor foi sempre uma marca da imprensa brasileira", "mesmo as folhas mais tradicionais do século XIX, com sua péssima paginação, seu amontoado de colunas e de notas" (1998, p. 74). Por outro lado, em sua tese de doutorado, abandona o entendimento de que a atividade inscreve-se "na linha da tradição de cordialidade" (p. 74), na medida em que se depara com um ambiente repleto de palavras agressivas e insultuosas.

No que concerne às estratégias metodológicas empregadas, não se verifica, no conjunto da obra, exposição sobre a questão, tampouco uma reflexão por parte da autora sobre o diálogo que ela, enquanto cientista social de formação e historiadora de ofício, promove entre as disciplinas. A esse respeito, na posição de analista da

referida bibliografia, buscou-se trabalhar no sentido de revelar a orientação metodológica que a sustenta. Como argumentado ao longo do capítulo, o que se evidencia, no decorrer da historicização, é a valorização da análise documental, procedimento pelo qual a estudiosa procura fornecer uma *descrição densa* acerca da realidade histórica e seus personagens.

Mas surge daí uma problemática que pode ser resumida na seguinte questão: os atores históricos se entendiam exatamente da maneira como estão sendo descritos? No relato que apresenta, a preocupação se encontra sobretudo no plano da construção identitária desses, enquanto homens de letras que lançavam seus próprios jornais, com o propósito "de preparar o povo para o regime liberal que se inaugurava" (2000, p. 29). Todavia, não há iniciativa de pensar a identidade dos mesmos enquanto jornalistas. Eles se reconheciam propriamente como tais? Se sim, todos eles, igualmente, podem e devem ser assim identificados? Pondera-se que, embora a historiadora faça parecer que sim, não toma o cuidado de demonstrar, por meio de evidências objetivas, de que esse sempre fosse o caso.

Ao empreender um estudo sobre a geração vanguardista de publicistas brasileiros, mas lidando com a questão da identidade pelo prisma da nacionalidade, não há, portanto, enfrentamento do tópico projetado. Isso leva a crer que qualquer um que tenha criado ou simplesmente contribuído eventualmente para um periódico, ou até mesmo panfleto, deva ser qualificado como jornalista, como se a noção estivesse dada, em vez de ser um construto social, cultural e histórico, tal como outras que lhe são caras (nação, pátria etc.). A falta de maior investimento em exame sobre o processo mediante o qual os jornalistas foram se estabelecendo, pouco a pouco, como grupo possuidor de uma mesma identidade, é um aspecto que pesa contra o desenvolvimento da pesquisa como forma de conhecimento sobre as origens da formação do fenômeno jornalístico em si.

7 A MODERNIZAÇÃO DA IMPRENSA — ALZIRA ALVES DE ABREU

Carioca, nascida em 4 de julho de 1936, Alzira Alves de Abreu graduou-se em história e geografia pela Faculdade Nacional de Filosofia da antiga Universidade do Brasil — hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ao longo da graduação, que veio a concluir em 1958, “aproximou-se das ciências sociais sobretudo a partir da antropologia — cuja carga horária era considerável na grade curricular, sendo ministrada nos três primeiros anos do curso —, assistindo às aulas de Marina São Paulo de Vasconcellos, catedrática interina, e de Darcy Ribeiro” (LOPES, 2020, p. 299) que, na época, lecionava etnologia do Brasil.

Por intermédio deste, foi convidada para trabalhar no Centro Brasileiro de Pesquisa Educacional (CBPE), órgão fundado na primeira metade da década de 1950, pelo educador Anísio Teixeira (1900-1971). É nesse contexto de inauguração, no país, de estabelecimentos pioneiros em estudos especializados, que a historiadora recém-graduada obteve a primeira experiência profissional como pesquisadora, integrando-se ao grupo de trabalho de Darcy Ribeiro (1922-1997) que, por sua vez, passaria a ocupar o cargo de ministro da educação, em 1962:

> O Darcy era aquela coisa, todo dia ele chegava com uma ideia, com uma coisa, sabe? [...] Eu trabalho com essa gente toda, esse entusiasmo todo, até que o Darcy vai embora criar a Universidade de Brasília. Aí o CBPE se acaba. [...] Quando veio a revolução o CBPE ficou muito visado porque era o órgão do Darcy Ribeiro (ABREU, 2012a, p. 5).

Com a instauração da Ditadura Militar, após o golpe de 1964, os pesquisadores vinculados ao CBPE passaram a conviver com situações de ameaça e pressão psicológica, visto que o órgão no qual atuavam era associado não só a um nome de confiança do presidente deposto, João Goulart (1919-1976), mas aos militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Entre os episódios,

> eu me lembro que botaram uma nota no jornal com o meu nome dizendo que os comunistas continuavam ainda no CBPE, coisas assim de provocação. A gente viu que não tinha mais condição nenhuma de continuar no CBPE, aquilo já tinha acabado. A gente tentava fazer umas pesquisas, mas não conseguia nada (ABREU, 2012a, p. 6).

Ao deixar o quadro do CBPE, transferiu-se para o Instituto de Ciências Sociais (ICS), onde passou a trabalhar, entre outros, com o sociólogo Luciano Martins de Almeida (1934-2014). Antes isolado, o ICS teve destino semelhante ao da FNFi e foi

agregado ao IFCS, o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da nova UFRJ, como uma das tantas consequências da reforma do ensino superior de 1968. Seja como unidade autônoma, voltada à pesquisa, ou depois, enquanto unidade de ensino e pesquisa, ligada a esta universidade, o instituto não ficou imune às ações autoritárias dos militares e ao ambiente de desordem que se instalou — "a polícia invadia aquilo todo dia, os alunos faziam greve, era uma confusão horrível" (p. 13).

Dada a falta de condições para exercer a função acadêmica, a pesquisadora, ao receber da instituição permissão para afastamento sem que lhe ocasionasse perda da posição, inscreveu-se em um dos programas de bolsas de pós-graduação para o exterior, patrocinado pela Embaixada da França no Brasil. "Aí Celso Furtado foi uma pessoa que me ajudou muito, o Celso Furtado vai me ajudar, ele estava já exilado na França, onde eu vou fazer meu doutorado" (p. 13), em 1969, ao ingressar no curso de sociologia da Université Paris Descartes (Paris 5).

Na tese que defendeu, em 1975, propôs-se a examinar a experiência do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), órgão vinculado ao Ministério da Educação e Cultura, fundado em 1955 e extinto após o golpe de 1964. O trabalho em questão foi apresentado sob o título *Nationalisme et action politique au Brésil: une étude sur l'Iseb* (1975), e teve como supervisor o sociólogo François Bourricaud (1922-1991), acadêmico especializado em estudos da América Latina.

De volta ao Brasil, Abreu foi contratada pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), criado em 1973, por Celina Vargas do Amaral Peixoto (1944*) e Aspásia Camargo (1946*), junto à FGV, no Rio de Janeiro. O objetivo era compor o mais importante acervo de arquivos privados e depoimentos orais de pessoas com atuação na vida pública brasileira e, ao mesmo tempo, contribuir, mediante a renovação de instrumental metodológico, para a transformação do campo da história no país, visto que,

> naquela época os estudos sobre o Brasil, não só na área de história, mas das ciências sociais em geral, eram de tipo ensaístico, com pouca ou nenhuma utilização de fontes primárias de informação e escassos referenciais teóricos. Os cursos universitários concentravam-se no período colonial e, quando analisavam o período republicano, não iam além da Revolução de 30. Os estudos de história contemporânea eram extremamente raros. A pesquisa sobre a sociedade brasileira e sua história, com poucas exceções, não se fazia dentro da universidade. Esse fato se ligava à própria estrutura universitária brasileira, que entre as décadas de 1930 e 1960 comportou as faculdades de filosofia, voltadas muito mais para a formação de professores

> para o ensino médio do que historiadores, cientistas sociais ou professores universitários (ABREU, 1994, p. 3).

Ao iniciar carreira no CPDOC, coordenou ela, ao lado de Israel Beloch (1942*), engenheiro de formação, o projeto do *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*. A primeira edição da obra ocorreu em 1984, com quatro volumes e 4.493 verbetes. Em 2001, ainda sob a coordenação de ambos, mas com a entrada de Fernando Lattman-Weltman (1960*) e Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão (1952*) na equipe — o primeiro, cientista social e, o segundo, historiador —, foi publicada a segunda edição da enciclopédia, alcançando um total de 6.620 verbetes.

O interesse de Abreu pelo estudo da história do jornalismo "vem da experiência do dicionário", já que, conforme julgou, "era totalmente virgem esse material, você não tinha como estudar imprensa no Brasil, você não tinha nada" (2012a, p. 32). Até então "a imprensa não constituía objeto de estudo da história e dos historiadores, embora os jornais desde muito tenham sido utilizados como fontes para a pesquisa por essa categoria de estudiosos" (1996, p. 7).

Naquela ocasião, a tarefa de escrita dos verbetes sobre os periódicos foi atribuída à historiadora Marieta de Moraes Ferreira (1948*), ficando responsável por entrevistar alguns dos nomes mais notáveis da história do nosso jornalismo:

> Tem aí entrevista do Samuel Wainer, olha, as pessoas mais importantes da imprensa nesse período todo que a gente estava trabalhando, estavam aí, a Marieta entrevistou essa gente. Bom, e aí eu me lembro que eu começo a me interessar também pela história da imprensa. Mas eu acho que tem um papel importante aí com a entrada do Fernando Weltman, que o pai dele é um jornalista importante. E a gente começou a discutir muito negócio da história da imprensa, em função, inclusive, desse material que o dicionário tinha feito sobre a imprensa. Aí eu comecei a querer estudar a imprensa e comecei a levantar primeiro, também, fazendo levantamento dos jornais que a gente já tinha a história levantada, fazendo entrevistas com jornalistas. Aí comecei a trabalhar com mídia, aí gostei. Até hoje gosto muito de trabalhar com mídia (ABREU, 2012a, p. 32).

Posteriormente, ela organizou a coletânea *A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50* (1996), juntamente com seus colegas de fundação. Além das contribuições de Fernando Lattman-Weltman, Marieta de Moraes Ferreira e Plínio de Abreu Ramos, a obra traz uma análise da própria organizadora, que esboça os caminhos dos suplementos literários no país. Aqui, aparece a tese de que esses impressos se constituíam em espaços públicos, por acolherem uma intelectualidade que nem sempre encontrava aceitação no meio universitário. Com o processo de

modernização por que passou a imprensa, os suplementos teriam sido, porém, convertidos em veículos destinados à divulgação de lançamentos editoriais, ao passo que os postos nas redações, até então ocupados por intelectuais públicos, foram assumidos por bacharéis em jornalismo.

Na sequência, ocupou-se do estudo dos jornalistas da editoria de economia, tema com o qual abre a coletânea *Mídia e política no Brasil: jornalismo e ficção* (2003), em parceria com Lattman-Weltman e Mônica Almeida Kornis. Seguindo, editou ainda outros dois livros: *Eles mudaram a imprensa: depoimentos ao CPDOC* (2006), e *Elas ocuparam as redações: depoimentos ao CPDOC* (2006), estes com seu parceiro de longa data e Dora Guimarães Rocha. O primeiro volume traz entrevistas com figuras como Evandro Carlos de Andrade (1931-2001), Otavio Frias Filho (1957-2018) e Mino Carta (1933*); já o seguinte apresenta depoimentos com personalidades femininas, a exemplo de Ana Arruda Callado (1937*), Míriam Leitão (1953*) e Fátima Bernardes (1962*) que relatam como se firmaram na profissão, apesar dos desafios e preconceitos enfrentados dentro e fora das redações.

Em termos de obras de autoria única, Abreu escreveu *A modernização da imprensa* (2002), tomando como período de análise os anos 1970 até os 2000 e, dos anos 1920 até o final dos 1970, por último publicou *Acontecimentos políticos brasileiros pela ótica da imprensa* (2019). Completa sua bibliografia *Desafios da notícia: o jornalismo brasileiro ontem e hoje* (2017), livro que compila artigos apresentados em eventos acadêmicos nos anos anteriores, como no III Encontro Nacional de História Oral, em Campinas, em 1996, e no XVI International Oral History Conference, em Praga, em 2010. Tanto na obra de síntese, quanto na compilação, são abordados temas diversos: das mudanças que se processaram simultaneamente, no jornalismo, e no perfil dos jornalistas, ao papel que desempenharam na consolidação do regime democrático.

No que se segue, ao minuciar o conjunto de contribuições dadas pela estudiosa, pretende-se examinar de que maneira ela se valeu das técnicas da conhecida história oral, bem como de outras estratégias metodológicas, para desenvolver sua pesquisa em história da imprensa moderna. Os principais pontos a serem evidenciados dizem respeito ao modo como ela — enquanto historiadora e socióloga de formação, sem pretender ser uma acadêmica do jornalismo — constrói argumentativamente seu relato e logra, ou não, trazer reflexão própria sobre o

fenômeno em pauta, demarcando, no transcorrer da narrativa, por exemplo, distinção entre os pontos de vista dos jornalistas entrevistados e o seu.

7.1 História oral como metodologia

Situando-se no campo da história do tempo presente, o trabalho de Abreu está amparado metodologicamente na história oral, procedimento que consiste na realização de entrevistas com pessoas que podem testemunhar sobre acontecimentos ou outros aspectos da contemporaneidade, para que, em seguida, as informações obtidas sejam submetidas a tratamento analítico, mediante o qual serão produzidas interpretações próprias acerca do fenômeno em observação. Considerando que "a fonte oral é contemporânea do historiador, e não do acontecimento", essa metodologia tende a permitir que o analista se aproxime "do passado e do presente que está sendo narrado pelo depoente" (2012b, p. 98).

A afirmação da referida área acadêmica, no Brasil, deve-se, além de nomes recém-mencionados, a outros como José Carlos Bom Meihy (1943*), Verena Alberti (1950*), Antonio Torres Montenegro (1952*) e Lucilia Neves Delgado (1952*)[90], contribuidores do primeiro plano da Associação Brasileira de História Oral, fundada em 1994, bem como de outros espaços de discussão voltados à disciplina. Entre as iniciativas pioneiras, destaca-se o programa de história oral, criado em 1975, enquanto parte do CPDOC, do qual Abreu foi coordenadora geral (1985-1989), diretora (1990-1994) e pesquisadora associada (até março de 2023), data de seu falecimento.

Conforme relatado, o centro "foi buscar na França os subsídios técnicos necessários em termos de arquivamento e organização de arquivos privados pessoais, e nos Estados Unidos o modelo para o formato institucional, baseado no das bibliotecas presidenciais"[91]. Com a expansão do mesmo, "novos projetos de pesquisa foram se estruturando em torno da história política brasileira do pós-30, com ênfase em temas como a construção do Estado nacional, o pensamento social, as relações internacionais e a trajetória de atores políticos relevantes" (1994, p. 4-5).

---

[90] Autores/organizadores, respectivamente, das seguintes obras: *(Re)introduzindo a história oral no Brasil* (1996); *História oral: a experiência do CPDOC* (1990); *História oral e memória: a cultura popular revisitada* (1992); e *História oral: memória, tempo, identidades* (2006).

[91] A influência francesa sobre a reflexão teórica e metodológica que daria base para o amadurecimento da disciplina fica evidente, por exemplo, na coletânea de ensaios *Usos & abusos da história oral* (1996), organizada por Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Amado.

Mundo afora, o desenvolvimento do campo relaciona-se com o contexto do pós-Segunda Guerra, quando a expressão *história do tempo presente* começa a ser cunhada. Seu emprego refere-se, inicialmente, a "uma tentativa de abarcar a nova situação que surgiu com esse acontecimento e suas consequências, que foram os conflitos e as crises de dimensão internacional que passaram a dominar o cenário mundial" (p. 57). Em razão disso, os primeiros estudos ligados à área aparecem direcionados a essas circunstâncias políticas. Especialmente para os historiadores alemães e franceses, "tratava-se de explicar o nazismo, a ocupação europeia do pós-guerra, assim como as questões que começaram a abalar a Europa logo depois do fim da Segunda Guerra Mundial" (2004, p. 57-58).

Teria sido, contudo, apenas a partir da década de 1970 que essa perspectiva, "até então ignorada ou simplesmente excluída do campo de análise dos historiadores, conseguiu ultrapassar os conflitos de legitimidade que lhe eram colocados e passou a ser objeto de estudo de muitos historiadores" (2017, p. 63). De ponto de vista analítico-metodológico, "a história do tempo presente não está só voltada para a análise dos efeitos do passado sobre o presente, mas está buscando, principalmente, esclarecer o passado a partir das questões que se colocam hoje no presente". Ademais, "a utilização de novas fontes, a análise comparativa e a relação com as outras ciências sociais são os elementos que a diferenciam da história tradicional" (p. 57), consolidada desde o século XIX.

Se o documento escrito era tido pelos historiadores vinculados à corrente historiográfica positivista como a fonte legítima, por motivos de "convicção de que só o distanciamento no tempo permitiria uma história dita científica" (p. 57), ao passo que se verifica uma profunda renovação de abordagens, o documento oral adquire tanta legitimidade quanto aquele. Pouco a pouco, "a memória viva, em lugar da memória morta, torna-se a fonte privilegiada do historiador do tempo presente" (p. 58). Uma das principais diferenças entre elas estaria no "fato de que a memória do testemunho oral reconstrói o passado, enquanto os arquivos clássicos, que são contemporâneos do acontecimento, reconstroem o presente". Dito de outra maneira: "o entrevistado reconstitui o passado à luz da sua história, em função de seu presente — isto é o que se chama de *handicap do a posteriori*" (p. 57)[92].

[92] No que concerne ao tema da memória, referência clássica é o sociólogo francês Maurice Halbwachs, autor de *La mémoire collective* (1950) e, entre os nomes brasileiros, Ecléa Bosi, responsável por *Memória e sociedade: lembranças de velhos* (1979).

No entanto, adverte ela que os documentos orais colocam problemas não menos desafiadores do que os escritos, visto que ambos os materiais se encontram impregnados de subjetividade, são produtos de sua época e do meio social em que se inserem. Quer dizer, também o registro oral necessita ser submetido a uma crítica rigorosa. Nessa operação, o pesquisador deve "se situar diante dos atores que são seus objetos de estudo de forma a confrontar permanentemente os mecanismos da memória" (p. 57) — e, assim, evitar algumas armadilhas que têm sido apontadas justamente por historiadores associados a outras tradições:

> A instrumentalização da memória individual e coletiva como metodologia de pesquisa provoca polêmicas e oposição por parte de vários historiadores e das outras disciplinas. De um lado, os historiadores das estruturas, que desvalorizam a análise do papel do indivíduo na história, não aceitam o uso dos relatos pessoais, das histórias de vida e das biografias como fontes para se reconstituir a história. De outro lado, levanta-se a questão da subjetividade dos testemunhos orais, das suas distorções e da sua falsidade (ABREU, 2004, p. 58).

Cumpre ao investigador perseguir a exigência e a qualidade da verdade, tendo consciência de que essa não significa uma fé absoluta na *verdade científica*, tal como "a concepção redutora dos positivistas, que consideravam que o objeto histórico estava dado, era só descrevê-lo". Nesses casos, "o historiador não construía história, mas simplesmente já a encontrava tal como ela existiu no passado" (p. 59). Embora esse entendimento já esteja superado, "a preocupação com a exatidão e a busca da verdade" permanecem como "as primeiras exigências que se colocam para o historiador" moderno. Aqui, por verdade Abreu entende "que o que é apresentado pelo historiador pode ser provado, verificado" (p. 58), vez que o trabalho de reconstituição do passado necessita estar fundamentado em fontes.

A referida "verdade histórica vem da interface entre os componentes do passado que nos chegam através de seus traços documentais e o espírito do historiador que o reconstrói e busca dar-lhe inteligibilidade" (p. 59). Para tanto, "o historiador começa seu trabalho fazendo a cronologia dos fatos e dos acontecimentos, colocando-os em ordem no tempo. Em seguida, ele deve fazer cortes no tempo. Porque, para analisar um objeto de estudo, ele precisa cercá-lo, delimitá-lo" (p. 56). Cabe observar que, no estudo do tempo presente, "a existência de testemunhos vivos pode ser um dos fatores a serem considerados na delimitação cronológica", ainda que "não possa ser considerado fator determinante" (p. 58).

A partir desse procedimento, o pesquisador trabalha para definir “os conjuntos coerentes que permitem criar uma periodização, uma cronologia. A periodização identifica processos contínuos e rupturas. Ou seja, continuidades no interior dos períodos e rupturas entre as continuidades” (p. 56). Na medida em que, mais do que narrar, importa proceder à elaboração de uma interpretação, faz-se necessário recorrer a conceitos e, assim, estreitar as relações com as ciências sociais. Diálogo esse que seria uma inovação em relação à historiografia tradicional, embora não se deva desconsiderar muitas das premissas desta:

> Já se foi o tempo em que a história se resumia a fatos datados e seu ensino se resumia à memorização de grandes acontecimentos e dos feitos dos grandes personagens. Mas também quero dizer que a história não existe sem datas, porque o historiador faz perguntas sobre o passado a partir do seu conhecimento e de sua experiência do presente. Logicamente que suas perguntas vão se relacionar à origem dos fatos, à evolução dos fatos, ao percurso, que vão ser recuperados por meio de datas e do tempo da história (ABREU, 2004, p. 56).

Na dupla tarefa de construção e desconstrução da narrativa histórica, surgem exigências de verdade que a matéria literária pode dispensar, posto que, apesar de “o escritor poder situar a intriga no mesmo passado, ele não tem nenhum compromisso com a verdade” (p. 60). Esse não é o caso do historiador, pois o que se coloca a ele não é simplesmente a oposição entre o verdadeiro e o inventado, e sim, “a ambição de narrar aquilo que efetivamente se passou” (p. 60). Pode-se dizer que este “trabalha hoje com a fórmula segundo a qual o conhecimento é sempre indireto, indicativo e conjuntural, o que leva a um grande relativismo” (p. 59). Ao mesmo tempo, não significa que história e literatura de ficção se confundam, “o que conduz muitas vezes a uma negação do próprio saber histórico” (p. 59).

Se as verdades da história são “relativas e parciais”, o método empregado pelos praticantes da disciplina, por outro lado, “deve ser entendido como o conjunto de procedimentos intelectuais que permite que qualquer pessoa que respeite esses procedimentos, e que coloque as mesmas questões e as mesmas fontes, chegue às mesmas conclusões”. Portanto, há que se partir do suposto de que os demais vão percorrer o caminho descrito e, sendo o caso, eles têm que poder “verificar e comprovar as conclusões” (2004, p. 60) alcançadas pela autoria.

Reside aqui, a seu ver, uma diferença importante entre o trabalho do historiador e o do jornalista, responsável por apurar aquilo que se passa em espaço muito breve

de tempo, que é o da ordem do instantâneo. O historiador do tempo presente não se ocuparia desse imediato, pois enquanto tal, “trabalha sempre com a construção de seu objeto de estudo, não importa qual seja sua natureza”. Tal ação “implica necessariamente um tempo para a consulta e a síntese dos documentos disponíveis, o que permite certo lapso de tempo em relação à produção do acontecimento e sua análise histórica” (2017, p. 68). Esclarecendo:

> Essa questão se coloca em relação à chamada história imediata. Hoje nós consideramos que essa história imediata significa a história do acontecimento que acaba de se produzir, ela não pode se submeter ao método histórico; logo, essa história não existe. Mas essa história imediata pode ser vista como um testemunho, e como tal pode oferecer elementos para futuras pesquisas, transformando-se futuramente em história do tempo presente (ABREU, 2004, p. 57).

A distinção entre a atividade historiográfica e a jornalística não estaria na busca das fontes, mas sobretudo no tratamento a elas conferido. Na visão de Abreu, “o jornalista considera que os dados que ele obteve por meio da sua pesquisa o levam diretamente à verdade”, tanto é que “acredita poder relatar a versão verdadeira” a partir da sua apuração. O mesmo não se aplicaria ao historiador, que “deve demonstrar a validade do seu método em relação às questões colocadas e às fontes que ele utilizou”. Além do mais, aquele tem a liberdade de “transmitir o resultado do seu trabalho sem explicitar para o público a maneira como ele trabalhou”, visto que o que “obtém muitas vezes é confidencial e seus informantes têm que ser mantidos no anonimato, ao contrário do historiador” (2004, p. 61).

Seguindo a leitura da estudiosa, pelo menos até os anos 1990, no Brasil, ainda eram poucos os estudos históricos específicos sobre a imprensa e seus profissionais, o que pode estar ligado, em parte, à concepção de que “só era possível fazer história por meio da reconstituição do passado” distante. Antes da aceitação acadêmica da história do tempo presente, “o historiador precisava de uma distância no tempo para poder analisar objetivamente, sem paixões, o seu objeto de estudo” (1996, p. 7-8). Sendo assim, a primeira razão que explicaria a falta de trabalhos históricos com foco na mídia, ou o desinteresse dos historiadores pelo jornalismo, como tema em si mesmo, referir-se-ia ao plano metodológico.

Outra estaria no plano teórico, na medida em que a imprensa era “geralmente considerada subordinada e reprodutora de um discurso ideológico dominante” (1996, p. 8), isto é: mera divulgadora de um discurso proveniente de outros atores e

instituições políticas. Portanto, o entendimento predominante seria o de que os meios de informação não possuíam o papel de construtores dos fatos que divulgam. Tal perspectiva estaria "no centro de certas apropriações das teses marxistas, que analisaram a mídia como aparelhos ideológicos a serviço da classe dominante, garantidores de seu poder de dominação" (2017, p. 221).

Abreu manifesta discordância diante disso, pois são abordagens que não dariam conta de fornecer explicações adequadas sobre o modo como a mídia participa, simultaneamente, da construção das representações e práticas de poder. Como instituição moderna, essa deveria ser percebida, a seu juízo, "como uma unidade de contestação pública, como um indicativo da opinião da sociedade, em especial da elite dirigente, da elite empresarial e da classe média" (p. 138). Ao mesmo tempo, haveria que se ter em vista que "a imprensa introduz no sistema social novas formas de pensar, elabora e interpreta aspirações e demandas da sociedade; ou seja, como ator social, participa de todo o processo político" (p. 68). Eis as justificativas para a inclusão desta entre os novos objetos da historiografia.

Se não fosse o bastante, poder-se-ia argumentar, ainda, que "a mídia hierarquiza e atribui importância, valor ou pertinência a um acontecimento que ela torna público. Um acontecimento público seria o resultado de uma construção da mídia" (2017, p. 64), pela qual esta se apresentaria como interlocutora de diferentes grupos que compõem a sociedade. Em complemento ao raciocínio,

> *a publicização dá forma à própria produção do acontecimento*. Para que haja acontecimento é preciso que ele seja conhecido, e os jornalistas são os primeiros a apresentá-lo. Desse modo, o historiador não pode mais ignorar que a mídia é parte integrante do jogo político e da própria construção do acontecimento histórico. O historiador deve admitir, por outro lado, que os jornalistas são ao mesmo tempo testemunhas e atores e, na maior parte das vezes, porta-vozes de partidos políticos, de organizações e de interesses (ABREU, 1996, p. 9, grifo nosso).

Ao conduzir sua investigação, Abreu escolheu, em um primeiro instante, debruçar-se sobre a década de 1950, sob o argumento de que foi no pós-guerra que, também no Brasil os jornais de maior circulação "passaram por grandes transformações, tornaram-se de fato empresas comerciais detentoras de poder econômico e introduziram inovações técnicas, gráficas e editoriais" (1996, p. 10). Em seguida, avançou para o período dos anos 1970 a 2000, com o propósito de

compreender o papel da mídia informativa na transição do regime autoritário para o democrático, bem como as mudanças no perfil dos jornalistas.

Ao todo, foram ouvidos cerca de 60 profissionais com atuação em redações de Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo. As entrevistas foram realizadas entre o fim dos anos 1990 e início da década seguinte. Foram selecionados jornalistas pertencentes à geração nascida entre 1920-1930, e que ocuparam posições estratégicas no meio. Também foram entrevistados profissionais que ingressaram na atividade durante os anos 1960-1970, e que vieram a assumir posições de destaque após 1980. Ou seja, sujeitos da geração nascida nos anos 1940-1950, e que já entraram no mercado de trabalho sob a exigência do diploma universitário, de comunicação social, com habilitação em jornalismo.

O objetivo primeiro seria tomar nota de que curso cada indivíduo frequentou, as estratégias que se valeu para obter o primeiro emprego no setor, os jornais em que atuou e as funções que nele veio a exercer. Depois, teriam sido introduzidas questões relativas às experiências de trabalho, procurando estabelecer uma comparação entre o período militar-autoritário e o pós-redemocratização. Em resumo, foram eles convidados pela historiadora a sintetizar suas trajetórias profissionais, dado que o seu intuito era tentar estabelecer vínculos entre a dimensão temporal e as mudanças no plano social e político:

> Através da biografia, das trajetórias individuais, em combinação com cortes geracionais, queríamos mostrar as experiências vividas em um determinado contexto social e em um quadro político comum; como os indivíduos reagem, adaptam-se e atuam em conjunturas desfavoráveis para a realização de um projeto de vida. Não estávamos interessados em fazer longas histórias de vida; todos os entrevistados foram submetidos a perguntas básicas, e em torno delas é que se desenvolveram as demais questões (ABREU, 2012b, p. 97).

Então, de imediato, coloca-se a questão: que indivíduos estudar? A escolha foi a de “privilegiar personagens que ocuparam ou ocupam posições capazes de lhes garantir participação em decisões que afetaram ou afetam o curso dos acontecimentos, de lhes dar uma perspectiva mais ampla sobre o tema analisado, um conhecimento mais ou menos completo do fenômeno em estudo” (p. 97). Isto é, diretores de redação, chefes de editorias, responsáveis por colunas de prestígio etc. — ilustrados em figuras como Alberto Dines (1932-2018), Joelmir Beting (1936-2012), Paulo Henrique Amorim (1942-2019) e Lillian Witte Fibe (1953*).

A série de entrevistas com esses protagonistas revela, por exemplo, “que os empresários da mídia apoiaram o Regime Militar, mas mantiveram em suas redações jornalistas que eram contrários ao regime e que atuaram na luta em favor da democracia”. De modo que estes “utilizaram inúmeras estratégias para denunciar a censura, a opressão dos militares e a política econômica então adotada” (2012b, p. 97). Isso evitou a construção de uma narrativa simplista no que concerne à atuação da chamada *grande imprensa* no período.

A partir da análise desse conjunto de depoimentos, teria sido possível identificar também pelo menos três diferenças significativas na forma de posicionamento diante da profissão. Alguns jornalistas entrevistados se entendiam “como mediadores entre a sociedade global e o indivíduo, ou entre a população e o poder público”; outros, basicamente, “se veem como produtores e difusores da informação”; e por fim, uma terceira categoria de profissionais, “constituída por aqueles que se atribuem o papel e função social de fiscal da sociedade, críticos do governo, de vigiar o poder, fazer um jornalismo de denúncia social” (2017, p. 86).

Dito isso, e tomada a decisão de que classe profissional entrevistar, houve o cuidado, ressalta a estudiosa, para não “reduzir a um indivíduo a explicação no encaminhamento de todo o processo de transformações”, como pode ser tentador fazer, ao se trabalhar com esse tipo de fontes. O entendimento foi e deve ser, segundo ela, o de “que existe uma enorme complexidade nas decisões e nas ações que levam à mudança, o que exige a participação de vários profissionais nas várias etapas desse processo” (p. 101). Seguindo a explicação,

> o ator individual, uma personalidade, parece às vezes dominar a cena histórica, mas ao observarmos as diferentes dimensões de um momento de mudança, de um ponto de vista mais global, apercebemo-nos de que há uma grande complexidade nas decisões que conduzem às transformações e há várias personalidades envolvidas (ABREU, 2012b, p. 101).

Igualmente chama ela atenção para a necessidade de confrontar as informações contidas em cada depoimento, visando diminuir as chances de se difundir “mitos” e ocultar “determinadas realidades que não contemplam certos grupos, ou fatos e acontecimentos desfavoráveis aos depoentes” (p. 101), uma vez que a maioria tenderia a enfatizar apenas os lados positivos da sua atuação:

> Podemos tomar como exemplo uma de nossas entrevistas com um jornalista que atuou durante o Regime Militar. Ele foi demitido do jornal onde trabalhava, e em seu depoimento deu como explicação para a sua demissão motivos políticos, o que aparentemente se justificava por ele ter uma importante atuação política. Através de outros depoimentos de jornalistas que trabalhavam na mesma redação e na mesma época, e que tinham também grande atuação política, verificamos, porém, que o motivo da demissão estava relacionado à manutenção de outro emprego, em uma empresa de publicidade, o que era proibido pelo jornal e mal visto pelos colegas (ABREU, 2012b, p. 98).

À vista disso, "as respostas não podem ser examinadas como casos individuais", sendo necessário adotar estratégias que não considerem a biografia meramente um caso particular. Enfim, mostrar, "através da análise de um conjunto de trajetórias individuais, as relações causais e algumas regularidades no comportamento dos jornalistas que detêm hoje o poder de definir a informação para o grande público brasileiro" (2012b, p. 97)[93]. Ao longo de seus estudos, as entrevistas, assim exploradas, teriam aberto possibilidades de exame que vão desde as tendências do jornalismo contemporâneo até as mudanças ocorridas na estrutura organizacional das empresas, como irá se expor e discutir adiante.

7.2 As transformações do jornalismo pós-1950

Inicialmente concentrada no estudo do período dos anos 1950, Abreu lançou-se em duas linhas de pesquisa: 1) a cobertura jornalística em torno da crise política que levou ao suicídio de Getúlio Vargas; e 2) as mudanças que sofreram os suplementos literários, bem como o perfil dos intelectuais-jornalistas que neles escreviam. No momento seguinte, ao estudar o intervalo dos anos 1970 até 2000, ainda enfocando a profissionalização da classe, manifestou interesse por outras questões como as tendências do jornalismo econômico e investigativo.

No que concerne ao primeiro tema, a investigadora recorda que a imprensa, após ser alvo de censura, ao longo do Estado Novo (1937-1946), desempenhou papel de peso na crise política que culminou na morte de Vargas, durante seu segundo governo (1951-1954). Argumenta que os jornais de referência da época — *Diário de Notícias*, *Diário Carioca*, *O Estado de S. Paulo*, *Correio da Manhã*, para citar alguns — "atuaram decisivamente tanto na formação de um consenso a respeito da crescente

[93] Preocupações como essas remetem à sociologia do jornalismo, disciplina composta por estudos de caso clássicos, como é o de David Manning White (1950), sobre os jornalistas enquanto *gatekeepers*, e o de Warren Breed (1955), sobre os mecanismos de *controle social* nas redações.

inviabilidade política do prosseguimento do mandato do presidente quanto na intermediação do diálogo e da articulação entre os diferentes grupos das elites políticas para a resolução do impasse" (2017, p. 98).

Essa argumentação deriva de uma análise estruturada como "sequência de etapas típico-ideais", que consiste na descrição do comportamento de cada periódico, a fim de obter uma "média comportamental". Em um primeiro momento, os jornais teriam publicado notícias que apresentavam o incidente — ou atentado —, o que corresponderia à fase de "construção do seu significado de grave crise política e moral e, em alguns casos, de proposição da tese de que o presidente é o principal responsável, mesmo que indireto, pelo crime". Posteriormente, a imprensa teria ingressado em outra fase, desta vez de acusação, pela qual operava, "basicamente, nos movimentos de (re)produção da indignação coletiva, ou de coletivização da indignação moral, e de comprovação da tese do comprometimento do presidente" (ABREU; LATTMAN-WELTMAN, 1994, p. 32).

O terceiro momento refere-se a um apelo à renúncia: "uma vez comprovada a tese inicial, da responsabilidade do presidente, conclui-se por sua total incapacidade moral para continuar em exercício e apela-se para a solução menos traumática da crise". Até mesmo "os jornais mais moderados se convencem da inviabilidade política da continuação do governo de Vargas". Por fim, chegar-se-ia à etapa de articulação da deposição, dado o esgotamento da proposta anterior. De acordo com os analistas da matéria, "o presidente, na verdade, não mais governaria e com sua resistência acabaria por arrastar o país ao caos e à anarquia" (1994, p. 32).

Passando à análise do período do governo Juscelino Kubitschek (1956-1961), a questão da cobertura política é deixada de lado, e dirige-se para o relato sobre a renovação do jornalismo, principalmente daquele praticado no eixo Rio de Janeiro-São Paulo. Tal processo teria ocorrido em sintonia com as mudanças na estrutura produtiva do país, com a substituição das importações e intervenções do Estado, que passou a desempenhar função empresarial. Com a diversificação das atividades, houve a emergência do setor publicitário, fato que também teria impulsionado a reforma empresarial e editorial do segmento jornalístico:

> A imprensa, que até os anos 30-40 dependia dos favores do Estado, de pequenos anúncios populares ou domésticos e da publicidade das lojas comerciais, teve essa situação alterada. Nos anos 50 começaram os investimentos no setor publicitário e teve início a implantação no país de

> grandes agências nacionais e estrangeiras de publicidade; os anúncios nos jornais se diversificaram, encontrando-se desde anúncios de automóveis, eletrodomésticos, produtos alimentícios e produtos agrícolas até anúncios de produtos artesanais os mais variados (ABREU, 1996, p. 16).

Diante desse cenário, nossa imprensa "foi abandonando uma de suas tradições: o jornalismo de combate, de crítica, de doutrina e de opinião. Essa forma de jornalismo convivia com o jornal popular, que tinha como característica o grande espaço para o *fait divers*, para a crônica e para a publicação de folhetins". Importado da França ainda no século XIX, esse modelo, calcado na opinião, foi, a partir de meados do século seguinte, "gradualmente substituído pelo modelo norte-americano: um jornalismo que privilegia a informação e a notícia e que separa o comentário pessoal da transmissão objetiva e impessoal da informação" (p. 15).

Periódicos como *O Globo* e *Folha da Manhã* não demoraram a passar por "mudanças na forma de transmitir a informação: a linguagem tornou-se mais objetiva, a notícia passou a ocupar maior espaço do que a opinião". Antes deles, outros como o *Diário Carioca* e o *Jornal do Brasil* "introduziram também inovações técnicas na confecção do jornal. O *Correio da Manhã* sofreu também uma reestruturação empresarial, passando a contar com uma administração e um gerenciamento mais de acordo com as empresas burocráticas modernas" (p. 15-16).

Essa nova lógica de gestão e produção foi adentrando nos jornais como um todo, não excluindo os suplementos reservados à criação artística e literária que, pelo menos até o golpe militar de 1964, se constituíam em espécie de redes de sociabilidade para muitos intelectuais que nem sempre mantinham espaço no meio acadêmico. Em vez de "lugar de recepção de um discurso ideológico e político de esquerda", ou de "debates travados pelos universitários a respeito de temas relativos ao encaminhamento do processo de desenvolvimento do país", tais páginas abrigavam discussões diversas sobre os rumos do país, "através das vanguardas culturais e artísticas, por meio da divulgação do cinema crítico, do teatro engajado, da poesia concretista, das artes plásticas, da música etc." (p. 57-58)[94].

À medida que a imprensa se modernizou, os suplementos foram reformulados com intenção de atrair um número cada vez maior de leitores e, concomitantemente, os poetas, contistas, ensaístas etc. que dominavam esse segmento, foram

[94] Sobre a formação do campo intelectual e da indústria cultural, ou mercado de bens simbólicos, no país, conferir obras de referência como *Intelectuais e classe dirigente no Brasil* (1979), de Sergio Miceli, e *A moderna tradição brasileira* (1988), de Renato Ortiz.

substituídos por jornalistas diplomados, “que acabavam de concluir os recém-criados cursos de jornalismo” (p. 58). Com a valorização dos profissionais com formação especializada, em resumo, “os suplementos deixaram de ser o espaço de veiculação da crítica literária, perderam a função de analistas da qualidade de um livro quanto a sua forma e conteúdo e se transformaram em meros divulgadores de novos lançamentos editoriais” (1996, p. 58)[95].

Essas transformações vieram a se intensificar nas décadas seguintes, quando as empresas jornalísticas receberam vultosos investimentos para melhorias de estrutura e tecnologia, assim como aperfeiçoaram seus modelos de gestão administrativa. Acontece que, “até os anos 1960, a maioria dos jornais de grande circulação era de propriedade familiar e administrada pelo dono”. Isso teria mudado entre as décadas de 1970 e 1980, espaço de tempo em que “o poder adquiriu outra dimensão: não está mais na mão de um só dono, é exercido por um número maior de membros da família, quem dirige são os membros da segunda geração” (2017, p. 142). Consequentemente, “houve uma grande concentração dos veículos de comunicação e, por outro lado, um grande alargamento e diversificação do público consumidor, que hoje tem dimensão nacional” (2002, p. 7).

Esse processo de massificação ganhou forma no contexto do Regime Militar. Para atender as reivindicações populares e afastar o “perigo comunista”, representado pela estatização da economia e pelo impedimento de entrada de capital estrangeiro no país, “os empresários da imprensa abdicaram de sua crença na liberdade individual e aceitaram a centralização do poder nas mãos dos militares como única alternativa para impedir a subversão, ou a ascensão dos grupos de esquerda ao comando do país” (2002, p. 13). Os militares, por seu turno, “precisaram conquistar o apoio da imprensa a fim de mobilizar o sentimento civil a seu favor”, e assim o fizeram: “poucos

[95] Mônica de Fátima Rodrigues Nunes (2007) é autora de tese que sugere contraponto a esse argumento, ao afirmar, com base em estudo de caso dos jornais paulistanos, que apesar do início da inclusão dos suplementos “ter ocorrido em fins da década de 1920, foi no pós-1945 que, não apenas este gênero, mas também a inclusão de páginas literárias, passaram a ocorrer com grande frequência. Os jornais *Diário de S. Paulo* e *Folha da Manhã* destacaram-se em quantidade de lançamento de suplementos. E, em repercussão, sobressaiu o *Suplemento Literário* de *O Estudo de S. Paulo*, que contava com grande participação de intelectuais universitários” (p. 233). Ainda de acordo com ela, “os espaços para artes e literatura se davam de diversas maneiras, e não apenas em páginas e suplementos literários semanais” (p. 234). Para uma uma visão mais ampla sobre as mudanças ocorridas na especialidade, conferir a tese de Larissa Rigo, *Jornalismo cultural: dos suplementos literários do século XIX ao webreview do século XXI* (2019).

foram os jornais que se opuseram à derrubada do regime constitucional" (2017, p. 139).

Nesse sentido, argumenta a autora que o fato de uma empresa então não operar enquanto complexo empresarial, mas possuir uma estrutura simples, sendo "controlada por seu proprietário (ou por sua família), o que lhe dava a possibilidade de um total domínio sobre a orientação política e o noticiário" (2005, p. 55), ao fim, veio a beneficiar os militares que tomaram o poder:

> A atuação da imprensa no processo que levou à queda do regime constitucional, em 31 de março de 1964, foi fundamental. Ela foi um dos vetores da divulgação do fantasma do comunismo, e que esse fantasma foi utilizado como uma das principais justificativas para a derrubada do governo. Ao mesmo tempo, a imprensa exacerbou a divulgação de notícias sobre a existência de um caos administrativo e participou, em seguida, da divulgação da ideia de que era imperiosa a necessidade do restabelecimento da ordem mediante uma "intervenção militar" (ABREU, 2017, p. 99).

A narrativa que a historiadora constrói não é linear, mas insere viés de contradição ao abordar a questão. "Ao mesmo tempo em que censuravam matérias e interferiam no conteúdo da informação, os governos militares financiaram a modernização dos meios de comunicação" (2002, p. 15) — sem excluir, é verdade, a classe jornalística, que se profissionalizou e obteve melhoria salarial. Tal investimento era, para eles, "parte de uma estratégia política, ligada à ideologia da segurança nacional. A implantação de um sistema de informação capaz de *integrar* o país incluía-se em um projeto em que o Estado era entendido como o centro irradiador de todas as atividades fundamentais em termos políticos" (2017, p. 141).

Assim sendo, a autora sugere que o empresariado do setor se submeteu à censura, em larga medida, devido à dependência econômica e à preservação dos interesses políticos atrelados à máquina estatal, o que enfraqueceu, decerto, uma possível oposição ao autoritarismo. Até porque, ao mesmo tempo que beneficiavam os proprietários das empresas de mídia que lhes apoiavam, os governos do regime investiram em um discurso que "justificava sua permanência no poder como uma forma de restabelecer a democracia, ameaçada pelo governo Goulart e pelos comunistas. Os militares não assumiam abertamente a censura nem a repressão à liberdade de expressão. Era proibido denunciar a censura" (2005, p. 54).

Dadas as restrições para tratar dos assuntos de política nacional, incentivou-se, nesse período, a criação ou a ampliação das editorias de economia. No governo

Médici (1969-1974), quando a censura foi mais severa, os diretores dos jornais buscaram substituir o noticiário político pelo econômico, à medida que o tema se tornou elemento de legitimação do regime. Tais editorias eram vistas com bons olhos pelas autoridades militares, uma vez que constituíam “um espaço de menor risco porque as informações eram basicamente sobre o setor público, e os dados e índices eram oficiais, fornecidos pelo BNDE, pelo Conselho Monetário Nacional, pela Associação Comercial, pelas Federações das Indústrias, e fundamentalmente pelo Ministério da Fazenda” (2017, p. 171). Detalhando:

> O noticiário econômico era essencialmente financeiro/comercial, voltado para informações práticas como cotação da bolsa de valores, câmbio, preços e produção de produtos agrícolas. Quando apresentava outros temas, estes não vinham acompanhados de uma análise, ainda eram raros os especialistas dedicados a assuntos econômicos dentro das redações. A cobertura sobre o desempenho das empresas e sobre os diversos setores da economia ainda não fazia parte da preocupação da imprensa. A visão macroeconômica e setorial ocupava um espaço reduzido nas páginas dos jornais. Até então, os jornalistas de prestígio não aceitavam fazer matérias sobre empresas e empresários, já que esse tipo de jornalismo era mal visto. Quando eram publicadas declarações de um empresário, os colegas da redação diziam que o chefe da redação ou o jornalista responsável tinham sido “comprados”, e os que assim agiam eram vistos como corruptos. Os empresários também tinham receio de passar informações para os jornalistas, pois tinham a expectativa de que haveria cobranças financeiras. Mas, já nos anos 1970, sob a influência do jornalismo norte-americano e dos efeitos da censura, os jornais brasileiros perceberam que a economia, vista do ângulo das empresas, também era notícia (ABREU, 2012, p. 99).

Isso significa que as editorias de economia serviram como instrumento de divulgação dos programas nacionais de política econômica, em um contexto de formação dos monopólios de comunicação que diminuíram a autonomia dos jornalistas e aumentaram a sua dependência em relação ao poder. “Era importante para o regime que a imprensa divulgasse as conquistas e os avanços econômicos, na medida em que a economia se tornou a moeda de legitimação política para os militares” (2017, p. 125). No entanto, as mesmas também foram utilizadas, noutras vezes, como espaço para engajamento político de resistência à ditadura:

> As editorias de economia se organizaram em torno de alguns jornalistas que lideraram a formação de uma geração de jovens capacitados a acompanhar as decisões econômicas do governo. Eles se dedicaram a estudar questões que não faziam parte de sua formação profissional; poucos tinham formação econômica, mas tiveram que lidar com informações sobre dívida externa, tipos de investimentos que estavam sendo feitos, entender o modelo econômico aplicado, suas consequências na distribuição da riqueza etc. Buscaram então, junto aos economistas que trabalhavam nas universidades

> e em instituições de pesquisas como Ipea, IBGE, FGV, Iperj, dados e argumentos necessários para fazer oposição ao governo. Com isso divulgaram para um público mais amplo, o resultado das pesquisas que normalmente ficavam restritas ao círculo acadêmico (ABREU, 2017, p. 226-227).

Ou seja, o jornalismo econômico não foi só utilizado pelos militares, mas também por seus adversários. Inúmeros jornalistas críticos às ações do governo valeram-se do espaço editorial menos visado pelos censores para a publicação de dados elaborados por universidades e centros de pesquisa. Menciona-se o caso dos profissionais da área econômica d'*O Globo* que "muitas vezes utilizaram análises feitas por estudiosos norte-americanos sobre o Brasil para denunciar a concentração de renda como fator de vulnerabilidade do regime" (2017, p. 127).

Outra estratégia para driblar a censura imposta foi abordar os problemas políticos do país pelo ângulo do jornalismo internacional, especialidade que igualmente se expandiu durante o regime:

> A Rede Globo, no seu *Jornal Nacional*, jornal diário e o de maior audiência da televisão brasileira, investiu na formação de correspondentes no exterior e deu maior espaço ao noticiário internacional. A Revolução dos Cravos teve grande cobertura, assim como todas as notícias sobre a queda de velhas ditaduras, como a da Espanha. Era uma maneira de mostrar ao público brasileiro os passos dados por outros países em direção à democracia (ABREU, 2005, p. 57).

À medida que a censura virou prática comum nas redações, após a emissão do Ato Institucional n.º 5, teria começado a se esboçar, entre os órgãos de informação, um movimento de distanciamento paulatino dos oficiais. Mais tarde, "quando o general Ernesto Geisel assumiu a presidência da República com uma proposta de liberalização política lenta e gradual, controlada pelos dirigentes autoritários" (2005, p. 58)[96], a imprensa reconfigurou-se como elemento-chave para a contestação do regime e, sem demora, para a aglutinação das forças na luta pela redemocratização, inclusive com a participação de empresários dos demais setores:

> No final do governo Geisel e durante o período do governo do general Figueiredo (1979-1985), o debate sobre o papel do Estado na economia se tornou central entre os opositores do regime. Os empresários, ao perceberem que a política do governo Geisel, tal como estava definida no II Plano Nacional

[96] Mas, ainda segundo Abreu, não foram apenas avanços, houve também retrocessos durante a fase de abrandamento da censura no governo Geisel. Cita o caso da revista *Veja* que "foi severamente cerceada — um censor lia toda a edição antes de seu envio para publicação" (2017, p. 207).

> de Desenvolvimento (PND), era tendente a aumentar o papel das empresas estatais na dinâmica do desenvolvimento, começaram a se posicionar ao lado dos outros setores da sociedade que questionavam a permanência dos militares no poder. A imprensa divulgou com grande destaque a insatisfação dos empresários com a política de fortes investimentos estatais e com os investimentos das multinacionais, isso quando se dava uma redução drástica no ritmo do crescimento econômico (ABREU, 2005, p. 60).

Ao colaborar com o movimento de desintegração da ditadura, e depois se destacar nas Diretas Já, também a grande imprensa voltou a gozar de credibilidade, especialmente junto aos setores populares — até porque, não se pode ignorar que "a independência jornalística tornava-se fundamental na luta pela concorrência" (2005, p. 61). Com a retomada da democracia, os diários passaram a investir em ações no sentido de expor os problemas que se colocam ao Estado de direito, visando demonstrar preocupação com a legitimidade dos processos. Nesse contexto, a ascensão do jornalismo investigativo, ou ainda do *jornalismo de denúncia*, pelo qual a imprensa "se torna uma espécie de substituta da instituição judiciária" (2017, p. 56).

Em seu avaliar, o denuncismo permanece até os dias atuais como tendência no jornalismo brasileiro, que "encontrou no judiciário um grande aliado e, na medida em que se especializou nas denúncias dos desvios ético-administrativos das elites políticas e administrativas, encontrou repercussão nas camadas médias da sociedade" (p. 204). Na disputa pelo maior número de leitores — ou para reduzir a perda dos mesmos —, também "as revistas precisam lançar a cada semana um novo escândalo envolvendo personalidades da vida pública, seja da política, do meio artístico, do empresarial e/ou do esportivo, com revelações sobre questões que na maioria das vezes envolvem a Justiça e a polícia" (p. 40). Eis o que a autora infere:

> O jornalismo praticado hoje inclui a divulgação de gravações de reuniões e de conversas telefônicas feitas sem autorização judicial e a divulgação de gravações feitas para chantagear ou desabonar a reputação dos personagens que não foram investigados nem julgados e que são expostos à condenação prévia pela imprensa. Isso se tornou uma constante e uma forma comercial de vender jornal ou revista. O interesse público justificaria a utilização de um ato ilícito (ABREU, 2017, p. 56-57).

Quer dizer que a mesma imprensa que "contribuiu para a formação de uma consciência sobre a necessidade de redemocratizar o país" (2012b, p. 101), ao se fechar no denuncismo, acaba hoje por deslegitimar as instituições públicas, sem que sofra qualquer limite em sua liberdade de publicação, pois os fins justificariam os meios. Na reflexão que traz, a pesquisadora deixa em aberto, todavia, pontos

fundamentais, tal como a problematização em torno dos conceitos que está aplicando (*denuncismo*, a começar). Para além do plano das ideias, fica-se sem saber, por exemplo, quais seriam os danos causados, concretamente, por esse jornalismo de denúncia à confiança da população nas instituições.

Ademais, vendo bem, essa tendência denuncista, em sua análise, paradoxalmente, se confronta com o processo de despolitização da imprensa moderna. Nas palavras de Abreu, “estamos diante de um jornalismo apartidário, despolitizado e pluralista”, o que significa que a atividade de imprensa teria perdido o caráter político que a caracterizava: “ontem, os jornalistas eram engajados politicamente, tinham uma ação dentro dos partidos políticos ou movimentos; hoje, são os profissionais, os técnicos, que vivem a crise do engajamento” (2017, p. 57). Em sentido técnico, é lhes cobrado “amplo conhecimento de várias áreas de mídia”, por isso mesmo, “as especialidades dos jornalistas tendem a desaparecer” (p. 16).

A historiadora aparentemente não percebe, no entanto, que tal afirmativa a leva a uma sobreposição de raciocínios, posto que, até então, o que enfatizara era exatamente a tendência oposta: a especialização da atividade, tendo em vista a ascensão do jornalismo econômico, seguido pelo investigativo. Ao tratar da produção de notícias em fase de mídia digital, passa ela a argumentar, de outro modo, que a exigência crescente é por profissionais multitarefas, que acumulem funções:

> Inicialmente os responsáveis pelo jornalismo online eram os mesmos do jornalismo impresso. Agora o jornalista é obrigado a ter amplo conhecimento de várias áreas de mídia, deve estar preparado para utilizar vários formatos de mídia e várias linguagens. Atualmente é exigido do candidato a jornalista da internet que tenha capacidade de, entre outros atributos, redigir notícias, produzir fotografias, áudio, vídeo, construir páginas *web* [...] (ABREU, 2017, p. 16).

As mudanças ocorridas nesse meio-tempo relacionam-se à introdução de métodos avançados de gestão e produção, e implicam em alterações, não apenas no perfil dos profissionais, nas redações, mas também no dos dirigentes das empresas: no lugar de jornalistas de ofício, sujeitos corporativos subordinados a um conselho administrativo. No tocante ao quadro de trabalhadores, dos intelectuais com formação humanístico-jurídica, prevalecem os profissionais *tecnocratas* — bacharéis que “se identificam com frequência com os *experts*, com os economistas, e se tornam os transmissores do conhecimento específico dos técnicos que ocupam os altos escalões da administração pública e privada” (2017, p. 150).

Com a saída dessa geração da linha de frente, a imprensa teria perdido de vez a sua função político-missionária, embora, “com a redemocratização, a luta por justiça e cidadania se ampliou e encontrou, nas redações, entre os profissionais da imprensa, grande receptividade” (2003, p. 39). O jornalista poderia ser visto hoje como pragmático, por oposição ao passado, quando era *diletante romântico* e declaradamente partidário. No entender da pesquisadora, a participação na militância revolucionária teria sido substituída pelo apoio à luta por justiça, notadamente a defesa e promoção de direitos humanos para todas e todos.

> Este é o momento em que velhas formas de engajamento político desaparecem, é o momento de atitudes apolíticas, de recuo dos intelectuais, que não desempenham mais o papel de mediadores ou porta-vozes das ideias de mudança e de revolução. Está nascendo um novo tipo de engajamento em que o cidadão tem pouco interesse em uma participação institucional, com a adesão a um partido ou movimento, seja por meio de uma expressão artística, literária ou outras. O engajamento agora se atomizou e se privatizou (ABREU, 2017, p. 178).

O jornalismo contemporâneo exerce, assim, antes influência na construção da cidadania, como uma modalidade de ativismo, não necessariamente político, do que na conformação de uma ideologia. Enquanto veículos de informação, fornecem aos indivíduos conscientização sobre os direitos que assentam o exercício da liberdade individual. Portanto, “é a imprensa que permite ao cidadão alargar o seu conhecimento sobre as questões públicas, evidentemente, não sobre o todo, e sim sobre parte do que se passa na sociedade” (2003, p. 26). Ainda, passa ela “a desempenhar o papel de representante político da população, mas sem mandato eletivo” (p. 38).

Com o estabelecimento da democracia, a mídia noticiosa se torna prestadora de serviço ao público, uma intermediária entre a comunidade e as autoridades. Entra em ascensão o *jornalismo de utilidade social*, que pretende servir aos interesses concretos dos cidadãos: “até então prevalecia a noção de *responsabilidade social* da mídia, que atribuía aos jornalistas o dever de assumir os efeitos e as consequências de seus atos profissionais junto ao público — era o princípio anglo-saxão da imputabilidade” (p. 31). Agora, esta estaria cada vez mais voltada para o atendimento das reivindicações dos leitores.

7.3 Conclusões

Como detalhado, a contribuição de Alzira Alves de Abreu, para a historiografia do jornalismo, no Brasil, caracteriza-se como um trabalho de síntese sobre as tendências advindas da modernização da atividade de imprensa, o qual está amparado, metodologicamente, na chamada história oral. Diferentemente do que se poderia supor, não se trata de investigação orientada por uma ideia de história oral como história dos excluídos, tal como essa fora concebida por muitos (ver THOMPSON, 1978). Pelo contrário, o relato que constrói está baseado em depoimentos de sujeitos que estiveram em posições de destaque — diretores, editores-chefes, colunistas etc. — nos veículos de maior circulação do país. Ou seja, uma narrativa constituída mediante a articulação dos pontos de vista de um seleto grupo de figuras tidas como protagonistas da renovação do setor.

A perspectiva assumida por Abreu, cabe notar, relaciona-se diretamente com o contexto acadêmico no qual se situa: o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Vinculado à Fundação Getulio Vargas, o CPDOC organizou-se como um importante acervo de arquivos privados da elite política nacional, ao mesmo tempo que, no âmbito da pesquisa, estimulou estudos sobre a trajetória e atuação de homens públicos, dentro dos marcos da Revolução de 1930 e da Ditadura Militar de 1964. Ao lado dos documentos escritos, ganharam espaço as entrevistas, notadamente a partir da criação de um programa especializado em história oral, ainda no ano de 1975. Mais do que ajudar na difusão desse instrumental metodológico, Abreu dele se valeu, ao realizar sua investigação.

Ao se interessar pelo tema da imprensa, a estudiosa vai reproduzir essa estratégia, priorizando entrevistar personagens da *elite*, embora não da esfera política, tal como era a tendência entre seus colegas de instituição. Julga-se que isso não é em si um problema da sua empresa de pesquisa; trata-se de uma opção possível entre muitas, da mesma forma que ela poderia ter escolhido se fundamentar nos relatos dos atores com atuação de destaque em segmentos menores e ter esboçado, por exemplo, uma trajetória de desenvolvimento da mídia alternativa. O impasse, acredita-se, seria outro: a ausência de devida marcação entre a ótica dos entrevistados e o seu prisma, de modo que, ao fim, não se consegue saber, na maioria das vezes, se as conclusões a que chega são suas ou dos depoentes.

Essa distinção seria fundamental no transcorrer de toda a análise e interpretação do conteúdo extraído das fontes. A investigadora bem sabe disso, tanto é que discorre sobre a questão em uma de suas reflexões metodológicas. Isso, contudo, não significa que ela logra em sua execução, ao passar para o plano da prática. Pode-se especular que, muitas vezes, essa falta de maior ajuizamento, em seu trabalho, decorre de sua relação, enquanto historiadora, com o fenômeno em escrutínio. Abreu veio a se interessar pelo jornalismo, mas não se identificava, pelo menos antes da virada para os anos 2000, como especialista da matéria, tendo se dedicado a uma série de outros assuntos que pouco ou nada tinham a ver com o fenômeno de imprensa e seus jornalistas. Ou seja, formada e com experiência acadêmica em outros campos do saber, adentrou neste mais recentemente.

No tocante à coerência argumentativa, Abreu começa por avaliar as transformações sofridas pelo jornalismo cultural a partir dos anos 1950, quando a lógica modernizadora teria se imposto até nos suplementos literários e, então, convertido esses espaços de crítica em plataformas de divulgação de novidades editoriais. Essa mudança, em termos de conteúdo, também diz respeito, segundo ela, ao novo tipo de profissional que passa a habitar as redações: em vez de intelectuais politizados, com identificação partidária, predominam os bacharéis em jornalismo, com formação especializada.

Uma análise atenta do conjunto da sua obra, todavia, sugere contradição no desenvolvimento dessa argumentação. Para a autora, na fase contemporânea, a imprensa se estabelece como uma instituição coparticipante na construção da cidadania, à medida que dá visibilidade à coisa pública e atua como intermediária das reivindicações populares (ver ABREU, 2009). Tudo isso, porém, não apenas difere do que pensam, por exemplo, muitos dos teóricos da comunicação e do próprio jornalismo, que já há algum tempo falam em termos de *espetáculo da mídia*, mas também do que a própria havia apontado no exame sobre os suplementos: uma situação de declínio da produção cultural e intelectual nos jornais diários.

Simplificando a problemática, sem diminuir os méritos já assinalados da sua síntese: começa ela por nos alertar sobre as implicações dos efeitos modernizantes na imprensa — em uma fase que poderia ser definida como de instalação da indústria cultural no país —, e termina enfatizando — na contemporaneidade, período caracterizado por uma reorganização profunda da produção de notícias e do trabalho

dos jornalistas, devido ao avanço da racionalidade capitalista nos novos e antigos empreendimentos —, a emergência de um jornalismo cidadão, onde a prestação de serviço público supostamente se sobreporia ao regime da mercadoria.

8 DO JORNALISMO À COMUNICAÇÃO — MARIALVA BARBOSA

Entre os nomes contemporâneos, Marialva Barbosa certamente é o de maior referência no que concerne ao estudo da história da imprensa jornalística no Brasil. Sobre o assunto, escreveu ou coordenou duas dúzias de obras, publicadas desde os anos 2000. Ao lado de José Marques de Melo, Marco Morel e outros colegas, fundou a Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia, em 2001 e, entre 2014 e 2017, desempenhou papel de liderança frente à Sociedade de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, enquanto presidente. Também pela Intercom, recebeu o Prêmio Luiz Beltrão de Maturidade Acadêmica, em 2008. E mais recentemente, em 2019, cofundou a Rede Latino-Americana de História da Mídia (RLAHM), que reúne dezenas de pesquisadores de diferentes países da região.

Sua iniciação na pesquisa acadêmica se deu, no fim dos anos 1980, sob influência das questões que marcaram também a historiografia marxista brasileira, com trabalho cuja problemática era, originalmente, a relação entre imprensa operária e empresarial, na transição para o século XX. Todavia, acabou por propor dissertação de mestrado sobre as visões de mundo dos trabalhadores gráficos — como eles se autorrepresentavam nos periódicos que produziam. Durante o doutoramento, ao tomar distância da história político-econômica e industrial, filiou-se ao que se convencionou chamar de *nova história cultural* (ver HUNT, 1989).

Estudando os grandes diários do Rio de Janeiro, de 1880 até 1920, seu esforço foi no sentido de tomar nota da estrutura administrativa de tais empreendimentos, bem como conhecer os sujeitos — os articulistas e redatores — que escreviam as notícias e aqueles — o público — que as consumia e as ressignificava. Nos anos que se seguiram, especializou-se no tema, expandindo o período de análise, até os primeiros anos do século XXI, e retrocedendo ao século XIX. Em alguns momentos, com foco no percurso de certos jornais, em outros, no perfil dos jornalistas, ou quase sempre, no público leitor desse jornalismo. Ou seja, movendo-se entre a história do jornalismo e a história da leitura dos periódicos.

Como se discutirá, Barbosa julgou que era o caso de se deslocar de uma história da imprensa para outra, não dos *meios de comunicação*, mas do *processo social da comunicação,* enquanto fenômeno mais amplo. Nas palavras da autora, significa proceder à reconstrução das *ações humanas* envolvidas nas *práticas de comunicação*, em vez de enfatizar as origens da evolução da mídia. Dentro deste

universo de possibilidades, que transcende em muito a atividade jornalística, ela se dedicou, desde então, a investigar os modos de comunicação de sujeitos históricos, a exemplo de mulheres e homens escravizados no século XIX.

O objetivo deste oitavo capítulo é examinar as contribuições da estudiosa especificamente para a pesquisa em jornalismo. O ponto de partida é a observação da sua fundamentação teórico-metodológica, passando para a discussão da produção historiográfica, em parte derivada da sua tese doutoral. Ao fim do itinerário epistemológico, busca-se averiguar a existência daquela que seria a sua teoria do jornalismo, ou mesmo fenomenologia, subjacente à história da imprensa que escreve.

8.1.1 Esboço biográfico

Nascida na cidade do Rio de Janeiro em 1954, no seio de uma família simples, Barbosa aprendeu, desde cedo, com os pais, que "as dificuldades cotidianas só poderiam ser ultrapassadas pelo esforço individual" — ele trabalhava como operário no cais e ela dona-de-casa, vinda do sertão nordestino. Desconhecidas por eles, as letras apresentaram-se à filha como "uma espécie de tabula rasa" para sair da vida no subúrbio carioca. Vislumbrou, na academia, oportunidade de passagem "do mundo da oralidade para o do letramento, do mundo do analfabetismo para o reino das letras, do mundo da fome para o reino da fartura" (BARBOSA, 2009b, p. 287-290; MOURA, 2010; SACRAMENTO; LENE; MATHEUS, 2014).

Ingressou, em 1973, no curso de graduação em comunicação social da Universidade Federal Fluminense, concluindo-o em 1976. Logo, a estudante começou a estagiar na Rádio Tupi e, depois de formada, trabalhou na emissora de televisão da rede e em jornais como *Última Hora* e *O Globo*. Ainda no fim da década, passou a assessorar empresas do setor público e privado, como a Sul América Seguros, a Telecomunicações do Rio de Janeiro e a Odebrecht Engenharia. Não demorou para que a experiência profissional lhe conduzisse de volta para a sala de aula, desta vez, para ocupar o posto de docente.

Barbosa conta que, "naquela época, normalmente, os graduados que se destacavam no mercado profissional davam aula de disciplinas práticas na universidade". E foi o que aconteceu com ela que, três anos após a conclusão da graduação, foi contratada como professora colaboradora, pela instituição em Niterói. Ela prestou seleção para a vaga então ocupada por Muniz Sodré, que estava em pós-

doutoramento na França, e por Rosental Alves, “que tinha ido ser correspondente do *Jornal do Brasil* em Buenos Aires” (BARBOSA, 2016b, p. 2).

Trabalhando num turno como assessora, noutro como professora, precisava ainda arranjar tempo para completar sua formação acadêmica. Desacreditando que encontraria devida formação intelectual em seu campo de origem, inscreveu-se no programa em história da UFF, em 1988. Naquele momento, o único curso de mestrado em comunicação no estado era oferecido pela UFRJ, fundado em 1973. Todavia, conforme a avaliação da aluna, “o estudo de comunicação era muito precário ainda na pós-graduação. E a história já era um lugar conceitualmente definido enquanto lugar de estudo superior, acadêmico, de pós-graduação” (p. 2-3).

Ao adentrar na pós-graduação em história, descobriu que essa área não estava livre de problemas, apesar de serem outros em relação à comunicação:

> Porque, quando eu comecei a estudar história da imprensa, havia a perspectiva de uma história linear, orientada, de grandes fatos, de grandes feitos, de grandes figuras, de personagens, e era uma história pouco *complexificada*, pouco problematizada. Hoje em dia, não. Eu acho que as pesquisas estão cada vez melhores, cada vez mais inovadoras, mas eu acho que ainda há um desafio de se construir uma história mais holística, vamos dizer assim (BARBOSA, 2016b, p. 4).

Essa situação teria começado a se alterar com *a crise dos paradigmas explicativos*, desembarcada no Brasil ao fim dos anos 1980. À medida que tendências ligadas ao marxismo e à corrente dos Annales declinaram, abriu-se espaço para a “ampliação considerável dos objetos e estratégias de pesquisa e a reivindicação do individual, do subjetivo, do simbólico como dimensões necessárias e legítimas da análise histórica” (CARDOSO, 1997, p. 22-23). Foi nesse cenário de renovação epistemológica da historiografia nacional que Marialva Barbosa realizou seu mestrado, do qual resulta *Operários do pensamento: visões de mundo dos tipógrafos do Rio de Janeiro, 1880-1920*, dissertação defendida em 1992. E seguiu no doutorado, com a tese *Imprensa, poder e público: os diários do Rio de Janeiro, 1880-1920*, concluída quatro anos depois. Entre uma e outra, tornou-se professora titular da UFF, podendo se dedicar, pela primeira vez, com integralidade, à carreira universitária.

Como chefe de departamento, liderou a implantação do programa de pós-graduação em comunicação, aberto para a formação de mestres, a partir de 1997. Após o projeto sair do papel, partiu rumo à França, onde realizou seu estágio pós-doutoral no Laboratoire d’Anthropologie des Institutions et Organisations Sociales

(LAIOS), vinculado ao Centre National des Recherches Scientifiques (CNRS). Ao retornar à instituição de origem, em 1999, em posição de coordenação, articulou a expansão do programa, que passaria a formar também doutores.

A pesquisadora permaneceu na UFF por mais uma década, até sua aposentadoria, em 2010. “Eu já era titular desde 1994, sempre há o que fazer, mas não havia mais carreira acadêmica a seguir na universidade. Já tinha toda uma história lá, acho que já tinha dado toda a minha contribuição, e poderia seguir novos rumos” (BARBOSA, 2016b, p. 7). Após passagem pelo programa de pós-graduação da Universidade Tuiuti do Paraná, a pesquisadora prestou concurso público para o quadro docente da escola de comunicação da UFRJ, no qual ingressou no ano de 2012. “Mais uma vez, o Muniz atravessou o meu caminho no sentido do bem. Com sua aposentadoria, abriu-se uma vaga. Eu mais uma vez fiz o concurso para a vaga do Muniz, e entrei na vaga dele, de titular” (p. 7-8).

Não seria exagero afirmar que, antes da transferência, a historiadora já havia se estabelecido como uma das figuras mais colaborativas da área. *Os donos do Rio* (2000) — originalmente sua tese de doutorado —, *História cultural da imprensa: Brasil* (2007, 2010) — apresentada em dois volumes —, *História da comunicação no Brasil* (2013) e *Escravos e o mundo da comunicação* (2016) são obras individuais que compõem sua bibliografia. Acrescenta-se à conta os mais de 100 artigos publicados em coletâneas e periódicos, entre os quais estão seus primeiros trabalhos na *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, marcando sua iniciação na pesquisa acadêmica, no entardecer da década de 1980.

8.1.2 Trajetória na pesquisa acadêmica

Segundo Barbosa, o aparecimento da imprensa empresarial foi uma estratégia de reação ao movimento operário. Nesta sua primeira e breve análise, adotou o entendimento de Boris Fausto (1977) de que a burguesia industrial e o Estado oligárquico encaravam o movimento de duas formas distintas: como subversão da ordem a ser enfrentada com medidas repressivas, ou como atividade a ser legitimada, para que os trabalhadores fossem, na medida do possível, integrados ao sistema vigente. Foi nesta segunda operação que a estudiosa encaixou o *jornalismo de empresa*, compreendendo-o como um “mecanismo de formação de opinião

semelhante ao dos operários" (1988, p. 72), mas a ser manejado pela classe burguesa, ao invés do proletariado.

Nessa leitura influenciada pela historiografia marxista brasileira — na qual Werneck Sodré (1966) é referência primeira —, o jornalismo só aparece e se desenvolve quando, além dos fatores sociais, existem situações concretas, que são capazes de estimular o progresso da atividade. No Brasil, a imprensa operária teria aparecido em decorrência da conjuntura nacional, após 1870, "reflexo da economia mundial, que além de canalizar uma parte da corrente imigratória europeia para o país se refletiria diretamente na massa assalariada, através de condições de vida e de trabalho extremamente difíceis" (BARBOSA, 1988, p. 68).

Tal imprensa é percebida como mais uma das consequências da "concentração industrial nos centros urbanos da região centro-sul e em algumas unidades fabris, explicada a partir da própria economia agrário-exportadora", e que se soma à "entrada maciça de imigrantes, que vieram para suprir a falta de mão-de-obra em uma economia em expansão" (p. 68). A combinação desses fatores materiais e humanos ampliou o número de assalariados e, com isso, formou-se o público que veio a produzir e a consumir essa modalidade de jornalismo, entre outros tantos bens culturais.

No entanto, carecendo de recursos econômicos, a imprensa operária demonstrou pouca habilidade de continuidade, sendo paulatinamente absorvida pela imprensa patronal ao longo das décadas de 1920 e 1930, que dispunha de estrutura gráfica, recursos fixos e periodicidade definida. Enfim, "através da publicidade concedida regularmente, este jornalismo empresarial pode ser visto, enquanto instrumento de relações públicas, como uma das muitas estratégias usadas pelos patrões como reação ao movimento operário" (p. 74).

Nos anos seguintes, distanciou-se Barbosa desse tratamento de viés marxista, sem abandoná-lo por completo, visto que manteve, em sua reflexão, eventual referência à vertente neomarxista que, de maneira diferente da ortodoxa, permitiria "pensar a pluralidade de matrizes culturais". Sua escolha teórica foi por Antonio Gramsci, responsável por redesenhar as "relações entre cultura e classe social", proporcionando a descoberta das "culturas populares" (2001, p. 91). Isto é, a confiança no filósofo italiano se dá uma vez que ele foi "o marxista das superestruturas", aquele que valorizou o processo de construção da hegemonia e da contra-hegemonia cultural — e, assim, ofereceu novos horizontes aos estudos de cultura e ideologia.

Ocorreu da autora chegar a relacionar os jornalistas, que atuavam naqueles periódicos nascidos em meio ao processo de industrialização e urbanização, no Rio de Janeiro, com os intelectuais orgânicos na sociedade de classes, conforme descrito por Gramsci (1968). Existe, aqui, uma tentativa incipiente de conceber os jornais cariocas como partidos orgânicos, como uma espécie de mediadores da cultura e do consenso entre a classe burguesa e a classe trabalhadora:

> Percebendo como fundamental para a existência do partido três elementos básicos — o público, a força coerciva, centralizadora e disciplinadora e o elemento de articulação que possibilita o contato moral e intelectual —, é possível ver, pois, esses diários como verdadeiros partidos orgânicos cuja principal função era a articulação entre os grupos dominantes, que centralizavam, disciplinavam e organizavam ideologicamente as ideias, e o público para o qual deviam ser difundidas. O jornalista, como elemento responsável por esta articulação intelectual ganhava notoriedade não apenas em função do poder simbólico que desempenhava, mas do poder de fato que detinha (BARBOSA, 1996, p. 228).

Não houve, porém, maiores pretensões de avançar com uma reflexão sistematizada sobre o assunto, à luz da teoria gramsciana. Ainda assim, talvez coubesse a interrogação: será que a livre tentativa de apropriação faz jus à contribuição do filósofo aos estudos da cultura? Apesar de menções a ele não faltarem em seus trabalhos posteriores sobre jornalismo, raras são as vezes que os conceitos enunciados são discutidos, ou mesmo definidos. Por exemplo, fala-se vagamente em “problematização gramsciniana” do “papel do intelectual” (2007a, p. 110), “hegemonia e contra-hegemonia, no sentido gramsciniano do termo” (2007b, p. 140), sem geralmente prover aprofundamento, tampouco debate sobre os conceitos usados para interpretar os acontecimentos históricos da imprensa brasileira.

Na medida em que sua apropriação não adquire com o tempo força crítica nem criativa, pelo menos aparentemente, Barbosa dá sinais de, sendo especialista da filosofia aludida, tornar-se vítima de seus estereótipos. Quer dizer que marxistas como Gramsci, aparecem nas obras tardias (ver BARBOSA, 2010a, 2013a, 2017) sob nível interpretativo semelhante do que nos trabalhos iniciais (ver BARBOSA, 1992, 1995, 1996). O mesmo não acontece com outros como E. P. Thompson e Eric Hobsbawm, que foram gradativamente desaparecendo de sua pesquisa, após o término da dissertação. Nesse sentido, *Operários do pensamento* (1992) está inscrita na chamada história social, campo no qual Hobsbawm é referência:

> A consciência coletiva, os movimentos sociais, a dimensão social das mudanças intelectuais e culturais são fenômenos tradicionalmente do interesse do historiador social. A história social se preocupa, pois, com o cotidiano de pessoas comuns, a forma como agiam na sociedade e como pensavam as suas próprias relações sociais (BARBOSA, 1991, p. 19-20).

Seguindo essa linha, o foco de atenção da investigação deixou de ser a imprensa empresarial, recaindo sobre os produtores de um segmento da imprensa operária: os tipógrafos. A historiadora buscou reinterpretar as visões de mundo desse grupo de trabalhadores urbanos, a partir de textos em jornais por eles mesmos confeccionados no Rio de Janeiro, a saber: *Jornal dos Tipógrafos* (1858), *O Tipógrafo* (1867), *Revista Tipográfica* (1888), *Brasil Tipográfico* (1898), *O Gutemberg* (1881), *Emancipação* (1902), *O Componedor* (1909), e *O Gráfico* (1916). Isto é, ao longo do trabalho de documentação e análise desse material, o jornalismo não serviu propriamente de objeto de estudo[97], mas de fonte para visualizar como os indivíduos da classe gráfica se autorrepresentavam nas respectivas folhas.

Ela observa que, à medida que os principais diários cariocas começaram a modernizar suas oficinas de impressão, na transição para o século XX, os tipógrafos viram sua posição privilegiada desaparecer em relação aos demais trabalhadores braçais. Até então, os tipógrafos se enxergavam como *homens de letras*, embora não fossem jornalistas nem escritores. Para além do registro das práticas cotidianas, eles passaram a editar seus próprios jornais para denunciar o processo de mecanização da produção, causa apontada para a deterioração do ofício, diminuição dos salários e redução dos postos de emprego. A conclusão a que chega é a seguinte:

> Através dos jornais, forjam-se como participativos e distintos dos demais trabalhadores por dominarem a representação escrita. Acrescentam a esta construção o fato de serem trabalhadores. Eram operários, mas do pensamento. Nesta caracterização ficam patentes as tradições do grupo, ou seja, os aspectos inerentes à sua própria cultura, mas também a influência a que estavam submetidos (BARBOSA, 1992, p. 291-292).

Embora ela não detalhe exatamente quais aspectos lhe são próprios e quais não o são, pode-se começar por atentar para o tratamento conferido às fontes históricas, tidas aqui enquanto artefatos literários. Os textos presentes nos jornais, diz

[97] Sendo o caso de investigação, caberia mostrar, por exemplo, no que as publicações dos tipógrafos se diferenciavam da imprensa operária como um todo, enquanto uma forma singular de relacionamento social e de educação política entre os trabalhadores urbanos. A respeito do assunto, a referência permanece sendo a dissertação de mestrado de Maria Nazareth Ferreira (1978).

a investigadora, foram encarados “como uma narrativa literária”, pois as mensagens produzidas por aqueles sujeitos anônimos, “que o passar do tempo transformou em documentos devem ser consideradas também um sonho. Como todo e qualquer documento, ao serem manipuladas e modificadas pelo mental, divulgam uma imagem da sociedade muito próxima da ficção” (1992, p. 16).

A forma como a estudiosa maneja essas noções, todavia, se revela conflituosa em relação à orientação metodológica previamente enunciada, sintonizada com o pensamento de Hobsbawm. Diferentemente da literatura, para este, o conhecimento histórico não se refere a um mundo sonhado. Ao contrário, deve-se insistir na supremacia da evidência e na distinção entre fato histórico verificável e ficção. Embora um relato histórico possa conter afirmações falsas ou errôneas, sendo em certo sentido ficção, a sua matéria-prima ainda são os fatos verificáveis, e não o inventado (HOBSBAWM, 1997, p. 266-277; PETERSEN, 2002, p. 14)[98].

Outra questão reside no plano analítico, que é a aparente falta de discernimento entre as visões manifestadas pelos tipógrafos e a interpretação que a própria pesquisadora desenvolve sobre. Transcrevendo mais do que desconstruindo as formas que eles se autorrepresentavam, nota-se que muito da conclusão é, na verdade, fornecido diretamente pelos sujeitos, e não resultado obtido mediante uma interpretação meticulosa dos documentos oriundos de suas práticas. Seria a partir desta operação intelectual que ela cumpria o objetivo que coloca à dissertação: “desvendar qual a autoimagem que os tipógrafos constroem de si mesmos e quais as razões para que essa obra de engenharia se faça” (BARBOSA, 1992, p. 15).

Na tese de doutorado, os jornais foram tratados como objeto principal, além de fontes históricas. A acadêmica examinou as transformações que se processaram em cinco grandes diários do Rio de Janeiro — *Jornal do Commércio*, *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã*, *O Paiz* e *Gazeta de Notícias* —, enfatizando o papel de poder

[98] A crítica à visão que iguala a história à literatura encontra forte amparo inclusive na historiografia cultural. Para Francisco Falcon (1998), um dos expoentes brasileiros, “por mais que se pretenda o inverso, o historiador não é nem pode ser um autor de ficção, pois não é livre para inventar, imaginar e interpretar — o exercício de suas faculdades criativas está limitado pelas evidências documentais disponíveis no seu próprio *tempo e lugar*” (p. 18). Essa linha também é seguida por Sandra Pesavento (2003), ao argumentar que os “limites à ficção se estabelecem pelos rigores de um método, que obriga o historiador a recolher do passado os seus traços, tornados fontes pela iluminação de uma pergunta”. Ao mesmo tempo, a escrita desse historiador é “condicionada pela natureza do objeto — o que aconteceu e o que disto restou, como traço —, pelas regras de como fazer seu trabalho — o método, de testagem, comparação, montagem, contraste — e o fim a que se propõe — a recuperação/reconstrução do acontecido, atingindo uma verdade possível” (p. 36).

orientador adquirido pela imprensa moderna junto à sociedade da época, no início da República. Em seguida, voltou-se para o estudo dos jornalistas-intelectuais e, ao fim, para o estudo do público que acompanhava o noticiário. Queria ela conhecer como as notícias eram recebidas, "ver como os leitores entendiam os sinais na página impressa, quais os efeitos sociais dessa experiência" (1997a, p. 88).

Do ponto de vista teórico-metodológico, foi neste estágio que a autora se filiou definitivamente às abordagens da nova história cultural, oriunda da terceira e quarta geração dos Annales, a exemplo de Jacques Le Goff e Roger Chartier. Além deles, Barbosa tomou como referência a proposta exposta por Robert Darnton, na década de 1980, envolvendo a história do livro e da leitura, "que até se poderia chamar de história social e cultural da comunicação impressa, se não fosse um nome tão comprido". Tal proposta de investigação, destinada originalmente aos historiadores dos livros, parte das "questões sobre quem lê o quê, em que condições, em que momento, e com que resultados" (DARNTON, 1982, p. 65-80).

Inspirada pelo historiador norte-americano, Barbosa indagou se não era o caso de migrar para uma história da comunicação impressa, cujo propósito principal não seria estudar propriamente as transformações ocorridas no jornalismo, mas "entender como as ideias foram transmitidas por meio da impressão e como a exposição à palavra impressa afetou o pensamento e o comportamento da humanidade durante os últimos quinhentos anos" (DARNTON, 1982, p. 65). Para tanto, o que analisa é o ciclo de vida dos impressos, que vai do escritor ao editor, impressor, distribuidor, livreiro, até chegar ao leitor, sobre quem recai a ênfase final:

> Essa história — na qual se destaca a apreensão do social como total e a percepção da narrativa histórica como artefato literário — visualizaria o processo da comunicação como um sistema, no qual tem tanta importância o conteúdo e o produtor da mensagem, como também a forma como o leitor/espectador entendeu, nos limites de sua cultura, os sinais emitidos ou impressos (BARBOSA, 1997b, p. 73).

Também nessa fase, a historiadora assimilou a teoria da narrativa, presente em Paul Ricoeur, grande pensador da hermenêutica. Com o filósofo, aprendeu que "narrar é uma forma de estar no mundo e, dessa forma, entendê-lo. É através da narrativa que se pode reunir e representar no discurso as diversas perspectivas existentes sobre o tempo". Sendo assim, embora não tenha se voltado à comunicação, admite a brasileira, o francês, "ao desenvolver um complexo aporte teórico em relação

à questão da narrativa, oferece uma contribuição ímpar para se pensar a comunicação como um processo complexo" (BARBOSA, 2006, p. 139-140) — a despeito de ela não esclarecer por que outras abordagens não o seriam.

Valendo-se desse aparato teórico-metodológico, a estudiosa procedeu à escrita do que chamou de *história cultural da imprensa*. Isto é, tanto "considerar a história social das interpretações", quanto "interpretar o complexo movimento dos atores sociais que existem num dado momento e lugar, movimento sempre inscrito em práticas" (2008a, p. 2-3). Nesta obra-síntese dividida em dois volumes (BARBOSA, 2007a, 2010a), foram enfatizados esforços para interpretar o percurso do jornalismo brasileiro — especialmente aquele praticado no Rio de Janeiro —, desde o século XIX até o fim do século XX. Em verdade, o que ela fez foi privilegiar "alguns aspectos da história da imprensa que foram enfocados, anteriormente, em outros estudos e que se constituem em espécies de momentos axiais da pesquisa brasileira". Para cada momento, foram escolhidas — sem muito explicitar a partir de que critério — "algumas questões que balizam a análise" (2010a, n.p.[99]; 2013a, p. 15).

O volume que trata do primeiro século relata o aparecimento das primeiras gazetas, a proliferação dos pasquins, durante o período regencial, a denominada *imprensa abolicionista* e, por fim, o estabelecimento dos jornais-empresas, a partir dos anos 1880, tal como antecipado em sua tese de doutoramento. No outro volume, são abordadas as mudanças tecnológicas, irrompidas no século XX, e as consequências para o jornalismo impresso diário, mas também para o desenvolvimento do rádio, na era Vargas, e da televisão, na década de 1960.

Ambos os volumes foram escritos com base em interpretações de que a imprensa já foi objeto. Ou seja, Barbosa revisou a literatura especializada — aí incluída a sua tese —, antes de ter investido prioritariamente em pesquisa documental inédita. Justificou que era o caso de estabelecer um "diálogo" entre os historiadores passados e contemporâneos, visto que "o conhecimento não é objeto de disputas e sim de partilhas mútuas" (2007a, p.14). É verdade, no entanto, que a acadêmica foi além do reordenamento das ideias apresentadas por eles, na medida em que submeteu o material à reflexão a fim de formular sua própria argumentação. Nesse empreendimento, questionou interpretações de estudiosos anteriores que, por

[99] Livro sem numeração de página, consultado no formato *e-book*.

exemplo, definiram as primeiras gazetas pelo caráter oficial, ou daqueles que descreveram o jornalismo popular como sensacionalista.

Ensaiou, assim, um balanço crítico sobre a historiografia brasileira do jornalismo, sinalizando tendências e problemas que nela predominaram. Uma das primeiras questões é direcionada a Carlos Rizzini (1946) e Juarez Bahia (1960), mas também a Maria Cecília Guirado (2001) que, em seus trabalhos, entendem as cartas de Pero Vaz de Caminha, ainda no século XVIII, e outros tantos manuscritos, oriundos de tempos remotos, como matéria jornalística. “Nessa suposição exacerbada, é jornalismo tudo aquilo que é inscrito e divulgado, mesmo que não se tenha uma ação efetiva no espaço público” (BARBOSA, 2008b, p. 92).

Não menos problemáticas seriam as proposições de Werneck Sodré (1966) e Marques de Melo (1973). Para Barbosa, são análises limitadas, porque estão fechadas ora em razões socioculturais, ora em razões econômicas e políticas, como se essas “fossem instâncias separadas do mundo social” que pudessem explicar “por si só os motivos da não circulação, antes de 1808, de jornais impressos no Brasil”. Apesar de reconhecer que as proibições à imprensa impossibilitaram as atividades de impressão na colônia, afirma que elas não impediam “a existência de tipografias clandestinas e a circulação de manuscritos com o sentido de fazer proliferar ideias e opiniões”. Assim, os aspectos ressaltados nesses trabalhos, “não explicam por si só o chamado atraso brasileiro em relação às outras colônias da América Espanhola no que diz respeito à implantação da impressão” (BARBOSA, 2008b, p. 92).

Faltaria a esses exames uma sensibilidade capaz de captar “um desejo de natureza cultural que ultrapassa as fronteiras das razões mais evidentes de natureza política ou econômica”. Não implica ignorar que a abertura comercial, a instalação da burocracia oficial e a transferência da Família Real, para o Rio de Janeiro, possibilitaram “o desenvolvimento da cidade, ampliando o universo populacional, entre outras mudanças, materializando condições mínimas indispensáveis para a necessidade de circulação de ideias de maneira mais ampla” (p. 92-93), como aconteceu na Europa Ocidental, a partir do século XVIII.

Contudo, diferentemente do que supunham Rizzini e Bahia, “a existência de informações manuscritas e da impressão clandestina, entretanto, não permitem dizer que existissem imprensa e jornalismo” antes do século XIX. Para a historiadora, “só existe imprensa no sentido estrito do termo a partir do momento em que a transmissão

de informações regular se torna pública, ou seja, acessível ao público em geral", o que não era o caso antes da transferência da corte portuguesa, em 1808. "Até então as novidades ou opiniões publicadas, sem qualquer regularidade, não eram transformadas em notícias" (BARBOSA, 2008b, p. 93).

Já em relação ao século XX, o enfoque de sua historicização recaiu sobre outras questões, agora, relativas à imprensa moderna. Uma delas foi o sensacionalismo, fenômeno que prefere chamar de *jornalismo de sensações*, pois entende que seu viés editorial privilegia narrativas melodramáticas e provoca reações estéticas nos leitores: notícias que constroem uma relação íntima entre eles e o fato narrado, ao mesmo tempo que despertam sensações ligadas ao extraordinário. Esse segmento do noticiário "pode ser caracterizado como de sensações também porque estabelece como central a construção narrativa de mitos, figurações, representações de uma literatura que subsiste há séculos" (BARBOSA; ENNE, 2005, p. 68-69).

Mais do que cunhar nova expressão, Barbosa insistiu em contraponto aos estudiosos da área, vinculados às perspectivas do chamado freudo-marxismo. Demonstrou suas diferenças em relação a Ciro Marcondes Filho (1986), cuja reflexão enfatizaria a "função alienante desse tipo de notícia, atribuindo à imprensa sensacionalista uma radical mercantilização das sensações, satisfazendo as necessidades instintivas do público e fazendo-o desviar-se de sua realidade"[100]. Com relação a Danilo Angrimani (1995), por conceber o sensacionalismo enquanto "superexposição da violência nas coberturas policiais" e "publicação de fatos considerados chocantes, distorcidos, usando uma linguagem que apela para gírias, palavrões, jogos de duplo sentido" (BARBOSA, 2018b, p. 43).

A historiadora se restringe, todavia, ao comentário de matérias isoladas, ficando aquém, é verdade, da interpretação feita pelo último autor, que entregou estudo do fenômeno sob várias dimensões, desde seu percurso histórico ao modo sensacionalista de produção da informação. De outra maneira, o que propôs ela foi

[100] Apesar da crítica a Marcondes Filho, uma leitura atenta revela que a síntese de Barbosa não serviu de contraponto à abordagem marxista do autor, mas para eventualmente reiterá-la. Visto que, também para a historiadora, os textos jornalísticos "devem ser apreendidos como mercadorias, vendidas por aquelas fábricas de notícias para leitores reais que precisam, mesmo sem saber ao certo, cada vez mais daquele tipo de mensagem" (BARBOSA, 2010a). Chegou ela ao ponto de tomar para si, sem creditar — portanto, plagiar —, a seguinte asserção do teórico: "a lógica da imprensa no capitalismo é exatamente a de misturar coisas, de desorganizar qualquer estruturação racional da realidade, e jogar ao leitor o mundo como um amontoado de fatos desconexos e sem nenhuma lógica interna" (MARCONDES FILHO, 1986, p. 18; ver BARBOSA, 1995, p. 92).

uma breve periodização sobre o tema, que pode ser exposta em três fases: a partir do fim do século XIX, quando esse viés editorial passa a ser usado pela imprensa brasileira, como estratégia de popularização; ao longo dos anos 1920, quando emergiu uma imprensa inteiramente especializada, representada pelos jornais *A Manhã* (1925) e *Crítica* (1928), ambos criados por Mário Rodrigues; e nas décadas seguintes, quando diversos periódicos cresceram em torno dessa temática.

A exemplo do sucesso editorial d'*O Dia*, nos anos 1970, tal jornalismo possuiria elevada capacidade de envolver o público, ao narrar seus dramas cotidianos e oferecer aos sujeitos, por meio de narrativa fantasiosa, alguma possibilidade de transformação, ou pelo menos fuga, da realidade ordinária. "Lendo as notícias de um mundo próximo, visualizando a fantasia ao lado da realidade, abre-se para o leitor também a possibilidade de sonho" (BARBOSA, 2007a, p. 218).

Esses elementos, cumpre dizer, não foram negligenciados pelos estudiosos anteriores, que atentaram, notadamente, para os elementos de manipulação e repressão contidos na tendência mercadológica de um jornalismo que, por vezes, supervaloriza a emoção, em detrimento da informação, a ponto de distorcer os fatos noticiados. Abstraindo essa face do fenômeno, Barbosa preservou o entendimento de que as notícias sensacionais se caracterizam pela qualidade de humanização, pois

> o narrador jornalista conta não apenas o que efetivamente teria se passado, já que se coloca no lugar de testemunha que ouvia igualmente outras testemunhas, como também identifica no relato aspectos que já são do conhecimento do leitor: a popularidade da vítima, sua bondade, por exemplo, são destacadas no texto, tal com o território aonde vivia, particularizando detalhes que permitem a ele, leitor, também se aproximar e estabelecer vínculos com o personagem da tragédia cotidiana (BARBOSA, 2018b, p. 46).

Muitos dos temas acima comentados foram abordados em *História da comunicação no Brasil* (2013), onde a autora discorre desde as primeiras oficinas de impressão implantadas no século XIX, até as novas tecnologias criadas no transcorrer do século XX, dando especial atenção à televisão. Mas em vez de contribuição à história da mídia brasileira, tal empreitada é qualificada como "a história das ações comunicacionais humanas" (BARBOSA, 2013a, p. 15), ou ainda: a reconstrução dos processos e práticas comunicacionais em territórios brasileiros. A justificativa foi de que a comunicação estava sendo historicizada no Brasil a partir de lentes

estrangeiras[101]. Sua obra supostamente resolveria o problema ao estudar as especificidades adquiridas pelo fenômeno no país. Avalia-se, contudo, que seu mérito seria outro: a proposição de síntese sobre a matéria, como será discutido abaixo.

Escravos e o mundo da comunicação (2016), um de seus últimos livros, mantém essa tendência de estudo dos modos de comunicação entre os sujeitos históricos, trazendo para o primeiro plano mulheres e homens escravizados e suas relações com a cultura letrada no século XIX. Conforme a pesquisadora, o trabalho foi arquitetado a partir de observação feita por Marco Morel (2008, p. 80), de que os escravos, ainda quando não aparecem "como sujeitos e com voz própria nas páginas impressas, podiam ser leitores, diretos ou indiretos, da imprensa. Fazendo, desta, releituras próprias, recebendo, elaborando e retransmitindo seus conteúdos".

Barbosa retoma, dessa maneira, a abordagem com a qual se inscreveu no campo: o uso da imprensa predominantemente como fonte para a pesquisa, visando compreender as práticas de determinados atores históricos. Nesse sentido, o que mais lhe interessou não foi tanto descobrir o que os jornalistas escreviam sobre os escravizados ou como os jornais os representavam, mas compreender os modos de comunicação desses indivíduos, como interagiram com a cultura letrada, como liam ou ouviam o que era dito por eles e sobre eles naquela época (BARBOSA, 2010a). Ao fim, pode-se afirmar que esse se tornou o verdadeiro núcleo da sua obra.

A guinada para o campo mais amplo dos usos e apropriações da comunicação, no qual inseriu a pesquisa em jornalismo, revela sua convicção — ou até certo fetichismo em relação ao termo — de que a comunicação — e não a história — seria "a ciência do século XXI", visto que "ela é que vai explicar todos os fenômenos e as transformações que a gente está passando neste século". Adicionando que, em todas as subáreas da comunicação, "a pesquisa tem se desenvolvido de uma forma bastante acentuada, de uma maneira bastante positiva" (2016b, p. 24).

[101] Cabe pontuar que a justificativa encontra amparo só parcial na revisão da literatura, visto que figuras como Antonio Candido (1959), Câmara Cascudo (1978), Marlyse Meyer (1993) e Eduardo França Paiva (1995) dedicaram-se, em diferentes momentos, ao estudo das tradições orais e escritas no país. Ao mesmo tempo, outros tantos como Carlos Rizzini (1946), Nelson Werneck Sodré (1966), José Mário Ortiz Ramos (1983) e Sérgio Mattos (2002) deram contribuições específicas para a história dos meios de comunicação. Salvo exame que comprove o contrário, os dois grupos referidos não estudaram acriticamente os fenômenos que aqui se desenvolveram "a partir de mundos absolutamente estrangeiros", nem simplesmente transpuseram os processos da Europa Ocidental para o "território brasileiro, como se fosse possível fazer uma história que fosse válida para todos os espaços sociais". Logo, seria o caso de relativizar o mérito de ter submetido, com ineditismo, o fenômeno brasileiro a uma "historicidade própria" (BARBOSA, 2013a, p. 8).

Apesar de importar a identificação em termos epistemológicos do que está em jogo nessa transição, o objetivo aqui é o de estudar sua contribuição especificamente para a história e teoria do jornalismo, como informado na abertura do capítulo. Antes de entrar na matéria em si, cumpre examinar o aparato teórico-metodológico que ela construiu para elaborar tal pesquisa e reflexão.

8.2 Explorações teórico-metodológicas

Ainda nos anos 1990, Barbosa assumiu os pressupostos da história da comunicação impressa de Robert Darnton (1986), embora não lhe tenha ocorrido de problematizar, por exemplo, se o entendimento das formas distintas de leitura dos impressos combinaria bem com a visão da imprensa como concentradora de poder — igualmente presente em sua obra —, em parte oriunda do neomarxismo e do construtivismo estruturalista. Em vez das "ideias dos grupos dominantes" ou daquelas "filiadas a um pensamento formal", a abordagem passa a ser das "conexões entre a cultura e o universo social, interpretando as representações que forjam as práticas existentes no cotidiano, em suas múltiplas correlações com o econômico, político e social" (BARBOSA, 2008a, p. 2-3).

A proposta ligada à nova história cultural buscaria dar conta do ciclo de vida dos impressos, ou melhor, do seu *circuito da comunicação*, para usar o termo de Darnton (1982). Apesar das condições variarem conforme lugar e época, os livros compartilhariam um ciclo mais ou menos comum: iniciado com o autor da obra e completado com o leitor, responsável por exercer influência, tanto antes, quanto depois, do ato de composição daquele. Assim, o modelo tenta investigar não só quem escreve e lê, mas quem imprime, distribui e comercializa. Isto é, contempla as relações que se estabelecem entre os sujeitos históricos nos processos de produção, difusão e consumo dos livros. Ou dos jornais, como veio a ser o caso de Barbosa.

O esquema de análise da produção dos impressos poderia abarcar as relações entre os dirigentes dos jornais e os órgãos patrocinadores, bem como entre os editores e os repórteres, para não mencionar as circunstâncias sociais, geográficas e econômicas que se impõem, desde a variação no preço do papel. Particularidades essas que são continuamente transformadas pela dinâmica do mercado e da tecnologia. Por exemplo, sabe-se que, ao longo do primeiro século de imprensa no Brasil, os periódicos eram confeccionados de forma artesanal, sendo comum o dono

da folha ser também tipógrafo e quem escrevia nela. Na virada para o século XX, a formação das empresas jornalísticas complexificou o modelo de organização, estabelecendo toda uma ordem de produção, desde a redação, até o parque gráfico.

O estágio de difusão, por sua vez, referir-se-ia aos caminhos feitos pelos jornais até as bancas ou até a casa dos assinantes. Em que cidades os impressos circulam, em que bairros são distribuídos, com que periodicidade? Por exemplo, nos anos 1960, as *Folhas da Manhã*, *da Tarde* e *da Noite* foram condensadas sob o título de *Folha de S. Paulo*, modificando o número de edições diárias. Essa estratégia de racionalização, tomada pela administração do jornal, diz respeito tanto ao processo de produção quanto ao de circulação, ao mesmo tempo que está associada às demandas do público consumidor. Haveria que considerar ainda, nesse sentido, as formas de consumo que foram desenvolvidas com a mídia eletrônica, e como elas modificaram o processo de divulgação de informações e opiniões.

Para Darnton, o exame do ciclo de vida dos livros estaria completo com o estudo dos leitores e dos tipos de leitura. A sugestão é de que o pesquisador interessado na matéria empregue noções como *públicos fictícios* (para quem o autor pensa quando escreve) e *leitores implícitos* (para quem ele realmente escreve). Por conseguinte, a recomendação é que se adote uma estratégia metodológica dupla, combinando análise textual e pesquisa empírica. A primeira estratégia seria para visualizar os leitores implícitos dos textos; e a segunda, para descobrir os leitores efetivos do passado. Comparando os achados, poder-se-ia chegar tanto a uma história quanto a uma teoria da função do leitor:

> A teoria pode revelar o leque de reações em potencial a um texto — isto é, às coerções retóricas que orientam a leitura, sem determiná-la. A história pode mostrar quais as leituras que efetivamente ocorreram — isto é, dentro dos limites de um corpo incompleto de evidências (DARNTON, 1986, p. 22).

Embora o historiador norte-americano tenha originalmente concebido o modelo para análise dos livros, Barbosa julgou que o mesmo “não serve apenas a este propósito”. Para a historiadora brasileira, o ciclo de vida, observado nos impressos, “existe na verdade em variados sistemas de comunicação: os nomes dos personagens mudam, mas o circuito permanece mais ou menos intacto” (BARBOSA, 1997b, p. 78-79). Ela pretendeu justificar, dessa maneira, o uso do esquema metodológico de história do livro para a história sobre a imprensa no Brasil. Na prática,

porém, o que ela fez, ao longo de seu doutoramento, foi investigar a estrutura administrativa dos diários cariocas, quais eram as estratégias gráficas e editoriais mais empregadas, e quem eram os jornalistas-intelectuais e seus leitores.

A estudiosa sublinhou que a difusão de informações, em um país estigmatizado pelo analfabetismo como é o Brasil, tende a se dar majoritariamente de forma oral, mais do que pelo ato da leitura em si. Por isso, o noticiário precisa ser compreendido também como "um discurso falado" (1998, p. 8). Ao enfatizar a recepção do jornalismo entre os leitores-ouvintes do passado, avaliou que estaria mais próxima da proposta ensinada por Darnton. Assim, Barbosa avançou não somente com uma história da imprensa, mas com uma história das representações sociais por meio dos jornais, e ainda com uma história da leitura dos mesmos.

Apesar de complementares, cumpre observar que os exames possuem propósitos diferentes, ainda que ela não tenha se preocupado com maiores distinções ao longo da investigação. No primeiro tipo de análise, o jornalismo aparece simultaneamente como objeto e fonte para a pesquisa, uma vez que o objetivo principal é justamente conhecê-lo. Já no segundo, a interpretação da imprensa "possibilita visualizar como os homens do passado consideravam as múltiplas representações da imprensa" (2008a, p. 2). E no terceiro, a análise da leitura ocupa-se dos leitores, tratando a imprensa predominantemente como fonte documental.

O papel que o jornalismo desempenha na formação e no modo de ser do leitor passou a ser, em geral, o tema da sua pesquisa. Não se restringindo ao aparecimento e desaparecimento dos órgãos de imprensa, essa historicização buscou ir além, à medida que tentou "descortinar as práticas dos atores sociais responsáveis pelas significações das obras" (2010c, p. 38). Até porque são essas as "práticas que constroem sentidos e cujos processos são objetos de análise" (2008a, p. 3), e não os jornais, as revistas etc. É verdade, porém, que nem sempre se manteve fiel a esse entendimento, visto ter afirmado, uma vez ou outra que, "nesse cenário, os meios de comunicação ocupam lugar central" (2019a, p. 16).

Considerando a afirmativa que predomina ao longo da sua pesquisa, é possível perceber a influência que também Jesús Martín-Barbero teve na construção desse aparato teórico-metodológico. Mesmo sem ter entrado a fundo na teoria das mediações, ela concordou que, em vez "de tentar analisar os meios", é preciso "ir em direção às mediações localizadas no passado" (2010b, p. 14), e considerar as

possibilidades interpretativas com as quais os públicos lidam em suas apropriações. A seu ver, o estudioso possui o mérito de ter reconhecido o papel ativo da audiência, sem abandonar o argumento sobre a preponderância dos meios na constituição da hegemonia. Outro mérito envolve a ideia de que a cultura é algo negociado, como "expressões que estão em permanente interação com os contextos culturais nos quais existem, sob a forma de mediações na vida cotidiana" (2001, p. 90-91).

Continua ela: "nesse sentido, a dominação ideológica torna-se difícil, uma vez que cada produto cultural é interpretado de modo pessoal" (2001, p. 91). Ao reconhecer isso, cabe ao estudioso cultural enfatizar a "apropriação diferenciada de mensagens feita por um leitor/espectador" (1997b, p. 73), e avançar com o exame para além dos meios, pois o objetivo último é descobrir as múltiplas mediações, até chegar no que ela chama genericamente de *ato comunicacional*. No lugar das instituições e seus dispositivos, "há que se pensar na forma como os atores sociais constroem práticas comunicacionais numa longa história de criação de próteses para tornar mais eficiente o ato comunicacional" (2010b, p. 14).

Isso significa que sua proposta de historicização não pretende ser uma cronologia do desenvolvimento dos meios de comunicação, ou uma periodização dos movimentos ascendentes e descendentes de um certo veículo. Para Barbosa, tudo isso seria meramente fornecer um relato sobre a história da mídia. Ao mesmo tempo, sua proposta também não consiste na escolha de um produto cultural e na elaboração de um estudo de caso, por exemplo, sobre um telejornal ou um suplemento literário. Esta passagem expõe bem o ponto de vista da estudiosa a respeito:

> Eu costumo dizer que *há múltiplas histórias no campo da comunicação para pouca história*. Ou seja, existem variadas histórias que, a rigor, *são uma única, que é a história da comunicação como um sistema, não importa qual seja o objeto*. Nós definimos muito que tipo de história estamos fazendo pelo tipo de objeto que está sob o olhar da análise. Então, ou é a história do jornal, ou é a história do rádio, ou é a história da televisão, quando, na verdade, *existe uma única história, que é a história desses meios entendidos como sistema*. É por isso que eu propus esse tipo de abordagem (BARBOSA, 2005b, p. 144, grifo nosso).

A primeira questão que se coloca nessa abordagem seria saber até que ponto um *sistema* pode ser objeto de *história*. Em sendo o caso, um provável problema é descuidar das especificidades que são próprias de cada meio de comunicação, não favorecendo o exame das condições sociais e políticas, tampouco econômicas e tecnológicas, sob as quais cada um deles apareceu e se desenvolveu, com mais ou

menos intensidade em certo período. Daí o risco de se ignorar as características adquiridas pela prática jornalística em cada suporte. Sabe-se, por exemplo, que as ditaduras não geraram os mesmos efeitos para os diferentes setores e seus profissionais. Logo, ao contrário do sugerido acima, acredita-se que a escolha por determinado objeto de investigação — e o segmento representado por ele — influi fortemente na história da mídia que está sendo produzida[102].

Uma história da comunicação na qual "não importa qual seja o objeto" tende, portanto, a anular o que há de singular na trajetória de cada meio, esquecendo que, em história, o que tem valor é o particular. Para Barbosa, porém, nada disso é um obstáculo, pois o principal não seria a análise histórica da mídia, mas das "relações de natureza social que existem no lugar e no tempo de circulação dessas mensagens", com "pessoas comuns, com visões de mundo, tradição, sentimentos, ideias e ideais" (1997b, p. 81). Privilegiando a *teoria da história*, pretende ela transcender a abordagem dos historiadores anteriores, que geralmente se debruçaram sobre o legado de jornalistas notórios ou até mesmo recuperaram a carreira do empresariado do setor[103]. A seu ver, insistir nessa conduta, seria cair na armadilha da velha historiografia sobre os grandes personagens que *fizeram a história*.

Em vez de sublinhar as ações de determinado ator em posição privilegiada, competiria ao historiador cultural interpretar o movimento realizado pelo conjunto de atores sociais que existem em certo lugar e momento. O que se busca, com isso, é descobrir as gerações localizadas no passado, compostas por sujeitos de identidades diversas, que, juntos, produziram inúmeras materialidades, entendidas como "suportes que deram vida aos processos comunicacionais e que colocaram em

[102] Dois casos parecem suficientes para ilustrar as nuances em jogo na suposição da existência de uma única história para os meios de comunicação. Uma análise sobre a censura e outras formas de pressão durante o Estado Novo evidencia que o regime se preocupou mais com o controle dos jornais do que das emissoras de rádio, embora essas tenham nascido sob a tutela estatal e fossem de grande importância para a propaganda política nacionalista (CAPELATO, 1999). Outra demonstra que, desde o seu início na década de 1950, a televisão brasileira se caracterizou como um veículo publicitário de natureza comercial, inclusive com receitas provenientes de anunciantes estrangeiros, apresentando fases de desenvolvimento particulares em relação às da mídia impressa (MATTOS, 1990).

[103] Essa crítica pode ser exemplificada no trabalho de Carlos Guilherme Mota e Maria Helena Capelato (1980), mas também no de Alzira Alves de Abreu, Fernando Lattman-Weltman e Dora Rocha Flaksman (2003). Os primeiros arquitetaram a história da *Folha de S. Paulo* a partir das gestões empresariais, enquanto os últimos recuperaram as carreiras de grandes nomes do jornalismo — como Alberto Dines, Mino Carta e Otávio Frias Filho —, sob a justificativa de que eles tiveram participação fundamental na reformulação da nossa imprensa. Por outro lado, em certa medida, também a autora da crítica se vale dessas estratégias, visto que não deixa de estudar os diários cariocas através do perfil de seus dirigentes e renomados escritores, como Lima Barreto e Olavo Bilac (BARBOSA, 1996, p. 88-110).

circulação, em dado espaço social, formas impressas, visuais, sonoras etc.". São materiais a serem analisados à luz dos "lugares culturais nos quais estão inscritos, com todas as particularidades das épocas históricas" (2010b, p. 12-22).

Tem-se consciência, continua ela, de que "o econômico, o social ou o político não são anteriores à cultura, nem a determinam. As relações econômicas, sociais e políticas são campos da prática cultural e da produção cultural, já que o que está em jogo é a experiência humana". Daí o título do seu projeto ser "história cultural e não, simplesmente, história da imprensa". O objetivo não "é tentar explicar de fora — pelos aspectos políticos e econômicos — os movimentos da imprensa. Mas é interpretar os múltiplos percursos da imprensa brasileira no século de sua modernização e de sua inclusão na vida cotidiana" (2008a, p. 3-4).

Todavia, ao avançar com esse projeto, não estaria sendo a acadêmica da comunicação vítima dos problemas atribuídos à nova história cultural? Para a historiadora Emília Viotti da Costa (1998), tal produção é marcada por um desvio "de uma ênfase no que foi uma vez definido como forças históricas *objetivas* a uma ênfase na subjetividade, criatividade e ação do ator histórico. De uma preocupação com condições materiais da existência a uma preocupação com percepções, símbolos, significados e rituais". Ainda, a passagem "de um reducionismo para outro, do reducionismo econômico para o cultural ou linguístico", sendo ambas perspectivas "igualmente insatisfatórias", pois não fazem "justiça à complexidade da dialética e da teoria da práxis humana" (COSTA, p. 9-10; ver também BURKE, 2005, p. 37).

Barbosa evita a crítica marxista ou julga que não se aplica ao seu caso. Ao seguir com a reflexão metodológica, defende que a investigação deve se ocupar das relações entre aquilo que os sujeitos (jornalistas, fotógrafos etc.) produzem como práticas comunicacionais (textos, imagens etc.), o objeto que lhe serve de suporte (tipos de mídia) e as práticas que reconfiguram os sentidos da obra (ações dos públicos), ao longo do espaço e do tempo (2010b, p. 13). No entanto, como será atentado na seção seguinte, nem sempre apresenta ela evidências de que isso é realizável na prática de pesquisa, chegando a beirar o idealismo linguístico/textual:

> O contexto não é uma realidade pré-linguística, descrita pela linguagem com fidelidade. Pelo contrário. A realidade esteve sempre presente nos processos textuais que, muitas vezes, os historiadores não examinam. Assim, cabe ao historiador ler contexto como "intertextualidade" e não partindo da noção causal de reflexão. Afinal, o passado também chega até nós sob a forma de textos e remanescentes textuais — memórias, relatos, escritos publicados,

> arquivos, monumentos etc. — transformados em contexto pelo próprio pesquisador (BARBOSA, 1997b, p. 78).

Considerando o que foi exposto até aqui, a proposta metodológica de Barbosa pode ser resumida em três operações: 1) documentar os vestígios do passado e "interpretar práticas humanas em toda a sua complexidade, tentando revelar processos históricos nos quais sempre estão envolvidos sujeitos sociais em toda a sua humanidade"; 2) trabalhar esses processos como um circuito e sistema de comunicação, no qual tanto as materialidades dos meios "como os atores envolvidos nessa construção têm importância"; e 3) compreender quem publicava/falava nesses meios, com que propósito, a quem se dirigiam, "quem era esse sujeito que denominamos leitor, público, espectador" (2012a, p. 462), e que significado diferenciado ele atribuía às mensagens jornalísticas.

O que interessa, agora, é examinar como todo esse amplo aparato teórico — que combina perspectivas oriundas de Ricoeur e de Darnton, mas também de Chartier e de Martín-Barbero — orientou efetivamente a sua prática de pesquisa histórica, bem como esses pressupostos metodológicos apareceram nos resultados empíricos obtidos por meio da análise sobre o jornalismo brasileiro.

8.3 A "história cultural da imprensa"

Antes de se voltar para o quê, em seu ver, é o campo mais amplo da comunicação, Barbosa dedicou-se ao estudo histórico da imprensa no Brasil, desde o século XIX até o fim do século XX. A respeito do período colonial, seu argumento foi de que as trocas de informações manuscritas, ou a circulação de impressões clandestinas, antes da transferência da corte portuguesa, em 1808, não permitem afirmar que existia jornalismo na colônia, pois não havia público para que houvesse publicização — enquanto ação periódica de fazer com que as informações deixassem o âmbito privado e se tornassem públicas. Essa situação se alterou com a chegada dos membros da Família Real, com quem vieram "máquinas e tipos necessários para a implantação da Impressão Régia, de onde sairia o primeiro jornal impresso no Brasil", e foi esse "ato que criou a possibilidade concreta de um desejo que já existia antes que a impressão fosse realidade" (2013a, p. 36).

Mais do que as condições materiais enfatizadas por historiadores como Werneck Sodré (1966), era preciso que uma *mentalidade abstrata* se desenvolvesse

em um público mais vasto. “Assim, se os portugueses que aqui aportaram em 1808, já traziam essa disposição, seria necessário ainda um longo período para que o valor abstrato da imprensa se esparramasse pelas cidades, criando efetivamente um público ávido por informações”. Quer dizer, demorou “para que a imprensa ocupasse lugar efetivo no jogo político das ideias que circulavam na corte”. Após o término da censura prévia, em 1821, “seriam criadas condições para a proliferação de jornais, inclusive nas províncias mais distantes do Rio de Janeiro”. Entretanto, ainda “seriam necessários alguns decênios para que o cotidiano dos jornais fizesse gradativamente parte do universo oral/letrado de uma população mais vasta” (2008b, p. 93-94).

Para a estudiosa, são aspectos fundamentais sobre o nascimento do jornalismo brasileiro para os quais seus antecessores não prestaram a devida atenção, ou que não foram capazes de analisar adequadamente. Em contrapartida, entregaram trabalhos de cunho histórico comprometidos em apontar o início factual da imprensa e, assim, fomentaram o debate em torno daquele periódico que representaria o marco inaugural: a *Gazeta do Rio de Janeiro*, com a primeira edição publicada em 10 de setembro de 1808, após a vinda da corte à colônia; ou o *Correio Braziliense*, editado por Hipólito José da Costa em Londres, desde 1º de junho daquele ano.

Essa tendência historiográfica mereceria alguma crítica, na medida em que, segundo ela, as leituras que subjazem à discussão — de que a primeira publicação era caracterizada como porta-voz do poder da corte, e a segunda como oposição engajada na luta contra os abusos desse poder —, colaboram para a mítica de dois modelos que teriam definido o jornalismo desde sua gênese:

> Tal como nos primórdios da imprensa brasileira, numa linha evolutiva desse jornalismo, ainda hoje este seria — por uma questão de origem — enquadrado nessas duas formulações: de um lado o jornalismo dependente dos favores oficiais, não afeto a controvérsias, que se coloca ao lado dos que estão no poder, e de outro o jornalismo de combate. Assim, essa interpretação histórica referenda valores e modelos que servem a uma tipologia da profissão que é mais de ordem mítica do que de ordem histórica (BARBOSA, 2008b, p. 96).

Sua posição foi contrária aos historiadores que descreveram a imprensa daquela época como oficial, ou ainda a dividiram entre oficial e oficiosa. Concordar com eles seria aceitar a visão de que a *Gazeta do Rio de Janeiro* “era fértil na publicação de decretos, avisos, éditos e outros textos de interesse do Reino

Português”[104], quando, na verdade, publicava muitas outras informações, já que “cartas, jornais, boatos, conversas eram as fontes de informação que se transformavam em notícias nas páginas da *Gazeta*. Havia também uma seleção e uma hierarquização: habitualmente primeiro as notícias de terras distantes, depois as informações do Rio de Janeiro”. Não seria exagero dizer, nesse sentido, que “saltam de suas páginas múltiplas fontes de informação, formando redes de notícias do início do século XIX, indicando também a forma como essas notícias passavam do mundo oral para o mundo do impresso” (2008b, p. 99-104).

Em última instância, tratar-se-ia de um periódico variado, sendo o elemento oficialesco somente acessório. Porém, desse modo, não estaria a historiadora lidando com os textos de exceção como regra? Ou seja, manuseando o conteúdo das fontes históricas de maneira a correr o risco de descaracterizar o compromisso institucional da gazeta carioca e sua linha editorial, voltada à divulgação dos fatos envolvendo a monarquia; bem como examinando esse jornalismo sob um viés despolitizado, ao negar a natureza conservadora das suas mensagens que, como um todo, não poderiam prejudicar a continuidade do Império Português?[105]

Outro aspecto que merece cautela nessa historicização sobre o nascimento do periodismo brasileiro é o seguinte: Barbosa relaciona o início da atividade, em nosso país, ao desenvolvimento de uma *mentalidade abstrata* que conferiria aos impressos o valor de transmissores de opinião e informação, no transcorrer do século XIX. Em último grau, o aparecimento da imprensa seria fruto desse desejo, compartilhado pelos sujeitos daquela época, para além das condições concretas (2010a, p. 21, 2013a, p. 36). Todavia, não revela como e em quais sujeitos históricos essa suposta mentalidade se desenvolveu, muito menos explica como se pode saber sobre os desejos alheios, sem dar evidências objetivas.

Tem-se, adiante, o exame da segunda metade do século XIX, cujo foco torna-se o jornalismo do abolicionismo. A proposta, enunciada pela pesquisadora, consistia

[104] Essa visão pode ser encontrada em obras como a de Isabel Lustosa (2000), para quem a *Gazeta do Rio de Janeiro* “era apenas uma versão adaptada da *Gazeta de Lisboa*. Periódico sensaborão que, em sua maior parte, limitava-se a traduzir artigos publicados na imprensa mais conservadora europeia. Para se ter uma ideia de como funcionava esse jornalismo nascente é bastante que se diga que d. João VI tinha a pachorra de ler, antes de irem para a gráfica, todas as traduções” (p. 68).

[105] Especialista no tema, Juliana Meirelles (2008) segue essa linha de interpretação, ao mostrar que a coroa, sob o governo joanino, concebeu a imprensa como parte de ação política e cultural para manutenção do império em ambos os lados do Atlântico. Apesar de já constar na gazeta algum ideal de imparcialidade, essa estava explicitamente comprometida com o poder, a começar pelo fato de seus encarregados pertencerem ao alto escalão do governo.

no estudo da história da imprensa, contudo “mais do que falar da importância de alguns jornalistas e de alguns jornais para o processo abolicionista”, o que lhe interessou, na prática, foi a reflexão sobre “a forma como os escravos tomavam conhecimento do que se falava sobre eles e sobre a escravidão”. Portanto, da história sobre a formação da imprensa, passou-se à história da representação social dos escravos através dela, à história da leitura da mesma, dado que o seu objetivo principal se tornou o estudo das “possibilidades” de leitura das mulheres e homens escravizados. Diz-se isso porque “eram leitores de primeira, segunda e terceira naturezas. Eram leitores por ouvir dizer, porque escutavam as notícias e, também, porque, de fato, muitos sabiam ler e escrever” (2010a, 2009a, 2016a).

Por exemplo, ao tratar da *Revista Ilustrada*, reconhecida publicação abolicionista e republicana, que circulou entre 1876 e 1898, a historiadora não procurou reconstituir seu ciclo de vida, nem investir em análise editorial, como sugere a metodologia de Darnton (1990), e com a qual pretendeu estar em sintonia. Contentou-se em lançar comentário mais genérico sobre a revista:

> [...] com os olhos de hoje, poderíamos afirmar que as representações que fazia da escravidão não eram muito diferentes das que inundavam as principais publicações da Corte. Nas múltiplas imagens em que os escravos aparecem, estão sempre em situação de inferioridade: caídos pelo chão, trabalhando sob o sol escaldante na lavoura, vendendo seus quitutes e outros produtos acondicionados em cestas que carregam na cabeça, sendo açoitados em praça pública (BARBOSA, 2010a).

Uma imagem, encontrada na edição de 15 de outubro de 1887, que reproduzia uma cena de leitura isolada entre sujeitos escravizados — ou seja, em contraposição à descrição acima fornecida pela própria —, suscitou-lhe uma série de indagações no tocante à cultura oral e letrada no período. “Será que os escravos liam essas publicações? Será que tomavam esses jornais em suas mãos ao verem-nos depositados em cadeiras e mesas das casas onde trabalhavam e moravam? Será que escutavam um outro ler para eles aquelas informações?”. A resposta que encontrou para essas interrogações foi um tanto evasiva: “certamente”, pois “numa sociedade em que as novidades circulavam *por ouvir dizer* e *percorrer léguas*, aquelas imagens, sínteses e textos impressos se transformavam pela força do comentário” (2010a).

Em tentativa de fundamentação, recorreu a pesquisas como a de Lilia Schwarcz (1987) sobre como os escravizados eram representados pelos jornais paulistanos. Por seu turno, a comunicóloga visualizou, nos anúncios dos

escravizadores, que expunham as habilidades dos escravos à venda ou as características dos fugidos, evidências para o seu estudo voltado às práticas de leitura (BARBOSA, 2009a). Entretanto, sem perceber que há diferença significativa entre a documentação trazida pela antropóloga que indica, entre tantas coisas, a existência de escravizados que sabiam ler, e uma proposta cuja finalidade seria estudar a apropriação por eles realizada das mensagens jornalísticas. Ou melhor, como os escravizados tomavam conhecimento da sua condição de vida a partir das notícias veiculadas pelos jornais abolicionistas ou mesmo aqueles contrários.

Barbosa especula com dados, mas não tem como demonstrar, pela análise documental, quais significados aqueles seres humanos submetidos ao escravismo foram capazes de produzir no contato com a imprensa periódica, nem o papel que esta teve na formação desses indivíduos que, por inúmeras razões, possuíam dificuldade de acesso a informações jornalísticas. Por essas e outras, permanece válido o parecer do historiador da arte Ernst Gombrich (1969) de que, apesar de relevantes, determinados temas que movem os novos historiadores culturais carecem de fundamentação documental, quando, por exemplo, trabalham com amostras ínfimas de material em comparação com o número de pessoas que circulavam nos espaços que descrevem. Na falta de exposição de provas adequadas, fica comprometida a tentativa de verificação da veracidade dos resultados.

A culpa não é, obviamente, de quem demonstra interesse pela matéria, visto que “é uma questão de acidente de preservação, que os obriga a se contentar com um segmento muito pequeno da comunidade” a ser estudada. Como consequência dessas lacunas no conhecimento histórico, “os retratos de uma determinada sociedade ou período não seriam científicos, mas baseados na intuição”. Significa que quanto menos alicerçada na documentação, mais a pesquisa opera com a intuição — e “essa instituição pode estar errada” (GOMBRICH, 1973, p. 882). Como assegurar que este não foi o caso em discussão? Quando existe disponibilidade de material, uma alternativa “é o que os franceses chamam de *história serial*, ou seja, a análise de uma série cronológica de documentos” (BURKE, 2005, p. 34). Contudo, não foi o que predominou no estudo de Barbosa, voltado tanto à recepção dos sujeitos escravizados, quanto às notícias difundidas pelos periódicos.

Avança-se ao exame sobre o jornalismo na Primeira República. Pelo menos até o fim do Império, a imprensa seria enfeixada sob o rótulo de *artesanal*, enquanto

que, nas décadas posteriores, sob o rótulo de *industrial*. Seguindo a crítica apresentada por Ana Paula Goulart Ribeiro (2007), Barbosa julgou prejuízo nessa periodização sustentada pelos historiadores pioneiros[106], à medida que implicaria naquela "visão que aponta toda a imprensa anterior a 1880 como jornalismo de opinião, enquanto que no período posterior teria aparecido, verdadeiramente, a imprensa noticiosa ou de informação" (BARBOSA, 2010a).

Pretendendo contribuir para a renovação da historiografia especializada, a acadêmica avaliou que era o caso de analisar as transformações que se processaram nos grandes diários do Rio de Janeiro, na virada para o século XX, quando adquiriram estrutura comercial e aumentaram os investimentos nas oficinas gráficas. Sua intenção foi a de investigar o modo como esses jornais-empresas se ergueram como lugares de imparcialidade e neutralidade, e a agência que esse novo jornalismo teve naquela sociedade. Para tanto, começou por esquadrinhar o empreendimento dos seguintes títulos: *Jornal do Commércio*, *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã*, *O Paiz* e *Gazeta de Notícias*. Em seguida, com base na documentação de suas edições e de fontes auxiliares, montou uma tipologia dos jornalistas e de seus leitores, e ainda buscou descobrir como se dava a experiência de leitura do noticiário da época.

A chave da argumentação da tese é de que a formação das empresas jornalísticas está intimamente ligada à ampliação das expectativas culturais da sociedade, na qual a imprensa se insere. Em meio à modernização ocorrida no plano social e econômico pós-1880, formaram-se "os novos leitores, consumidores potenciais dos jornais e revistas" (1993, p. 150). Para a autora, o fato de existir na antiga capital federal "uma maioria analfabeta não permite supor, por antecipação, o pouco poder de difusão desses veículos e também que estas mensagens estariam sendo apropriadas de forma uniforme". Pelo contrário, o conteúdo veiculado por essas publicações foi capaz, ainda segundo ela, de construir uma realidade que até então inexistia, "mitificada pelo simbolismo da palavra impressa", criando novas necessidades junto a uma sociedade em processo de massificação (1997a, p. 98-99).

Conclui a autora que, a exemplo do *Jornal do Brasil*, os diários cariocas, postos em moldes empresariais, se autodefiniram como expressão da verdade — através de

[106] Tal periodização é proposta por nomes como Juarez Bahia (1960), para quem, após 1880, "notadamente no alvorecer do século XX, a imprensa ganha expressão no campo das atividades industriais [...]. Desde logo, a tipografia de jornal perde o seu espírito artesanal para conquistar a posição de indústria gráfica com capacidade econômica e múltiplas possibilidades" (p. 51).

textos pretensamente imparciais, objetivos e neutros —, para que pudessem assumir a missão de fiscalizar o poder público e, ao mesmo tempo, aumentar sua capacidade de influência sobre os cidadãos. “Ao se afirmarem como o único intermediário entre o leitor e a sociedade política, confirmavam o seu domínio e participavam do jogo de poder que atingia múltiplas esferas da vida cotidiana” (1996, p. 379). Não há como ignorar seu papel “enquanto instituição de controle social, servindo à própria estrutura de poder e agindo como veículo de manutenção da ordem vigente” (2007a, p. 15).

No tocante a quem escrevia nesses periódicos, destaca a figura do intelectual que encontrava ali um lugar único para a divulgação de suas ideias, pois lhe propiciava um novo tipo de aproximação com o público. As empresas jornalísticas, recém-formadas, valiam-se dessa proximidade para unificar os discursos da nova ordem republicana. A relação de interdependência era clara: elas dependiam dos homens de letras para implantar seus projetos culturais e políticos, e vice-versa. Geralmente, estudantes de direito ou diplomados, esses jornalistas-intelectuais ingressavam na imprensa, ou até chegavam a abrir seu próprio jornal, para obter trampolim para a burocracia estatal ou carreira política:

> Ser dono do jornal, entretanto, não é, na maioria das vezes, o ponto culminante na carreira, mas estágio anterior ao ingresso efetivo na política ou na diplomacia, o que só é possível pelo poder que detém como proprietário ou dirigente de periódico. Quando isso não ocorre, invariavelmente ocupa uma posição de prestígio junto ao poder, sendo intermediário de negócios vultosos, conselheiro ministerial ou representante do governo junto a organismos internacionais. Torna-se, pois, porta-voz oficial do próprio poder (BARBOSA, 2010a).

O perfil dos leitores, por sua vez, foi desenhado pela pesquisadora, a partir de colunas e espaços de reclamação mantidos pelos diários, cujo intuito era ganhar popularidade entre as camadas desfavorecidas. Uma parcela expressiva do público do *Jornal do Brasil* e do *Correio da Manhã* era composta, ainda segundo ela, por trabalhadores das áreas suburbanas do Rio de Janeiro. Já o público da *Gazeta de Notícias* e do *O Paiz* era pulverizado entre estudantes, políticos, funcionários públicos e profissionais liberais; o primeiro com predomínio entre os habitantes da Tijuca e adjacências, e o segundo, entre os da zona sul e os subúrbios da região central. Outro aspecto que merece atenção é o número considerável de mulheres leitoras, tanto nos periódicos populares, quanto naqueles tradicionais (1996, p. 335-340).

Para além da caracterização do público, Barbosa propôs investigação das práticas de leitura envolvendo a imprensa, orientada pelos pressupostos da história do livro de Chartier e Darnton. Para criar o hábito entre uma população de maioria analfabeta, todos os diários cariocas — com exceção do *Jornal do Commercio* — "abusavam das ilustrações, das caricaturas e das fotografias desde os primeiros anos do século [XX]" (1996, p. 79). O uso crescente de imagens consistia em uma estratégia editorial para alcançar o público amplo sem instrução letrada, formado por um número maior de ouvintes do que leitores efetivos:

> As notícias, passado um século do momento em que se implantou a impressão no país, continuam *correndo léguas* e *andando de boca em boca*. Por *ouvir dizer* realizam-se ainda leituras plurais. Por ouvir o texto que outro lia em voz alta, esse leitor, esfumaçado na poeira do tempo, continua sendo leitor de segunda natureza. [...] A leitura passa a ser prática cotidiana, ainda que os modos de sua realização sejam múltiplos e as formas de interpretação ainda mais plurais (BARBOSA, 2010a, p. 201).

Do comentário das proposições acima, o primeiro ponto a considerar é que a rica pesquisa documental trazida por Barbosa não a isenta da exposição de provas específicas para cada argumento desenvolvido. Mesmo quando esse é o caso, podem surgir interrogações acerca do tratamento dado aos materiais que servem de evidência objetiva, e implicações para a fundamentação do conjunto de argumentos que compõem a tese — da qual deriva parte significativa das suas obras posteriores, uma vez que é a base do projeto de história cultural da imprensa.

É dito, de início, que o florescimento do periodismo obedeceu a um *desejo cultural* relacionado à formação de um público mais amplo, no decorrer do século XIX, e que, por exemplo, a alta taxa de analfabetismo, registrada no país não era um empecilho para a difusão das notícias e, consequentemente, para o progresso do meio impresso, pois, desde o começo, elas possuíam mais ouvintes do que leitores. A principal evidência apresentada são depoimentos de escritores[107] como Lima Barreto e João do Rio que relatam o costume de leitura em voz alta entre os moradores urbanos, tanto em espaços públicos, quanto privados. Levando em conta essa

[107] Em uma abordagem desse tipo, Peter Burke (1991) sublinha a necessidade de ler os documentos nas entrelinhas, uma vez que o historiador não pode perder de vista que está tentando reconstruir as práticas culturais das pessoas comuns com base no que as figuras notórias escreveram sobre elas, e não com base no que efetivamente essas pessoas comuns pensavam e faziam.

literatura, afirma que, “pelo menos quatro pessoas tomavam conhecimento do conteúdo de um único número” (BARBOSA, 1996, p. 78).

Entretanto, como seria possível pormenorizar a partir de relatos tão limitados? Mesmo que razoável, como saber que a leitura dos jornais era um hábito comum entre a maioria dos sujeitos alfabetizados, e não apenas entre uma minoria? Uma multiplicidade de aspectos poderia ser avaliada aqui, a começar pelos fatores humanos, tais como os diferentes níveis de compreensão das mensagens, mesmo entre os sujeitos tecnicamente alfabetizados que as transmitiam aos leitores de segunda e terceira natureza; além dos fatores materiais, pois mais do que esses leitores indiretos, os jornais dependem de consumidores dispostos a assinar ou a comprar uma edição diariamente. Inclusive, o hábito de leitura coletiva, como enfatizado pela investigadora — e não a individualizada —, poderia ser um elemento que pesava negativamente para o aumento da venda avulsa dos periódicos, retardando o progresso do empreendimento jornalístico.

Existem relatos que servem de indicativo, a exemplo de uma entrevista de Olavo Bilac ao próprio João do Rio, datada do início do século XX:

> O jornal é um problema complexo. Nós adquirimos a possibilidade de poder falar a um certo número de pessoas que nos desconheceriam se não fosse a folha diária; os proprietários de jornal veem limitada, pela falta de instrução, a tiragem das suas empresas. Todos os jornais do Rio não vendem, reunidos, cento e cinquenta mil exemplares, tiragem insignificante para qualquer diário de segunda ordem na Europa. São oito os nossos! *Isso demonstra que o público não lê* [...]. *E por que não lê? Porque não sabe!* (RIO, 1908 citado por LUCA, 2008, p. 156-157, grifo nosso).

Em segundo lugar, a argumentação sobre as estratégias gráficas e editoriais empregadas pelos diários cariocas — cuja finalidade era a expansão do público — não é desenvolvida com total coerência: de um lado, eles “objetivavam não só a busca de novos leitores, mas a introdução de uma nova leitura que atendia a expectativa cultural de um público mais amplo, para quem os jornais ainda não eram familiares”. Explicitando a proposição: “a adequação do conteúdo atendia a uma demanda cultural do público e não ao contrário”. Em seguida, afirma paradoxalmente que as estratégias implementadas visavam criar justamente as necessidades culturais que faltavam aos sujeitos daquela época, “premissa necessária para a constituição de um jornalismo mais massificado”, tendo em vista que eles não compartilhavam do “gosto urbano pelos periódicos” (BARBOSA, 1997a, p. 97-99).

O núcleo argumentativo da tese contém ainda um terceiro aspecto contraditório, resultado do uso de abordagens conflitivas para explicar o fenômeno. Apropriando-se tanto da filosofia política de Antonio Gramsci, como da sociologia do poder simbólico de Pierre Bourdieu, mas nem sempre dando conta das suas riquezas teóricas, tratou a historiadora de conceber a imprensa como meio de dominação social, sendo, ao mesmo tempo, influenciadora das elites e por elas estruturada, impondo ideias hegemônicas e valores normatizantes ao restante da sociedade. “Cooptados pela classe dominante”, os jornalistas-intelectuais “produziam uma mensagem visando a criação de um consenso, cujo fim último era perpetuar a dominação de classe. Exemplares, nesse sentido, são as campanhas e as mensagens veiculadas pelos diferentes jornais” (1996, p. 10).

Por outro lado, ao assumir a perspectiva da recepção, presente na história da leitura, a estudiosa negou inconscientemente esse poderio da grande imprensa e sua capacidade de impor visões de mundo à audiência, uma vez que cada “destinatário da mensagem criava um novo texto”, a partir do que lia ou ouvia (1996, p. 346). Muito derivado das experiências cotidianas, esse novo texto carregaria um novo mundo simbólico que pouco poderia ter a ver com o conteúdo originalmente noticiado pelos jornalistas. Posto isso, os efeitos das ações impositivas da imprensa sobre uma massa de indivíduos desenvoltos eram, se não nulos, completamente limitados.

Teria provavelmente mais valor pensar as relações de poder entre os próprios leitores e ouvintes do noticiário, do que em relação à imprensa e seus publicistas, como fez a pesquisadora. O motivo parece claro: ela sugere continuamente que as notícias jornalísticas eram mais faladas do que lidas (ou “recontadas” informalmente). Logo, os leitores de segunda e terceira natureza — a maioria — eram informados pelos sujeitos alfabetizados — a minoria —, os quais possuíam acesso ao conteúdo dos jornais diários e, consequentemente, certo controle de interpretação dos acontecimentos relatados pelos jornalistas. Seria a partir do *novo texto* criado pelos leitores de primeira natureza que os demais produziriam o seu *novo mundo simbólico*. Torna-se, então, no mínimo equivocado ignorar essa dinâmica de circulação, e falar em termos de imposição de ideias hegemônicas e valores normatizantes — diretamente através da imprensa — aos sujeitos daquela época.

Delicado ainda é que, tanto a primeira, quanto a segunda proposição, não são demonstradas com integralidade no curso da pesquisa histórica, o que levanta

suspeita sobre o alcance do que está sendo narrado. A análise dirigida ao conteúdo dos jornais diários fornece explicações sobre como determinados temas eram noticiados (modernização, higienização, nacionalismo etc.), mas não permite concluir que os jornalistas fossem os agentes determinantes na criação de um consenso social em torno desses assuntos, tampouco que eles, como intelectuais públicos, tivessem como principal intenção perpetuar a *dominação de classe*.

Cumpre notar também a dicotomia que há entre os pressupostos teórico-metodológicos (apropriações diferenciadas pelo público) e os resultados empíricos (apropriações semelhantes entre os sujeitos), consequência essa de um esforço por parte da autora em enxergar o caso jornalístico estudado pelas lentes dos historiadores dos livros. Ao identificar os leitores, por meio das cartas enviadas às redações e reproduzidas pelos veículos, constatou que eles faziam um *uso social* da imprensa com intenções semelhantes: como intermediária para fazer chegar ao poder público suas reclamações sobre os problemas urbanos na cidade em que viviam. Tanto é que "todos os jornais do período — com maior ou menor destaque — destinavam uma parte de seu tempo às *queixas do povo*, que percebia nos periódicos uma via de acesso junto às instâncias do poder" (1996, p. 79).

O exame predominantemente classificatório das correspondências sugere, aliás, que inexistiam grandes variações nas solicitações feitas por leitores de diferentes ofícios e localidades no Rio de Janeiro. Embora alguns jornais tivessem maior penetração entre os profissionais liberais do que entre os trabalhadores, entre os moradores do centro do que entre dos subúrbios, os assuntos se assemelhavam: reclamações envolvendo a prestação de serviço público. No fim da década de 1900, esse "panorama pouco havia mudado", sendo possível perceber, apenas, "uma diminuição dos apelos por uma cidade limpa e higiênica, em função de o projeto político já ter sido em grande parte implementado" (1996, p. 358).

Somente uma parcela dos leitores dialogava com os jornais no sentido de explicitar "o reconhecimento de uma situação peculiar, parte da sua vivência". Em número menor, "esses leitores enxergavam naquelas páginas impressas não apenas a possibilidade de adquirir conhecimento, de tomar ciência do mundo e dos acontecimentos em torno de si, mas de participar, ainda que por via indireta, das polêmicas criadas e estimuladas pelos jornais ou apenas para se divertir" (BARBOSA, 1996, p. 359). Em suma, o estudo de caso dos diários cariocas, na transição para o

século XX, insinua que apropriações distintas das mensagens pelos leitores eram exceção — e não a regra, como foi idealizado na discussão teórica.

Chama atenção, no entanto, que nos momentos *axiais* seguintes, conforme sua síntese histórica avança, contemplando períodos como o Estado Novo e a Ditadura Militar, ambas as ideias perdem potência; visto o modo como a autora passa a se referir ao público, até então pensado como um conjunto diversificado de indivíduos que se apropria das notícias, a partir de uma leitura sempre plural:

> Se inicialmente era preciso veicular discursos que unissem os valores dos grupos dominantes com os da classe média em franca expansão, posteriormente seria preciso incluir a massa amorfa, sem voz e sem rosto, que, diante dos meios, via a vida política e cotidiana se desenrolar em capítulos nem sempre compreensíveis (BARBOSA, 2013a, p. 290).

A chave interpretativa da *história cultural da imprensa*, agora *história da comunicação*, teria se alterado por volta dos anos 1940: o público, em sua complexidade de significados, começa a ser visualizado como massa amorfa, dada a sua conversão em índice de audiência, seja pelas emissoras de rádio na primeira metade do século XX, seja pelos canais de televisão na segunda em diante. Trata-se da "percepção de que os meios se dirigem cada vez mais a uma multiplicidade de rostos, que passam a ser vistos, sobretudo nas décadas seguintes, como público indiferenciado, qualificado e percebido como povo, massa, multidão" (2013a, p. 289).

Acontece que, encaminhando-se para o século XXI, também a mídia brasileira entrou em fase de globalização, na qual a produção e a divulgação de mensagens, não só jornalísticas, pelas tecnologias emergentes, operam sob a lógica da mundialização. Inseridos nessa dinâmica de crescente profusão, novos e antigos meios de comunicação promovem tanto a banalização, quanto a saturação das imagens e informações cotidianas, o que paradoxalmente os têm levado à "invenção de novas fórmulas de narrar os acontecimentos" (2013a, p. 361).

É pertinente observar, portanto, que a presente análise introduz raciocínio de natureza distinta daquele que constou em sua tese doutoral, de que o jornalismo "atendia a uma demanda cultural do público e não ao contrário". Do ponto de vista da recepção, o público era quem determinava as mudanças "e o objetivo dessas inovações era atender a uma expectativa dos próprios leitores" (1997a, p. 98). Nas obras subsequentes, começou-se a falar, repentinamente, na imposição pela lógica capitalista de um novo modo de configuração para o jornalismo. "O setor financeiro

dos países capitalistas passou a ter vida própria: entrava-se, com todas as forças na civilização da especulação, na qual o valor econômico estava diretamente atrelado à vitalidade das informações e às inovações tecnológicas" (2013a, p. 357).

Em última instância, quer dizer que, ao estudar o jornalismo na contemporaneidade, a estudiosa se deixou levar pelas razões de ordem econômica que criticou os historiadores antecessores. Nessa visão, a mídia brasileira perde qualquer possibilidade de manter relativa autonomia ante o sistema internacional, estando as próprias notícias desvinculadas da vida social local. Antes uma forma de bem cultural que além de informar, chegava a produzir experiências estéticas em um público diverso, o jornalismo é cada vez mais percebido como manifestação submetida às forças da economia global, e o público, enquanto massa indiferenciada, que poucos usos consegue fazer das mensagens que se multiplicam.

8.4 Fenomenologia do jornalismo

Encaminhando-se ao fechamento da análise, convém discutir que teoria do jornalismo, ou mesmo fenomenologia, como seria o caso, Barbosa cultivou ao longo de sua pesquisa e como esse conjunto de reflexões se relaciona diretamente ou não com o exame do fenômeno em seu respectivo contexto histórico. Em outras palavras: busca-se compreender, para fins de conclusão, se a sua forma de pensar o jornalismo é um desdobramento do estudo histórico-analítico visto acima ou se, pelo contrário, haveria incompatibilidade entre este e a sua reflexão teórica.

Inspirada pelos escritos de Georges Duby (1989) e Jacques Le Goff (1990), teceu a estudiosa conexões entre o trabalho do historiador e o do jornalista. A seu entender, também a atividade dos profissionais de imprensa envolveria a dupla operação de lembrança e esquecimento, à medida que selecionam os acontecimentos e hierarquizam as informações levadas ao público. Por essa razão, considerou que os jornalistas poderiam ser identificados como *senhores da memória* da sociedade moderna (ver BARBOSA, 1995).

A concepção de *memória* aparece associada à questão do poder, por pressupor atos de escolha pelos quais se produz a dialética entre lembrar e esquecer. No caso jornalístico, segue ela, a decisão de transformar um certo acontecimento em notícia implica a exclusão de outro: a mesma ação responsável pelo efeito de lembrança de um evento provoca o esquecimento de tantos outros. Formam-se,

então, “disputas em torno da fixação das chamadas memórias válidas” (2004a, p. 5), ações que se realizam no presente, envolvendo o que é preservado a respeito do passado, bem como o que está sendo guardado para o futuro.

A atividade de seleção dos acontecimentos seria uma primeira aproximação possível entre o trabalho do historiador e o do jornalista, embora existam diferenças importantes entre eles. Acredita a investigadora que, pelo menos desde as últimas gerações dos Annales, o acontecimento singular não seria mais o objeto do historiador, mas permaneceria como objeto do jornalista. Nessa tarefa de selecionar o que se passa de singular no mundo, “o que vai ser notícia ou não, o que vai ser editado com destaque ou sem relevo”, os jornalistas estariam “procedendo à *criação do próprio acontecimento*” (1995, p. 87, grifo nosso).

Barbosa tenta encontrar sustentação para tal afirmativa na teoria da narrativa de Ricoeur (1984). O posicionamento deste, pela ficcionalização da história, é adotado e aplicado por ela ao jornalismo: se, para o filósofo, a história e a literatura obtêm o mesmo efeito que é o da verossimilhança; para a comunicóloga, o mesmo poderia ser dito sobre o jornalismo. Em sua interpretação, o jornalista, diferentemente do literato, tem pretensão de corresponder à veracidade, tal como o historiador. Isso significa que essas duas narrativas compartilhariam uma mesma qualidade, gerando um segundo ponto de aproximação entre o trabalho do historiador e do jornalista:

> A narrativa pertence, sempre, ao mundo das coisas contadas, não havendo, pois, diferença entre ficcional e não ficcional. A diferença está nas convenções. Enquanto o jornalismo é governado pela convenção de veracidade, as narrativas literárias são governadas por convenções de ficcionalidade (BARBOSA, 2005a, p. 58).

Ela reconhece, contudo, que o historiador privilegia, em seus relatos, o passado, enquanto o jornalista se ocupa do imediato. Ou seja, “o jornalismo trabalha com uni tempo fundamentalmente diferente do da história. A presunção dos atos jornalísticos é ocorrer no tempo presente, o tempo real, razão pela qual é necessário construir textualidades que se valem fundamentalmente da argumentação” (2005a, p. 53). Todavia, ambos enxergam a realidade a partir de lentes específicas, “ambos colocam a sua singularidade pessoal, a sua subjetividade, na narrativa que desenvolvem”. Quer numa, quer noutra narrativa, “o elemento subjetivo, ficcional, está presente” (1995, p. 87). No caso jornalístico, além da “mescla do ficcional com o

informacional", existiria uma configuração da "narrativa histórica do imediato" (2004a, p. 11).

De forma similar à história, a lógica do jornalismo seria a de ocultação do caráter ficcional, visto ser tradicionalmente regido pela convenção da verossimilhança. "Transformado em testemunho, transvertido da ideia de testemunho autêntico, o verossímil neste sentido passa a ser igual a verdadeiro" (RIBEIRO; BARBOSA, 2005, p. 10). Para ser acreditado como tal, o relato jornalístico necessita ser "revestido da característica de crível antes de qualquer outra presunção". Do contrário, "quando se descobre que um relato foi inventado, a notícia assume a proporção de um verdadeiro escândalo", já que a seus produtores é atribuída a "outorga de poder realizar somente um discurso tido como verdadeiro" (BARBOSA, 2004a, p. 4-5).

O mesmo ocorreria com os produtores do conhecimento histórico. Tanto a narrativa jornalística quanto a narrativa histórica precisam ser, ao seu modo de julgar, verídicas por antecipação, pois os leitores não podem suspeitar que os fatos que encontram nos livros de história são invenções dos historiadores, nem os telespectadores que os fatos a que assistem nos telejornais sejam invenções dos profissionais da notícia. Sendo assim, o que se manifesta nessa visão não é uma preocupação crítica com a função informativa do jornalismo, mas com a capacidade dos jornalistas em encobrir a natureza ficcional do seu próprio trabalho.

Sem entrar na discussão de longa data entre os filósofos da história, compete aqui apenas avaliar a reflexão elaborada pela estudiosa do jornalismo. Nesse caso, pode-se argumentar que é equivocado compreender a construção da notícia como uma livre operação pela qual o próprio acontecimento é integralmente criado, quando, na verdade, se trata de processo submetido a inúmeras condições de produção, e que deve ser, em grande medida, constituído de fatos — e não de sonhos e fabulações, tal como pode a obra literária. Mesmo quando criteriosamente apurados, os fatos noticiados pela imprensa são alvo de questionamentos, quando não ataques, movidos por aqueles que tiveram seus interesses confrontados publicamente ou se viram envolvidos em alguma situação comprometedora, como em denúncias.

O que escapa da presente teorização é o discernimento de que o discurso jornalístico está longe de ser reconhecido unanimemente como verdadeiro pelos múltiplos sujeitos da dinâmica social. Por também cometerem abusos ou simplesmente desempenharem a função de fiscalizar as organizações e seus

agentes, na proteção do interesse público, os profissionais de imprensa enfrentam constantemente ações de deslegitimação, que não dependem necessariamente do grau de veracidade dos fatos noticiados. Seu discurso pode conter adequação e realismo, mas ser majoritariamente reprovado pela audiência, ao apresentar uma pauta conflitante, por exemplo, com os princípios cristalizados na ordem social.

Dizer que uma reportagem é uma narrativa construída não é o mesmo que se posicionar pela ficcionalização do jornalismo. Em vez disso, pode-se pensar que "as notícias, como todos os documentos públicos, são uma realidade construída com validade interna própria. Uma realidade seletiva, em vez de uma realidade sintética como na literatura" (TUCHMAN, 1976, p. 97). Sabendo que as notícias são "produzidas por sujeitos que muitas vezes operam inconscientemente dentro de um sistema cultural", cobra-se que estejam organizadas em torno de convenções de fontes legítimas. Como uma forma de cultura, as notícias "incorporam suposições sobre o que é importante, o que faz sentido, em que época e lugar vivemos, que gama de considerações devemos levar a sério" (SCHUDSON, 1995, p. 14).

Esse, no entanto, não foi o caminho interpretativo normalmente seguido por Barbosa. Segundo ela, os textos jornalísticos devem ser apreendidos, para além de artefatos literários, enquanto mercadorias. Nesse sentido, a notícia torna-se um produto cultural de viés mercadológico, que resulta de escolhas ideológicas e empresariais. Desde que foi convertida em empresa que fabrica notícias, na virada para o século XX, a grande imprensa tem seus interesses entrelaçados com o mercado e "sofre, não raro, pressões para suprir informações ou opinar de uma determinada forma a respeito de certos assuntos". Portanto, "não é apenas aquilo que certamente despertará o interesse público, a proximidade, seja ela geográfica ou cultural, do leitor em relação à notícia e a atualidade de informação que se constituirão em aspectos fundamentais para a escolha da notícia" (BARBOSA, 1995, p. 85-86).

Nada escaparia a essa lógica, pois, em moldes empresariais, a imprensa foi fadada a defender "a classe hegemônica, mesmo quando aparentemente assume uma postura de oposição" (1995, p. 86). Trabalhando nesse tipo de empreendimento, restaria aos jornalistas produzir notícias quase tão somente para reafirmar a ordem vigente, que é a capitalista. "Legitimando o acontecimento, divulgando-o, caracterizando-o através da linguagem e tornando-o oficial", esses *senhores da*

memória desempenham o poder de nomeação na sociedade, impondo “uma visão de mundo, que atua outorgando poder” (2004a, p. 4).

A historiadora concebe a prática jornalística enquanto atividade ligada ao poder simbólico, ao passo que acolheu noção oriunda da sociologia de Bourdieu. Na perspectiva dessa apropriação, os meios de comunicação participam, com outras instituições, da disputa pelo “exercício do monopólio da violência simbólica legítima, ou seja, o poder de impor ou inculcar instrumentos de conhecimento e de expressão, que, embora arbitrários, constroem a realidade social”. Por trás desse tensionamento de forças, os grupos que detêm maior capital (econômico, cultural ou simbólico) exercem “o papel de produzir a hierarquia do mundo social” e, assim, são capazes de legitimamente impor a sua autoridade sobre os demais (2007b, p. 29-30).

O jornalismo é interpretado, portanto, como um mecanismo de poder simbólico que serve à perpetuação da ordem vigente:

> O noticiário rege-se pela atuação das instituições hegemônicas e marginaliza os núcleos comunitários. Tais entidades, mais próximas da vivência dos leitores, ficam excluídas, passando a figurar apenas quando surgem problemas de grande repercussão (greves, acidentes, catástrofes). Predominando uma cobertura dessa natureza, o jornalismo brasileiro assume um caráter elitista, onde os assuntos que afetam cotidianamente a população são esquecidos (BARBOSA, 1995, p. 97).

Essa visão expõe, em parte, a dificuldade em captar que o conteúdo posto em circulação pelos jornais também é sensível aos conflitos sociais e políticos, não estando desvinculado dos anseios e das expectativas dos leitores. Mas se essa fosse a real percepção da autora sobre o fenômeno, teria possivelmente emergido da sua pesquisa histórica uma interpretação dialética sobre a atuação da imprensa, o que não aconteceu, à medida que o noticiário foi compreendido predominantemente enquanto um produto de obediência às regras das instituições hegemônicas.

Impediu-se de ver que a estruturação das práticas jornalísticas não é um processo que se faz mecanicamente, das forças hegemônicas externas para o interior do jornalismo. Atenta a isso, uma abordagem dialética teria exigido profunda articulação do fenômeno noticioso com as relações sociais de poder, que envolvem enfrentamentos entre os diversos sujeitos em busca de posições no campo. Sob esse ângulo, o jornalismo não pode ser apreendido como um mero portador da ideologia das elites, um veículo pelo qual o grupo em posição privilegiada tem o poder de estruturar objetivamente os demais sujeitos do processo.

Apropriando-se da obra de Bourdieu, a historiadora permanece no plano da síntese primária, ao constatar que os diários estruturam sua cobertura de forma a legitimar os núcleos de poder hegemônico, impondo um conjunto de valores elitistas ao restante da sociedade. Esse entendimento veio a ser relativizado, mas só excepcionalmente, ao admitir que é “muito simplista” cultivar “uma visão da mídia como detentora de um poder monolítico” (BARBOSA, 2017, p. 5). O que predomina é o princípio de que os meios de comunicação são uma estrutura que serve como instrumento de dominação, pois, de acordo com ela, é enganador pensar que eles, mais do que informar doutrinariamente, criem condições efetivas para que os indivíduos decidam sobre os temas mais caros da vida política no país.

Tal problemática não teria sido solucionada com a chegada da cultura digital, desde que as novas tecnologias “fazem parte dos mesmos oligopólios midiáticos globais nos quais também estão ancorados os meios tradicionais de comunicação” (BARBOSA, 2018a, p. 41). Embora indispensáveis “para tornar o leitor informado da realidade que o cerca, colocam-no em ação no mundo, levam-no a se acreditar participante das questões sociais”, na verdade, os meios fazem o oposto, sendo apenas o “lugar onde a população, imaginariamente, ganha voz” (1995, p. 93-96).

No contexto da mídia digital interativa, o jornalismo vive “*uma crise sem fim*, marcada pelo deslocamento do seu papel tradicional na sociedade e pela busca desenfreada por um tipo de importância, num mundo em que *o jornalismo já não é mais mediador entre as informações e o público leitor*” (BARBOSA, 2018a, p. 41, grifo nosso). Quer dizer, o jornalismo eletrônico não logrou preservar aquele protagonismo que possuía no suporte impresso para orientar politicamente os cidadãos, estabelecendo-se como o principal intermediário social. “Se no passado foi outorgado ao jornalista a função de mediador entre as notícias e o público leitor, agora esse mesmo jornalista não detém mais tal lugar de mediação, perdendo gradativamente esse posto que lhe foi outorgado” (BARBOSA, 2018a, p. 38).

Mas, em vez de explicar por quem, quando e como esse papel foi retirado dos jornalistas, a historiadora passa a fomentar uma forma de pensar minada pela contradição — da qual uma das conclusões que se pode tirar é que falta lógica à argumentação. Por exemplo, chegando a afirmar, paradoxalmente, que “nunca o jornalismo foi tão importante como agora”, porque ainda “faz esse papel de mediador fundamental entre essa profusão de informação e aquilo que merece chegar ao

público". Inclusive "longe de achar que a atividade jornalística está acabando, eu acho que ela está se expandindo de maneira exponencial" (BARBOSA, 2016b, p. 25). Em suma, o inverso do que havia sido sustentado.

8.5 Conclusões

Avançando na conclusão, cumpre apontar a perspectiva de síntese com que Barbosa enfeixa suas análises sobre jornalismo no Brasil. A seu ver, resumindo, hoje "o jornalismo assume claramente a função de órgão de opinião, abandonando o padrão histórico vigente desde o fim do século XIX". Além de informar, os novos jornalistas resgatam a habilidade de interpretar os fatos, "opinando sobre eles e reproduzindo o desejo de opinião que é dominante na cultura digital, em que as opiniões de todos sobretudo se espalham desenfreadamente pelas redes sociais" (BARBOSA, 2018a, p. 41). Logo, existem dois tempos a se considerar, quanto ao assunto em pauta: enquanto, no século XX, predominaria um jornalismo com pretensão à objetividade, no XXI ocorreria o retorno ao modelo de opinião, ou pelo menos, um embaralhamento das fronteiras entre eles.

Esse ponto de vista, se bem analisado, porém, não deixa de ser contraditório, porque, segundo ela, o jornalismo digital, ao retomar o modelo opinativo que marcou sua origem no meio impresso, perde a função de mediador social, sem deixar de exercer efetivamente uma função política na sociedade. Assumindo papéis determinantes na história nacional, "o jornalismo no Brasil caracteriza-se por estar atrelado aos liames do chamado pensamento conservador que domina o cenário institucional e ideológico desde os anos 1920" (2019b, p. 31). Completando:

> Esse pensamento, herança do autoritarismo europeu com nuances de ampliação do escopo reacionário em função da própria historicidade do país, [...] domina a configuração midiática, mesmo nos cenários mais contemporâneos nos quais a sensação de pluralidade de ideias se instaura, sobretudo, diante da promessa das novas mídias e plataformas que emergem nos ambientes digitais. Mas que, na prática, *reproduzem e exacerbam a lógica do pensamento único* (BARBOSA, 2019b, p. 31-32, grifo nosso).

Tal assertiva significa que, se no passado, o jornalismo foi um espaço para a materialização da esfera pública, agora ele passa a ser encarado como um instrumento para o desmantelamento de qualquer tentativa de debate maior envolvendo os assuntos de interesse público. Ou ainda, convertido em um empecilho para que o cidadão participe da vida pública na sociedade democrática:

> Distante dos fatos e imerso em opiniões voluntaristas e *não baseadas no conhecimento*, o jornalismo torna-se inexato, partidarista, portador de informações aleatoriamente obtidas e pouco confiáveis, opinativo, sendo ele, que foi o principal construtor da esfera pública, *o principal protagonista da destruição dessa mesma esfera* (BARBOSA, 2018a, p. 41, grifo nosso).

Fica evidente, enfim, a pouca conexão que existe entre a apreensão do fenômeno em sua realidade e os fundamentos teórico-metodológicos enunciados ao longo de seu projeto. Os pressupostos oriundos de Chartier e Darnton, mas também de Martín-Barbero, com os quais se identificou abstratamente — de que o público realiza apropriações distintas dos bens culturais —, estão, ao que parece, deslocados em sua reflexão teórica, assim como em sua análise histórica sobre o caso brasileiro. Do contrário, somos levados a crer que os atores sociais estão impedidos de usufruir do conteúdo do noticiário, à medida que o jornalismo perdeu sua função de mediador social e foi se reduzindo a um elemento de conformação da ordem vigente.

Barbosa pregou, em relação ao passado, que o jornalismo criaria narrativas de significados plurais que, por sua vez, seriam apropriadas por leitores diversos, com vivências cotidianas particulares. Sendo múltiplas as leituras e os usos que o público faz da mídia, pouco importaria que o jornalismo fosse uma mescla de informação e ficção, ou aparentemente informação e essencialmente ficção; visto que o leitor de primeira, segunda ou terceira natureza cria um novo texto a partir do que leu, ouviu ou assistiu, que não necessariamente tem a ver com o que foi originalmente noticiado pelos jornalistas. Mas se assim foi, por que seria diferente na atualidade?

Sua identificação com essa elaboração lhe é por vezes prejudicial no desenvolvimento da pesquisa, a exemplo de quando trata dos jornais populares de viés sensacionalista. Os critérios aplicados à apreciação do jornalismo convencional desaparecem ao tratar do sensacional. Enquanto aquele teria a função de normatizar e divulgar as ideias hegemônicas — criação de consenso para fins de dominação de classe —, este simplesmente valorizaria os acontecimentos que fogem à normalidade — estabelecendo vínculo com o leitor que se vê em relatos fantásticos, entre a sua realidade e o sonhado.

Chama atenção que os pressupostos da história cultural que, sob outro prisma, constaram em seu trabalho de reconstrução das práticas de leitura dos diários cariocas, na virada para o século XX, dissiparam-se ao passo que a investigação se deparou com um público que, em fase de mídia digital, foi, como dá a entender,

transformado em massa indiferenciada. O ponto problemático, a essa altura, é o tipo de ajuizamento que ela confere à matéria, como se fosse minimamente razoável considerar que, em certos períodos, existiram leitores diversos que sempre se apropriaram distintamente das notícias, enquanto noutros uma massa amorfa responderia de maneira uniforme ao conteúdo.

A fenomenologia do presente nega, no fim das contas, os relatos sobre a pluralidade da narrativa jornalística e da capacidade do público em produzir um número sem fim de significados a partir disso — sem esclarecer os motivos, tampouco fornecer evidências para a suposta mudança. Para a historiadora, desde o século XIX, o jornalismo é reconfigurado pela atuação das instituições hegemônicas, o que torna o público-massa refém da lógica do pensamento único, que é conservador e autoritário, mas isso é meramente postulado.

Ao elaborar uma síntese entre a filosofia de Gramsci e a sociologia de Bourdieu, a autora procede de certa forma mecanicamente, ao defender que as elites estruturam objetivamente o jornalismo e este, por sua vez, tem o poder de fazer o mesmo com o restante da sociedade. Isto é, não deixa de reproduzir o equívoco que visualizou em parte dos historiadores anteriores: o jornalismo é tratado como mero portador da ideologia da classe dominante. Sua argumentação é composta por premissas que não podem ser simultaneamente válidas. Supondo que os leitores se apropriam dos textos jornalísticos e criam um novo mundo simbólico a partir deles, como seria possível atribuir aos jornalistas a outorga de *senhores da memória* da sociedade?

A compreensão de que os jornalistas impõem uma determinada visão de mundo contrasta com a de que o receptor tem autonomia em se apropriar das notícias e ressignificá-las, a partir da sua realidade cotidiana, que é particular. Afinal, os jornalistas são *senhores* do amplo processo de lembrança e esquecimento ou, em vez disso, têm um poder limitado de fixar os acontecimentos do presente?

Barbosa aparentemente deixa-se enganar pelo excesso de teorias, ao embaralhar ideias muito díspares: a concepção de hegemonia de Gramsci; as reflexões sobre memória de Le Goff e Duby; as noções da sociologia de Bourdieu etc. Todas essas contribuições são alternadas com os pressupostos de Darnton, Chartier e Ricoeur, entre outros expoentes da filosofia francesa, para não citar os neomarxistas britânicos e os latino-americanos ligados aos estudos culturais.

A autora não teme se perder no ecletismo teórico, ao isolar a contribuição de cada pensador como lhe convém no caso, em vez de avaliar criteriosamente sua coerência recíproca. Mas, dessa maneira, o texto força a submissão dos resultados obtidos mediante pesquisa a teorias que são estrangeiras ao próprio fenômeno investigado, que é o jornalismo brasileiro. A disciplina científica fica fragilizada porque ao se estudar historicamente o fenômeno não segue uma mesma linha de trabalho, do início ao fim. Propõe uma análise textual das notícias a respeito de uma época, enquanto noutra, adota exame da conjuntura política, e assim, alternadamente. A fenomenologia revela incongruência que a análise histórica não comporta.

A falta de evidências que justifiquem a mudança de sentido na experiência — primeiro da história cultural da imprensa e, depois, da história da comunicação[108] — leva a uma contradição aparentemente oriunda da carência de regulação metódica do conhecimento. Cada parte tem uma validade própria, que é melhor compreendida individualmente. Em tentativa de reuni-las, fica explícito que as premissas presentes, em cada uma delas, carecem de relação entre si. Os pressupostos assumidos, na fundamentação teórico-metodológica, chegam a contradizer resultados supostamente obtidos e defensáveis pela pesquisa histórica, conforme se transita do passado para o presente, sem que se dê razões através de análise independente.

A pesquisa documental vai se enfraquecendo, ao se tornar uma história informada por uma abordagem mais teórica e menos empírica, à medida que sua propositora migra de um projeto historiográfico, dotado de um objeto razoavelmente bem definido — a imprensa periódica —, para outro — a comunicação —, cujo fenômeno em pauta não está melhor delimitado. Ao estudar ações e gestos humanos do passado, na abrangência que os termos carregam, o que se verifica, ao longo do trabalho, é uma passagem do jornalismo da posição de objeto à de fonte de pesquisa; sendo, agora, a imprensa usada não para estudo deste, mas sobre o *comunicacional*.

Marialva Barbosa quer nos fazer crer que a comunicação é a ciência do século XXI. Isto é, uma reunião de saberes derivados da atividade de análise de experiências concretas e metodologicamente regulada. No entanto, o exame da sua produção demonstra que, na realidade, ela termina empenhada na escrita de uma história cada

[108] Essa orientação epistemológica é adotada por outros acadêmicos, a exemplo de Igor Sacramento e Leticia Matheus, organizadores da coletânea *História da comunicação: experiências e perspectivas* (2014), e Andréa Cristiana Santos, autora da tese *Travessias comunicacionais de um tipógrafo-jornalista: José Diamantino de Assis e as tessituras do moderno* (2016).

vez mais teorizada, uma fenomenologia ensaística. Portanto, um registro que se distancia dos parâmetros pelos quais aquela se firma como disciplina científica.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Visando concluir a investigação, vale fazer breve referência à cena acadêmica anglo-saxã, a fim de melhor situar o significado das análises realizadas sobre os estudos de história da imprensa e do jornalismo no Brasil, relativamente às suas conexões com os conceitos de mídia e comunicação.

Mencionam-se aqui figuras de proa, como o são James Curran (1945*) e Jean Seaton (1947*), assim como Asa Briggs (1921-2016) e Peter Burke (1937*), autores, respectivamente, de *Imprensa, rádio e televisão: poder sem responsabilidade* ([1981] 2001), e de *Uma história social da mídia: de Gutenberg à internet* ([2002] 2004). Aparentemente, seguiram em segundo plano, por lá, as contribuições para o amadurecimento de uma história, especificamente, sobre o jornalismo, apesar de se poder destacar o livro-tese de Michael Schudson (1946*), *Descobrindo a notícia: uma história social dos jornais nos Estados Unidos* ([1978] 2010).

Desde os anos 1970, passou a ser preocupação, naquele contexto, saber qual caminho a historiografia do jornalismo deveria seguir, como se vê no texto de James W. Carey (1934-2006), destinado ao número de estreia da revista *Journalism History,* intitulado *The problem of journalism history* (1974). Para o renomado teórico norte-americano da comunicação, era o caso de manter o foco no jornalismo e atribuir centralidade à reportagem, ainda que o estudo do assunto necessitasse de “novas perspectivas e interpretações”, sugerindo “que tal ventilação poderia ocorrer por meio do desenvolvimento da história cultural do jornalismo” (p. 4).

Tempos depois, David Paul Nord (1947*), todavia, lhe fez contraponto, ao alertar para as implicações de uma guinada para a antropologia, cuja tendência seria perder de vista os aspectos estruturais do jornalismo e da mídia como instituição:

> Na medida em que a história da comunicação significou uma mudança do estudo das estruturas institucionais para o estudo dos processos de comunicação/informação, ocorreu um equívoco, pois é nas estruturas, não nos processos, que reside o poder histórico. O poder não é o único tópico adequado para a história da mídia, mas é o mais importante. E para estudar o poder, precisamos de mais, e não menos, atenção às instituições históricas dos meios de comunicação de massa, especialmente o jornalismo (NORD, 1988, p. 9).

Trata-se de debate que, aparentemente, explorando a relação entre mídia e jornalismo, permanece atual, se levarmos em conta, por exemplo, as intervenções de Mark Hampton e de Martin Conboy (2014). Historiador da imprensa, o primeiro

reconhece que o jornalismo não deve ser “confundido ou subsumido à categoria mais ampla de *mídia*” (p. 154), mas sustenta que tais fenômenos devem ser estudados com entrelaçamento. Já Conboy, fundador do Centre for the Study of Journalism and History da University of Sheffield, ainda que admita que o jornalismo está “situado dentro de um ambiente de mídia mais amplo”, contra-argumenta que “a história do jornalismo precisa ser considerada em toda a sua especificidade, esclarecendo seus limites de definição mesmo quando esses são nebulosos ou comprometidos” (p. 166-168).

Considerando essas visões complementares, em vez de opostas, este trabalho objetivou, em uma de suas variáveis, compreender e relatar analiticamente como a imprensa e o jornalismo se tornaram tema de preocupação e motivo de estudo por parte de acadêmicos e intelectuais no Brasil, desde as origens, na segunda metade do século XIX, atravessando o século XX, até a atualidade.

Operando em chave historiográfica, pôs-se de lado o exame do assunto mesmo, isto é, a trajetória do jornalismo brasileiro, para se deter na revisão crítica e síntese histórica sobre o que se produziu a respeito em distintos momentos e desde perspectivas diversas. Sendo assim, não se trata de uma investigação que visaria propor uma história mais completa ou alternativa dos tópicos em questão, comparando com as anteriores, nem por óbvio preencher lacunas ou corrigir falhas cometidas por seus especialistas. Mas sim, de reunir e periodizar abordagens, sistematizar seus princípios e discutir suas problemáticas, à luz de esquema teórico de entendimento do saber histórico que foi encontrado em Jörn Rüsen.

Para o historiador e filósofo alemão, com efeito, a pesquisa histórica constitui-se em um processo de elaboração do conhecimento visando responder a uma indagação surgida no presente, mediante análise e interpretação dos seus antecedentes. Os estudos históricos se apresentam como ciência, à medida que articulam narrativas argumentadas com base em evidências empíricas:

> A narrativa histórica torna-se especificamente científica quando obedece a uma regra que impõe ao narrador (historiador) explicitar e fundamentar os critérios (as ideias) que determinam, para ele, a instituição de sentido, as seleções de fatos e significados que se fazem com eles e a síntese entre ambos (RÜSEN, [1983] 2001, p. 120).

Sob essa orientação, a historiografia crítica das ideias aqui empreendida objetivou captar as variações dos conceitos de *imprensa* e *jornalismo* empregados

pelos nossos historiadores e outros pesquisadores inscritos na disciplina; observar suas eventuais contradições epistemológicas, sem ignorar as forças sociais e intelectuais que interagem nas diferentes situações, chegando, em resumo, à seguinte periodização: do Império à República Velha, imprensa e jornalismo foram vistos essencialmente como *meio de instrução pública* e *espelho dos acontecimentos*; após o Estado Novo, surgiu a tendência de encará-los como *instrumento de manipulação da opinião* e uma *fonte suspeita*; e findo o Regime Militar, ingressaram, enfim, em fase na qual se tornam temáticas de disputa, sendo frequentemente examinados como *elemento mediador do debate público* e *espaço de sociabilidades*.

Para alcançar tal síntese, começou-se por recuperar e analisar os primeiros relatos dedicados à história dos jornais e revistas no Brasil, mostrando que suas origens estão ligadas às atividades do IHGB e seus congêneres provinciais. Longe de serem elaborados por historiadores profissionais com especialização na matéria, remetem a um período em que a maioria dos colaboradores do segmento eram autodidatas ou juristas, médicos, engenheiros etc. de formação. Escrevendo frequentemente na imprensa, mas só ocasionalmente sobre ela mesma, os doutos da época transitaram por uma gama de assuntos, não sendo o caso de enquadrá-los, como coletivo, enquanto estudiosos do jornalismo, ainda que se deva reconhecer o pioneirismo de nomes como o pernambucano Alfredo de Carvalho.

A despeito do caráter descritivo e inventariante, típico de tantos artigos publicados na *Revista IHGB* e suas semelhantes, a produção historiográfica oitocentista converge, em linhas gerais, para a construção de uma narrativa particular em relação ao desenvolvimento da imprensa, atribuindo-lhe a função de elemento civilizador de uma nação em progresso. Trata-se de uma abordagem que, como detalhado no segundo capítulo, é ao mesmo tempo liberal — na medida em que traz Portugal absolutista e escravista como causa maior do atraso na instalação da tipografia na ex-colônia —, e nativista — pois se apoia no *orgulho* para equiparar o jovem periodismo brasileiro ao que havia de mais avançado no estrangeiro.

Encerrada a fase heroica dos eruditos filiados aos IHGs, começam a entrar em cena, a partir da década de 1940, os acadêmicos formados no âmbito das nossas organizações universitárias pioneiras, notadamente a antiga Universidade do Brasil e a Universidade de São Paulo. É um marco inicial dessa transição, mas não definitivo, a obra inaugural de Barbosa Lima Sobrinho, intelectual diplomado na Faculdade de

Direito do Recife. Os historiadores do periodismo que lhe seguiram, com uma que outra exceção, seriam oriundos do nordeste — migrados para o Rio de Janeiro, e depois São Paulo — ou do próprio sudeste, graduados em ciências jurídicas, com atuação destacada, tanto na imprensa, quanto na esfera política.

Seja nos estabelecimentos de ensino dotados de uma proposta humanística, seja nos de acento profissionalizante — a exemplo da Faculdade Cásper Líbero, onde entrou em funcionamento o primeiro curso superior de jornalismo —, não se conferem projetos pedagógicos que articulassem ensino e pesquisa acadêmica. Portanto, seria equivocado identificar nesse contexto o florescimento de uma historiografia universitária sobre a atividade. Pelo menos até o fim da década de 1960, quase tudo o que se publicou a respeito continuou sendo produzido fora da universidade.

De Carlos Rizzini a Werneck Sodré, passando por Juarez Bahia e Freitas Nobre, os historiadores que despontaram, nesse ínterim, vieram a ocupar, é verdade, posto passageiro ou permanente em alguma instituição superior. Mas seria apenas a partir da tese de doutorado de Marques de Melo que se verifica a emergência de um campo de pesquisa sobre jornalismo, desde uma perspectiva histórica. Ou seja, embora o processo de legitimação deste, enquanto objeto de conhecimento, tenha acompanhado a formação da respectiva área acadêmica, tendo início com as escolas de jornalismo nos anos 1950, seria, somente duas décadas mais tarde, com a inauguração dos programas de pós-graduação em comunicação, e condições para o desenvolvimento de atividades regulares de pesquisa, que isso se efetivaria.

O gênero de escrita predominante, entre Marques de Melo e o grupo de predecessores, era a síntese, como exposto no terceiro capítulo. Resumidamente, destacou-se Rizzini por oferecer uma leitura global sobre as origens do periodismo desde o mundo antigo, enquanto Bahia por deslocar o enfoque para a imprensa informativa moderna e seu aprimoramento técnico. Inovador mesmo foi o trabalho de Werneck Sodré, que consiste na primeira análise marxista da imprensa no Brasil. Entretanto, ainda que bem mais modesta, seria a tese do professor uspiano que se compromete a fazer os estudos de jornalismo dialogarem com a história e a sociologia, e promove, assim, passagem para uma historiografia universitária.

Em que pesem as diferenças e particularidades de cada empreendimento, herdaram eles todos, com alguma similitude, da intelectualidade do IHGB, a presunção de que houve um retardamento no estabelecimento da imprensa em terras

brasileiras. Desfazendo, porém, a narrativa evolucionista, pautada pela ideia de superação do atraso cultural representado pelo passado colonial e de progresso absoluto no período imperial, são outras as problemáticas que se colocam a Werneck Sodré e aos historiadores acadêmico-juristas: o subdesenvolvimento e a dependência do país, o descompasso entre seus setores e a fragilidade da liberdade de informar.

Essas perspectivas analíticas, vistas através das obras de caráter sintético e informativo, foram suplantadas conforme a forma monográfica era tomada como modelo de pesquisa, sem ser exclusividade da área de história ou comunicação. Institucionalmente, com a criação de todo um sistema nacional de pós-graduação completou-se o movimento de transição da produção especializada dos institutos históricos para as instituições de ensino superior, que passaram a abrigar, além de cursos de licenciatura e bacharel, os programas de mestrado e doutorado.

A institucionalização da pesquisa em jornalismo, na década de 1970, foi, paradoxalmente, marcada pela emergência dos estudos de comunicação, que viriam, por sua vez, a colonizar aquela. Esse processo se deu artificialmente, no país e em outros da América Latina, por influência estrangeira, em um momento em que as escolas pioneiras de jornalismo foram autonomizadas das faculdades de filosofia, mas convertidas em faculdades de *comunicação de massa*, e depois de *comunicação social* (ver NIXON, 1982; DAROS, 2022). Desde um ponto de vista epistemológico, o processo de legitimação do jornalismo, como objeto de investigação, acompanhado da subordinação à área acadêmica da comunicação, foi configurado também pela aproximação com outras disciplinas, entre elas as ciências sociais e da linguagem.

Em meio a um campo recém-inaugurado, tendo como característica a pluralidade de abordagens, dois enfoques foram priorizados pela geração de historiadores universitários dos anos 1970 e 1980. O primeiro refere-se à dimensão ideológica dos jornais e favoreceu uma concepção da atividade como instrumento de manipulação da opinião, pois agiriam basicamente na reprodução dos interesses da classe dominante. Outra ênfase diz respeito à inserção da imprensa no marco do que se convencionou a chamar de economia política da comunicação e, inicialmente, apresenta o conceito de indústria cultural como norte teórico, para analisar a modernização experimentada pelas empresas jornalísticas.

Com a progressiva expansão da pós-graduação, na virada para a década de 2000, em um movimento de descentralização da cultura de pesquisa, para

universidades de norte a sul do país, nota-se uma diversidade cada vez maior de temas e aparatos teórico-metodológicos, revelando-se no lançamento de novas sínteses, mas sobretudo na proliferação de *estudos de caso*. Passam estes a adotar modalidades analíticas ligadas à renovação tanto da história política, quanto da história cultural, tendo como alguns termos-chave: práticas de poder e resistência, identidades e representações culturais. Devido a novos interesses, ocorre na segunda fase da historiografia universitária um distanciamento em relação ao marxismo.

As transformações na produção do saber não se deram apenas nos planos epistemológico e institucional, mas também no sociológico, relativo ao perfil dos pesquisadores. De um conjunto de homens da elite oitocentista, autodidatas ou com formação nas tradicionais escolas de direito, engenharia e medicina, e que, associados aos IHGs, inventariavam mais por *hobby* do que por profissão os jornais; no transcorrer da primeira metade do século XX, passou-se para outra geração: a de historiadores bacharéis em ciências jurídicas que, além de colaboradores ativos na imprensa e lideranças das jovens associações profissionais, compuseram o quadro dos primeiros cursos superiores de jornalismo no país.

Esse perfil não se alteraria drasticamente até meados da década de 1970, quando a escrita da história da imprensa passa a ser, pelo menos em âmbito acadêmico, de domínio basicamente do pessoal com graduação propriamente em história ou comunicação social — bacharelado no qual o jornalismo veio a ser acomodado como habilitação. Ciências sociais e letras se tornaram também opções de curso, dado que poucas instituições, com exceção da USP, ofereciam, àquela altura, pós-graduação nas duas primeiras áreas de conhecimento. O importante é observar, todavia, que os pesquisadores universitários voltados à história do jornalismo não mais carregavam titulação em direito, tampouco em medicina ou engenharia, mas na própria área — aliás, exigência para concurso para professor.

Outra mudança a assinalar é o aparecimento de mulheres na pesquisa científica que, gradativamente, vão se posicionar como protagonistas da disciplina no Brasil. No departamento de história da USP, são as primeiras acadêmicas interessadas em explorar os periódicos, seja como fonte ou como objeto de investigação: Maria Beatriz Nizza da Silva, Ana Maria de Almeida Camargo, Maria Ligia Prado e Maria Helena Capelato. Assim como seus colegas de repartição, a exemplo de Arnaldo Contier, mas diferentemente dos historiadores dos tempos

passados, não tiveram elas presença como articulistas no meio jornalístico, mas pertencem a uma geração que tendeu a se voltar inteiramente ao ofício universitário.

Na presente tese, levantou-se a hipótese de que esse fato guarda relação com a emergência de um modo *externalista* de abordar o fenômeno. Aqui, a imprensa é frequentemente compreendida a partir de uma concepção instrumental, ainda que contextualizada como elemento da vida política e social. Por outro lado, reconhece-se que a produção do coletivo uspiano traz avanços metodológicos significativos para a construção de uma perspectiva da imprensa como fonte de pesquisa acadêmica. Ajudaram as historiadoras a desmistificar a visão *ingênua* dos doutos do IHGB, de acordo com a qual os jornais seriam espelho fiel dos acontecimentos da nação e, por isso mesmo, testemunhos autênticos da história nacional. Também relativizaram a postura dos historiadores catedráticos que encaravam as folhas periódicas como fonte suspeita, pela falta das qualidades requeridas pelo paradigma cientificista.

Na escola de comunicação da USP, a situação era diferente. A atividade de imprensa deixou de ser a regra, mas permaneceu comum entre parte dos docentes. Argumentou-se que a entrada de jornalistas profissionais na academia foi benéfica, trazendo uma visão matizada sobre o fenômeno, em comparação com o grupo acima comentado. Referente à produção historiográfica do pessoal da comunicação, o que se percebe ainda hoje é, por outro lado, um menor rigor metodológico no tratamento das fontes, inclusive com relação à história oral. Talvez por se assemelharem à prática jornalística, as técnicas desta se fizeram mais presentes na pesquisa dos acadêmicos de jornalismo do que nos da história, área onde o método inicialmente sofreu resistência. Entre os primeiros, todavia, verifica-se, não raro transcrição do conteúdo extraído dos depoentes, sem filtrá-lo por meio de uma crítica mais rigorosa.

Entre as figuras que se sobressaíram durante a primeira fase, Maria Nazareth Ferreira, Dulcilia Schroeder Buitoni e Alice Mitika Koshiyama ilustram como o trânsito de formação entre diferentes áreas do saber era, por razões várias, e ao contrário da realidade atual, normal, e não a exceção no meio acadêmico. Nenhuma delas possui formação exclusivamente nas ciências da comunicação, mas transitaram, respectivamente, por biblioteconomia e história, direito e literatura comparada, ou história e literatura brasileira. Ao lado de Marques de Melo, as duas últimas foram responsáveis, aliás, por orientar o número mais expressivo de dissertações e teses na área de história do jornalismo naquele período.

Cumpre ressaltar a importância de tais nomes enquanto orientadoras e formadoras da geração subsequente de pesquisadores com especialização no assunto, a qual, por sua vez, foi fundamental no avanço da consolidação do jornalismo como objeto acadêmico. Muitos destes já eram professores de longa data em instituições de ensino de outros estados, e vieram a se doutorar *tardiamente* — se levado em conta o padrão corrente, em vez dos daquele momento. Ao retornarem para suas instituições de origem, atuaram no sentido de introduzir a especialidade no quadro da pós-graduação, nos programas em comunicação que ajudaram a estruturar. Na PUCRS, esse foi o caso de Doris Haussen, Jacques Wainberg, Francisco Rüdiger e Beatriz Dornelles, doutores pela USP, no curso dos anos 1990.

O caso das historiadoras das revistas também é sintomático de como a gradativa difusão da cultura de pesquisa, para outros ambientes, fez com que, no fim das contas, a universidade pioneira, em nível de pós-graduação, deixasse de ser o núcleo irradiador da produção da área. Graduadas e pós-graduadas pela USP, as continuadoras e renovadoras da disciplina passaram a se estabelecer em outras instituições do estado, a exemplo de Tania Regina de Luca (Unesp) — entre as historiadoras — e Eliza Casadei (ESPM) — entre as comunicólogas —, guardando alguma semelhança com a trajetória de José Salvador Faro (Umesp, PUC-SP). Da geração deste, as exceções seriam Bernardo Kucinski e Maria Aparecida de Aquino.

Se, no século passado, o movimento foi de transição da produção de conhecimento especializado do IHGB para a USP, nas últimas décadas, o que se observa, portanto, é uma dinâmica de outra ordem, envolvendo uma variedade de espaços. Pode-se afirmar, inclusive, que houve um retorno da produção para o Rio de Janeiro, quando consideradas as contribuições de nomes como: Alzira Alves de Abreu e Fernando Lattman-Weltman, então na FGV; Isabel Lustosa e Joëlle Rouchou, na FCRB; Marco Morel, Sonia Virgínia Moreira e Leticia Matheus, na UERJ; na UFF, Ana Maria Mauad, Humberto Machado e Marialva Barbosa; esta que veio a se juntar, na UFRJ, a Ana Paula Goulart Ribeiro e Igor Sacramento.

Por volta de 2010, iniciou-se no campo uma ação mais intensa no sentido de desrepresamento da cultura de pesquisa científica, por muito tempo, com raras exceções, centrada no sudeste do país. Esse processo se deu com investimento na pós-graduação também nas demais regiões, mediante abertura de cursos, primeiramente, de mestrado e, mais recentemente, de doutorado. Entre os

pesquisadores engajados com a história do jornalismo que se inserem nesse quadro de interiorização, pode-se mencionar: Valci Zuculoto (UFSC); Ana Regina Rêgo (UFPI); Mário Luiz Fernandes (UFMS); Hérica Lene (UFRB); e Luís Francisco Munaro (UFRR). A partir de iniciativas de nomes como esses, verifica-se uma tendência de revalorização dos estudos regionais, contemplando gradualmente agentes e empreendimentos situados fora do eixo Rio-São Paulo.

Do ponto de vista epistemológico, são trabalhos que tendem a apresentar alternativa aos esquemas explicativos *hegemônicos*, relativos ao processo histórico nacional. Esse problema, bem apontado por Geraldo Mártires Coelho (1986), professor da UFPA e historiador das origens da imprensa paraense, contudo, se encontra longe de resolução. Como sinalizado ao longo da tese, ainda é comum que os estudiosos da matéria regional repliquem, sem grandes questionamentos, modelos originalmente concebidos para explicar o caso nacional — vide aquele que se acha na tese de Marques de Melo, o qual recepção crítica praticamente não teve —, o que decerto não beneficia o desvelamento das características e particularidades locais.

Em paralelo, convém registrar as manifestações de interesse pela pesquisa *transnacional*, haja vista o aumento no número de projetos de cooperação internacional. Voltado ao jornalismo luso-brasileiro, um deles foi encabeçado por Antonio Hohlfeldt, em parceria com Jorge Pedro Sousa — Universidade Fernando Pessoa (UFP) — e Marialva Barbosa. Ao lado de Ana Paula Ribeiro e Eduardo Gutierrez — Pontificia Universidad Javeriana (PUJ) —, esta veio a organizar a Rede Latino-Americana de História da Mídia, iniciada em 2019, reunindo pesquisadores da Argentina, Bolívia etc. Três anos antes, Isabel Lustosa e Tania de Luca igualmente haviam somado esforços na fundação do grupo *Imprensa e circulação de ideias: o papel dos periódicos nos séculos XIX e XX*, tendo como eixos de estudo, por exemplo, as mulheres cronistas e as folhas em língua estrangeira, publicadas no Brasil.

Além da coordenação de projetos e redes de pesquisa, as mulheres passaram a exercer, com cada vez maior frequência, posições de liderança nas entidades e a ocupar espaços inéditos no campo. Desde 2008, a presidência da Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia é ocupada por elas: Marialva Barbosa, Maria Berenice Machado, Ana Regina Rêgo e Christina Ferraz Musse, respectivamente. Atuantes na historiografia da imprensa, são elas que também atingiram o nível 1A enquanto bolsistas de produtividade do CNPq: Maria Helena

Capelato, Lúcia Bastos das Neves e Tania de Luca. Outro caso representativo é o da jornalista e historiadora Ana Flávia Magalhães Pinto que, em 2018, tornou-se a primeira professora negra do departamento de história da UnB.

O trabalho que se está concluindo não tratou, porém, de homenagens a estas ou aos *pais fundadores* da referida tradição, mas sim, de tese cuja pretensão foi gerar conhecimento de natureza epistemológica, mediante análise e discussão crítico-reflexiva da bibliografia especializada. Para além da elaboração de um panorama dos estudos de história sobre imprensa e jornalismo no Brasil, das origens à atualidade, assumiu-se o compromisso de examinar em detalhe, o conjunto de contribuições dado pelas figuras de linha de frente do campo. Entre as contemporâneas, Isabel Lustosa, Alzira Alves de Abreu e Marialva Barbosa foram eleitas para estudo de caso, ao se levar em conta aspectos da trajetória acadêmica e inscrição na disciplina, continuidade da produção intelectual e variedade de abordagens acionadas.

Como as autorias organizam e apresentam seus conhecimentos sobre o tema? Os achados históricos sobre o fenômeno são demonstrados empiricamente, com evidências objetivas como documentos e outros registros? A narrativa histórica é construída argumentativamente, articulando os dados coletados e os referenciais teóricos? A concepção de jornalismo empregada encontra amparo nos resultados obtidos por meio de pesquisa documental? Foram questionamentos que orientaram a leitura das centenas de textos comentados durante a tese e que, dirigidos especialmente à produção das três autoras mencionadas, ajudaram a caracterizar a contribuição e a problemática próprias do percurso e legado de cada uma delas.

Especialista em história política e cultural, com ênfase no estudo sobre o nascimento do periodismo no país, Lustosa é possuidora de obra cujo um dos distintivos é, como exposto no capítulo respectivo, a reconstituição e análise interpretativa da série o mais completa possível dos jornais-documentos com que trabalha. Trata-se de uma cientista política de formação que, enquanto historiadora, adepta da micro-história, empenha-se em fornecer, por meio de documentação robusta, uma *descrição densa* do universo dos vanguardistas da imprensa e da participação que tiveram em eventos políticos decisivos, tal como a Independência. Ao lidar com um período em que o jornal era opinativo e empreendimento de uma só pessoa, não raro ela assume em seu modo de historiar uma perspectiva biográfica.

Em contrapartida, não se verifica, ao longo de todo o trabalho, proposta de elaborar qualquer reflexão de cunho teórico-metodológico. Surge daí uma questão que diz respeito à falta de discussão conceitual de duas noções que são centrais em um estudo sobre o assunto: a de jornalismo e a de jornalistas. Para ela, aparentemente, estes são todos que, em algum momento da vida, escreveram para um jornal, ou até mesmo panfleto. Desse emprego genérico do termo, ficam em aberto alguns pontos importantes: os atores históricos se entendiam exatamente da maneira como estão sendo descritos, isto é, como jornalistas? Ou ainda, é realmente o caso de se considerar todos os publicistas e panfletários daquele tempo como jornalistas?

De Hipólito da Costa, passando por José da Silva Lisboa e Januário Cunha Barbosa, até d. Pedro I, diferentes sujeitos da época são assim enquadrados por ela. À vista disso, acredita-se que Lustosa, em vez de continuamente elucidar, acaba por vezes nebulando como se deu o início do processo de constituição da identidade do jornalista no país. Ademais, no conjunto de ensaios que apresenta, a preocupação maior envolve a construção do pensamento e da identidade desses enquanto homens públicos que, por meio da imprensa política, lançaram-se como debatedores e formuladores de projetos para a nação. Deve-se, com isso, atentar para o seguinte: o estudo sobre *o jornalista* e uma biografia de alguém que também editou um jornal guardam similaridades, mas são tarefas com propósitos desiguais.

A abordagem e o enfoque de Alzira de Abreu são outros, ao lidar com os aspectos da profissionalização da classe jornalística. Interessada pelo período contemporâneo e vinculada à história oral, reserva-se a incumbência de investigar as reformas que se operaram na imprensa brasileira, da década de 1950 em diante. A sua escolha foi por entrevistar profissionais em posições de privilégio dentro das redações (diretores, editores, colunistas etc.) e, com base nos depoimentos coletados, tenta delinear as mudanças ocorridas entre as gerações de profissionais, as especializações que eles adquiriram ou perderam (jornalismo cultural, econômico, investigativo etc.), bem como os papéis que desempenharam na consolidação do regime democrático, após a Ditadura Militar.

Segundo ela, na pós-redemocratização, a mídia se estabeleceu como uma instituição coparticipante na construção da cidadania, ao passo que agiu como intermediária das reivindicações sociais e populares. Essa tese, no entanto, não deixa de divergir da análise pela qual a historiadora havia anteriormente identificado uma

onda de eliminação dos suplementos literários como espaço de crítica e sua transformação em plataformas de divulgação de novidades editoriais; bem como, no quadro de funcionários das empresas, a substituição dos intelectuais engajados com a pauta política por bacharéis superespecializados, praticantes de um jornalismo apartidário e despolitizado. Ou seja, em sua síntese, Abreu começa por nos alertar sobre as implicações da modernização da imprensa, em fase de indústria cultural, e termina constatando a emergência de um *jornalismo cidadão*, em um cenário no qual a prestação de serviço público teria potencial de se sobrepor à lógica da mercadoria.

Deixado de lado esse paradoxo, outro ponto merece observação: a ausência de devida demarcação entre a ótica da entrevistadora e dos depoentes, de modo a não se saber se muitas das conclusões a que chega são suas ou deles. A pesquisadora bem sabe que essa distinção é fundamental, tanto é que discorre sobre a questão em ensaio metodológico. Contudo, ao passar para o plano da prática de pesquisa, essa orientação só eventualmente é sinalizada. Pode-se deduzir que essa abordagem decorre da própria relação distanciada que ela, enquanto historiadora, manteve com o fenômeno. Abreu despontou como uma estudiosa da imprensa sem se identificar, pelo menos até os idos da década de 1990, enquanto tal, tendo antes se dedicado a uma variedade de assuntos que pouco tem a ver com o tema.

A entrada de Marialva Barbosa no campo, por sua vez, já se deu na posição de historiadora do jornalismo, inicialmente especializando-se no período de 1880 a 1920. Semelhantemente à Abreu e diferentemente de Lustosa, assume a síntese como gênero de escrita e, ao contrário daquela e igual a esta, ampara-se principalmente em fontes escritas. Entre elas se sobressaem as diferenças. A começar pelo fato de que, para sua historicização, Barbosa elabora um complexo aparato teórico-metodológico que reúne uma infinidade de elementos: da filosofia marxista de Gramsci à sociologia do poder simbólico de Bourdieu; da história do livro e da leitura de Darnton, mas também de Chartier; dos ensaios acerca do conceito de memória de Le Goff à filosofia hermenêutica de Ricoeur, e por aí vai.

Os pressupostos assumidos nessa fundamentação, cuja marca é o ecletismo intelectual, como discutido no capítulo anterior, contradizem certas vezes os resultados aparentemente obtidos e defensáveis pela pesquisa histórica. Por exemplo, de maneira oposta ao idealizado na exposição teórica — em sintonia com uma história das práticas de leitura dos impressos —, o exame das cartas de leitores

publicadas, nos jornais diários, sugere que apropriações distintas das mensagens pelo público eram exceção e não a regra, dado que a maioria delas consistia, segundo a estudiosa, em queixas e reclamações destinadas ao poder público.

Tal incompatibilidade, entre a reflexão teórica, o esquema metodológico e a análise da documentação levantada, torna-se problemática para o argumento central da sua tese: a aquisição de um poder influenciador pela grande imprensa informativa moderna na virada do século XX. Supondo que a primeira premissa esteja correta — os leitores se apropriam dos textos jornalísticos e criam um novo mundo de significados a partir deles — como poderia estar também a segunda — os jornalistas como *senhores da memória* da sociedade, na medida em que logram impor sua visão de mundo aos demais sujeitos do processo?

Conforme seu projeto de nome *história cultural da imprensa* progride, a proposta deixa de ser a de reconstrução do processo formativo do jornalismo brasileiro e passa a ser a de escrita de uma história geral da *comunicação*, conceito que não é precisado ao longo do empreendimento. Atribui-se a ele significado genérico: *ações humanas do passado*. Em decorrência dessa ausência de delimitação do próprio objeto, a pesquisa documental vai se enfraquecendo, tornando-se uma historiografia informada por uma abordagem menos empírica, ao mesmo tempo que, ao pôr de lado a temática original, instila certo esgotamento do estudo do jornalismo em si.

Quais são os desafios que se colocam a esse projeto epistemológico? Na denominada *história da comunicação*, o foco é transferido da instituição imprensa e dos sujeitos identificados como jornalistas para os receptores das mensagens — jornalísticas ou não —, com o intuito de pensar a forma com que estes se apropriam daquelas e ressignificam seu conteúdo, a partir de suas experiências cotidianas. Em tal empresa, como se argumentou, o jornalismo é desconfigurado enquanto categoria de análise e a imprensa retorna à situação anterior, na qual servia basicamente como fonte documental; agora, porém, para outros fins: o estudo do *comunicacional*.

O principal a ser avaliado é o seguinte: existe e, se sim, é possível proceder à escrita de uma história da comunicação nos termos postos nas obras aqui debatidas? Isto é, uma história que não seja da mídia nem mais da *comunicação impressa*, para usar o dizer de Darnton, mas da *comunicação interpessoal*? De que maneira essa se distinguiria de uma história da linguagem, por exemplo? Como evidenciado mediante

estudo de caso, a tendência de escrita que se desenvolve, desde então, é de histórias de natureza cada vez mais *fenomenológicas*.

Com base em tudo o que foi relatado, pode-se sustentar que, no Brasil, a história do jornalismo nunca atingiu independência, variando em grau de autonomia conforme o período. Parte da questão é que, desde as suas origens, não sendo diferente na atualidade, esta se confunde, inclusive na literatura especializada, com outras noções que lhe são próximas, principalmente a de *imprensa*, mas também as de *periodismo* e de *publicismo*. Tanto é que ficou impossibilitado que se realizasse aqui uma historiografia das ideias, em exclusivo, do jornalismo.

Em que pese o primeiro artigo, sobre o assunto, publicado na *Revista IHGB* ter recebido o título de *Progresso do jornalismo no Brasil* (SOUSA MARTINS, 1846), o que prevaleceu entre a intelectualidade da época, com algum interesse no tópico, foi a escrita de uma história dos jornais — que era também das revistas, já que os termos se embaralhavam. Em contrapartida, na segunda fase da nossa historiografia, representada por nomes como Rizzini, o que se confere é a introdução do fenômeno jornalístico no quadro de uma história geral da informação, visto que, para ele e outros de seus colegas, aquele antecede à invenção da tipografia.

Concordando ou discordando dessa ideia, Marques de Melo e seus herdeiros atuariam no sentido de deslocar a história do jornalismo para o âmbito dos emergentes estudos da comunicação. Como discutido, o episódio serve para evidenciar como a alteração de um projeto epistemológico relaciona-se tanto ao contexto histórico-social mais amplo, quanto a fatores específicos, relativos ao plano institucional.

O argumento sustentado, ao longo da tese, é de que, ao contrário do que sugere a tendência atual, a situação não é de esgotamento das possibilidades de pesquisa em história do jornalismo, em mero benefício da proposição de outra, sobre a comunicação. Até porque esta angariou pouco apoio efetivo, para além dos próprios comunicólogos, já que os demais seguem investindo em abordagens direcionadas à historiografia da imprensa[109]. Quer num caso, quer noutro, o que se visualiza, no fim de contas, é um campo que carece de empreendimentos comprometidos com a reconstrução e interpretação crítica do processo de transformação do fenômeno jornalístico, fora do setor representado pela mídia impressa.

[109] Ou mesmo dos jornais, como faz José D'Assunção Barros que, no livro *O jornal como fonte histórica* (2023), traz um esquema de perspectivas múltiplas para análise dessa modalidade de periódicos.

A despeito da existência de relatos ricos sobre a história do rádio e da televisão, tanto no formato de síntese, quanto no de monografia, raros são ainda aqueles voltados ao radiojornalismo e ao telejornalismo[110]. Ou ao ciberjornalismo, tema praticamente virgem entre os nossos historiadores, inclusive aqueles identificados com a *história do tempo presente*. A produção historiográfica relacionada a esses três segmentos, e em especial ao último, encontra-se ainda orientada por uma abordagem predominantemente descritiva, com pouco investimento reflexivo, e cujo mérito tende a ser o de apresentar uma periodização, ainda que linear, sobre a matéria[111]. Portanto, trata-se de um panorama precário, bastante desigual, em termos quantitativos e qualitativos, quando comparado ao do jornalismo impresso.

Estritamente falando, todavia, conclui-se ponderando que, mesmo entre os historiadores da imprensa, poucos são aqueles que se propõem a historiar os periódicos em si — isto é: reconstituir a trajetória dos mesmos, levando em conta simultaneamente seus agentes e práticas, linguagem e tecnologia —, haja vista que a maioria, o que faz, é recorrer à história para situá-los enquanto elementos da vida política ou cultural. Nesse sentido, a história da historiografia do jornalismo revela, ao fim, que muitas das contribuições inscritas no campo podem ser reconhecidas enquanto tais, não por serem dotadas de abordagem propriamente da ciência histórica; mas, ao realizarem um recorte temporal do objeto, remeterem a um contexto histórico, a partir do qual o fenômeno tem sido estudado mais frequentemente pelas lentes da análise do discurso, da economia política, dos estudos culturais etc.[112]

[110] Mas iniciativas começam a surgir, como *O repórter na TV: uma história dos programas de grande reportagem no Brasil* (2023), livro assinado por Bruno Chiarioni e Igor Sacramento.
[111] Outros segmentos nem isso, a exemplo do caso do jornalismo de agências de notícias no Brasil. Em vez de uma grande síntese com periodização própria, o que há são ainda capítulos individuais das agências nacionais e estrangeiras com histórico de atuação no país, como apresenta o projeto em desenvolvimento de Pedro Aguiar (2024).
[112] Conferir a reflexão de Fernando Novais e Rogério da Silva sobre a distinção entre *ciência social retrospectiva* e *história*, presente na introdução da coletânea *Nova história em perspectiva* (2011).

REFERÊNCIAS

CAPÍTULO 1 — INTRODUÇÃO

ASSIS, Arthur. **A teoria da história de Jörn Rüsen**: uma introdução. Goiânia: Editora UFG, 2010.

CARDOSO, Ciro Flamarion. História e paradigmas rivais. *In*: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 1-23.

FALCON, Francisco. Sobre história, historiografia e historiadores: entrevista com Francisco Falcon. [Entrevista cedida a] Marcia de Almeida Gonçalves e Rebeca Gontijo Teixeira. **História da Historiografia**: International Journal of Theory and History of Historiography, Ouro Preto, v. 4, n. 7, p. 365-382, nov./dez. 2011.

FICO, Carlos; POLITO, Ronald. A historiografia brasileira nos últimos 20 anos: tentativa de avaliação crítica. **Varia Historia**, Belo Horizonte, n. 13, p. 147-163, jun. 1994.

FURET, François. **A oficina da História**. Lisboa: Gradiva, 1979.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Lima Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 5-27, 1988.

LAPA, José Roberto do Amaral. **A história em questão**: historiografia brasileira contemporânea. Petrópolis: Vozes, 1976.

MARQUES DE MELO, José. **Comunicação social**: teoria e pesquisa. Petrópolis: Vozes, 1970.

MARQUES DE MELO, José. **Estudos de jornalismo comparado**. São Paulo: Pioneira, 1972.

MARQUES DE MELO, José. **História do jornalismo**: itinerário crítico, mosaico contextual. São Paulo: Paulus, 2012.

MARQUES DE MELO, José. **História do pensamento comunicacional brasileiro**: cenários e personagens. São Paulo: Paulus, 2003.

MARQUES DE MELO, José. **Sociologia da imprensa brasileira**: a implantação. Petrópolis: Vozes, 1973.

MARTINS, Estevão de Rezende. Consciência histórica, práxis e cultura. A propósito da teoria da história de Jörn Rüsen. **Síntese**: Nova Fase, Brasília, v. 19, n. 56, p. 59-73, 1992.

NOVAIS, Fernando Antonio. **Aproximações**: estudos de história e historiografia. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

PONTES, Felipe Simão. **Teoria e história do jornalismo**: desafios epistemológicos. 2009. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) – Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

ROMANCINI, Richard. A Querela da Imprensa: conflitos regionais e institucionais na construção da história. *In*: SEMINÁRIO BRASILEIRO SOBRE O LIVRO E HISTÓRIA EDITORIAL, 1., 2004, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: FCRB, 2004a. p. 1-12.

ROMANCINI, Richard. Inventando tradições: os historiadores e a pesquisa inicial sobre o jornalismo. **Revista PJ:Br — Jornalismo Brasileiro**, São Paulo, v. 3, jan./jun. 2004b.

ROMANCINI, Richard. História e Jornalismo: reflexões sobre campos de pesquisa. *In*: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia (org.). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 23-47.

RÜDIGER, Francisco. **Tendências do jornalismo**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1993.

RÜSEN, Jörn. Conscientização histórica frente à pós-modernidade: a história na era da "nova transparência". **História, Questões & Debates**, Curitiba, a. 10, n. 18-19, p. 303-328, jun./dez. 1989.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica**. Teoria da história I: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, [1983] 2001.

RÜSEN, Jörn. **Reconstrução do passado**. Teoria da história II: os princípios da pesquisa histórica. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, [1986] 2007.

WIKLUND, Martin. Além da racionalidade instrumental: sentido histórico e racionalidade na teoria da história de Jörn Rüsen. **História da Historiografia:** International Journal of Theory and History of Historiography, Ouro Preto, v. 1, n. 1, p. 19-44, ago. 2008.

ZELIZER, Barbie. **Taking journalism seriously**: news and the academy. Thousand Oaks: Sage, 2004.

CAPÍTULO 2 — O IHGB E OS PRIMÓRDIOS DA HISTORIOGRAFIA NACIONAL (1846-1945)

ABL. **Curso de jornalismo**: conferências realizadas na Academia Brasileira de Letras. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1958.

ARRUDA, José Jobson; TENGARRINHA, José Manuel. **Historiografia luso-brasileira contemporânea**. Bauru: EDUSC, 1999.

BARROS, Jerônimo Duque Estrada de. **Impressões de um tempo**: a tipografia de Antônio Isidoro da Fonseca no Rio de Janeiro, 1747-1750. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

BEZERRA, Alcides. A imprensa na Parahyba. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano**, João Pessoa, a. XIV, v. 5, p. 51-64, 1922.

BOITEUX, José. **A imprensa catharinense**. Rio de Janeiro: Estabelecimento Litho-Typographico Alexandre Borges & Co., 1911.

CABRAL, João Francisco Dias. Esboço historico acerca da fundação e desenvolvimento da imprensa nas Alagoas. **Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano**, Maceió, n. 5, p. 99-109, 1874.

CARVALHO, Alfredo de. **Annales da imprensa periodica pernambucana de 1821-1908**: dados historicos e bibliographicos coleccionados. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1908a.

CARVALHO, Alfredo de. Genese e progressos da imprensa periodica no Brazil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, t. esp., p. 1-89, 1908b.

CASTRO, Therezinha de. **Hipólito da Costa**: ideias e ideais. Rio de Janeiro: Record, 1973.

COSTA, Licurgo; VIDAL, Barros. **História e evolução da imprensa brasileira**. Rio de Janeiro: Gráfica Orion, 1940.

CUNHA BARBOSA, Antônio da. Origem e desenvolvimento da imprensa colonial brasileira. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, t. LXIII, pt. II, p. 239-262, 1902.

DOURADO, Mecenas. **Hipólito da Costa e o Correio Brasiliense**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1957. 2 v.

DUARTE PEREIRA, José Higino. Advertencia. **Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano**, Recife, n. 28, p. 121-126, 1883.

ERICKSEN, Nestor. A origem da imprensa no Rio Grande do Sul. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, n. 81, p. 15-26, 1941.

FERNANDES PINHEIRO, Joaquim Caetano. A imprensa no Brazil. **Revista Popular**, Rio de Janeiro, a. 1, t. 4, p. 217-224, 1859.

FLEIUSS, Max. História da imprensa no Brasil. *In*: **Diccionario historico, geographico e ethnographico do Brasil**: commemorativo do primeiro centenário da Independência. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1922. p. 1550-1585.

FONSECA, Gondin da. **Biografia do jornalismo carioca, 1808-1908**. Rio de Janeiro: Livraria Quaresma, 1941.

FREITAS, Affonso Antonio. A imprensa periodica de São Paulo desde os seus primordios em 1823 até 1914. São Paulo: Typ. do Diario Official, 1915. [Também publicado como: A imprensa periódica de São Paulo. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, São Paulo, v. XIX, p. 321-1136, 1914].

FREITAS NOBRE, José. **História da imprensa de São Paulo**. São Paulo: Edições Leia, 1950.

GOMES, Angela Maria de Castro. **História e historiadores**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1838-1889. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, a. 156, n. 388, p. 459-613, jul./set. 1995.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Lima Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 5-27, 1988.

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil**: sua história. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: EDUSP, 2005.

JORGE, Sebastião Barros. **Os primeiros passos da imprensa no Maranhão, 1821-1841**. São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 1987.

HOMEM DE MELO, Francisco Inácio Marcondes. Hyppolito José da Costa Pereira. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, t. XXXV, pt. II, p. 203-245, 1872.

LIMA SOBRINHO, Alexandre José Barbosa. **Antologia do Correio Braziliense**. Rio de Janeiro: Editora Cátedra, 1977.

LIMA SOBRINHO, Alexandre José Barbosa. **O problema da imprensa**. Rio de Janeiro: Álvaro Pinto, 1923.

LEAL, José. **A imprensa na Paraíba**. João Pessoa: Imprensa Official, 1941.

LEITE, Serafim. **Arte e ofícios dos jesuítas no Brasil, 1549-1760**. Lisboa: Brotéria; Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1953.

LINHARES, Joaquim Nabuco. A imprensa em Bello Horizonte. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, a. VIII, p. 585-614, 1903.

LOPES, Antônio. **História da imprensa no Maranhão, 1821-1925**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1959.

LUSTOSA, Isabel. **Insultos impressos**: a guerra dos jornalistas na Independência, 1821-1823. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LUSTOSA, Isabel. **O jornalista que imaginou o Brasil**: tempo, vida e pensamento de Hipólito da Costa, 1774-1823. Campinas: Editora da Unicamp, 2019.

MACEDO, Francisco Riopardense de. **Hipólito da Costa e o universo da liberdade**. Porto Alegre: Sulina, 1975.

MAGALHÃES, Basílio de. **Os jornalistas da Independência**: Hyppolito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça, conego Januario da Cunha Barbosa, Joaquim Gonçalves Ledo e Frei Francisco de Santa Teresa de Jesus Sampaio. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917.

MARQUES, Cesar Augusto. Historia da imprensa em Maranhão. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, t. XLI, pt. II, p. 219-225, 1878.

MARQUES DE MELO, José. **História do jornalismo**: itinerário crítico, mosaico contextual. São Paulo: Paulus, 2012.

MARQUES DE MELO, José. **Sociologia da imprensa brasileira**: a implantação. Petrópolis: Vozes, 1973. [Igualmente consultado: **História social da imprensa**: fatores socioculturais que retardaram a implantação da imprensa no Brasil. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003].

MARTINS, Antonio Egidio. Jornaes e jornalistas. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, São Paulo, v. XVII, p. 113-138, 1912.

MARTINS, Wilson. **A palavra escrita**. São Paulo: Anhembi, 1957.

MEIRELLES, Juliana Gesuelli. **Imprensa e poder na corte joanina**: a Gazeta do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

MELLO MORAES, Alexandre José de. **Corographia historica, chronographica, genealogica, nobiliaria e politica do Imperio do Brasil**. Rio de Janeiro: Typographia Americana, 1858-1863. t. I, pt. II.

MENDES, Claudinei Magno Magre. O ensaísmo na historiografia brasileira. **Acta Scientiarum**, Maringá, v. 34, n. 1, p. 91-100, jan./jun. 2012.

MENDES, Jairo Faria. O precursor nos estudos sobre jornalismo em Minas. **Observatório da Imprensa**, ed. 288, ago. 2004. Disponível em: www.observatoriodaimprensa.com.br/marcha-do-tempo/o-precursor-nos-estudos-sobre-jornalismo-em-minas/. Acesso em: 13 nov. 2021.

MENDEZ, Rosemary Bars. **Olhos de jornalista**: o jornalismo segundo Barbosa Lima Sobrinho. 1999. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 1999.

MENDONÇA, Rubens de. Historia do jornalismo em Mato-Grosso. **Revista do Arquivo Municipal**, São Paulo, v. CXLI-CXLII, p. 17-104, 1951.

MOLINA, Matías Martínez. **História dos jornais no Brasil**: da era colonial à Regência, 1500-1840. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MOREIRA DE AZEVEDO, Manuel Duarte. Origem e desenvolvimento da imprensa no Rio de Janeiro. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, t. XXIX, p. 169-224, 1965.

MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos**: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial, 1820-1840. São Paulo: Hucitec, 2005.

MOREL, Marco. **Cipriano Barata**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MOREL, Marco. **Frei Caneca**: entre Marília e a pátria. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. **Palavra, imagem e poder**: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MUNARO, Luís Francisco. **O jornalismo luso-brasileiro em Londres, 1808-1822**. 2013. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

NASCIMENTO, Luiz do. **História da imprensa de Pernambuco, 1821-1954**. Recife: Imprensa Universitária, 1962-1975. 6 v.

PERDIGÃO DE OLIVEIRA, João Batista. A imprensa no Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, t. XI, p. 61-77, 129-141 e 187-203, 1897.

PEREIRA DA COSTA, Francisco Augusto. Estabelecimento e desenvolvimento da imprensa em Pernambuco. **Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano**, Recife, n. 39, p. 25-54, 1891.

RÊGO, Ana Regina Barros Leal. **Imprensa piauiense**: atuação política no século XIX. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2001.

RIZZINI, Carlos. **Hipólito da Costa e o Correio Braziliense**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1957.

RIZZINI, Carlos. **O livro, o jornal e a tipografia no Brasil, 1500-1822**: com um breve estudo geral sobre a informação: meios de comunicação, correio, catequese, ensino, sociedades literárias, maçonaria, etc. Rio de Janeiro: Kosmos, 1946.

ROMANCINI, Richard. A Querela da Imprensa: conflitos regionais e institucionais na construção da história. *In*: SEMINÁRIO BRASILEIRO SOBRE O LIVRO E HISTÓRIA EDITORIAL, 1., 2004, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: FCRB, 2004. p. 1-12.

ROMANCINI, Richard. História e jornalismo: reflexões sobre campos de pesquisa. *In*: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia (org.). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 23-47.

RÜDIGER, Francisco; DAROS, Otávio. Critical analysis of José Marques de Melo's journalistic thinking. **Brazilian Journalism Research**, v. 16, n. 2, p. 232-263, 2020.

SERRA, Joaquim. **Sessenta anos de jornalismo**: a imprensa no Maranhão, 1820-1880. Rio de Janeiro: Editores Faro & Lino, 1883.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil: 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **A primeira gazeta da Bahia**: Idade d'Ouro do Brazil. São Paulo: Cultrix, 1978.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **A Gazeta do Rio de Janeiro, 1808-1822**: cultura e sociedade. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. [Igualmente consultado: **História da imprensa no Brasil**. 4. ed. atual. Rio de Janeiro: Mauad, 1999].

SOUSA MARTINS, Francisco de. Progresso do jornalismo no Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, t. VIII, p. 262-275, 1846.

SOUZA, Eusebio Néri Alves de. A imprensa do Ceará dos seus primeiros dias aos actuais. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, t. XLVII, p. 7-45, 1933.

SOUZA, Scylla Soares da Silva e. A imprensa em Porto Alegre, 1827-1889. *In*: CONGRESSO SUL-RIOGRANDENSE DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA, 3., 1940, Porto Alegre. **Anais** [...]. Porto Alegre: IHGRGS, 1940. p. 1181-1202.

STUDART, Guilherme. Catalogo dos jornaes de grande e pequeno formato publicados em Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, t. XVIII, p. 196-291, 1904.

TOLEDO, Lafayette de. Imprensa paulista. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, São Paulo, v. III, p. 303-521, 1898.

TORRES, João Nepomuceno; CARVALHO, Alfredo de. **Annaes da Imprensa da Bahia**. I Centenario, 1811-1911. Salvador: Typ. Bahiana de Cincinato Melchiades, 1911. [Reeditado por Sonia Serra: **Anais da imprensa da Bahia**. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 2006].

VEIGA, José Pedro Xavier da. **A imprensa em Minas-Geraes, 1807-1897**. Ouro Preto: Imprensa Official de Minas-Geraes, 1898.

VENANCIO, Giselle Martins. Ler ciência no Brasil do século XIX: a Revista Popular, 1859-1862. **História, Ciências, Saúde**: Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 20, p. 1153-1162, nov. 2013.

VERÍSSIMO DE MATTOS, José. A instrução pública e a imprensa. *In*: Associação do Quarto Centenario do Descobrimento do Brasil. **Livro do centenario, 1500-1900**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900. p. 31-71. pt. IV.

VIANNA, Hélio. **Contribuição à história da imprensa brasileira**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

VIANNA, Hélio. **Dom Pedro I, jornalista**. São Paulo: Melhoramentos, 1967.

CAPÍTULO 3 — A TRANSIÇÃO PARA A HISTORIOGRAFIA UNIVERSITÁRIA (1945-1970)

ARRUDA, José Jobson; TENGARRINHA, José Manuel. **Historiografia luso-brasileira contemporânea**. Bauru: EDUSC, 1999.

BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica**: história da imprensa brasileira. 4. ed. revisada e atualizada. São Paulo: Editora Ática, 1990a.

BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica**: técnicas do jornalismo. 4. ed. revisada e atualizada. São Paulo: Editora Ática, 1990b.

BAHIA, Juarez. **Jornalismo, informação e comunicação**. São Paulo: Martins, 1971.

BAHIA, Juarez. **Três fases da imprensa brasileira**. Santos: Presença, 1960.

CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. **O bravo matutino**: imprensa e ideologia no jornal "O Estado de S. Paulo". São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

COELHO, Geraldo Mártires. **O vintismo no Grão-Pará**: relações entre imprensa e poder, 1820-1823. 1986. Tese (Doutorado em História das Mentalidades) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1986. [Publicada em livro sob o título: **Anarquistas, demagogos e dissidentes**: a imprensa liberal no Pará de 1822. Belém: CEJUP, 1993].

COLLINGWOOD, Robin George. **A ideia de história**. Lisboa: Presença, 1972.

COSTELLA, Antonio Fernando. **Comunicação — do grito ao satélite**: história dos meios de comunicação. 5. ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, [1978] 2002.

COSTELLA, Antonio Fernando. **O controle da informação no Brasil**: evolução histórica da legislação brasileira de imprensa. Petrópolis: Vozes, 1970.

DIAS, Paulo da Rocha. **O amigo do rei**: Carlos Rizzini, Chatô e os Diários Associados. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004.

DUARTE, Paulo. **História da imprensa em São Paulo**. São Paulo: Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 1972.

FONSECA, Gondin da. **Biografia do jornalismo carioca, 1808-1908**. Rio de Janeiro: Livraria Quaresma, 1941.

FREITAS NOBRE, José. **Imprensa e liberdade**: os princípios constitucionais e a nova legislação. São Paulo: Summus, 1988.

FREITAS NOBRE, José. **Lei da informação**: lei de imprensa, rádio, televisão e agência de notícias. São Paulo: Edição Saraiva, 1968.

FREITAS NOBRE, José. **Lei de imprensa**: decreto 2.083 de 12-11-53. São Paulo: Saraiva, 1953.

FURET, François. **A oficina da História**. Lisboa: Gradiva, 1979.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Tchê! Editora, 1987.

GODOY, João Miguel Teixeira de. Formas e problemas da historiografia brasileira. **História Unisinos**, São Leopoldo, v. 13, n. 1., p. 66-77, jan./abr. 2009.

HIME, Gisely Valentim Vaz Coelho. **Cásper Líbero e a modernização do jornalismo brasileiro**. Curitiba: Appris, 2016.

JOBIM, Danton. **Espírito do jornalismo**. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1960.

LIMA SOBRINHO, Alexandre José Barbosa. **O problema da imprensa**. Rio de Janeiro: Álvaro Pinto, 1923.

MARCONDES FILHO, Ciro. **O capital da notícia**: jornalismo como produção social da segunda natureza. São Paulo: Ática, 1986.

MARQUES DE MELO, José. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1985.

MARQUES DE MELO, José. **Comunicação direito à informação**: questões da Nova e da Velha República. Campinas: Papirus, 1986.

MARQUES DE MELO, José. **Comunicação, opinião e desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1971.

MARQUES DE MELO, José. **Estudos de jornalismo comparado**. São Paulo: Pioneira, 1972.

MARQUES DE MELO, José. **Gêneros jornalísticos na Folha de S. Paulo**. São Paulo: IPCJE/ECA-USP, 1987.

MARQUES DE MELO, José. **História do jornalismo**: itinerário crítico, mosaico contextual. São Paulo: Paulus, 2012.

MARQUES DE MELO, José. **Jornalismo: compreensão e reinvenção**. São Paulo: Saraiva, 2009.

MARQUES DE MELO, José. **Sociologia da imprensa brasileira**: a implantação. Petrópolis: Vozes, 1973. [Igualmente consultado: **História social da imprensa**: fatores socioculturais que retardaram a implantação da imprensa no Brasil. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003].

MARQUES DE MELO, José. **Teoria do jornalismo**: identidades brasileiras. São Paulo: Paulus, 2006.

MATTOS, Sérgio. **O guerreiro midiático**: biografia de José Marques de Melo. São Paulo: Intercom; Petrópolis: Vozes, 2010.

MENDES, Jairo Faria. **O "silêncio" das Gerais**: o nascimento tardio e a lenta consolidação dos jornais mineiros. 2007. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2007.

MOLINA, Matías Martínez. **História dos jornais no Brasil**: da era colonial à Regência, 1500-1840. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. *E-book*.

MOLINA, Matías Martínez. **Os melhores jornais do mundo**: uma visão da imprensa internacional. São Paulo: Globo, 2007.

PINHEIRO, Roseane Arcanjo. **Gênese do jornalismo no Maranhão nos séculos XX e XXI**. 2007. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2007.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil**: de Varnhagen a FHC. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

RIZZINI, Carlos. **Hipólito da Costa e o Correio Braziliense**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1957.

RIZZINI, Carlos. **O ensino do jornalismo**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1953.

RIZZINI, Carlos. **O livro, o jornal e a tipografia no Brasil, 1500-1822**: com um breve estudo geral sobre a informação: meios de comunicação, correio, catequese, ensino, sociedades literárias, maçonaria, etc. Rio de Janeiro: Kosmos, 1946.

RIZZINI, Carlos. **O jornalismo antes da tipografia**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. [Igualmente consultado: **História da imprensa no Brasil**. 4. ed. atual. Rio de Janeiro: Mauad, 1999].

VIANNA, Hélio. **Contribuição à história da imprensa brasileira**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

CAPÍTULO 4 — A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO CAMPO DE CONHECIMENTO (1970-1995)

ALVIM, Gustavo Jacques Dias. **O Diário**: a saga de um jornal de causas. Piracicaba: UNIMEP, 1998.

BALBACHEVSKY, Elizabeth. A pós-graduação no Brasil: novos desafios para uma política bem-sucedida. *In*: BROCK, Colin; SCHWARTZMAN, Simon (org.). **Os desafios da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005. p. 285-314.

BASSANEZI, Carla Beozzo. **Virando as páginas, revendo as mulheres**: revistas femininas e relações homem-mulher, 1945-1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

BASTIDE, Roger. A imprensa negra do Estado de São Paulo. *In*: BASTIDE, Roger. **Estudos afro-brasileiros**. São Paulo: Perspectiva, 1973. p. 129-156. [Originalmente publicado como: A imprensa negra do Estado de São Paulo. **Boletim de Sociologia**, São Paulo, n. 2, p. 50-78, 1951].

BOLAÑO, César Ricardo Siqueira. **Mercado brasileiro de televisão**. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe; Proex, 1988.

BORGES, Vavy Pacheco. **Getúlio Vargas e a oligarquia paulista**: história de uma esperança e de muitos desenganos através dos jornais da oligarquia, 1926-1932. São Paulo: Brasiliense, 1979.

BRAGA, José Luiz. **O Pasquim e os anos 70**: mais pra epa que pra oba. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991.

BRAGA, José Luiz. Questões metodológicas na leitura de um jornal. *In*: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (org.). **O jornal**: da forma ao sentido. Brasília: Paralelo 15, 1997. p. 321-334.

BUITONI, Dulcília Schroeder. **Imprensa feminina**. São. Paulo: Editora Ática, 1986.

BUITONI, Dulcília Schroeder. **Mulher de papel**: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira. São Paulo: Loyola, 1981.

CALABRE, Lia. **A era do rádio**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2002.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. A imprensa periódica como fonte para a história do Brasil. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, 5., 1971, Campinas. **Anais** [...]. São Paulo: ANPUH, 1971. p. 225-29.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. **A imprensa periódica como objeto de instrumento de trabalho**: catálogo da Hemeroteca Júlio Mesquita do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. 1976. Tese (Doutorado em História Social) –

Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1977.

CAPELATO, Maria Helena. A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador. *In*: VILLAÇA, Mariana; PRADO, Maria Ligia Coelho (org.). **História das Américas**: fontes e abordagens historiográficas. São Paulo: Humanitas/CAPES, 2015. p. 114-136.

CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e história do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, [1988] 1994.

CAPELATO, Maria Helena. **Os arautos do liberalismo**: imprensa paulista, 1920-1945. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Ligia Coelho. **O bravo matutino**: imprensa e ideologia no jornal "O Estado de S. Paulo". São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

CAPPARELLI, Sérgio. **Televisão e capitalismo no Brasil**: com dados da pesquisa ABEPEC. Porto Alegre: L&PM, 1982.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; KOSSOY, Boris (org.). **A imprensa confiscada pelo Deops, 1924-1954**. São Paulo: Ateliê, 2003.

CARVALHO, Kátia de. **A cidade das revistas: imprensa feminina no Rio de Janeiro, anos 20**. 1994. Tese (Doutorado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995.

CONTIER, Arnaldo Daraya. Entrevista com professor Arnaldo Daraya Contier. [Entrevista cedida a] José Geraldo Vinci de Moraes e Giuliana Souza de Lima. **Revista de História**, São Paulo, n. 157, p. 173-192, jul./dez. 2007.

CONTIER, Arnaldo Daraya. **Imprensa e ideologia em São Paulo, 1822-1842**: matizes do vocabulário político e social. Petrópolis: Vozes; Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1979.

CRIADO, Alex. **Repórteres pioneiras**: resgate da trajetória de três jornalistas através da história oral. 2001. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

FERRARETTO, Luiz Artur. **Rádio e capitalismo no Rio Grande do Sul**: as emissoras comerciais e suas estratégias de programação na segunda metade do século 20. Canoas: ULBRA, 2007.

FERREIRA, Maria Nazareth. **A imprensa operária no Brasil, 1880-1920**. Petrópolis: Vozes, 1978.

FERREIRA, Pedro Roberto. **Imprensa política e ideologia**: Orientação Socialista, 1946-1948. São Paulo: Editora Moraes, 1989.

FONSECA, Francisco César Pinto da. **O consenso forjado**: a grande imprensa e a formação da agenda ultraliberal no Brasil. São Paulo: Hucitec, 2005.

FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira. **Indústria de notícias**: capitalismo e novas tecnologias no jornalismo contemporâneo. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2008.

FRANÇA, Vera Veiga. **Jornalismo e vida social**: a história amena de um jornal mineiro. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

FREYRE, Gilberto. **O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX**. Recife: Imprensa Universitária, 1963. [Igualmente consultado: **O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX**. 2. ed. amp. São Paulo: Ed. Nacional. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1979].

GALVANI, Walter. **Olha a Folha**: amor, traição e morte de um jornal. Porto Alegre: Sulina, 1996.

GRAF, Márcia Elisa de Campos. **Imprensa periódica e escravidão no Paraná**. Curitiba: Grafipar, 1981.

HAUSSEN, Doris Fagundes. **Rádio e política**: tempos de Vargas e Perón. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

HERZ, Daniel. **A história secreta da Rede Globo**. Porto Alegre: Tchê!, 1987.

HIME, Gisely Valentim Vaz Coelho. **Cásper Líbero e a modernização do jornalismo brasileiro**. Curitiba: Appris, [1997] 2016. *E-book*.

HONS, André de Séguin des. **Os diários do Rio de Janeiro, 1945-1982**. 1982. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1982. [Publicada em livro, em versão atualizada e com período de análise estendido, sob o título: **Le Brésil**: presse et histoire, 1930-1985. Paris: L'Harmattan, 1985].

IGLÉSIAS, Francisco. A pesquisa histórica no Brasil. **Revista de História**, São Paulo, v. 43, n. 88, p. 373-415. out./dez. 1971.

JAMBEIRO, Othon. **A TV no Brasil do século XX**. Salvador: EDUFBA, 2001.

KOSHIYAMA, Alice Mitika. **Histórias do jornalismo**: das práticas jornalísticas às práticas pedagógicas. 1992. Tese (Livre-docência) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

KUCINSKI, Bernardo. **A síndrome da antena parabólica**: ética no jornalismo brasileiro. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários**: nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo: Scritta, 1991.

LAURENZA, Ana Maria de Abreu. **Lacerda x Wainer**: o corvo e o bessarabiano. São Paulo: Senac, 1998.

LINS DA SILVA, Carlos Eduardo. **Mil dias**: os bastidores da revolução de um grande jornal. São Paulo: Trajetória Cultural, 1988.

MARCONI, Paolo. **A censura política na imprensa brasileira, 1968-1978**. São Paulo: Global Editora, 1980.

MARQUES DE MELO, José. **Estudos de jornalismo comparado**. São Paulo: Pioneira, 1972.

MARQUES DE MELO, José. **Fatores sócio-culturais que retardaram a implantação da imprensa no Brasil**. 1972. Tese (Doutorado em Jornalismo) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1972.

MARTINS, Carlos Benedito. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 106, p. 15-35, jan./abr. 2009.

MARTINS, Luis Carlos dos Passos. **A grande imprensa "liberal" carioca e a política econômica do segundo governo Vargas, 1951-1954**: conflito entre projetos de desenvolvimento. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.

MATOS, Carolina. **Jornalismo e política democrática no Brasil**. São Paulo: Publifolha, 2008.

MATTOS, Sérgio. **História da televisão brasileira**: uma visão econômica, social e política. Petrópolis: Vozes, 2002.

MIRA, Maria Celeste. **O leitor e a banca de revistas**: a segmentação da cultura no século XX. São Paulo: Olho D'Água, 2001.

MISKULIN, Sílvia Cezar. **Cultura ilhada**: imprensa e Revolução Cubana, 1959-1961. São Paulo: Xamã, 2003.

MORAES, Dênis de. **O imaginário vigiado**: a imprensa comunista e o realismo socialista no Brasil, 1947-53. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

MOREIRA, Sonia Virgínia. **O rádio no Brasil**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1991.

MOREIRA, Sonia Virgínia. **Rádio em transição**: tecnologias e leis nos Estados Unidos e no Brasil. Rio de Janeiro: Mil Palavras, 2002.

MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da cultura brasileira**, 1933-1974: pontos de partida para uma revisão histórica. São Paulo: Ática, 1977.

MOTA, Carlos Guilherme; CAPELATO, Maria Helena. **História da Folha de S. Paulo, 1921-1981**. São Paulo: Impres, 1980.

MOTTA, Cezar. **Até a última página**: uma história do Jornal do Brasil. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

NOVAIS, Fernando Antonio. **Aproximações**: estudos de história e historiografia. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

OLIVEIRA, Rodrigo Perez. O engajamento político e historiográfico no ofício dos historiadores brasileiros: uma reflexão sobre a fundação da historiografia brasileira contemporânea (1975-1979). **História da Historiografia:** International Journal of Theory and History of Historiography, Ouro Preto, v. 11, n. 26, p. 197-222, jan./abr. 2018.

PEREIRA, João Baptista Borges. **Côr, profissão e mobilidade**: o negro e o rádio de São Paulo. São Paulo: Pioneira, 1967.

PEROSA, Lilian Maria Farias de Lima. **A hora do clique**: análise do programa de rádio Voz do Brasil da Velha à Nova República. São Paulo: Annablume; ECA-USP, 1995.

PINHEIRO, José Moura. **Setor jornalístico do Brasil**: história, evolução tecnológica e desempenho empresarial. 1998. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1998.

RAGO, Margareth. A “nova” historiografia brasileira. **Anos 90**, Porto Alegre, n. 11, p. 73-96, jul. 1999.

RODRIGUES, José Honório. **Teoria da história do Brasil**: introdução metodológica. 3. ed. atual. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

ROUCHOU, Joëlle. **Samuel: duas vozes de Wainer**. Rio de Janeiro: UniverCidade, 2004.

SÁ, Adísia. **Biografia de um sindicato**. Fortaleza: UFC, 1981.

SÁ, Adísia. **O jornalista brasileiro:** a Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais, de 1946 a 1985. Fortaleza: Imprensa Oficial, 1985.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Retrato em branco e preto**: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SERPA, Leoní. **A máscara da modernidade**: a mulher na revista O Cruzeiro, 1928-1945. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2003.

SILVA, Heber Ricardo da. **A democracia impressa**: transição do campo jornalístico e do político e a cassação do PCB nas páginas da grande imprensa, 1945-1948. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **A primeira gazeta da Bahia**: Idade d'Ouro do Brazil. São Paulo: Cultrix, 1978.

SIQUEIRA, Carla Vieira de. **Sexo, crime e sindicato**: sensacionalismo e populismo nos jornais Última Hora, O Dia e Luta Democrática durante o segundo governo Vargas, 1951-1954. 2002. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4. ed. atual. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

STRELOW, Aline do Amaral Garcia. **Pato Macho**: jornalismo alternativo de humor. 2004. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

TASCHNER GOLDENSTEIN, Gisela. **Do jornalismo político à indústria cultural**. São Paulo: Summus, 1987.

TASCHNER, Gisela. **Folhas ao vento**: análise de um conglomerado jornalístico no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VIANNA, Ruth Penha Alves. **A informatização da imprensa brasileira**. São Paulo: Loyola, 1992.

WAINBERG, Jacques Alkalai. **Império das palavras**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

CAPÍTULO 5 — A EXPANSÃO DOS HORIZONTES DE PESQUISA (1995-)

ABREU, Alzira Alves (org.). **A imprensa em transição**: o jornalismo brasileiro nos anos 50. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

ABREU, João Batista de. **Rádio e formação de mentalidades**: testemunha ocular da Guerra Fria na América Latina. 2004. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

ALBUQUERQUE, Afonso de. Aconteceu num carnaval: algumas observações sobre o mito de origem do jornalismo brasileiro moderno. **Revista Eco-Pós**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 95-116, ago./dez. 2008.

ALBUQUERQUE, Afonso de. **A modernização autoritária do jornalismo no Brasil, 1950-2020**. Curitiba: Appris, 2022.

ALVES, Miriam Fábia; OLIVEIRA, João Ferreira de. Pós-graduação no Brasil: do Regime Militar aos dias atuais. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Brasília, v. 30, n. 2, p. 351-376, mai./ago. 2014.

ANDRADE, Joaquim Marçal Ferreira de. **História da fotorreportagem no Brasil**: a fotografia na imprensa do Rio de Janeiro de 1839 a 1900. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, imprensa, Estado autoritário, 1968-1978**: o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento. Bauru: EDUSC, 1999.

ARNT, Héris. **A influência da literatura no jornalismo**: o folhetim e a crônica. Rio de Janeiro: E-Papers, 2001.

BANDEIRA, Ana da Rosa. **Diário Popular de Pelotas, RS**: a forma gráfica de um projeto editorial, 1890-2016. 2018. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico. **Jornal e literatura**: a imprensa brasileira no século XIX. Porto Alegre: Nova Prova, 2007.

BARROS, Michele Stephanie Souza. **A Paladina do Lar entre o texto e o contexto**: uma análise das publicações da primeira revista feminina da Bahia. 2019. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2019.

BASSO, Eliane Fátima Corti. **Revista Senhor**: modernidade e cultura na imprensa brasileira. 2005. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2005.

BASTIDE, Roger. A imprensa negra do Estado de São Paulo. **Boletim de Sociologia**, São Paulo, n. 2, p. 50-78, 1951.

BECKER, Beatriz. **A construção audiovisual da realidade**: uma historiografia das narrativas jornalísticas em áudio e vídeo. Rio de Janeiro: Mauad X, 2022.

BIANCHIN, Neila. **Romance-reportagem**: onde a semelhança não é mera coincidência. Florianópolis: UFSC, 1997.

BRANCO, Vitorino Prata Castelo. **Curso de jornalismo**. São Paulo: Tipografia Cultura, 1945.

CARVALHO, Gilmar Luiz de. **A imprensa negra paulista entre 1915 e 1937**: características, mudanças e permanências. 2009. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Programa de Pós-Graduação em História Econômica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

CASADEI, Eliza Bachega. **Os códigos padrões de narração e a reportagem**: por uma história da narrativa do jornalismo de revista no século XX. 2013. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. [Publicada em livro sob o título: **Como contar os fatos**: a história da narrativa do jornalismo de revista no século XX. São Paulo: Alameda, 2015].

CARDOSO, Elizabeth da Penha. **Imprensa feminista brasileira pós-1974**. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

CARVALHO, Aloysio Henrique Castelo de. **A Rede da Democracia**: O Globo, O Jornal e Jornal do Brasil na queda do governo Goulart, 1961-64. Niterói: UFF, 2011.

CARVALHO, Carlos Alberto de. **Visibilidades mediadas nas narrativas jornalísticas**: a cobertura da Aids pela Folha de S. Paulo de 1983 a 1987. 2000. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.

CASTILHO, Marcio de Souza. **Sob o império do arbítrio**: Prêmio Esso, imprensa e ditadura. São Paulo: Alameda, 2019.

CORDÃO, Vinicius Ferreira Ribeiro. **Imprensa homossexual brasileira e construções de subjetividades, 1960-1980**. 2017. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

CORREA, Felipe Botelho; GUIMARÃES, Valéria dos Santos; VELLOSO, Monica Pimenta (org.). **Magazines and modernity in Brazil**: transnationalisms and cross-cultural exchanges. Londres: Anthem Press, 2020.

CORREIA, Cyneida Menezes. **Jornalismo e memória**: a construção da política nos jornais de Roraima, 1907-1988. 2021. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2021.

COSTA, Carlos Roberto da. **A revista no Brasil**: o século XIX. 2007. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

COSTA, Cecília. **Diário Carioca**: o jornal que mudou a imprensa brasileira. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2011.

COSTA, Cristiane. **Pena de aluguel**: escritores jornalistas no Brasil, 1904-2004. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

COSTA, Helouise. **Aprenda a ver as coisas**: fotojornalismo e modernidade na revista O Cruzeiro. 1992. Dissertação (Mestrado em Artes) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

CRUZ, Heloisa de Faria. **São Paulo em papel e tinta**: periodismo e vida urbana, 1890-1915. São Paulo: EDUC; FAPESP; Arquivo do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial, 2000.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n. 35, p. 253-270, ago./dez. 2007.

CUNHA, Carlos Alberto Nóbrega da. **A imprensa americana e seus reflexos no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Brasil-Estados Unidos, 1941.

DIAS, André Bonsanto. **A verdade dita é dura**: jornalismo, história e Ditadura Militar no Brasil. São Paulo: Dialética, 2021.

DORNELLES, Beatriz. **Jornalismo “comunitário” em cidades do interior**: uma radiografia das empresas jornalísticas: administração, comercialização, edição e opinião dos leitores. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2004.

DUARTE, Constância Lima. **Imprensa feminina e feminista no Brasil**: século XIX: dicionário ilustrado. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

FARO, José Salvador. **Revista Realidade, 1966-1968**: tempo da reportagem na imprensa brasileira. Canoas: Editora da ULBRA/AGE, 1999.

FERNANDES, Márcia Gomes. **O esquadrão da morte de São Paulo e a imprensa paulista**: um estudo sobre o Jornal da Tarde, O Estado de São Paulo e a Folha de São Paulo (1968-1978). 2018. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

FERNANDES, Mário Luiz. **A força do jornal do interior**. Itajaí: Univali, 2003.

FERRARA, Miriam Nicolau. **A imprensa negra paulista, 1915-1963**. 1982. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

FERREIRA, Débora Cristina. **Folhetins do século XIX**: uma prática de leitura apaixonada. 2010. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2010.

FICO, Carlos; POLITO, Ronald. A historiografia brasileira nos últimos 20 anos: tentativa de avaliação crítica. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 10, n. 13, p. 147-163, jun. 1994.

FONSECA, Letícia Pedruzzi. **As revistas ilustradas A Cigarra e A Bruxa**: a nova linguagem gráfica e a atuação de Julião Machado. 2012. Tese (Doutorado em Design) – Programa de Pós-Graduação em Design, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

FREYRE, Gilberto. **O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX**. Recife: Imprensa Universitária, 1963.

GENTILLI, Victor. **Sistema midiático e crise do jornalismo**: dos anos 1950 à decadência posterior a 1980. 2002. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

GOIS, Alline Ribeiro de. **Correio do Estado**: porta-voz da ideologia udenista na Ditadura Militar. 2020. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2020.

GRANJA, Lúcia; LUCA; Tania Regina de (org.). **Suportes e mediadores**: a circulação transatlântica dos impressos, 1789-1914. Campinas: Editora da UNICAMP, 2018.

GUEDES, Nicoli Glória De Tassis. **Três modos de ser revista**: jornalismo e cotidiano em O Cruzeiro, Realidade e Piauí. 2014. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

HOHLFELDT, Antonio. **Deus escreve direito por linhas tortas**: o romance-folhetim dos jornais de Porto Alegre entre 1850 e 1900. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

KIELING, Camila Garcia. **Imprensa e rupturas institucionais**: narrativas do vivido e do imaginário sobre o golpe civil-militar de 1964 no Brasil e a revolução de 25 de abril de 1974 em Portugal. 2017. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

KNEIPP, Valquíria. **Trajetória de formação do telejornalista brasileiro**: as implicações do modelo americano. 2008. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

KNEIPP, Valquíria. **Voz e vez da redação**: memórias da trajetória de formação do telejornalista brasileiro. Aveiro: Ria, 2021.

KLÖCKNER, Luciano. **O Repórter Esso**: a síntese radiofônica mundial que fez história. Porto Alegre: AGE; EDIPUCRS, 2008.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda**: jornalistas e censores, do AI-5 à constituição de 1988. São Paulo: Boitempo; FAPESP, 2004.

LARANGEIRA, Álvaro Nunes. **A mídia e o Regime Militar**. Porto Alegre: Sulina, 2014.

LEITE, Rosalina de Santa Cruz. **A imprensa alternativa pós-luta armada**: os jornais Brasil Mulher e Nós Mulheres. 2004. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

LENE, Hérica. **Jornais centenários do Brasil**. Covilhã: LabCom/UBI, 2020.

LIMA, Marcus Antônio Assis. **O estilo Sui Generis de vida gay**. Uberlândia: O Sexo da Palavra, [2000] 2018.

LIMA, Patrícia Ferreira de Souza. **Caderno B do Jornal do Brasil**: trajetória do segundo caderno na imprensa brasileira, 1960-85. 2006. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

LUCA, Tania Regina de. **A Revista do Brasil**: um diagnóstico para a (n)ação. São Paulo: UNESP, 1999.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-153.

LUCA, Tania Regina de. **Leituras, projetos e (re)vista(s) do Brasil, 1916-1944**. São Paulo: UNESP, [2011] 2017. *E-book*.

MACHADO, Humberto Fernandes. **Palavras e brados**: José do Patrocínio e a imprensa abolicionista do Rio de Janeiro. Niterói: UFF, [1991] 2014.

MADIO, Telma Campanha de Carvalho. **A fotografia na imprensa diária paulistana nas primeiras décadas do século XX**: O Estado de S. Paulo. 2005. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

MALERBA, Jurandir. **A história da América Latina**: ensaio de crítica historiográfica. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

MARIUSSO, Victor Hugo da Silva Gomes. **Lampião da Esquina:** homossexualidade e violência no Brasil, 1978-1981. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.

MARTINS, Ana Luiza. **Revistas em revista**: imprensa e práticas culturais em tempos de República, São Paulo, 1890-1922. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fapesp, 2008.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. **Imprensa e cidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (org.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

MATHEUS, Leticia Cantarela. **Comunicação, tempo, história**: tecendo o cotidiano em fios jornalísticos. 2010. Tese (Doutorado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

MAUAD, Ana Maria. O olho da história: fotojornalismo e a invenção do Brasil contemporâneo. *In*: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone da Cruz (org.). **História e imprensa**: representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: DP&A; Faperj, 2006. p. 365-384.

MAUAD, Ana Maria. **Sob o signo da imagem**: a produção da fotografia e o controle dos códigos de representação social, na cidade do Rio de Janeiro na primeira metade do século XX. 1990. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1990.

MEDINA, Cremilda. **Notícia, um produto à venda**: jornalismo na sociedade urbana e industrial. São Paulo: Summus, 1978.

MENDEZ, Rosemary Bars. **Pompeu de Sousa**: o jornalista que mudou o jornalismo brasileiro. 2006. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2006.

MESSAGI JÚNIOR, Mário. **O texto jornalístico no centro de uma revisão da história da imprensa no Brasil**. 2009. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2009.

MEYRER, Marlise Regina. **Representações do desenvolvimento nas fotorreportagens da Revista O Cruzeiro, 1955-1957**. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2017.

MORAES, Letícia Nunes de. **Leituras da revista Realidade, 1966-1968**. São Paulo: Alameda, 2007.

MOREIRA, Luciano da Silva. **Imprensa e opinião pública no Brasil Império**: Minas Gerais e São Paulo, 1826-1842. 2011. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos**: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial, 1820-1840. São Paulo: Hucitec, 2005.

MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. **Palavra, imagem e poder**: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MUSSE, Christina Ferraz. **Imprensa, cultura e imaginário urbano**: exercício de memória sobre os anos 60/70 em Juiz de Fora. São Paulo: Nankin, 2008.

NADAF, Yasmin Jamil. **Rodapé das miscelâneas**: o folhetim nos jornais de Mato Grosso, séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: 7Letras.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. **Corcundas e constitucionais**: a cultura política da independência (1820-1822). Rio de Janeiro: FAPERJ, 2003.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone da Cruz (org.). **História e imprensa**: representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: DP&A; Faperj, 2006.

OLIVEIRA, Cláudia de; VELLOSO, Mônica Pimenta; LINS, Vera. **O moderno em revistas**: representações do Rio de Janeiro de 1890 a 1930. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

OLIVEIRA, Thamyres Sousa de. **O jornalismo piauiense e a censura em tempos de Estado Novo**. 2016. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2016.

PÉRET, Flávia. **Imprensa gay no Brasil**: entre a militância e o consumo. São Paulo: Publifolha, 2012.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e história cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. *E-book*.

PESSANHA, Andréa Santos da Silva. **O Paiz e a Gazeta Nacional**: imprensa republicana e abolição. Rio de Janeiro, 1884-1888. 2006. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

PILAGALLO, Oscar. **História da imprensa paulista**: jornalismo e poder de d. Pedro I a Dilma. São Paulo: Três Estrelas, 2012.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Imprensa negra no Brasil do século XIX**. São Paulo: Selo Negro, 2010.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Escritos de liberdade**: literatos negros, racismo e cidadania no Brasil oitocentista. Campinas: Unicamp, 2018.

REZENDE, Guilherme Jorge de. 60 anos de jornalismo na TV brasileira: percalços e conquistas. *In*: VIZEU, Alfredo; PORCELLO, Flávio; COUTINHO, Iluska. **60 anos de telejornalismo no Brasil**: história, análise e crítica. Florianópolis: Insular, 2010. p. 57-81.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **A história do seu tempo: a imprensa e a produção do sentido histórico**. 1995. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 50**. 2000. Tese (Doutorado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

RIBEIRO, José Alcides. **Literatura e jornal**: Correio Mercantil. Goiânia: UCG, 2011.

RIBEIRO, Lavina Madeira. **Imprensa e espaço público**: a institucionalização do jornalismo no Brasil, 1808-1964. Rio de Janeiro: E-Papers, 2004.

RILDO, Cosson. **Fronteiras contaminadas**: literatura como jornalismo e jornalismo como literatura no Brasil dos anos 1970. Brasília: UnB, 2007.

RODRIGUES, Sérgio; FARIA, Tales. **Reforma no Diário Carioca**: revolução na imprensa brasileira. Rio de Janeiro: Escola de Comunicação/UFRJ, 1995.

ROMANCINI, Richard; LAGO, Cláudia. **História do jornalismo no Brasil**. Florianópolis: Insular, 2007.

ROXO, Marco. **Companheiros em luta**: a greve dos jornalistas de 1979. Niterói: UFF, 2013.

RÜDIGER, Francisco. **Origens do pensamento acadêmico em jornalismo**: Alemanha, União Soviética, Itália e Japão. 2. ed. rev. e ampl. Florianópolis: Insular, 2020.

SACRAMENTO, Igor. **Depois da revolução, a televisão**: cineastas de esquerda no jornalismo televisivo dos anos 1970. São Carlos: Pedro & João Editores, 2011.

SANTOS, José Antônio dos. **Prisioneiros da história**: trajetórias intelectuais na imprensa negra meridional. 2011. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

SANTOS, José Antônio dos. **Raiou "A Alvorada"**: intelectuais negros e imprensa, Pelotas, 1907-1957. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária, 2003.

SCHERER, Marta. **Imprensa e Belle Époque**: Olavo Bilac, o jornalismo e suas histórias. Palhoça: Unisul, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Retrato em branco e preto**: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SILVA, Eduardo Gomes. **A rede da democracia e o golpe de 1964**. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

SILVA, Juremir Machado da. **1964: golpe midiático-civil-militar**. Porto Alegre: Sulina, 2014.

SILVA, Juremir Machado da. **Raízes do conservadorismo brasileiro**: a abolição na imprensa e no imaginário social. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

SILVA, Roger Anibal Lambert da. **Em nome da ordem**: o Jornal do Commercio e as batalhas da abolição. 2017. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

SILVEIRA, Mauro César. **Um pecado original**: os primórdios do jornalismo na Bacia do Rio da Prata. Florianópolis: Insular, 2014.

SMITH, Anne-Marie. **Um acordo forçado**: o consentimento da imprensa à censura no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

SOUSA, Jorge Pedro; LIMA, Helena; HOHLFELDT, Antonio; BARBOSA, Marialva (org.). **Uma história da imprensa lusófona**: Brasil — Galiza — imprensa colonial portuguesa. Porto: Media XXI, 2016.

SOUSA, Jorge Pedro; LIMA, Helena; HOHLFELDT, Antonio; BARBOSA, Marialva (org.). **Uma história da imprensa lusófona**: Portugal. Porto: Media XXI, 2017.

SOUZA, Candice Vidal e. **Repórteres e reportagens no jornalismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

SPONHOLZ, Liriam. **O Estado de S. Paulo, 1942-1972: uma contribuição à história das técnicas jornalísticas**. 1999. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1999.

TARQUINI, Jorge Roberto. **Quatro Rodas, 1960-63**: como uma revista fez do jornalismo especializado ferramenta para criar a cultura do automóvel no cotidiano brasileiro. 2013. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2013.

TRIZOTTI, Patrícia Trindade. **Ao pé da página**: o espaço folhetim na imprensa paulistana, 1854-1946. 2016. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2016.

VAINFAS, Ronaldo. História cultural e historiografia brasileira. **História:** Questões & Debates, Curitiba, v. 50, n. 1, p. 217-235, jan./jun. 2009.

VIEIRA, Itala Maduell. **O Caderno B do JB como mito e modelo no jornalismo cultural brasileiro**. 2016. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

VILLALTA, Daniella Crespim. **Artesanato industrial na produção jornalística de 1968**: o surgimento da revista Veja no contexto da modernização brasileira. 1999. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 1999.

YOUSSEF, Alain El. **Imprensa e escravidão:** política e tráfico negreiro no Império do Brasil (Rio de Janeiro, 1822-1850). 2010. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

ZUCULOTO, Valci Regina Mousquer. **No ar**: a história da notícia de rádio no Brasil. Florianópolis: Insular, [1998] 2012.

CAPÍTULO 6 — OS PRIMEIROS JORNALISTAS — ISABEL LUSTOSA

ARAUJO, Rodrigo Cardoso Soares de. **Pasquins**: submundo da imprensa na corte imperial, 1880-1883. Rio de Janeiro: Multifoco, 2012.

CARVALHO, José Murilo de. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 123-152, dez. 2000.

CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e bordados**: escritos de história e política. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

COSTA, Hipólito José da. **Correio Braziliense, ou, Armazém literário**. [Editado por] Alberto Dines e Isabel Lustosa. São Paulo: Imprensa Oficial, 2001-2003. 29 v.

FLORES, Giovanna Gertrudes Benedetto. **Os sentidos de nação, liberdade e independência na imprensa brasileira (1821-1822) e a fundação do discurso jornalístico brasileiro**. Porto Alegre: EDIPUCRS; Palhoça: Unisul, 2014.

LANGLOIS, Charles; SEIGNOBOS, Charles. **Introdução aos estudos históricos**. São Paulo: Renascença, 1946.

LUSTOSA, Isabel (org.). **Agostini**: obra, paixão e arte do italiano que desenhou o Brasil, 1843-1910. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2014.

LUSTOSA, Isabel. A história do Brasil lida nos periódicos. [Entrevista cedida ao] APM. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v. 44, n. 1, p. 8-17, jan./jun. 2008a.

LUSTOSA, Isabel. A Sabatina e o Caramuru: literatos que pensavam a nação. *In*: MOREIRA, Maria Eunice (org). **Percursos críticos em história da literatura**. Porto Alegre: Libretos, 2012. p. 57-64.

LUSTOSA, Isabel. **As trapaças da sorte**: ensaios de história política e de história cultural. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

LUSTOSA, Isabel. **Brasil pelo método confuso**: humor e boemia em Mendes Fradique. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

LUSTOSA, Isabel. **D. Pedro I**: um Herói sem nenhum caráter. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LUSTOSA, Isabel. Henri Plasson e a primeira imprensa francesa no Brasil (1827-1831). **Revista Escritos**, Rio de Janeiro, a. 9, n. 9, p. 77-93, jan./dez. 2015.

LUSTOSA, Isabel. Hipólito da Costa e o Brasil: descrição detalhada. **Fundação Casa de Rui Barbosa**, 2008b. Disponível em: http://antigo.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/bolsistas/2008/FCRB_Selecao_de_Bolsistas_2008_Hipolito_da_Costa_e_o_Brasil.pdf. Acesso em: 14 out. 2021.

LUSTOSA, Isabel. Historiadora com alma de jornalista. [Entrevista cedida a] Érika Neves. **Blog do Labjor**, 13 maio. 2010a. Disponível em: https://blogdolabjor.wordpress.com/2010/05/13/historiadora-com-alma-de-jornalista/. Acesso em: 14 out. 2021.

LUSTOSA, Isabel. **Histórias de presidentes**: a República no Catete, 1897-1960. Petrópolis: Vozes, 1989a.

LUSTOSA, Isabel. Humor e política na Primeira República. **Revista USP**, São Paulo, n. 3, p. 53-64, set./nov. 1989b.

LUSTOSA, Isabel. Imprensa, censura e propaganda no contexto da Independência do Brasil. **Estudios**: Revista de Investigaciones Literarias y Culturales, Caracas, v. 18, n. 36, p. 370-393, jul./dez, 2010b.

LUSTOSA, Isabel (org.). **Imprensa, história e literatura**. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2008c.

LUSTOSA, Isabel (org.). **Imprensa, humor e caricatura**: a questão dos estereótipos culturais. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

LUSTOSA, Isabel. **Insultos impressos**: a guerra dos jornalistas na Independência, 1821-1823. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LUSTOSA, Isabel. Mendes Fradique, o cronista. *In*: Fundação Casa de Rui Barbosa. **A crônica**: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 1992. p. 213-222.

LUSTOSA, Isabel. **O jornalista que imaginou o Brasil**: tempo, vida e pensamento de Hipólito da Costa, 1774-1823. Campinas: Editora da Unicamp, 2019.

LUSTOSA, Isabel. O Macaco Brasileiro: um jornal popular na Independência. **Revista USP**, São Paulo, n. 58, p. 92-103, jun./ago. 2003a.

LUSTOSA, Isabel. **O nascimento da imprensa brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2003b.

LUSTOSA, Isabel. Projetos para uma pátria imaginada: o Brasil de José Bonifácio e Hipólito da Costa. **Teresa: revista de literatura brasileira**, São Paulo, n. 12-13, p. 160-173, dez. 2013.

LUSTOSA, Isabel. Silva Maia: o comerciante que as revoluções do Atlântico fizeram jornalista. **Revista de História das Ideias**, Coimbra, v. 39, p. 201-221, jan./dez. 2021.

LUSTOSA, Isabel. Tirania e humor no país do homem cordial. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 29, n. 1/2, p. 73-83, jan./dez. 1998.

LUSTOSA, Isabel. Vozes da Independência. [Entrevista cedida a] Cristiane Nascimento. **Memória da Eletricidade**, Rio de Janeiro, v. 6, a. 2, jun. 2022.

LUSTOSA, Isabel; OLIVIERI-GODET, Rita (org.). **Imprensa, história e literatura**: o jornalista/escritor. Rio de Janeiro: 7Letras, 2021. 3 v.

MEIRELLES, Juliana Gesuelli. **Imprensa e poder na corte joanina**: a Gazeta do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. *In*: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (org.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 23-44.

MUNARO, Luís Francisco. **O jornalismo luso-brasileiro em Londres, 1808-1822**. 2013. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **A Gazeta do Rio de Janeiro, 1808-1822**: cultura e sociedade. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.

VIEIRA, Lidiane. Polifonia na Independência: a contribuição de Isabel Lustosa para o pensamento político brasileiro. **Cadernos de Estudos Sociais e Políticos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 14, p. 101-108, jan./jun. 2019.

CAPÍTULO 7 — A MODERNIZAÇÃO DA IMPRENSA — ALZIRA ALVES DE ABREU

ABREU, Alzira Alves de. **Acontecimentos políticos brasileiros pela ótica da imprensa**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2019.

ABREU, Alzira Alves (org.). **A imprensa em transição**: o jornalismo brasileiro nos anos 50. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

ABREU, Alzira Alves de. A mídia na transição democrática brasileira. **Sociologia, Problemas e Práticas**, Lisboa, n. 48, p. 53-65, jan./dez. 2005.

ABREU, Alzira Alves de. **A modernização da imprensa, 1970-2000**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2002.

ABREU, Alzira Alves de. A mídia no Brasil: coparticipante na construção da cidadania. *In*: ABREU, Alzira Alves de (org.). **Caminhos da cidadania**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. p. 177-185.

ABREU, Alzira Alves de. CPDOC 20 anos. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 3-6, 1994.

ABREU, Alzira Alves de. **Desafios da notícia**: o jornalismo brasileiro ontem e hoje. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2017.

ABREU, Alzira Alves de. Depoimento. [Entrevista cedida a] Celso Castro e Helena Maria Bousquet Bomeny. **Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil**, Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, p. 1-43, jan. 2012a. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/cientistas_sociais/alzira_abreu/TranscricaoAlziraAbreu.pdf. Acesso em: 23 nov. 2020.

ABREU, Alzira Alves de. Jornalismo cidadão. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 31, p. 25-40, jan./jun. 2003.

ABREU, Alzira Alves de. **Nationalisme et action politique au Brésil**: une étude sur l'Iseb. 1975. 303 f. Tese (Doutorado em Sociologia) — Universidade Paris Descartes, Paris, 1975.

ABREU, Alzira Alves de. O historiador e a exigência da verdade. *In*: Jornada Brasileira de Controle Interno, 5., 2004, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: Controladoria Geral, 2004. p. 55-62.

ABREU, Alzira Alves de. Um novo olhar sobre os jornalistas: os depoimentos orais. **Sur le journalisme / About journalism / Sobre jornalismo**, Bruxelas, v. 1, n. 1, p. 96-104, set. 2012b.

ABREU, Alzira Alves de; LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; BELOCH, Israel (coord.). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro**: pós-30. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

ABREU, Alzira Alves de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Fechando o cerco: a imprensa e a crise de agosto de 1954. *In*: GOMES, Ângela de Castro (org.). **Vargas e a crise dos anos 50**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. p. 23-60.

ABREU, Alzira Alves de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; KORNIS, Mônica Almeida. **Mídia e política no Brasil: jornalismo e ficção**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

ABREU, Alzira Alves de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; ROCHA, Dora (org.). **Eles mudaram a imprensa**: depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

ABREU, Alzira Alves de; ROCHA, Dora (org.). **Elas ocuparam as redações**: depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

ALBERTI, Verena. **História oral**: a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1990.

BELOCH, Israel; ABREU, Alzira Alves de (coord.). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro**: 1930-1983. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1984.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1979.

BREED, Warren. Social control in the newsroom: a functional analysis. **Social Forces**, v. 33, n. 4, p. 326-335, maio 1955.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral**: memória, tempo, identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

LOPES, Thiago da Costa. O Instituto de Ciências Sociais e a Sociologia no Rio de Janeiro: entrevista com Alzira Alves de Abreu. **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 299-324, abr. 2020.

HALBWACHS, Maurice. **La mémoire collective**. Paris: Presses Universitaires de France, 1950.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **(Re)introduzindo a história oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996.

MICELI, Sergio. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil, 1920-1945**. São Paulo: Difel, 1979.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História oral e memória**: a cultura popular revisitada. São Paulo: Contexto, 1996.

NUNES, Mônica de Fátima Rodrigues. **Pauliceia literária**: páginas e suplementos literários em jornais paulistanos, 1920-1964. 2007. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2007.

ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

RIGO, Larissa Bortoluzzi. **Jornalismo cultural**: dos suplementos literários do século XIX ao webreview do século XXI. 2019. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

THOMPSON, Paul. **The voice of the past**: oral history. Oxford: Oxford University Press, 1978.

WHITE, David Manning. The “gate keeper”: a case study in the selection of news. **Journalism Quarterly**, n. 27, v. 4, p. 383-390, set. 1950.

CAPÍTULO 8 — DO JORNALISMO À COMUNICAÇÃO — MARIALVA BARBOSA

ABREU, Alzira Alves de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; FLAKSMAN, Dora Rocha (org.). **Eles mudaram a imprensa:** depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

ANGRIMANI, Danilo. **Espreme que sai sangue**: um estudo do sensacionalismo na imprensa. São Paulo: Summus, 1995.

BAHIA, Juarez. **Três fases da imprensa brasileira**. Santos: Presença, 1960.

BARBOSA, Marialva. Cenários de transformação: jornalismo e história no século XX. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 458-480, maio/ago. 2012a.

BARBOSA, Marialva. Cultura digital e democracia: um olhar histórico sobre um presente ultraveloz. **Revista Confluências Culturais**, Joinville, v. 7, n. 2, p. 36-42, maio/ago. 2018a.

BARBOSA, Marialva. História e marxismo e as ideias comunicacionais latino-americanas. **Eptic**: Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura, Aracaju, v. 3, n. 3, p. 79-93, set./dez. 2001.

BARBOSA, Marialva**. Escravos e o mundo da comunicação**: oralidade, leitura e escrita no século XIX. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016a.

BARBOSA, Marialva. Escravos letrados: uma página (quase) esquecida. **E-Compós**, Brasília, v. 12, n.1, p. 1-19, jan./abr. 2009a.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa**: Brasil, 1800-1900. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010a. *E-book*.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa**: Brasil, 1900-2000. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007a.

BARBOSA, Marialva. História da comunicação (e do jornalismo): pressupostos teóricos e metodológicos. **Palabra Clave**, Chía, v. 22, n. 4, p. 1-24, set./dez. 2019a.

BARBOSA, Marialva. **História da comunicação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2013a.

BARBOSA, Marialva. **Imprensa, poder e público**: os diários do Rio de Janeiro, 1880-1920. 1996. 414 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1996.

BARBOSA, Marialva. Imprensa, poder e público: os diários do Rio de Janeiro, 1880-1920. **Intercom**: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 87-102, jul./dez. 1997a.

BARBOSA, Marialva. Jornal do Brasil: impressões de memória. **Intercom**: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 64-75, jan./jun. 1993.

BARBOSA, Marialva. Jornalismo de empresa: uma reação ao movimento operário? **Intercom**: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, São Paulo, v. 11, n. 58, p. 64-75, jan./jun. 1988.

BARBOSA, Marialva. Jornalismo popular no Brasil: uma história. **Revista Portuguesa de História da Comunicação**, Lisboa, n. 3, p. 41-53, dez. 2018b.

BARBOSA, Marialva. Jornalistas, "senhores da memória"? *In*: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 27., 2004, Porto Alegre. **Anais** [...]. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2004a. p. 1-13.

BARBOSA, Marialva. Leitores e leituras dos jornais do Rio de Janeiro no início do século. **Intexto**, Porto Alegre, v. 1, n. 3, p. 1-14, jan./jun. 1998.

BARBOSA, Marialva. Manipulação midiática ou a dimensão declaratória da memória? **E-Compós**, Brasília, v. 20, n. 2, p. 1-17, maio/ago. 2017.

BARBOSA, Marialva. Memória Intercom. [Entrevista cedida a] Ana Paula Goulart e Cláudio Ornellas. **Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação**, São Paulo, out. 2016b.

BARBOSA, Marialva. Múltiplas formas de contar uma história.... **Alceu**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 20, p. 25-40, jan./jun. 2010c.

BARBOSA, Marialva. O filósofo do sentido e a comunicação. **Conexão**: Comunicação e Cultura, Caxias do Sul, v. 5, n. 9, p. 139-149, jan./jun. 2006.

BARBOSA, Marialva. **Operários do pensamento**: visões de mundo dos tipógrafos do Rio de Janeiro, 1880-1920. 1992. 331 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1992.

BARBOSA, Marialva. O que a história pode legar aos estudos de jornalismo. **Contracampo**, Niterói, n. 12, p. 51-62, jan./jun. 2005a.

BARBOSA, Marialva. O reino dos predecessores e dos sucessores. **Intercom**: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, São Paulo, v. 32, n.1, p. 285-292, jan./jun. 2009b.

BARBOSA, Marialva. **Os donos do Rio**: imprensa, poder e público. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000.

BARBOSA, Marialva. **Percursos do olhar**: comunicação, narrativa e memória. Niterói: EdUFF, 2007b.

BARBOSA, Marialva. Por uma história cultural da imprensa brasileira. **Lumina**, Juiz de Fora, v. 2, n. 1, p. 1-8, jan./jun. 2008a.

BARBOSA, Marialva. Por uma história dos sistemas de comunicação. **Contracampo**, Niterói, n. 1, p. 72-82, jul./dez. 1997b.

BARBOSA, Marialva. Por uma história dos sistemas midiáticos. [Entrevista cedida a] Ana Paula Goulart Ribeiro. **Revista Eco-Pós**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 140-147, ago./dez. 2005b.

BARBOSA, Marialva. Reflexões sobre a imprensa no Brasil de 1808. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 5, n. 2, p. 91-109, jul./dez. 2008b.

BARBOSA, Marialva. Senhores da memória. **Intercom**: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 84-101, jul./dez. 1995.

BARBOSA, Marialva. Tempos midiáticos: passado, presente e futuro em modos narrativos. **Revista Brasileira de História da Mídia**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 25-37, jul./dez. 2019b.

BARBOSA, Marialva. Uma história dos sistemas de comunicação: balanço de um percurso teórico. **Conexão**: Comunicação e Cultura, Caxias do Sul, v. 9, n. 17, p. 11-29, jan./jun. 2010b.

BARBOSA, Marialva; ENNE, Ana Lúcia. O jornalismo popular, a construção narrativa e o fluxo do sensacional. **Revista Eco-Pós**, v. 8, n. 2, p. 67-87, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

BURKE, Peter (org). **New perspectives on historical writing**. Cambridge: Polity Press, 1991.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005.

CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira**: momentos decisivos. São Paulo: Martins, 1959.

CAPELATO, Maria Helena. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. *In*: PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999. p. 167-178.

CARDOSO, Ciro Flamarion. História e paradigmas rivais. *In:* CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 1-23.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Literatura oral no Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: INL, 1978.

COSTA, Emília Viotti da. Novos públicos, novas políticas, novas histórias: do reducionismo econômico ao reducionismo cultural: em busca da dialética. **Anos 90**, Porto Alegre, n. 10, p. 7-22, dez. 1998.

DARNTON, Robert. First steps toward a history of reading. **Australian Journal of French Studies**, v. 23, p. 5-30, 1986.

DARNTON, Robert. **The kiss of Lamourette**: reflections in cultural history. Nova York: W. W. Norton, 1990.

DARNTON, Robert. What is the history of books? **Daedalus**, v. 111, n. 3, p. 65-83, 1982.

DUBY, Georges; LARDREAU, Guy. **Diálogos sobre a nova história**. Lisboa: Dom Quixote, 1989.

FALCON, Francisco José Calazans. Apresentação. *In:* BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (org.). **Passados recompostos**: campos e canteiros da história. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Editora FGV, 1998. p. 9-18.

FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social**: 1890-1920. São Paulo: Difel, 1977.

FERREIRA, Maria Nazareth. **A imprensa operária no Brasil, 1880-1920**. Petrópolis: Vozes, 1978.

GOMBRICH, Ernst. Ernst Gombrich discusses the concept of cultural history with Peter Burke. **The Listener**, Londres, n. 90, p. 881-883, dez. 1973.

GOMBRICH, Ernst. **In search of cultural history**. Oxford: Oxford University Press, 1969.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

HOBSBAWM, Eric. **On history**. Nova York: The New Press, 1997.

HUNT, Lynn. **The new cultural history**. Berkeley: University of California Press, 1989.

LE GOFF, Jacques. **A nova história**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

LUSTOSA, Isabel. **Insultos impressos**: a guerra dos jornalistas na Independência, 1821-1823. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MARCONDES FILHO, Ciro. **O capital da notícia**: jornalismo como produção social da segunda natureza. São Paulo: Ática, 1986.

MARQUES DE MELO, José. **Sociologia da imprensa brasileira**: a implantação. Petrópolis: Vozes, 1973.

LUCA, Tania Regina de. A grande imprensa na primeira metade do século XX. *In*: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (org.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 149-175.

MATTOS, Sérgio. **História da televisão brasileira**: uma visão econômica, social e política. Petrópolis: Vozes, 2002.

MATTOS, Sérgio. **Um perfil da TV brasileira**: 40 anos de história. Salvador: Associação Brasileira de Agências de Propaganda; A Tarde, 1990.

MEIRELLES, Juliana Gesuelli. **Imprensa e poder na corte joanina**: a Gazeta do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

MEYER, Marlyse. **Caminhos do imaginário no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1993.

MOTA, Carlos Guilherme; CAPELATO, Maria Helena. **História da Folha de S. Paulo, 1921-1981**. São Paulo: Immpress, 1980.

MOREL, Marco. Imprensa e escravidão no Brasil no século XIX. *In*: LUSTOSA, Isabel (org.). **Imprensa, história e literatura**. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008. p. 75-81.

MOURA, Ranielle Leal. Marialva Barbosa, entre a história e o jornalismo. **Anuário Unesco/Metodista de Comunicação Regional**, São Bernardo do Campo, a. 14, n.14, p. 143-155 jan/dez. 2010.

PAIVA, Eduardo França. **Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII**: estratégias de resistência através dos testamentos. São Paulo: Annablume, 1995.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. O mundo como texto: leituras da história e da literatura. **Revista História da Educação**, Porto Alegre, v. 7, n. 14, p. 31-45, 2003.

PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. Alguns comentários sobre a história do conhecimento histórico. **Organon**, Porto Alegre, v. 16, n. 32-33, p. 203-217, 2002.

RAMOS, José Mário Ortiz. **Cinema, Estado e lutas culturais**: anos 50, 60, 70. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 50**. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart; BARBOSA, Marialva. O que a história pode legar aos estudos de jornalismo. *In*: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 28., 2005, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2005. p. 1-11.

RICOEUR, Paul. **Time and narrative**. Chicago: University of Chicago Press, 1984.

RIZZINI, Carlos. **O livro, o jornal e a tipografia no Brasil, 1500-1822**: com um breve estudo geral sobre a informação: meios de comunicação, correio, catequese, ensino, sociedades literárias, maçonaria, etc. Rio de Janeiro: Kosmos, 1946.

SACRAMENTO, Igor; MATHEUS, Leticia Cantarela (org.). **História da comunicação**: experiências e perspectivas. Rio de Janeiro: Mauad, 2014.

SACRAMENTO, Igor; LENE, Hérica; MATHEUS, Leticia Cantarela. Marialva Barbosa: Comunicação e história. *In*: MORAIS, Osvando J. de; PEREIRA, Clarissa Josgrilberg; ARAGÃO, Iury Parente (org.). **Fortuna Crítica da Intercom**: Timoneiros. São Paulo: Intercom, 2014, v. 7, p. 19-45.

SANTOS, Andréa Cristiana. **Travessias comunicacionais de um tipógrafo-jornalista**: José Diamantino de Assis e as tessituras do moderno. 2016. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Retrato em branco e negro**: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SCHUDSON, Michael. **The power of news**. Cambridge: Harvard University Press, 1995.

TUCHMAN, Gaye. Telling stories. **Journal of Communication**, v. 26, n. 4, p. 93-97, mar./jun., 1976.

CAPÍTULO 9 — CONCLUSÕES

AGUIAR, Pedro. **Agências de Notícias**, 9 fev. 2024. Disponível em: https://agenciasdenoticias.uff.br/. Acesso em: 23 abr. 2024.

BARROS, José D'Assunção. **O jornal como fonte histórica**. Petrópolis: Vozes, 2023.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia**: de Gutenberg à internet. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, [2002] 2004.

CAREY, James W. The problem of journalism history. **Journalism History**, v. 1, n. 1, p. 3-27, 1974.

CHIARIONI, Bruno; SACRAMENTO, Igor. **O repórter na TV**: uma história dos programas de grande reportagem no Brasil. São Paulo: Pimenta Cultural, 2022.

COELHO, Geraldo Mártires. **O vintismo no Grão-Pará**: relações entre imprensa e poder, 1820-1823. 1986. Tese (Doutorado em História das Mentalidades) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1986.

CURRAN, James; SEATON, Jean. **Imprensa, rádio e televisão**: poder sem responsabilidade. Lisboa: Instituto Piaget, [1981] 2001.

DAROS, Otávio. Seis décadas de CIESPAL: trocas de papéis e a formação de um campo latino-americano. **Chasqui**: Revista Latinoamericana de Comunicación, Quito, n. 150, p. 161-176, ago./nov. 2022.

HAMPTON, Mark; CONBOY, Martin. Journalism history — a debate. **Journalism Studies**, v. 15, n. 2, p. 154–171, 2014.

NIXON, Raymond B. Historia de las escuelas de periodismo. **Chasqui**: Revista Latinoamericana de Comunicación, Quito, n. 2, p. 13-19, 1982.

NORD, David Paul. A plea for journalism history. **Journalism History**, v. 15, n. 1, p. 8-15, 1988.

NOVAIS, Fernando Antonio; SILVA, Rogério Forastieri da. Introdução: para a historiografia da nova história. *In*: NOVAIS, Fernando Antonio; SILVA, Rogério Forastieri da (org.). **Nova história em perspectiva**. São Paulo: Cosac Naify, 2011. p. 7-70.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica**. Teoria da história I: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, [1983] 2001.

SCHUDSON, Michael. **Descobrindo a notícia**: uma história social dos jornais nos Estados Unidos. Petrópolis: Vozes, [1978] 2010.

SOUSA MARTINS, Francisco de. Progresso do jornalismo no Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, t. VIII, p. 262-275, 1846.

APÊNDICE — Publicações derivadas da tese e/ou relacionadas ao doutorado

ARTIGOS EM PERIÓDICOS ESTRANGEIROS

DAROS, Otávio. A decolonial approach to the discipline of journalism theory in Brazil. **Journalism & Mass Communication Educator**, v. 77, n. 2, p. 1-14, ago. 2021.

DAROS, Otávio. CIESPAL and the development of education and research in communication in Latin America. **Studies in Communication Sciences**, Lugano, n. 23, v. 1, p. 1-16, abr. 2023.

DAROS, Otávio. Estudos de imaginário do jornalismo no Brasil. **H-ermes**: Journal of Communication, v. 19, p. 233-246, jan./jun. 2021.

DAROS, Otávio. French theoretical and methodological influences on Brazilian journalism research. **Media, Culture & Society**, v. 43, n. 8, p. 1553-1564, mar. 2021.

DAROS, Otávio. Prehistory of journalism studies: Discovering the Brazilian tradition. **Journalism**, 2023. [No prelo].

DAROS, Otávio. Seis décadas de CIESPAL: trocas de papéis e a formação de um campo latino-americano. **Chasqui**: Revista Latinoamericana de Comunicación, Quito, n. 150, p. 161-176, ago./nov. 2022.

DAROS, Otávio; RÜDIGER, Francisco. Paradigm shift in mid-twentieth century Brazilian journalism: a negative dialectics of decoloniality? **Journalism Studies**, v. 23, n. 13, p. 1703-1720, jun. 2022.

RÜDIGER, Francisco; DAROS, Otávio. Marxist thinking and journalism theory in Brazil. **Rethinking Marxism**: A Journal of Economics, Culture & Society, p. 1-20, nov. 2022.

ARTIGOS EM PERIÓDICOS NACIONAIS

DAROS, Otávio. A opinião pública de Walter Lippmann: o papel da imprensa na sociedade moderna. **Revista Paradoxos**, Uberlândia, v. 7, n. 2, p. 192-205, jul./dez. 2022.

DAROS, Otávio. Economia política do jornalismo no Brasil. **Tríade**: Comunicação, Cultura e Mídia, Sorocaba, v. 10, n. 23, p. 1-22, set. 2022.

DAROS, Otávio. Estudos do discurso jornalístico no Brasil. **Âncora**: Revista Latino-Americana de Jornalismo, João Pessoa, v. 8, n. 1, p. 100-120, jan./jun. 2021.

DAROS, Otávio. Estudos dos gêneros jornalísticos no Brasil. **Temática**: Revista eletrônica de publicação mensal, João Pessoa, v. 17, n. 10, p. 52-66, out. 2021.

DAROS, Otávio. O IHGB e os primórdios da historiografia sobre a imprensa. **História da Historiografia**: International Journal of Theory and History of Historiography, Ouro Preto, 2023. [No prelo].

CAPÍTULOS DE LIVROS

DAROS, Otávio. Luiz Beltrão: meio século de A imprensa informativa. *In*: LARANJEIRA, Álvaro; MUSSE, Christina; THOMÉ, Cláudia; SILVA, Juremir Machado da; TAVARES, Denize; REZENDE, Renata (org.). **1969 a 1970: janelas do tempo**. Porto Alegre: Sulina; Juiz de Fora: UFJF, 2020. p. 220-235.

DAROS, Otávio; RÜDIGER, Francisco. Mudança de paradigma no jornalismo brasileiro: de Paris a Nova York com sinais de Pindorama. *In*: PASE, André; HOHLFELDT, Antonio (org.). **Conhecimento em construção**. Porto Alegre: Sulina, 2022. p. 85-108.

RÜDIGER, Francisco; DAROS, Otávio. O pensamento marxista e a teoria do jornalismo no Brasil. *In*: HOHLFELDT, Antonio; FINGER, Cristiane (org.). **Interações comunicacionais**. Porto Alegre: Sulina, 2020. p. 13-34.

RESENHAS

DAROS, Otávio. Book review: Karin Wahl-Jorgensen and Thomas Hanitzsch (eds). The handbook of journalism studies. **Journalism**, v. 20, n. 11, p. 1567-1569, nov. 2019.

DAROS, Otávio. Women in Latin American communication research. **Feminist Media Studies**, v. 22, n. 2, p. 462-463, ago. 2022.

DAROS, Otávio. Passado e futuro dos jornais mais longevos do Brasil. **Intercom**: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, São Paulo, v. 44, n. 1, p. 305-307, jan./abr. 2021.



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Av. Ipiranga, 6681 – Prédio 1 – Térreo
Porto Alegre – RS – Brasil
Fone: (51) 3320-3513
E-mail: propesq@pucrs.br
Site: www.pucrs.br